Lourdes Casanova e Julian Kassum
A ECONOMIA POLÍTICA DE UMA POTÊNCIA GLOBAL EMERGENTE
Em Busca do Sonho Brasileiro
QUALITYMARK

Lourdes Casanova é Palestrante Sênior na Johnson Graduate School of Management, Universidade de Cornell, Estados Unidos. Anteriormente na INSEAD, atualmente ela é membro do World Economic Forum's Global Agenda Council on Latin America e da força-tarefa no ICT Innovation do B20. Ela também é autora de *Global Latinas: Latin America's Emerging Multinationals* (2009).

Julian Kassum é um consultor independente e pesquisador. Ele trabalhou na International Chamber of Commerce (ICC) e na Total, empresa de petróleo e gás. Ele é Diretor Executivo da ICC Argentina desde outubro de 2013 e autor de *The G20: A Business Guide* (2012).

Este livro discute se o crescimento do Brasil para o cenário global mal está começando ou já atingiu o pico, retido por diversos desafios domésticos e as restrições externas do sistema de governo global. O trabalho mostra que a capacidade de força bruta do Brasil é maior do que frequentemente se acreditava, que essa força se baseia muito em suas reservas de energia, alimentos e finanças. Mas a maior força do Brasil está no poder flexível, na maneira pela qual o Brasil é capaz de "seduzir" outros países com sua cultura, seus valores e políticas. *A Economia Política de uma Potência Global Emergente* descreve como o Brasil está desenvolvendo seu próprio modelo de crescimento e desenvolvimento com alguns aspectos de estado capitalista e formas inovadoras de bem-estar. Os autores examinam a função exercida pelo estado nos setores de comércio e indústria brasileiros, e questionam se o "Consenso Brasília" poderia ser uma alternativa ao antigo "Washington Consensus". Por fim, eles avaliam os diversos desafios domésticos do País e as maneiras pelas quais podem impedir que ele se torne uma potência global efetiva. Tais desafios são encontrados nas áreas econômica e social, bem como na área da educação.

"O novo livro de Casanova e Kassum oferece aos leitores não apenas uma análise profunda dos atuais desafios da economia do Brasil, mas também uma visão dos desejos e expectativas de sua população. O livro mostra como os brasileiros sonham com seu futuro."

– *Alicia Bárcena,* Secretária Executiva da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (ECLAC).

"Uma perspectiva objetiva sobre o surgimento do sonho do Brasil e os desafios à frente."

– *Frederico Curado,* Presidente e CEO da Embraer S.A.

"Este volume esclarecedor fornece uma perspectiva única sobre a transformação do Brasil em uma potência global líder."

– *Luís Alberto Moreno,* Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

"Quando o Brasil, o gigante exuberante e verde, desperta e se vira na direção da competitividade, Casanova e Kassum oferecem um mapa apurado e leve, com oportunidades e armadilhas, a todo aquele envolvido no crescimento do Brasil."

– *Humberto Ribeiro*, Secretário de Comércio e Serviços (SCS), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil.

Tradução:

Savannah Hartmann

First published in English by Palgrave Macmillan, a division of Macmillan Publishers Limited under the title The Political Economy of an Emerging Global Power by Lourdes Casanova and Julian Kassum.
This edition has been translated an published under licence from Palgrave Macmillian. The authors have asserted their right to be identified as the author of this Work.

Direção Editorial	Produção Editorial
SAIDUL RAHMAN MAHOMED editor@qualitymark.com.br	**EQUIPE QUALITYMARK**

Capa	Editoração Eletrônica
EQUIPE QUALITYMARK	**CUMBUCA STUDIO**

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

C33e

Casanova, Lourdes
A economia política de uma potência global emergente : em busca do sonho brasileiro / Lourdes Casanova e Julian Kassum; tradução Savannah Hartmann. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Qualitymark Editora, 2015.
256 p. : il. ; 23 cm.

Tradução de: The political economy of an emerging global power : in search of the Brazil dream
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-414-0186-9

1. Política econômica. 2. Economia - Brasil. I. Kassum, Julian. II. Título.

14-16696 CDD: 335.4
CDU: 330.85

2015
IMPRESSO NO BRASIL

Qualitymark Editora Ltda.
Rua Teixeira Júnior, 441 – São Cristóvão
20921-405 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3295-9800
www.qualitymark.com.br
E-mail: quality@qualitymark.com.br
Fax: (21) 3295-9824

Ao meu querido marido, Soumitra Dutta, e à minha querida filha, Sara Dutta. O amor deles tornou a minha vida completa.

À minha amada esposa, Cecília, que me fez descobrir a América Latina.

Sumário

Representações e Tabelas		*IX*
Prefácio		*XIII*
Agradecimentos		*XV*
Acrônimos e Abreviações		*XVII*
Introdução: Brasil em uma Encruzilhada		1
Parte I	**Um Campeão de Poder Flexível**	**11**
1	Um Gigante Cordial	13
2	O Consenso Brasília: Ainda é um Modelo Válido?	31
Parte II	**Uma Nação de Força de Poder se Formando**	**51**
3	A Força Econômica do Brasil	53
4	Empresas Brasileiras se Tornando Globais	81
Parte III	**O Que Impulsionará o Brasil a Seguir em Frente?**	**107**
5	Como Reforçar a Competitividade do Brasil	109
6	Inovação Social Sustentável	127
7	Em Busca de uma Função no Cenário Global	149
8	À Procura de Respostas	173
Conclusão: Construindo o Brasil do Sonho		193
Notas		*201*
Bibliografia		*223*

Representações e Tabelas

Representações

Figura 2.1 – Os cinco pilares do Consenso Brasília 36

Figura 3.1 – Crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil entre 2003 e 2012. 54

Figura 3.2 – Fontes de energia no Brasil em 2012. 59

Figura 3.3 – As reservas de petróleo e gás do Brasil antes e depois de 2007-2008 com a descoberta dos campos da camada do pré-sal entre os dez países principais, 2010 (bilhões de barris equivalentes de petróleo). 61

Figura 3.4 – Produção de minério de ferro por país, em 2011. 64

Figura 3.5 – Superfície da floresta tropical Amazônica (km^2) 1970-2008. 66

Figura 3.6 – As importações e exportações agrícolas do Brasil, 1990-2010 em US$. 69

Figura 3.7 – Volume total de exportações com parceiros comerciais importantes, 1995-2010. 78

Figura 3.8 – Influxos globais de investimento direto estrangeiro – Q1 / Q2, 2012, em bilhões de dólares norte-americanos. 79

Figura 4.1 – Número de empresas relacionadas na classificação da Fortune Global 500, 2013, à direita e a posição na classificação por número total de empresas à esquerda. 83

Figura 4.2 – China e Brasil: Evolução ano a ano do número de empresas relacionadas na classificação anual da Fortune Global 500 (2005-2012). 84

Figura 4.3 – Distribuição por país de 143 multinacionais emergentes em Fortune Global 500 (edição de 2013) 85

Figura 4.4 – GDP Nominal (barras, lado esquerdo) e número de Fortune Global 500 por país (direita, lado da linha), edição de 2013. 85

Figura 4.5 – Concentração de rendimentos corporativos no Brasil e o mundo. 86

Figura 4.6 – Destino visível geográfico de destino do Investimento Direto Estrangeiro Brasileiro em 2010 (em US$ bilhões). 96

Figura 6.1 – Tendência em pobreza (R$4,00 por dia, linha superior) e extrema pobreza (R$1,25 por dia, linha inferior) no Brasil, 2001-2009. 135

Figura 6.2 – Homicídios por 100.000 pessoas de 1997 a 2007 no Rio de Janeiro (linha superior), Brasil (segunda linha), São Paulo (terceira linha) e Florianópolis (última linha), e em todas as capitais de estado. 144

Figura 7.1 – Principais instituições multilaterais, agrupamentos diplomáticos e entidades regionais latino-americanas em que o Brasil participa. 153

Figura C.1 – O aparecimento de uma potência global: poder flexível, força dura e inclusão social 194

Figura C.2 – A força dura/ o poder flexível/ a matriz de inclusão social do Brasil: forças e fraquezas. 195

Tabelas

Tabela 4.1 – As maiores empresas latino-americanas, de acordo com a classificação da Fortune Global 500 (edição de 2013) 84

Tabela 4.2 – Classificação de empresas brasileiras não financiadas por ativos estrangeiros, 2009 93

Prefácio

No decorrer dos últimos poucos anos, uma parte da mídia internacional mudou o tom, indo de uma visão super otimista do Brasil para uma opinião mais cética. O país perdeu o seu rumo? Os autores deste trabalho provocante acreditam que não. Para eles, apesar dos diversos obstáculos, o Brasil está no caminho de se tornar um jogador digno de ser considerado no novo cenário internacional. E isso se deve principalmente à capacidade de empregar a sua chamada força de poder, ou seja, a capacidade de influenciar seus parceiros usando a atração de alternativas estratégicas (o "Consenso Brasília").

Nas bases de tal crença está uma avaliação amplamente focada no peso, tanto das virtudes quanto das inconveniências no Brasil contemporâneo, em uma ampla gama de níveis – variando das instituições econômicas e políticas à capacidade corporativa. Como parte dessa avaliação, a análise abrangente dos autores aborda o modelo para o desenvolvimento brasileiro e para as políticas empregadas durante as administrações de Lula e Dilma, procurando reduzir o foco na racionalidade por trás dos esforços governamentais durante esse período.

Esse é um trabalho bastante significativo, não apenas para os leitores estrangeiros que desejam conhecer mais sobre o Brasil atual, mas também para a plateia brasileira, devido à sistematização de informações e ideias, tiradas de diversos documentos e textos sobre o amplo assunto em mãos. Eu não hesito em recomendar este livro.

Luciano Coutinho,
Presidente do BNDES,
Banco Nacional de
Desenvolvimento
Econômico e Social

Agradecimentos

Escrever este livro foi uma aventura fantástica, na qual muitos colegas e amigos, de dentro e de fora do Brasil, participaram ativamente. A nossa maior recompensa foi sermos capazes de nos conectar com vários pontos de vista e ideias sobre o futuro do Brasil, um país que respeitamos e admiramos. Tal coleção de pontos de vista nos ajudou a esboçar o que chamamos nessas páginas de "sonho brasileiro".

Desejamos agradecer a todos os especialistas e profissionais que participaram da pesquisa que fizemos para este livro. As sugestões deles não apenas acrescentaram riqueza ao nosso relatório de descobertas em pesquisas, mas também inspiraram nosso trabalho e reflexões. Somos muito gratos a Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, Frederico Curado, Presidente e CEO da Embraer, Clóvis Rossi, jornalista da Folha de São Paulo, Luiz Fernando Furlan, Membro do Conselho de Diretores do BRF e ex-ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Internacional do Brasil, e Luiz Barreto Filho, Presidente do Sebrae e ex-ministro de Turismo, assim como a Izabela Araújo, Felipe Bastos Gurgel Silva, Welber Barral, Renato Baumann, Henrique Brusius Brust Renck, Alex Bueno de Moraes, Nestor Casado, Cláudia Costin, Demetrio Di Martino, Maria da Penha Rodrigues Raimundo, Carlos Henrique Dumortout Castro, Gabriela Falange Betencourt de Freitas, Nathalia Foditsch, Fernando Gómez, Maria Guadalupe, José Jeandson Lopes, Evodio Kaltenecker, Josilane Malvino Souza, Jorge Mariscal, Kellie Meiman, Safiya Miller, Leonardo Neves, Luiz Eduardo Pinto de Sampaio, Daniel P. Rosenfeld, Félix Peña, Eduardo Ruske Arantes Pereira, Leonardo David Sapienza, Rafael Schliozer, Leonardo F. Serrano, Guilherme Storch de Freitas, Renato Taira, Guilherme Vieira Neves e Rasso Von Reininghaus.

Pelo seu inestimável apoio e comentários significativos, devemos os nossos agradecimentos especiais a Paulo Afonso Ferreira, Primeiro Secretário do CNI, Diana Negroponte do Brookings Institute, aos professores Henry Mintzberg da McGill University, Subramanian Rarigan e Felipe Monteiro do INSEAD, Diego Sánchez-Ancochea da Oxford University e Murillo Campello, Tim Devoogd e Gustavo Flores Macias da Cornell University, Janaina Herrera, Diretora Executiva do NGC, Lisiane Kunst, Membro do Conselho de Diretores da Artecola Indústrias Químicas, e Humberto Ribeiro, Secretário de Comércio e Serviços no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Internacional do Brasil.

Este livro não teria sido possível sem o apoio do Banco de Desenvolvimento Interamericano, INSEAD, e da Escola de Pós-graduação em Administração Samuel Curtis Johnson, da Cornell University e a perspicácia de colegas, alunos e participantes dos programas executivos de educação nas duas instituições. Bárbara Marchiori de Assis, aluna na CIPA em Cornell, também fui muito útil para a pesquisa e com as iniciativas sociais inovadoras. Nós também agradecemos a Patrício Fay, da IAE Business School na Argentina pela sua hospitalidade.

Também somos gratos a Cecília Baeza, colega de Pós-Doutorado na Universidade de Brasília, pela sua importante contribuição ao Capítulo 8, e a Richard Gallagher, pelo seu precioso auxílio em dar forma à apresentação do nosso trabalho. Agradecimentos também são devidos à equipe de publicação da Palgrave Macmillan por tornar esse projeto possível e pelo seu constante apoio e profissionalismo. Não é possível esquecer o revisor do nosso manuscrito, cujos comentários nos ajudaram enormemente no processo de revisão. Ficamos muito felizes com o resultado final, mas sabemos que ainda pode haver no texto alguns erros e descuidos – eles são unicamente de nossa responsabilidade.

Por fim, gostaríamos de agradecer à nossa família e aos mais chegados, que nos acompanharam em cada etapa dessa aventura. Lourdes Casanova agradece ao seu marido, Soumitra Dutta, e à sua filha, Sara Dutta, mãe, sogros, irmãos, irmãs e amigos. Julian Kassum agradece à sua esposa, Cecília, mãe, irmão, sogros e amigos. Este livro não teria sido possível sem sua inspiração, amor e apoio e é dedicado a eles.

Acrônimos e Abreviações

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABRAPP	Associação Brasileira das Entidades de Previdência Complementar
ALBA	Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América)
APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimento
ASA	Africa-South América Summit (Reunião África-América do Sul)
ASPA	South American-Arab Countries Summit (Reunião de Países Sul-Americanos e Árabes)
BASIC	Brasil, África do Sul, Índia e China
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPar	BNDES Participações S.A.
BRIC/BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BRL	Brazilian Real (Real [moeda] brasileiro)
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CBA	Companhia Brasileira de Alumínio
CBD	Grupo Pão de Açúcar (Companhia Brasileira de Distribuição)
CCT	Conditional Cash Transfer (Transferência de Fundos Condicionados)
CDI	Center for Digital Inclusion (Centro de Inclusão Digital)
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEO	Chief Executive Officer (Presidente)
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CCR	Companhia de Concessões Rodoviárias
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

CSR	corporate social responsibility (corporação de responsabilidade social)
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
ECLAC	United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe, CEPAL)
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
eMNC	Emerging Multinationals (Multinacionais Emergentes)
ERCo	Energy Research Company (Companhia de Pesquisa de Energia)
EU	European Union (União Europeia)
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations (Organização de Alimentos e Agricultura das Nações Unidas)
FPP	Favela (Slum) Pacification Program (Programa de Pacificação de Favelas)
FDC	Fundação Dom Cabral
FDI	foreign direct investment (investimento direto estrangeiro)
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIFA	Fédération Internationale de Football Association (Federação Internacional de Futebol)
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FUNTEC	Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico
GDP	gross domestic product (produto interno bruto)
HIV/AIDS	Human Immunodeficiency Virus/Acquired Immunodeficiency Syndrome (Vírus da Imunodeficiência Humana/ Síndrome de Imunodeficiência Adquirida)
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IBSA	India-Brazil-South Africa Dialogue Forum (Fórum de Discussão entre Índia, Brasil e África do Sul)
IBSAMAR	India-Brazil-South Africa Maritime ([Questões] Marítimas entre Índia, Brasil e África do Sul)
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IEA	International Energy Agency (Agência Internacional de Energia)
IFAD	International Fund for Agricultural Development (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola)

IMF	International Monetary Fund (Fundo Monetário Internacional – FMI)
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de PesquisaEconômica Aplicada
IPO	initial public offering (oferta pública inicial)
ISO	International Organization for Standardization (Organização Internacional de Padronização)
IT	Information Technology (Tecnologia de Informação – TI)
MDG	Millenium Development Goals (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio)
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MINUSTAH	United Nations Stabilization Mission in Haiti (Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti)
MBA	Master of Business Administration (Mestrado de Administração de Negócios)
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MNE	multinational enterprise (empreendimento multinacional)
MRN	Mineração Rio do Norte
NATO	North Atlantic Treaty Organization (Organização do Tratado do Atlântico Norte)
NGO	Non-Governmental Organization (Organização Não Governamental – ONG)
OAS	Organization of American States (Organização dos Estados Americanos – OEA)
OECD	Organization for Economic Co-operation and Development (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico)
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PDVSA	Petróleos de Venezuela S.A.
PISA	Programme for International Student Assessment (Programa Internacional de Avaliação de Alunos)
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ProUni	Programa Universidade para Todos
PPP	public-private partnership (sociedade público-privada)
PT	Partido dos Trabalhadores
R2P	responsibility to protect (responsabilidade de proteger)

RwP	responsibility while protecting (responsabilidade ao proteger)
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEGIB	Secretaría General Iberoamericana (Secretaria Geral Ibero-americana)
SOBEET	Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e Globalização Econômica
UK	United Kingdom (Reino Unido)
UNASUR	Unión de Naciones Suramericanas (União das Nações Sul-Americanas)
UN	United Nations (Organização das Nações Unidas – ONU)
UNICA	União da Indústria de Cana-de-Açúcar
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNIFIL	United Nations Interim Force in Lebanon (Força Interina das Nações Unidas no Líbano)
UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime (Secretaria das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes)
US	United States (Estados Unidos da América – EUA)
US$	United States Dollar (Dólar Norte-americano)
USGS	United States Geological Survey (Pesquisa Geológica dos Estados Unidos)
VCC	Vale Columbia Center on Sustainable International Investment (Centro sobre Investimento Internacional Sustentável Vale-Columbia)
WB	World Bank (Banco Mundial)
WEF	World Economic Fórum (Fórum Econômico Mundial)
WFP	World Food Programme (Programa Mundial de Alimentos)
WHO FCTC	World Health Organization's Framework Convention for Tobacco Control (Convenção-Quadro da Organização Mundial de Saúde para o Controle do Tabaco)
WIPO	World Intellectual Property Organization (Organização Mundial da Propriedade Intelectual)
WTO	World Trade Organization (Organização Mundial do Comércio)
ZPCSA	Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – ZOPACAS)

Introdução: Brasil em uma Encruzilhada

O Brasil tem uma longa história de sucessivas aclamações vitoriosas e retrocessos. A nova situação econômica do país é percebida progressivamente, porém muitos ainda duvidam da sua capacidade de dar o próximo passo e alcançar seu potencial como um líder global no cenário internacional. Nas décadas de 1960 e 1970, enquanto o país ainda estava sob a ditadura militar, o milagre econômico do Brasil chamou a atenção do mundo, antes de esvaecer lentamente com a crise de dívidas e, finalmente, dando lugar à "década perdida" dos anos de 1980.

Dessa vez pode ser diferente. Em primeiro lugar, o Brasil mudou. Agora ele é uma democracia vibrante, com sólidas credenciais macroeconômicas, crescimento de capital humano e uma exploração em crescimento de seus abundantes recursos de energia, de minerais e de agricultura. Em segundo lugar, o mundo mudou. O questionamento do domínio político dos Estados Unidos e a crise profundamente enraizada na Europa, após a Crise Financeira Global de 2007-2009, abriu um novo espaço para o crescimento de estados emergentes – e entre eles o Brasil é um sério candidato a atingir a posição política ao nível mundial.

No decorrer da década de 2000, essa nação da América do Sul se sobressaiu entre as potências emergentes graças à sua diplomacia proativa e à sua projeção como nação autoconfiante e envolvida, ansiosa por compartilhar a receita de seu sucesso político e econômico com o resto do mundo. Entretanto, nos últimos poucos anos, a sua agenda política tem sido marcada pelo ressurgimento de questões domésticas, que chamaram a atenção dos líderes brasileiros internamente e para longe da busca por um maior reconhecimento internacional.

As dificuldades do Brasil podem ser interpretadas como um sinal de desacordo irreconciliável entre as suas ambições glo-

bais e a pressão dos desafios internos com que ele precisa lidar. Mas o argumento oposto poderia ser feito. O aparecimento do Brasil como uma potência mundial e a sua habilidade de enfrentar suas deficiências domésticas estão profundamente interligadas. Ao perseguir simultaneamente esses dois objetivos, os tomadores de decisões brasileiros poderiam criar um círculo virtual de liderança, por exemplo, em áreas abrangendo desde os seus esforços em erradicar a pobreza ao aumento inteligente de recursos naturais. Ao criar tanto o sucesso econômico quanto uma nova ordem social, o Brasil pode atuar como uma inspiração para o mundo e, em especial, para outros mercados emergentes que também enfrentam questões internas econômicas e sociais.

Quão longe o Brasil pode ir?

O objetivo desse livro é descobrir se o Brasil está começando a atingir um nível estável no cenário global ou se ele já chegou ao topo. Para responder a essa pergunta, ele oferece uma avaliação realista das forças e desafios do Brasil como um país que procura moldar o seu próprio caminho de desenvolvimento e ocupar um papel mais influente nas questões globais. O que descobrimos é que, além das subidas e descidas de ciclos econômicos e as dores do crescimento que cada potência em crescimento experimenta, há fortes motivos para sermos otimistas quanto ao futuro do Brasil. Os desafios que ele deve enfrentar não podem ser ignorados. Entretanto, o que às vezes os observadores menosprezam são os extraordinários ativos e a sua capacidade de inovar e fazer experiências com soluções para este fim, muitas das quais se baseiam em caminhos externos convencionais.

Para avaliar o potencial do Brasil como uma potência global emergente, nós olhamos para o desempenho do país através de duas estruturas conceituais, que são usadas normalmente para medir o poder de um estado nas relações internacionais: *força de poder* e *potência flexível.*

O conceito de potência flexível foi moldado pelo cientista político norte-americano Joseph Nye (Nye 2004) para descrever a habilidade dos estados e outras entidades de relações internacionais em moldar as preferências de outros pela atração e persuasão. Uma potência flexível surge a partir da atração dos seus acordos, valores políticos e cultura. Isso contrasta com formas

mais tradicionais da força de poder, a qual se baseia em uma capacidade do estado de nivelar a sua força militar e econômica para influenciar o comportamento de outros. A força de poder tende a se basear em uma combinação de ameaças, coerção e incentivos, apelidados às vezes como uma abordagem do tipo "carrot and stick" (cenoura e bastão), onde o bastão pode tomar a forma de ameaças militares ou sansões econômicas e a cenoura inclui a promessa de proteção militar ou a assinatura de acordos comerciais preferenciais. Os partidários da força de poder sugerem que, para vencer com relação aos seus pares, um país precisa manter uma margem de liderança na competição global quanto ao poder econômico, tecnológico e militar.

Um aspecto extraordinário do crescimento do Brasil na última década tem sido o seu uso dominante de força de poder para aumentar o seu perfil internacional. O Brasil é atraente e os líderes brasileiros saem disso. Os seus valores políticos, o modelo de desenvolvimento econômico, a cultura popular e a confiança diplomática geram boa vontade pelo mundo. O seu comprometimento com o multilateralismo e a solução pacífica de conflitos faz dele um jogador que coopera com o sistema de governo global. Ao mesmo tempo, o Brasil tem conseguido manter uma política autônoma ao nível estrangeiro e tem demonstrado mais de uma vez que não teme desafiar as potências ocidentais. Ele tem sido capaz de se posicionar como uma voz de liderança do mundo em desenvolvimento e ganhou um lugar de destaque no governo global.

Enquanto que, historicamente, o Brasil tem enfatizado o poder flexível como um meio estratégico de conseguir influência no cenário global, recentemente o país se moveu na direção da intensificação de suas capacidades de força de poder. Com base em sua nova condição como a sétima maior economia do mundo, o gigante sul-americano está buscando conseguir crescente poder de barganha a partir da sua posição como fornecedor global de recursos naturais chave, incluindo alimentos, energia e minerais. Ele também se tornou uma importante fonte de investimento no estrangeiro, promovendo ativamente a internacionalização das suas maiores empresas domésticas. Por fim, mas não finalmente, lentamente o Brasil se estabelece como uma potência militar, com uma agenda de defesa pró-ativa.

Em busca do Sonho Brasileiro: uma criativa potência emergente

Os conceitos de força de poder e poder (ou potência) flexível oferecem uma estrutura útil para entender o tipo de recursos que um país precisa para atingir e consolidar a sua posição como uma potência emergente no cenário global. No caso do Brasil e talvez de muitas outras nações emergentes, existe um terceiro elemento que, acreditamos, deva ser enfatizado. Este terceiro elemento, o qual pode ser visto como parte integrante do conceito de poder flexível refere-se ao anseio fundamental que uma nação – e a sua população – tem para si próprio.

Isso é particularmente importante para países emergentes que têm orgulho em desenvolver seus próprios caminhos, em especial se esses são as suas forças coloniais formais (tal como na Europa) ou países considerados como tendo tido uma atitude imperialista na direção deles no passado recente (tal como os Estados Unidos). Modelos importados de ou pressionados pelo mundo ocidental parecem antiquados e condescendentes para a próxima geração de potências emergentes.

O terceiro componente se baseia no consenso social de que um país é capaz de montar a si mesmo, além de todos os seus depositários. Em outras palavras, o Brasil está no processo de definir o seu "Sonho Brasileiro" e reunir os recursos para atingir esse sonho.

Historicamente, forças existentes usaram as aspirações e promessas de suas sociedades para se projetar no cenário internacional. Geralmente, tais construções sociais se baseiam em percepção e podem nem sempre refletir a realidade. Aqui estão três exemplos, ou modelos, que se tornaram famosos:

- O "Sonho Americano"[2]: uma visão de meritocracia, onde as pessoas que trabalham duro serão bem sucedidas, independente de onde elas venham. Por meio do trabalho duro, as pessoas se tornam proprietárias de suas casas, compram automóveis e conseguem dar educação para seus filhos. Esse sonho dá voltas em torno da mitologia do homem que se fez sozinho.
- O "Sonho Europeu"[3], que até então se aplica aos países europeus mais continentais: os cidadãos concordam em pagar

impostos e, em retorno, esperam por fortes serviços públicos. Através de redes de segurança social, o bem estar do estado garante que ninguém será deixado para trás. Tal sonho tem forte ênfase nos valores humanistas, em oposição a uma abordagem mais materialista para com a vida.

- O "Sonho da China"[4], que se desenvolveu mais recentemente: todos os depositários estão unidos para montar o país mais poderoso no mundo. Enquanto o objetivo oficial da liderança da China é criar uma "sociedade socialista harmoniosa", o capitalismo tem se tornado o instrumento preferido para atingir esse objetivo. Há um forte senso de trabalho unido pelo bem comum e em apoio para atingir os objetivos de crescimento e harmonia da nação.

Qual é o Sonho Brasileiro? Provavelmente é uma mistura desses três.

- Como os Estados Unidos, o Brasil anseia fazer um ótimo acordo de mobilidade social para combater o determinismo social, onde os pobres continuam pobres e as minorias estejam em uma desvantagem econômica. Trata-se de um país do "novo mundo" que valoriza a inovação e o empresariado. Como nos Estados Unidos, a população almeja que seja um país predominantemente de classe média. O Brasil também luta para ser um ponto de fusão, onde pessoas de diferentes origens étnicas vivam harmoniosamente.
- O Brasil também olha para o modelo europeu e deseja bons serviços públicos, tais como saúde e educação, boa infraestrutura e fortes redes de segurança social, tais como seguro social, pensões e programas de bem estar. Como a União Europeia, o Brasil é um proponente do multilateralismo e promove valores de paz, direitos humanos, democracia, progresso social e conscientização para com o meio ambiente.
- Como a China, o Brasil quer ser respeitado e construir poder. Ele quer ter uma economia robusta, uma base industrial doméstica (inclusive de propriedade estatal), e criar suas próprias propriedade intelectual e tecnologia, de forma a não depender demais dos outros. Como a Índia e muitas outras ex-colônias, o Brasil quer ser forte e proteger a soberania em relação às forças estabelecidas.

O Sonho Brasileiro não seria completo sem um quarto elemento, que se move em torno de acrescentar um "giro Brasileiro", influenciando o que torna o Brasil único no mundo: uma atitude calma e apaixonada para a vida, o que, por sua vez, incentiva a improvisação criativa. Como tem sido mostrado no passado, e como continua a ser provado atualmente, o Brasil tem a habilidade de criar ideias novas, construindo a partir das existentes. Seja como criar novas formas de democracia participativa, como forçar um súbito aumento em recursos de petróleo em alto mar ou como continuar a erradicar a extrema pobreza em uma era de crescimento menor, o Brasil procura aumentar suas próprias soluções únicas, em vez de seguir outras. De certo modo, o Sonho Brasileiro se tornou uma "força criativa emergente".

Um alvo em movimento

A nossa viagem começou em 1996, quando Lourdes Casanova começou a dar um curso no Brasil e na América Latina para Mestres em Administração de Empresas (MBAs) e executivos seniores no INSEAD. Naquela época, havia uma escassez, tanto de interesse quanto materiais, nas escolas de gestão da América Latina. Na década seguinte, Lourdes Casanova liderou o desenvolvimento de dúzias de estudos de casos, capítulos, livros e artigos sobre a região. Um resultado chave, que emergiu dessa pesquisa, foi que empresas bem sucedidas na América Latina estavam se expandindo rapidamente, regional e globalmente, e muitas dessas empresas compartilhavam características especiais em sua liderança operacional e de estratégia. Isso levou ao primeiro livro de Lourdes na América Latina, *Global Latinas* (Palgrave Macmillan, 2009).

O Brasil teve um papel especial nas discussões sobre a América Latina. O tamanho da economia brasileira o tornou um jogador importante na região; ao mesmo tempo, era o menos comentado, o menos discutido – de muitas maneiras, era o mais poderoso e ainda assim, o país de uma maneira geral, mais "esquecido" na América Latina. Durante os dois períodos sucessivos do Presidente Lula (2003-2010) ficou claro que a função do Brasil, na região e globalmente, estava mudando rapidamente. O Brasil estava vindo à tona como uma potência regional chave e como um jogador global emergente. No entanto, o crescimento

do Brasil não foi isolado. A América Latina precisava do Brasil e o Brasil precisava da América Latina.

Durante esse mesmo período de tempo, Lourdes participou de e dirigiu diversos programas educacionais para executivos seniores brasileiros, em colaboração com duas importantes instituições no Brasil, a Fundação Dom Cabral e o Instituto Euvaldo Lodi da Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Conversas anteriores, no decorrer e depois desses programas com executivos brasileiros, acadêmicos e agentes do governo, se mostraram muito úteis. Por um lado, nós vimos o papel importante que os setores público e privado estavam ocupando no desenvolvimento do Brasil. Por outro, colhemos ideias nas dimensões nacional e política do crescimento do Brasil como uma potência global emergente – questões que também se beneficiaram das discussões com o coautor do livro, o cientista político Julian Kassum. Nós começamos a escrever o livro em 2012 e a economia do Brasil era um *alvo em movimento.* A "rebelião do Brasil" em julho de 2013 nos deu motivos para iniciar nossa própria pesquisa como parte do livro. Queríamos incluir as opiniões dos depositários brasileiros para alimentar as discussões sobre as oportunidades e desafios do país, à medida que ele continua a emergir como uma potência global política e econômica. Os resultados dessa pesquisa são apresentados no Capítulo 8.

Visão geral do livro

O conteúdo do livro é dividido em três partes. A primeira, intitulada "Um Campeão de Poder Flexível", foca a ampla gama de recursos de poder flexível do Brasil e inclui os dois primeiros capítulos.

O Capítulo 1 ("Um Gigante Cordial") oferece uma avaliação das capacidades de poder flexível do Brasil, avaliando as suas forças e fraquezas em uma área que é vista como progressivamente importante para construir a liderança global. Nós exploramos a habilidade do Brasil de "seduzir" o mundo através de sua cultura calorosa e envolvente, valores progressivos e pacíficas políticas estrangeiras. O capítulo também analisa áreas que poderiam enfraquecer o acúmulo de poder flexível do Brasil.

O Capítulo 2 ("O Consenso Brasília: Um Modelo ainda Válido?") examina o modelo de desenvolvimento híbrido do país, que combina a macroeconomia ortodoxa com determinados aspectos da situação de capitalismo, assim como políticas de inclusão social pró-ativas. Nós identificamos e analisamos os cinco pilares do Consenso Brasília, nomeadamente: estabilidade macroeconômica, programas sociais, demanda doméstica, desenvolvimento industrial liderado pelo estado e consenso político.

A segunda parte do livro, intitulada "Uma Nação de Força de Poder se Formando", avalia os recursos de força de poder do Brasil, os quais são maiores do que em geral se acredita. Essa parte compreende os capítulos 3 e 4.

O Capítulo 3 ("O Poder Econômico do Brasil") demonstra que a força de poder da nação se baseia mais em sua energia, alimentos e reservas financeiras do que em suas capacidades militares – ainda que o país esteja agindo para reforçar seu setor de defesa. Nós descrevemos os aspectos importantes da economia brasileira, inclusive os seus recursos naturais (energia, minerais, biodiversidade, agricultura), os negócios de fabricação e serviços de excelência, seu capital humano e seu crescente papel central como um parceiro comercial global.

O Capítulo 4 ("Empresas Brasileiras se Tornando Globais") analisa a crescente presença das empresas multinacionais brasileiras nos mercados globais e identifica os obstáculos que elas enfrentam no caminho de se tornarem jogadoras de classe mundial, ou de consolidar suas posições como tal. Acompanhando um cenário do atual crescimento das empresas multinacionais brasileiras com base nas classificações globais e regionais mais recentes, discutimos os motivos delas se expandirem globalmente e os desafios restantes que precisam superar para se tornarem líderes mundiais em seus respectivos mercados.

A terceira parte e final, intitulada ("O que Impulsionará o Brasil a Seguir em Frente?") explora três áreas que definirão a capacidade do Brasil de estender o seu limite e assumir totalmente o papel de potência global emergente. Essas áreas são abordadas nos capítulos 5 e 6.

O Capítulo 5 ("Reforçando a Competitividade Econômica") aborda a agenda econômica do país, desde fomentar a inovação a aperfeiçoar a infraestrutura física. Nós destacamos exemplos

de iniciativas governamentais para encaminhar as necessidades de agricultura, tecnologia e recursos comerciais. O capítulo também discute o desafio de produtividade do Brasil e o seu perene déficit em infraestrutura. É explorada a função da parceria público-privada, assim como as diversas formas diferentes que elas têm ocupado no Brasil.

O Capítulo 6 ("Inovação de Sustentação Social") mostra que, enquanto muito tem sido conseguido na redução da pobreza, desigualdades, crime e corrupção, ainda há muito a ser feito. O Brasil tem mostrado que poderia ser um centro de inovação social em áreas como as de programas sociais e empreendimento social. Agora ele precisa reforçar seu sistema educacional, aos níveis primário, secundário e universitário.

O Capítulo 7 ("Em busca de um Papel no Cenário Global") explora a nova importância do Brasil nos assuntos globais. Nós mostramos como a estratégia de "equilíbrio flexível" do país o ajudou a aumentar sua influência e a adquirir maior autonomia no cenário global. Com o Brasil agora uma força chave nas instituições multilaterais e uma voz líder da Globalização Sul, o capítulo pergunta o que os líderes brasileiros devem fazer com a sua recém-encontrada influência.

Conforme já mencionado, o Capítulo 8 ("À Procura de Respostas") resume as descobertas chave de uma pesquisa realizada pelos autores, entre julho e outubro de 2013, no meio da rebelião do Brasil, para reunir as visões de uma quantidade de brasileiros *em movimento* e *abalados* sobre alguns dos temas chave abordados no livro.

E finalmente, a Conclusão ("Construindo o Sonho Brasileiro") resume os principais pontos do livro.

Parte I
Um Campeão de Poder Flexível

1
Um Gigante Cordial

Ao fazer discursos através do mundo, líderes brasileiros enfatizam incansavelmente que o Brasil não é apenas o país do futebol e do carnaval. Ironicamente, o país nunca deixou de usar a sua cultura popular para se projetar no cenário global. Promover a imagem de uma nação amigável e pacífica – com um povo amigável que gosta de divertir-se – está no coração da estratégia marcante do Brasil, esteja ele procurando obter influência nas questões mundiais ou comercializar os seus produtos no mercado global.

Conforme discutido na Introdução, o que distingue o crescimento do Brasil em notoriedade com relação às outras potências emergentes é o seu uso quase exclusivo da "força flexível" para perseguir seus objetivos de política exterior, pelo menos até anos recentes. De acordo com o cientista político Joseph Nye, a força flexível se baseia na habilidade de moldar-se às preferências de outros. Essa habilidade tende a ser associada aos ativos intangíveis do país, tais como sua cultura, valores políticos, instituições e políticas, que são vistas como legítimos ou tendo autoridade moral (Nye, 2004). Nas palavras de Paulo Sotero e Leslie Elliot Armijo (2007), "O Brasil é a quintessência BRIC da força flexível". Em oposição, a China e a Índia derivam muito de sua estatura internacional do fato de serem potências nucleares. A Turquia possui a segunda maior força armada da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Pelo seu lado, historicamente, o Brasil tem privilegiado a diplomacia e o envolvimento sobre a força e as ameaças militares, e por enquanto não se uniu à corrida nuclear. Desde a guerra do Paraguai, de 1864-1870, o país tem vivido pacificamente com todos os seus dez vizinhos. O atual Ministro da Defesa do Brasil, Celso Amo-

rim, certa vez descreveu a abordagem do Brasil como "o uso de cultura e civilização, não ameaças [...], uma crença pelo diálogo, não pela força".[1]

Em Fevereiro de 2013, o *Financial Times* descreveu o Brasil como a "primeira grande potência 'flexível'", cujos modos pacíficos e atitude de se afastar o tornam "um tipo grande de Canadá judicial, mas tendo ao lado o Carnaval".[2] Devido ao peso do crescimento econômico do Brasil, o seu interesse renovado em questões de defesa e as suas empresas multinacionais globalmente ativas têm incrementado suas credenciais de força de poder em anos mais recentes, o país tem cultivado atentamente a imagem de um "gigante pacífico", cujos valores, políticas e cultura geram atração, por todo o mundo.

Este capítulo oferece uma estimativa das capacidades do poder flexível do Brasil, avaliando suas forças e fraquezas em uma área que parece ser progressivamente importante na construção para a liderança global. Quais são os pedaços e as partes da cultura brasileira, dos valores e políticas que, juntas, demonstram a imagem confortável de um "gigante cordial" num mundo separado por tensões geopolíticas, divisões culturais e estresse social? Quais são os pontos fracos do poder flexível do Brasil e como esses poderiam afetar a capacidade da nação liderar e atrair outros?

Uma cultura popular calorosa e envolvente

Para Joseph Nye, um dos elementos principais do poder flexível de um país é a sua capacidade de usar a cultura como instrumento para seduzir os outros e moldar as suas preferências. É desnecessário dizer que os Estados Unidos devem muito da sua influência ao apelo global do "American Way of Life" (O Modo Norte-americano de Viver), diariamente alimentado pelos filmes de Hollywood, e à dinâmica indústria de entretenimento do país. Potências emergentes, como a China, a Índia, a Turquia e o Brasil, todas acordaram para a importância de nivelar sua cultura nacional para ganhar os corações e as mentes das pessoas.

A boa notícia para os líderes brasileiros é que eles estão começando a partir de uma posição bem forte. O país já encontra boa vontade significativa, a começar pela sua cultura popular e estilo de vida atraente. Em uma pesquisa global com 30.000

pessoas por 15 países, conduzida pela rede social do site Badoo. com, o Brasil foi votado como a segunda "nacionalidade mais legal" no mundo, depois dos Estados Unidos. A música brasileira, um vetor chave da sua atmosfera confortável, geralmente é associada ao samba e à bossa nova. De certa forma surpreendente, o sucesso global mais recente foi atingido pelo crescimento do "sertanejo universitário", um subconjunto da música country brasileira popularizado pelo cantor Michel Teló, de 30 anos de idade. O seu vídeo *Ai se eu te pego* recebeu mais de 500 milhões de visitas no YouTube, de julho de 2011 a setembro de 2013, fazendo dele o décimo vídeo mais assistido de todos os tempos na plataforma de compartilhamento de vídeos. A canção foi classificada como a número 1 em pelo menos nove países europeus e foi especialmente popular na Espanha e entre a comunidade latino-americana nos Estados Unidos.

O apelo internacional da cultura popular brasileira é um componente especialmente relevante dos recursos de força flexível do Brasil, visto que os valores envolvem a maior parte dos produtos culturais brasileiros, que são amplamente positivos e envolventes – um eco perfeito da projeção do Brasil como uma nação calorosa e cooperativa. Um bom exemplo é a marca mais famosa do país, Havaianas, as sandálias de borracha colorida e de plástico, que agora são vendidas em 80 países e se tornaram um símbolo do estilo de vida brasileiro. Outro vetor positivo da cultura brasileira é a *capoeira*, uma arte marcial que combina dança, música e espiritualidade, criada pelos escravos africanos no Brasil, 500 anos atrás, como uma forma de autodefesa e emancipação. Agora ela é um esporte popular entre os jovens de todo o mundo, em especial nos grandes centros urbanos. ABADÁ, a Associação Brasileira para o Apoio e o Desenvolvimento da Arte de Capoeira, está presente em mais de 30 países e um incontável número de grupos de capoeira auto organizados montou lojas em Nova Iorque, Moscou, Jacarta, Beirute e outras capitais culturais do mundo.

O Brasil também é famoso pelas suas *telenovelas*, que atraem milhões de espectadores a cada noite. O impacto delas vai muito além do Brasil. Mais de 130 *telenovelas* foram transmitidas em 170 países, inclusive nos Estados Unidos, China e África do Sul. A maior parte desses melodramas em série foi criada e produzida pela maior rede de televisão do Brasil, a Rede Glo-

bo, cujo canal internacional, TV Globo Internacional, está presente em 118 países. "Não há dúvida de que as *telenovelas* são um elemento chave do poder flexível do nosso país", disse Maria Immacolata Vassallo de Lopes, da Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo.[3] Seis meses depois de ser vendida no mercado internacional, o popular sucesso e fenômeno social, *Avenida Brasil*, tornou-se a telenovela mais licenciada na história da televisão brasileira. Ela foi dublada em 14 idiomas e transmitida em mais de 105 países. Ela bateu o recorde anterior mantido por *Da Cor do Pecado*, que foi vendida em 100 países.

Os *best-sellers* de Paulo Coelho oferecem outro exemplo das exportações culturais bem sucedidas do Brasil. O novelista é um dos autores mais lidos atualmente. Com mais de 65 milhões de cópias vendidas por todo o mundo, seu trabalho mais famoso, *O Alquimista*, foi traduzido para 67 idiomas e publicado em mais de 150 países. Paulo Coelho, que é levado mais a sério no estrangeiro do que em sua pátria, foi nomeado como um "Mensageiro da Paz das Nações Unidas" em setembro de 2007.

Uma ameaça em potencial para o Brasil é deixar a sua cultura popular, ainda que ela possa ser atraente, ser encoberta pela riqueza e variedade do seu cenário cultural mais amplo. Por exemplo, nos campos da arquitetura e das artes plásticas, a cultura brasileira tem uma reputação de prestígio e sofisticação. Oscar Niemeyer, cujo trabalho e influência moldaram os edifícios mais famosos de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, sendo amplamente considerado como um visionário da arquitetura moderna. A São Paulo Fashion Week, que acontece semi-anualmente, é considerada ser a quinta maior no mundo, atrás de Paris, Milão, Londres e Nova Iorque. O cenário de arte contemporânea do Brasil também conquistou uma reputação mundial, graças a artistas como Cildo Meireles, Ernesto Neto, Adriana Varejão e um generoso sistema de descontos de impostos corporativos para patrocinadores culturais. Conforme um comentário feito certa vez por Matthew Slotover, codiretor da Frieze Art Fair anual de Londres, para o jornal *The Guardian*: "Eu estive na Rússia, na China e no Brasil nos últimos anos e o Brasil é o mais interessante dos países BRIC[4]".[5]

Em uma série recente de artigos sobre o poder flexível do Brasil, a *BBC Brasil* ecoou o sentimento crescente entre artistas e formadores políticos brasileiros, que o país poderia adotar uma abordagem mais coordenada para promover sua cultura no exterior. O cantor Gilberto Gil, ex-Ministro da Cultura, até pensa que o Brasil tem negligenciado a cultura enquanto a sua economia e seu perfil político cresceram. "Visto que o Brasil está se tornando mais poderoso e vocal, a sua força flexível precisa crescer na mesma proporção que a força de poder" disse ele, acrescentando que o cinema brasileiro, as artes plásticas e a música precisavam de maior apoio institucional.[6] Uma coordenação melhor de iniciativas públicas e privadas nas áreas de comércio, tecnologia, turismo e cultura, de fato, poderiam causar um efeito multiplicador.

Para promover sua cultura nacional e incentivar trocas entre as pessoas, muitos governos têm dedicado recursos crescentes para desenvolver redes mundiais de organizações culturais com bases estatais. A Aliança Francesa, o Conselho Britânico, o Instituto Goethe da Alemanha e o Instituto Cervantes da Espanha, mencionando apenas alguns, todos estabeleceram uma presença sólida através dos continentes. Estados em crescimento estão começando a seguir a iniciativa, às vezes com resultados impressionantes. Em apenas nove anos, os Institutos Confucius da China abriram 833 centros em 104 países e regiões. O Conselho Indiano de Relações Culturais estabeleceu 35 centros culturais em diversas partes do mundo, inclusive um em São Paulo, e está planejando abrir mais 15. De acordo com um relatório de 2013 feito pelo Conselho Britânico, a rede brasileira de institutos culturais continua pouco desenvolvida, com apenas 29 escritórios, principalmente na América Latina. Entretanto, conforme destacado no relatório, a promoção da cultura será progressivamente liderada por iniciativas não governamentais. O Conselho Britânico cita a Brasilianidade, uma organização sem fins lucrativos localizada em Londres, que promove "artistas brasileiros no exterior e artistas internacionais que têm um diálogo artístico com o Brasil, criando uma visão de 360 graus da influência da arte contemporânea e cultura brasileira em todo o mundo".[7]

Quão veemente é a "marca Brasil?"

Desenvolver uma forte marca do país, às vezes chamada de marca da nação, é particularmente importante para economias emergentes, cujas marcas locais ainda não têm o poderoso reconhecimento de marcas como Nestlé, Google e Coca-Cola do mundo. Além dos seus benefícios de comercialização, a força da marca de um país é uma forma natural de moeda corrente, por meio da qual as nações podem exercer influência e ganhar a força do mercado.

Usando dados quantitativos e opiniões de especialistas para avaliar as qualidades das pessoas associadas às diferentes nações, a empresa de consultoria FutureBrand criou um Country Brand Index (Índice de Marca de País), o qual se tornou uma referência global na indústria de comercialização. Conforme a edição do índice em 2012-2013, o Brasil não se qualifica como uma das 25 principais marcas de país. A Suíça, o Canadá e o Japão aparecem nos primeiros lugares. No entanto, a classificação do Brasil em 28º lugar o torna um líder inquestionável na categoria de mercado emergente, à frente da Índia (42º), África do Sul (43º), Turquia (45º), China (66º) e Rússia (83º).

Para a FutureBrand, os principais ativos do Brasil são "o crescimento econômico estável, uma classe média burguesa e a demanda crescente de consumidor, uma rica geografia em recursos naturais e beleza e um governo proativo, ansioso por ocupar um importante papel regional e internacional". Porém, o relatório observa que "as autoridades brasileiras enfrentam um obstáculo importante e impossível de ignorar: igualdade e desenvolvimento humano".

Em 2013, uma edição especial do Índice de Marca de País, olhou atentamente o desempenho de marcas de países na América Latina. Os resultados são particularmente lisonjeiros para o Brasil, que ocupa um lugar de destaque, à frente da Argentina e da Costa Rica. Com base nos dados em mãos e entrevistas com residentes, investidores, turistas e agentes governamentais, o Brasil recebe classificações superiores em tecnologia, investimento em clima, compras, vida noturna e cultura e artes. O país recebe as suas menores pontuações na subcategoria "qualidade de vida", notadamente devido às classificações abaixo da média em educação, saúde e segurança.[9]

Um país com valores e políticas do século 21

A força flexível de um país não é definida apenas pela popularidade e prestígio da sua cultura. De acordo com Joseph Nye, ela também se baseia em dois outros recursos chave: os seus valores políticos (quando de acordo com eles, em casa e no exterior) e as suas políticas estrangeiras (quando elas são vistas como legítimas e têm autoridade moral). Aqui novamente o Brasil retém fortes credenciais, as quais são capazes de se desenvolver, transformando suas principais fraquezas - a sua posição como uma economia em desenvolvimento, com imensos desafios societários - em uma força principal. Como destacado por Ana Prusa, "é constante a fraqueza do Brasil em reconhecer que ele enfrenta sérios desafios - aqueles mesmos enfrentados por muitos países no mundo em desenvolvimento, desde aperfeiçoar a qualidade da educação a incentivar a inovação e o empreendedorismo - o que dá ao Brasil tanto credibilidade como uma voz do mundo em desenvolvimento". Os desafios internos que, potencialmente, poderiam minar a força flexível do país, ao contrário, se transformaram em uma "fonte de legitimidade" (Prusa, 2011).

Usando a sua própria experiência doméstica, o Brasil tem conseguido se estabelecer como uma voz de liderança, até mesmo assumido um papel de modelo, defendendo o que Celso Amorim chamou de "uma visão do mundo que incita o orgulho de aplicar os valores da democracia, justiça social, desenvolvimento econômico e proteção ambiental".[10] O país tem feito enormes esforços para projetar o seu sistema de valores e compartilhar a sua experiência em diversas áreas que apareceram como principais desafios globais ao século 21.

Celebrando a diversidade étnica e cultural

Um elemento chave da projeção global do Brasil é a sua verdadeira natureza como uma nação multicultural com forte ligação para a diversidade racial. Cerca de metade da população Brasileira é classificada ou como negra ou como uma raça mista. A maioria dos brasileiros é descendente de povos indígenas, portugueses assentados, escravos africanos e imigrantes da Europa, do Oriente Médio e da Ásia, que chegaram a partir do século 19. Lar da maior comunidade libanesa no mundo, o Brasil se orgulha de ser a segunda maior nação italiana e japonesa. Para

refletir a sua ativa política de inclusão e de tolerância com a diversidade cultural, o governo federal do Brasil empregou por muitos anos a noção de *um país de todos* como o seu slogan. Com frequência, Brasília se refere a seu ideal nacional, ao retratar o Brasil como um capacitador potencial de reviver o processo de paz entre Israel e a Palestina. Corajosamente, o Presidente Lula resumiu em uma entrevista para o jornal Israelense *Haaretz*: "Mais de 120.000 Judeus vivem aqui em completa harmonia com 10 milhões de Árabes. Parece que as pessoas podem aprender conosco".[11]

Um líder global verde

O Brasil está longe de ter um recorde de meio ambiente limpo. O país tem reagido a isso, se posicionando próximo à liderança de governo global ambiental. Em 1992, ele recebeu o histórico UN Earth Summit (a Cúpula das Nações Unidas pelo Meio-Ambiente) no Rio de Janeiro. Em 2009, alguns dias depois do encerramento da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, em Copenhague, o então Presidente Lula incorporou em uma ambiciosa lei a Política Nacional de Mudança Climática, através da qual, voluntariamente, o Brasil se comprometeu a reduzir a emissão de gases que causam o efeito estufa em pelo menos 36% dos níveis "negócios como de costume" até 2020.[12] Em 2012, o Brasil hospedou a Rio + 20 Earth Summit, o maior evento já organizado pelas Nações Unidas, com mais de 45.000 participantes. Enquanto o evento teve sucesso em termos de participação, os grupos ambientais criticaram os diplomatas brasileiros por estarem mais interessados em encerrar um acordo de todas as formas (de modo a aperfeiçoar o seu interesse como "facilitador global") do que, de fato, salvar o meio ambiente. Ainda assim, o recente sucesso do Brasil em reduzir as taxas de desmatamento na área Amazônica, assim como a sua posição como líder mundial em energias renováveis, tem fortalecido sua posição como uma das potências emergentes mais consciente sobre a ecologia.

Luta contra a fome

Em Maio de 2010, o World Food Programme (WFP – a sucursal de assistência alimentar das Nações Unidas) homenageou o ex-

-Presidente Lula como um "Campeão Global na Batalha contra a Fome", em reconhecimento à sua liderança na erradicação da fome e desnutrição infantil no Brasil e no exterior. Ao visitar uma pequena fazenda perto de Brasília, para aprender sobre a estratégia do (programa) *Fome Zero* do país, a ex-Diretora Executiva do WFP, Josette Sheeran, disse que o Brasil era um exemplo a ser seguido. O programa, que inspirou o lançamento do "Zero Hunger Challenge" (Desafio de Fome Zero) pelo Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, na Rio+20 Earth Summit de 2012, combina apoio técnico para fazendeiros em pequena escala, incentivos para aumentar a frequência escolar, iniciativas de educação alimentar e a criação de restaurantes subsidiados para população de baixa renda.[13] Como Sheeran observou, "o Brasil tem uma riqueza de experiência que pode ser compartilhada com governos ansiosos em aprender como atingir tal sucesso e adaptá-lo aos seus próprios países".[14] Através do Centro de Excelência contra a Fome, o Brasil e a WFP ajudaram governos de países africanos, latino-americanos e caribenhos a implantar seus programas de refeições nas escolas.

Do receptor ao doador

Tradicionalmente um receptor, lentamente o Brasil se estabeleceu como um doador global. De acordo com a técnica governamental IPEA, a assistência internacional anual de todos os tipos totalizou US$158 milhões em 2005 e dobrou para US$362 milhões em 2009.[15] Parte das atividades de assistência técnica do Brasil são coordenadas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que foi estabelecida originalmente em 1987 para canalizar a chegada da ajuda governamental. Agora, a ABC fornece assistência a mais de 80 países em desenvolvimento, principalmente na África. Enquanto os fundos internacionais de desenvolvimento do Brasil ainda são pequenos, em comparação com aqueles de países industrializados, os seus esforços de ajuda tendem a ser personalizados e a se focarem na multiplicação e adaptação de estratégias públicas que ele já implantou com sucesso em casa. As autoridades brasileiras enfatizam que o Brasil – como um país em desenvolvimento que tem feito enorme progresso interno nas áreas de agricultura, saúde, educação e governo – está muito melhor colocado do que economias avançadas, para aconselhar sobre estratégias de desenvolvimento de outras nações em desenvolvimento.

Amigo de todos

A imagem do Brasil como uma nação amistosa se origina não apenas da cordialidade de sua população, mas também da sua habilidade em manter relacionamentos diplomáticos positivos com todos os tipos de estados e regimes políticos. Durante os seus anos no governo, o ex-Presidente Lula foi um dos poucos líderes mundiais que manteve calorosas relações pessoais tanto com George W. Bush quanto com os seus inimigos declarados, Hugo Chavez, Fidel Castro e Mahmoud Admadinejad. O Brasil se vê e se projeta como uma "nação ponte" entre diferentes sistemas políticos e ideologias. Como observado por Andrew Hurrell, "o governo Lula procurou atuar tanto em Davos (o Fórum Econômico Mundial) quanto em Porto Alegre (o Fórum Social Mundial)". Significativamente, ele conseguiu ser ambos, o "filho preferido de Wall Street" e "reivindicar a palavra para a progressão Global Sul" (Hurrell, 2010a). Enquanto que o Brasil nunca pode ser "todas as coisas para todas as pessoas", ele é cada vez mais tido como um jogador que facilita o entendimento entre lados diferentes e é capaz de gerar consenso.[16]

Um pacificador

Conforme sua longa tradição de diplomacia e solução pacífica de conflitos, o Brasil tem assumido um papel de liderança em diversas operações de pacificação das Nações Unidas. Um exemplo principal é o comando militar do Brasil na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). No decorrer dos anos, o gigante sul-americano tem oferecido apoio aos esforços de pacificação das Nações Unidas em 33 países, incluindo Angola, Moçambique, Timor-Leste e Líbano. Em 2007, o Brasil foi escolhido para liderar as negociações da Comissão de Pacificação das Nações Unidas na Guiné-Bissau. Uma motivação nítida por trás da participação do Brasil na manutenção de paz e nas operações de pacificação, é afirmar a sua posição como atuante global, com capacidade política e militar de assumir um papel de liderança em questões de guerra e paz. Porém, mais amplamente, ela serve para demonstrar o comportamento altruísta do Brasil e o seu envolvimento com a democracia. Da mesma forma, o Brasil tem se oposto veementemente contra golpes de estado realizados contra presidentes constitucionalmente eleitos em Honduras, em 2009, e no Paraguai, em 2012.

Onde fica o Brasil na corrida pela força flexível?

Essencialmente, recursos de força flexível assumem formas de ativos inatingíveis, que são difíceis de medir e comparar. Para entender os motivos principais por trás da força flexível, e para descobrir como países a acumulam no decorrer do tempo, a empresa de consultoria EY preparou um "Rapid Growth-Market Soft Power Index" (Índice Rápido de Crescimento de Mercado da Força Flexível), em parceria com a Moscow School of Management (Escola de Administração de Moscou), Skolkovo. A edição mais recente foi publicada em 2012, com base em dados de 2010.[17]

O índice é organizado em três principais categorias:

- Imagem global (que mede a popularidade e a admiração de um país global).
- Integridade global (que mede a propensão de um país de proteger os seus cidadãos, manter liberdades políticas e sociais e tratar os seus vizinhos com respeito).
- Integração global (que avalia como um país se conecta com o resto do mundo).

Como anda o Brasil? Nada mal, mas não ótimo: ele se classifica em quarto lugar entre as economias de mercado de crescimento rápido e em 11º lugar no geral, atrás da China, da Índia e da Rússia (três países cujos tamanhos crescem mecanicamente em suas pontuações) e acima da Turquia, México e África do Sul. É interessante o fato de que o Brasil é o mercado de crescimento rápido, cuja força flexível aumentou mais desde 2005, conforme o relatório. Em comparação com os seus pares, o Brasil pontua acima da média na participação de votantes, na liberdade, no domínio da lei, na média de exportações e competições Olímpicas. As suas pontuações mais fracas são encontradas entre as variáveis do índice "integração global". Ele pontua relativamente mal nas categorias de turismo e imigração e, com importância, o seu baixo número de universidades de classe mundial, o seu baixo nível de internacionalização e a falta de domínio do idioma Inglês contribui para isolar o Brasil do resto do mundo, o que pesa na diminuição da sua classificação geral.

Outra tentativa de medir e comparar a força flexível das nações é a pesquisa anual publicada pela revista Monocle, com sede em Londres, que classifica países de acordo com seu padrão de governo, infraestrutura diplomática, produção cultural, capacidade em educação e atração para negócios.[18] Na edição de 2012 da pesquisa, os cinco pontos principais foram para a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a Alemanha, a França e a Suécia. Em um artigo para o *Financial Times*, o próprio Joseph Nye aclamou o desempenho britânico, ao qual ele atribuiu à explosão benéfica de relações públicas realizadas pelos Jogos Olímpicos de Londres bem sucedidos e ao fortalecimento da popularidade da família real.[19]

A posição do Brasil, em 17º lugar, à frente da Turquia (20º), mas atrás da Coréia do Sul (11º) pode parecer decepcionante. No entanto, ele é um dos únicos dentre as três potências emergentes que ficaram entre as 20 principais. Ao observar que muito da sua força flexível vem do simples fato que "nós todos amamos os brasileiros", a Monocle também se refere ao impacto prejudicial do alto nível de casos de corrupção sobre a imagem global do país.

Pontos fracos na força flexível do Brasil

A força flexível se baseia amplamente na percepção da audiência alvo. Como tal, é inerentemente frágil e pode ficar sujeita a crescimentos e falhas abruptas. A força flexível de um país pode ser vendida mais barata quando suas políticas ou ações reduzem a sua atração, ou quando essas parecem não se adequar aos ideais, valores e princípios que ela defende. Os Estados Unidos perderam uma quantidade significativa de força flexível quando decidiram invadir o Iraque, em 2003. A essência unilateral da intervenção foi contra as normas internacionais geralmente mantidas e reforçou a imagem de uma nação arrogante (Prusa, 2011). Da mesma forma, as restrições da China quanto à liberdade política podem provocar dano suficiente na reputação e cancelar anos de iniciativas que possibilitaram a força flexível, por parte de suas agências governamentais.

A imagem do Brasil como um "gigante cordial" é um enorme ativo, mas também é algo que será difícil de manter, na medida em que a sua influência política cresce e o seu poder econômico

e militar se torna mais impossível de ignorar. A reputação global do Brasil também sofre com uma série de problemas domésticos, que continuam a arruinar a sociedade e danificar a imagem global do país. Educação, crime urbano e corrupção, que nós analisamos em um capítulo mais adiante, estão entre os desafios mais prementes do país. Quais são outros pontos fracos importantes na projeção do Brasil como uma nação pacífica e bem sucedida? O fortalecimento gradual da força flexível do Brasil destruirá, finalmente o seu charme?

O mito da democracia racial

Durante anos, as autoridades brasileiras têm classificado o país como uma "democracia racial", onde sucessivas ondas de casamentos miscigenados têm salvado o país da discriminação racial. Esse mito tem sido amplamente derrubado nos últimos anos, ainda que o racismo permaneça como um tabu político. Esse paradoxo foi bem ilustrado em uma pesquisa realizada pela antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, em 2000. Perguntados se haviam sofrido qualquer tipo de preconceito, 97% dos brasileiros pesquisados responderam que não. Perguntados se eles conheciam alguém que tinha sofrido preconceito, 99% responderam que sim.[20] Estatísticas públicas tendem a confirmar a realidade de um país onde os cidadãos de diferentes raças vivem "não separados, mas não em igualdade". De acordo com os dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 70,8% daqueles extremamente pobres são negros ou pardos.[21] A técnica governamental do IPEA também descobriu que, na média, a renda dos brancos era ligeiramente maior que o dobro daquela dos brasileiros negros ou pardos.[22] Os não brancos são especialmente sub-representados aos níveis mais altos do governo e dos negócios.

Observadores externos são rápidos em perceber a disparidade perturbadora na posição social entre a elite brasileira branca e a maioria não branca do país. Jenny Barchfield, a correspondente da Associated Press no Rio de Janeiro, pinta uma imagem severa do Brasil multirracial:

> Quase todos os âncoras dos noticiários da TV no Brasil são brancos, como é a ampla maioria de médicos, dentistas, modelos e advogados. A maior parte de empregados/ empregadas e porteiros,

lixeiros e garis são negros. Só existe um senador negro e nunca houve um presidente negro, ainda que uma mulher, Dilma Rousseff, agora comande o país.

Entretanto, o governo está começando a atacar o problema. Desde 2001, ele tem incentivado as universidades federais a estabelecerem programas de ações positivas, destinadas a incentivar o número de universitários negros e de raça mista. Mais de 70 universidades públicas têm introduzido quotas de admissões raciais, uma política que foi sancionada recentemente pela Suprema Corte Brasileira. Embora esses programas continuem a ser controversos (muitos brasileiros acreditam que eles aumentam as tensões raciais e diminuem a igualdade de oportunidades), eles estão começando a fazer uma diferença. Agora, alunos negros e de raça mista são em torno de 35% das matrículas nas universidades, em comparação com os 10% de 2001. Tais números continuarão a crescer. Em outubro de 2012, a Presidente Dilma Rousseff emitiu uma nova "Lei de Quotas", dando às universidades federais do Brasil quatro anos para garantir que metade dos seus alunos venha das escolas públicas. Metade das vagas deve ser para estudantes vindos de famílias de baixa renda e o grupo de alunos deve ser de representantes da formação racial do estado.[24]

Avançando na imigração?

A imagem do Brasil como uma nação aberta e multicultural coloca progressivamente em teste outra área tocante: políticas de imigração. Em especial, a sua nova posição econômica está forçando o governo e a sociedade a lidarem com o desafio da imigração ilegal, uma questão que tem sido associada há tempos com as nações do primeiro mundo. Em abril de 2013, o estado do Acre, no oeste brasileiro, declarou situação de emergência depois do aparecimento ilegal de imigrantes da Bolívia e do Peru, a maioria dos quais vindos originalmente do Haiti. Alguns vieram de países mais distantes, como Bangladesh, Paquistão, Nigéria e Senegal. A resposta das autoridades tem sido caótica. "O que encontramos não foi saudável e nem humano", declarou a Conectas, uma organização brasileira de direitos humanos que investigou as condições de um campo de refugiados na cidade de Brasiléia.[25]

Em 2012, já tendo enfrentado a entrada de milhares de haitianos atravessando a fronteira Amazônica, o governo brasileiro

reagiu, concedendo vistos temporários àqueles já no país e endurecendo com os recém-chegados, inclusive através da deportação. Muitos observadores no Brasil e no exterior criticaram tais restrições por ignorarem o apelo humanitário de refugiados haitianos. A resposta do governo pode ser vista como uma séria partida do Ministro da Justiça, Paulo Abrão, em estabelecer uma ambição declarada de "um exemplo ao mundo de uma política de imigração que é aberta e democrática, que reflete a nossa histórica tradição de boas vindas".[26] O Brasil, que tradicionalmente criticava seriamente os Estados Unidos e a Europa pelas suas regras restritivas à imigração, está começando a adotar o mesmo tipo de seleção, que favorece profissionais habilitados dos países ricos, enquanto restringe a entrada de trabalhadores estrangeiros pobres.[27]

Como um país que montou a sua história por meio de ondas sucessivas de imigração, o Brasil de hoje se vê surpreendentemente fechado aos estrangeiros. De acordo com o economista Ricardo Paes de Barros, a quantidade de imigrantes no Brasil é metade daquela no início do século 20, quando a população era dez vezes menor.[28] Enquanto as empresas brasileiras procuram desesperadamente engenheiros e outros profissionais habilitados, a política de imigração do país dificulta aos estrangeiros a trabalhar no Brasil. Além das barreiras administrativas, a atitude da sociedade para com a imigração é ambivalente, e às vezes ela se torna hostil. Em agosto de 2013, quando um primeiro contingente de quatrocentos médicos cubanos chegou, a convite do governo, para apoiar o frágil sistema de saúde do Brasil, eles foram vaiados e insultados por seus colegas brasileiros, uma atitude que o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, descreveu como "brutal" e que incita o "prejuízo e a xenofobia".[29]

Enfrentando publicidade negativa

O crescente interesse do mundo pelo Brasil também significa que o país tem recebido a sua quota justa de má pressão nos últimos anos. Vinte anos depois de ajudar a interromper temporariamente a construção da maior barragem do terceiro mundo no Rio Xingu, no coração da Amazônia, o cantor britânico Sting lançou uma nova campanha internacional em 2010, para dissuadir o governo brasileiro a reiniciar o projeto. O diretor de filmes, James Cameron e a atriz Sigourney Weaver também se juntaram ao protesto. Ambientalistas e grupos indígenas, lide-

rados pelo chefe Raoni da tribo Caiapó, disseram que a barragem prejudicaria o sensível ecossistema e arruinaria o meio de vida daqueles que vivem na área a ser inundada. Uma fotografia do chefe Raoni chorando viajou o mundo através das redes sociais. Mais tarde foi revelado que ele não estava chorando em reação à aprovação da presidente Dilma Rousseff ao projeto, como inicialmente foi informado. Mas o símbolo foi forte e contribuiu para a percepção de um insensível governo brasileiro, inconsciente para com as preocupações ambientais e os direitos humanos.

O futebol, que é uma grande fonte de orgulho para o brasileiro, também tem o seu lado mais escuro. Em junho de 2013, no dia em que o Brasil ganhou da Espanha por 3 a 0 e venceu a Copa das Confederações no Rio de Janeiro, os espectadores de futebol jogaram pedras para matar e decapitaram um árbitro durante um jogo de amadores no norte do Brasil depois que, fatalmente, ele apunhalou um jogador que se recusou a sair de campo. O incidente chocou a nação e foi manchete por todo o mundo, aumentando a pressão para o Brasil demonstrar que é um local seguro para receber a Copa do Mundo de 2014. As preocupações com a violência no futebol são legítimas. Em 2009, uma reportagem feita por Mauricio Murad, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, descobriu que o Brasil era o país número um em mortes relacionadas ao futebol. Entre 1999 e 2008, 49 pessoas morreram em estádios brasileiros de futebol, como resultado de violência ou de acidentes na multidão.[30]

Os novos "gringos"?

Finalmente, a força flexível do Brasil pode ser cortada (ou diminuída) pelo ressentimento da sua crescente economia e força militar, como um indício entre os seus vizinhos. Particularmente, o recente "endurecimento da força flexível do Brasil" – com as explosões de despesas para modernizar o seu equipamento de defesa e as novas políticas para promover a sua própria indústria de defesa (veja o Capítulo 3) – poderia manchar, potencialmente, a sua reputação como um país com intenções estritamente pacíficas. O novo interesse do Brasil em defesa pode se transformar em uma surpresa, devido à ausência de ameaças externas e da histórica ligação do país com a diplomacia. Conforme o Coronel Pedro de Pessoa, Comandante do Centro de Treinamento das

Operações de Manutenção da Paz do Exército Brasileiro, colocou: "É bom se as pessoas pensam que você é agradável, mas elas também devem pensar que você é capaz de ser mau".[31]

Concretamente, o Brasil precisa de uma Marinha moderna para patrulhar suas águas territoriais e proteger os seus ativos de petróleo e gás em águas profundas. A região da Amazônia também precisa de constante patrulhamento, em vista das suas porosas fronteiras e das ameaças à segurança nacional que elas criam, incluindo entradas ilegais, tráfico de drogas e roubos. Em agosto de 2012, no que foi descrito como uma das maiores operações militares na história da América do Sul, o Exército Brasileiro lançou uma operação espetacular ao longo das fronteiras com o Paraguai, Argentina e Uruguai. Cerca de 9.000 participantes das tropas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica foram deslocados para reforçar a segurança contra atravessadores (ladrões) de armas e traficantes de drogas. A nova ênfase do Brasil em controlar a sua fronteira, especialmente através de meios militares, está começando a gerar o tipo de ressentimento na América do Sul que costumava ser associado aos Estados Unidos. Alguns, na região, já começaram até a chamar os brasileiros de "novos gringos".[32]

Da mesma forma, a presença crescente de empresas multinacionais brasileiras na América Latina e em outros lugares do mundo começou a incitar o mesmo tipo de reação que as empresas europeias e norte-americanas têm enfrentado por anos, ao fazer negócios no mundo em desenvolvimento. Em 2006, o recém-eleito presidente da Bolívia, Evo Morales, acusou a empresa estatal brasileira de petróleo, Petrobras, de operar de maneira "ilegal" e "inconstitucional".[33] Dois anos mais tarde, Rafael Correa, Presidente do Equador, expulsou a empresa de construções Odebrecht, alegando que ela montou uma fábrica hidroelétrica fictícia no Rio São Francisco. Em Moçambique, centenas de pessoas em protesto bloquearam a entrada de uma mina de carvão operada pela gigantesca mineradora Vale, em uma briga sobre um acordo de compensação depois do deslocamento delas no início de 2013. No mesmo ano, ativistas e blogueiros criticaram o Brasil quando souberam que a empresa Condor Non-Lethal Technologies (Condor Tecnologias não Letais) com sede no Rio, supostamente vendeu parte do gás que as forças de segurança da Turquia usaram contra as pessoas protestando, reunidas na central Praça Taksim de Istambul.

Um gigante cordial pode liderar?

Um grande proponente da estratégia de força flexível do Brasil, o próprio Celso Amorim reconhece que "nenhum país pode se basear apenas na força flexível para defender os seus interesses". A imagem de um "gigante cordial" tem servido bem ao Brasil. Ao se projetar como uma nação cooperativa, o Brasil foi capaz de se estabelecer como um líder do Sul Global e ganhar o respeito de seus pares. Entretanto, conforme observa Andrew Hurrell, "diferente da China e da Índia, o Brasil não tem recursos de força de poder para reivindicar posição dentro de um concerto ou clube mais tradicional de Grande Força central" (Hurrell, 2010b).

Enquanto o país poderia obter maior respeito e influência por meio da sua crescente economia e força militar, seria muito arriscado para o Brasil aceitar como certeza as suas capacidades de força flexível. Como vimos, a posição do Brasil como um campeão de força flexível se baseia mais no uso quase que exclusivo de força flexível para aumentar o seu perfil internacional, em vez de sua posição geral na corrida global pela força flexível. A China e a Índia são sérios concorrentes quando se trata de liderar através da atração, e o Brasil ainda é um jogador da segunda liga nas diversas classificações globais que medem e comparam as realizações de força flexível e marcas de país das nações.

Enquanto ainda não é um líder mundial em força flexível, o país possui uma série de vantagens competitivas, que devem explodir ainda mais. Provavelmente, a sua maior força é a diversidade populacional. Pelo fato da força flexível se basear na atração, o seu efeito depende muito da receptividade daqueles receptores finais. Como um país com pessoas de origens de Portugal, Itália, Espanha, Alemanha, Líbano, Síria e Armênia – assim como uma imensa comunidade judia e uma enorme proporção de afrodescendentes – ainda que ele seja improvável, é colocado para se interessar por múltiplas plateias e transpor culturas. Conforme ilustrado pelas descobertas da EY (originalmente Ernst & Young)s "Rapid Growth Market Soft Power Index", um desafio chave para a nação sul-americana será aumentar o seu nível de integração global, especialmente na área de educação. A força flexível do Brasil é imensa e ainda não foi completamente utilizada.

2
O Consenso Brasília: Ainda é um Modelo Válido?

Falar de um "Consenso Brasília" pode parecer incongruente apenas alguns meses depois de uma onda massiva de protestos que assolaram o país, em 2013, pela primeira vez em décadas. Tais revoltas tomaram todos de surpresa. Com certeza, Dilma Rousseff, a presidente do Brasil, não os viu chegando, porque estava aproveitando as classificações de aprovação pessoal acima de 70%, pouco antes do início das manifestações, o *Comeback Queen* (Volta da Rainha), como a revista *Newsweek* a chamou[1], procurando sobreviver relativamente a salvo à "Primavera Brasileira". Depois de conseguir um baixo recorde de 31% em meio aos protestos, a classificação de aprovação do governo dela se recuperou e ela parece estar preparada para vencer as eleições presidenciais em 2014.

Os protestos nunca foram destinados ao governo ou exigiram uma mudança radical de curso político. Certamente, parte da elite econômica brasileira tem sérios ressentimentos contra o Partido do Trabalhador e daria boas vindas à volta de políticas mais conservadoras. No entanto, de longe, o pacote social do Brasil permanece forte. Apesar dos seus evidentes defeitos, o híbrido modelo de política do país – que misturou reformas baseadas no mercado com o desenvolvimento industrial e as políticas sociais progressivas, com o estado no papel principal – produziu uma década de ouro de crescimento sustentável e forte redução da pobreza, o que levou ao emprego quase total, incorporando mais 35 milhões de brasileiros na classe média. Mas, o que os protestos mostraram é que ainda há muitas questões por terminar. O país continua a sofrer com os anos de corrupção e o subinvestimento em saúde, educação e infraestrutura. Para os

líderes brasileiros, a questão é: o modelo chegou ao seu limite ou deve ser forçado ainda mais?

O que é o Consenso Brasília?

Este capítulo explora os pilares chave do "Consenso Brasília"[2], uma expressão que tem sido usada para descrever o modelo de desenvolvimento socioeconômico do Brasil. O Consenso Brasília não é movido por uma única ideologia, ao contrário, consiste de uma mistura de abordagens e soluções que os líderes brasileiros desejavam experimentar, encaminhando o país adiante. Tal modelo combina políticas macroeconômicas ortodoxas, despesas sociais, o desenvolvimento de um forte mercado interno e uma abordagem de certa forma protecionista ao desenvolvimento industrial e a administração de recursos naturais. Como Patrícia Campos Mello, repórter do jornal *Folha de São Paulo,* demarcou "a descrição do Consenso Brasília combina políticas que poderiam, facilmente, estar na agenda neoliberal, com medidas que assustariam sobremaneira os ortodoxos" (Campos Mello, 2012).

A estrutura é vista como uma alternativa ao "Consenso Washington", um termo que se refere ao conjunto de reformas em favor do mercado, aplicadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial aos países latino-americanos (e a outras partes do mundo em desenvolvimento) na década de 1990 (Williamson, 1990; Kuczynski e Williamson, 2003). Ele surgiu como uma flexível alternativa política para o conjunto mais radical de políticas socialistas abraçadas pela Bolívia, Equador e Venezuela desde a década de 2000. Até certo ponto, o Consenso Brasília também pode ser interpretado como um modelo democrático da liberalização econômica, com o estado no papel principal.[3]

O modelo socioeconômico do Brasil constitui um elemento importante da força flexível da nação. A reeleição do presidente Lula em 2006, com um recorde de 58 milhões de votos (60% do eleitorado), assim como a confortável vitória da presidente Dilma Rousseff em 2010, elevou significativamente a legitimidade moral e a atração política desse modelo, tanto dentro da América Latina quanto fora da região. Muitos líderes latino-americanos veem o Brasil como um exemplo, apesar da recente desordem econômica do país. Líderes passados e atuais de El Salvador (Maurício Funes), Guatemala (Alvaro Colom), Peru (Ollanta Hu-

mala) e Uruguai (José Mujica) devem muito dos seus sucessos políticos por seguir o caminho brasileiro e dizer que eles iam imitar as políticas e o estilo de governar de Lula. Estrategistas do Partido dos Trabalhadores tiveram papel importante em ajudar Humala a vencer as eleições presidenciais do Peru em 2012.

Como ligar o crescimento econômico ao progresso social

O que colocou o Brasil no mapa foi a sua capacidade de combinar crescimento com inclusão social dentro do rigor macroeconômico. Ainda que o recorde de crescimento do Brasil esteja atrás do da China, o Brasil foi um dos últimos mercados emergentes a chegar ao topo durante a Crise Financeira Global, e o primeiro a ver a recuperação começar (veja o Capítulo 3). O país também é amplamente aclamado pelo seu sucesso em combater a pobreza. Na pesquisa econômica do Brasil em 2013, a Organização de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD) observa que "as taxas de pobreza caíram visivelmente, particularmente desde 2003, independente da definição exata da linha de pobreza empregada", acrescentando que "o Brasil atingiu o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (MDG) de reduzir a extrema pobreza até 2015 em um quarto do seu nível de 1990 em 2007, oito anos antes do programado" (OECD, 2013).

Outros grandes países em desenvolvimento tiveram grandes progressos em tirar muitas pessoas da pobreza no decorrer dos últimos 20 anos. Na verdade, a redução da pobreza tem sido mais drástica na China. Ainda que o desempenho do Brasil ofereça mais do que se pode ver. Um estudo do Banco Mundial de 2009 revelou que quando se considera a redução da taxa de pobreza por unidade do produto interno bruto (GDP) do crescimento per capita, o Brasil foi cinco vezes melhor do que a China ou a Índia (Ravallion, 2009). Enquanto a explosão econômica da China e da Índia foi seguida por um crescimento de desigualdade nos dois países, a pontuação do Brasil no índice Ginio (o qual avalia a taxa de desigualdade) caiu de 0,61 em 1990 para uma baixa histórica de 0,53 em 2010. Em outras palavras, o Brasil é o único grande país em desenvolvimento que conseguiu garantir altas taxas de crescimento (até 2010), cortar a pobreza *e* reduzir as disparidades de renda.

Como um efeito mecânico de redução da pobreza, a classe média do Brasil se expandiu de 38% da população total em 2002,

para 53% em 2012, de acordo com um estudo governamental (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2012). O estudo provocou um debate no Brasil, porque classificou como de "classe média" indivíduos com uma renda mensal variando entre R$ 291,00 e R$ 1019,00 (entre US$130 e aproximadamente 460[4]). Pelos padrões da maioria dos países OECD, aquelas pessoas da "classe média" seriam consideradas pobres, particularmente quando levando em conta o alto custo de vida nos centros urbanos, onde vive a maioria dos brasileiros. No entanto, para os 35 milhões daqueles que chegaram à classe média entre 2002 e 2012, a mudança tem sido bastante tangível. Isso significa que eles não precisam mais gastar toda a sua renda em necessidades básicas, tais como comida e moradia. Como demonstra a explosão do consumo em automóveis, aparelhos de televisão, geladeiras e celulares, ocorre uma profunda mudança na estratificação social do país.

Essa mudança também ressoa além dos aspectos materiais. Conforme o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, a expectativa de vida cresceu de 66,3 anos em 1990 para 73,8 anos em 2012. Na média, os brasileiros passaram 7,2 anos na escola em 2012, 3,8 anos acima de 1990.[5] De um modo geral, no Índice de Desenvolvimento Humano o Brasil pulou de 0,669 em 2000 para 0,730 em 2012. É claro que muito ainda deve ser feito para o Brasil se mover para além da posição de país em desenvolvimento. O Brasil está classificado em 85º de 187 países, na edição de 2013 do índice, uma posição compartilhada com a Jamaica. Porém, o Brasil está na direção certa e já se apresenta melhor do que a média dos países do BRICS na composição do índice, assim como em todos os seus indicadores.

Os cinco pilares do Consenso Brasília

As políticas governamentais dos últimos três presidentes brasileiros exerceram um enorme papel em sua principal realização. O Brasil é o único grande país emergente a ter colocado o "crescimento inclusivo" tão firmemente no núcleo da sua agenda política e econômica. Seguindo a era da liberalização econômica na década de 1990, o estado deu uma volta forçada por meio de uma série de políticas em favor do pobre. Ao fornecer transferências em dinheiro às residências mais pobres, aumentando o salário mínimo e aperfeiçoando o acesso ao crédito – enquanto

mantendo a inflação sob controle – o governo foi capaz de colher os benefícios de um contexto internacional favorável (ficando à frente da explosão de demanda por mercadorias) para montar um forte mercado doméstico incentivado pelo consumo. A mistura vencedora de políticas econômicas e sociais, que ao se juntar, acreditamos formar o Consenso Brasília, se baseia nos cinco pilares chave: (1) estabilidade macroeconômica, (2) programas sociais, (3) demanda doméstica, (4) desenvolvimento da indústria com a participação do estado, e (5) consenso político. Nós resumimos os cinco pilares na Figura 2.1 antes de descrevê-los um por um.

1. Estabilidade macroeconômica

Quando Lula assumiu a presidência do Brasil, em janeiro de 2003, um dos seus primeiros movimentos foi reafirmar o seu comprometimento de governo à continuação das políticas conservadoras fiscais e monetárias do seu predecessor. Como ele anunciou em sua "Carta ao Povo Brasileiro" durante a campanha presidencial em 2002 (que algumas pessoas no seu partido brincaram que era, de fato, uma carta para acalmar os investidores), o presidente Lula prometeu manter a disciplina fiscal e honrar os comprometimentos de dívida do país (Campello, 2013). O governo de Lula até superou as expectativas dos mercados, aumentando a sua meta de superávit primário de 3,75% para 4,25% do GDP (Produto Interno Bruto). O Brasil também aproveitou a vantagem de seu elevado comércio e do grande influxo de capital para expandir as reservas de moeda estrangeira, de US$48 bilhões em 2004 para mais de US$376 bilhões em meados de 2013. A presidente Dilma Rousseff continuou comprometida com a ortodoxia macroeconômica, ainda que o crescimento menor tornasse difícil manter a disciplina fiscal. Uma vez que o Banco Central do Brasil não é formalmente independente, ele tem operado por meio de um acordo justo de autonomia nos últimos anos. Em 1999, o governo introduziu um regime com alvo na inflação para controlá-la no contexto de taxas de câmbio flutuantes. Desde 2005, o Banco Central tem tido uma meta de 4,5%, com intervalos de tolerância de dois pontos percentuais para cima e para baixo. A taxa de inflação foi de 5,59% em janeiro de 2014 (veja o Capítulo 3 para mais sobre a economia do Brasil).
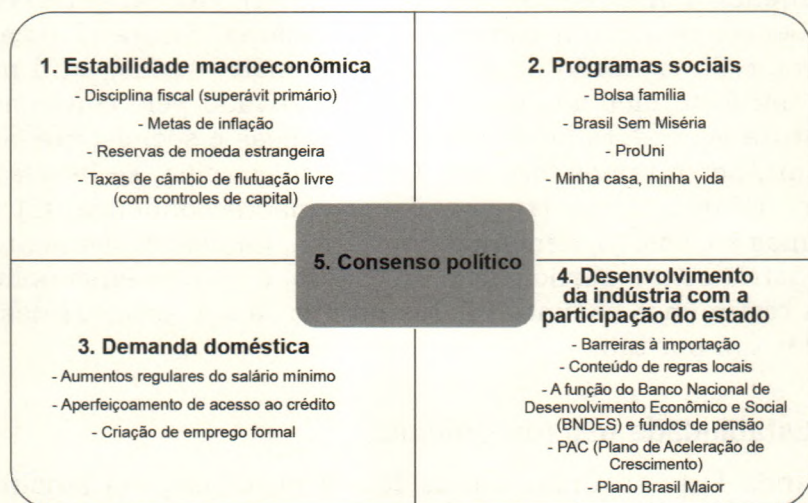
Figura 2.1 Os cinco pilares do Consenso Brasília

2. Programas sociais

O Brasil é bem conhecido pelos seus programas sociais de "transferência condicional de fundos".[6] Embora eles sejam geralmente associados à administração do Presidente Lula, muitos foram introduzidos inicialmente pelo seu predecessor, Fernando Henrique Cardoso. O que Lula fez foi transformá-los em centrais às políticas do governo. Sob o rótulo de *Bolsa Família*, seu governo aperfeiçoou a coordenação e aumentou os recursos de diversas iniciativas existentes, como a *Bolsa Escola*, para ampliar a frequência nas escolas, *Bolsa Alimentação* para a nutrição maternal e o *Auxílio Gás*, um subsídio de gás para cozinhar, assim como o recém-criado esquema de direito à alimentação, *Cartão-Alimentação*. Tais programas sociais, que exploramos mais no Capítulo 6, são relativamente baratos e continuam em uma proporção relativamente pequena do total do orçamento social (Hall, 2006). De acordo com a assessoria técnica do IPEA, gastar com o *Bolsa Família* representava 0,4% do Produto Interno Bruto do país em 2012 (Soares, 2012). Iniciativas de Desenvolvimento, uma organização não governamental (ONG) descobriu que o Brasil gasta quase US$4.000 por pessoa por ano no programa para combater a pobreza. Isso põe o Brasil na frente da China (US$1.762) e da Índia (US$864), mas atrás

da Argentina (US$5.268) e da Venezuela (US$4.225).[7] De acordo com o relatório, mais de 48 milhões de pessoas, um quarto da população do Brasil, agora estão registradas nos programas sociais do governo. Ao declarar guerra contra a extrema pobreza, a presidente Dilma Rousseff lançou em 2011 um novo plano, *Brasil sem Miséria*, estendendo a *Bolsa Família* para 800.000 famílias e criando programas alvo para aperfeiçoar acesso aos serviços básicos pelas pessoas mais pobres e ajudá-las a entrar no mercado de trabalho através de treinamento profissional.

3. Demanda doméstica

Uma percepção comum é que o sucesso do Brasil em tirar milhões da pobreza pode ser atribuído apenas aos programas sociais. Entretanto, conforme o IPEA, a *Bolsa Família* é responsável apenas por 8% de redução total da pobreza e entre 16% e 21% do total diminui a desigualdade desde 2001 (Soares, 2012). Pierre Salama, um economista francês, explica que o crescimento econômico foi de fato o fator principal, junto com um aperfeiçoamento total das condições de emprego, através de aumentos salariais regulares e aumento de criação de empregos no setor formal (Salama, 2010). Segundo a Organização Internacional de Trabalho (International Labor Organization), o salário mínimo era de R$ 724,00 (aproximadamente US$310) em 2014, o que é quase o triplo do que era em fevereiro de 2002, quando ele ficou em R$ 264,00 (medido de acordo com os preços constantes).[8] No total, milhões de novos empregos formais foram criados durante os dois mandatos da presidência do Lula. Outro fator chave foi a ampliação de crédito para a população de baixa renda, uma estratégia que foi ativamente criada pelo governo, por meio do sistema bancário público. De acordo com a OECD, a razão de crédito do GDP dobrou nos últimos oito anos e atingiu 54% do Produto Interno Bruto, com 28% de crédito pendente de empréstimos ao consumidor, incluindo empréstimos para a compra de automóveis (OECD, 2013:16). Embora persistam essas situações de endividamento, o acesso ao crédito tem sido uma ferramenta importante na luta contra a pobreza e reforçado a demanda doméstica colocando mais dinheiro nas mãos dos consumidores mais pobres.

4. Desenvolvimento da indústria com a participação do estado

O Brasil tem uma longa história de intervenção do estado na economia. O plano de liberalização econômica da década de 1990 levou à privatização de empresas antes de propriedade do estado e abriu muitos setores para competição. No entanto, o Brasil está longe de abranger o comércio livre. O Banco Mundial mostra que a taxa de comércio de mercadorias com o GDP do país foi de 21,1% em 2012, comparado a 47% na China e 94,5% na Coréia do Sul.[9]

Para promover o desenvolvimento da indústria local, o governo impôs fortes impostos sobre importações e incentiva fabricantes estrangeiros a produzir no país. Não é surpresa que o Brasil venda o segundo iPad mais caro no mundo (depois da Argentina) e que o fornecedor da Apple, Foxconn, escolheu o Brasil para montar a sua primeira fábrica de iPod fora da China. O governo também introduziu regras locais de conteúdo para proteger as suas indústrias automotivas e de energia. Em 2012, ele aumentou os impostos sobre carros produzidos com menos de 65% de componentes fabricados localmente, um movimento que forçou diversos fabricantes estrangeiros de automóveis a abrir fábricas no país. No setor de petróleo, a Petrobras, empresa controlada pelo estado, recebeu direitos exclusivos em blocos geográficos designados e um regime de compartilhamento de produção foi introduzido para outras, estratégicas. De novo aqui, as regras de conteúdo local exigem que a Petrobras e empresas de petróleo estrangeiras procurem entrar nas imensas reservas do país para trabalhar com fornecedores domésticos e equipamentos de fonte local. Como veremos na próxima seção deste capítulo, o apoio estatal à indústria local também assume muitas outras formas.

5. Consenso político

O cimento do Consenso Brasília – o que mantém unidos os quatro pilares anteriores – é o que o cientista político André Singer, um ex-palestrante da administração do Lula, definiu como "Lulismo". Para montar o consenso político e garantir a paz social, o Lulismo escolheu formar uma coalizão pragmática de interesses entre interesses de diversos segmentos da sociedade brasileira,

ao invés de ir atrás de uma agenda orientada pela ideologia. Em outras palavras, a reforma gradual foi favorecida, em vez de um confronto direto com os interesses da elite. Em especial, os fabricantes brasileiros, bancos e varejistas estavam entre os beneficiários diretos do consumo com participação estatal, o modelo econômico alimentado pelo crédito controlado pelo governo. Durante uma palestra na Universidade de Oslo, em 2013, André Singer observou que "a convergência de interesses do setor da indústria privada de um lado, e a força de trabalho organizada no outro, leva à estabilidade que possibilitou esse sistema político formar um tipo de consenso...Foi esse equilíbrio que permitiu ao governo fazer gradativamente modificações mais significativas na política".[10] Embora Dilma Rousseff sofra por ter a reputação de ser menos amigável do que Lula, ela também é muito considerada como uma líder pragmática. A forma com a qual lidou com os enormes protestos de 2013, mostrou a sua ligação com o diálogo construtivo. Ainda que inicialmente ela tenha permanecido em silêncio, logo demonstrou boa vontade e recebeu líderes das organizações jovens, inclusive estudantes e grupos de trabalhadores, pedindo para abrir novos canais de diálogo para encaminhar as exigências do movimento.

Políticas semelhantes, misturas diferentes em mercados emergentes

Tomados individualmente, os cinco pilares do Consenso Brasília – estabilidade macroeconômica, programas sociais, demanda doméstica, desenvolvimento de indústria com participação do estado e diálogo político – não podem explicar as recentes realizações do Brasil por eles mesmos. É a combinação deles que tem ajudado a criar um círculo vicioso. Outros países têm usado uma seleção desses componentes para montar os seus próprios modelos de desenvolvimento:

- China, por exemplo, tem perseguido a estabilidade macroeconômica e vencido o desenvolvimento da indústria com participação do estado. No entanto, ao contrário do Brasil, até agora ela tem se dedicado a promover exportações invés de incentivar a demanda doméstica por meio de redes sociais de introdução social. O sistema de partido único também dificulta o tipo de diálogo político que está tendo lugar no Brasil.

- Desde a sua fusão econômica em 2001, a **Argentina** adotou medidas para incentivar o consumo doméstico e ampliar a proteção social. Ela também tem expandido a posição do estado no setor de energia, nacionalizando em 2012, por exemplo, a empresa YPF de petróleo e gás. Ao contrário do Brasil, o governo rejeitou políticas ortodoxas macroeconômicas e favoreceu a política de confrontação (notadamente na relação com o setor privado), para avançar em sua agenda econômica e social.
- **Chile** é amplamente visto como um modelo de estabilidade macroeconômica na América Latina. As decisões políticas são direcionadas principalmente por consenso, invés de por polarização, mas a falta de investimento social explica a falha do país em reduzir as desigualdades. O governo chileno também se abstém muito de formular políticas industriais, exceto no setor de cobre, o qual tem sido parcialmente nacionalizado desde 1971. Codelco, a maior empresa de mineração de cobre no mundo, nunca foi privatizada.

Uma forma leve de capitalismo do estado?

O pilar mais controverso do "Consenso Brasília" previamente descrito, em especial fora do Brasil, é o papel ativo do estado em promover a indústria local. Com regularidade, o país é acusado de protecionismo pelos seus parceiros comerciais. A ideia de promover crescimento endógeno permanece profundamente enraizada na mentalidade dos formadores de política brasileiros e é um legado da estratégia de industrialização em substituição à importação, que foi vencedora entre as décadas de 1950 e 1970. Na verdade, o apoio do estado à indústria vai muito mais longe do que a imposição de barreiras comerciais e de satisfazer as exigências locais. Nessa área, as políticas brasileiras refletem uma tendência maior, que se tornou popular entre muitos mercados de países emergentes e que o *The Economist* e outros, têm rotulado como "capitalismo do estado".[11]

Capitalismo de estado se refere a um sistema econômico administrado pelo estado, onde o governo usa ferramentas capitalistas para atingir os seus objetivos políticos mais amplos. O modelo é diferente das formas mais socialistas de economia controlada, onde o planejamento central busca substituir as

forças de mercado. Aldo Musacchio, um professor associado à Harvard Business School, define o capitalismo de estado como "um sistema onde os governos, sejam eles democráticos ou autocráticos, exercem uma ampla influência na economia, seja de propriedade direta ou por vários subsídios".[12] Ian Bremmer, fundador e presidente do grupo Eurasia, oferece uma definição mais limitada: "O capitalismo de estado é um sistema econômico onde o governo manipula os resultados do mercado com objetivos políticos".[13] O veículo mais comum para executar essa estratégia é o de empreendimentos de propriedade estatal com a injeção de fundos públicos e, em parte, relacionados ao mercado de ações. Graças a uma mistura de capital público e privado, assim como a proteção de seu governo, eles são capazes de buscar planos agressivos de crescimento, envolvendo normalmente tomadas de poder corporativo em mercados estrangeiros. Alguns especialistas têm argumentado que os empreendimentos controlados pelo estado, como a Petrobras e o Banco do Brasil, têm exercido um papel fundamental em manter a estabilidade econômica do Brasil desde a Crise Global Financeira, porque as suas estratégias comerciais não apenas respondem aos objetivos de curto prazo de lucros do próximo trimestre, mas também aos objetivos econômicos e sociais mais amplos do estado.

Em um relatório especial sobre o tópico, publicado em janeiro de 2014, o *The Economist* explica que o capitalismo administrado pelo estado aparece em diversos níveis e formas.[14] A China e a Rússia são os exemplos mais clássicos. A maior parte das grandes empresas chinesas – sejam privadas ou de propriedade do estado – de uma maneira ou de outra respondem ao Partido Comunista. Na Rússia, o Kremlin assumiu o controle sobre as oligarquias do país e colocou os ex-oficiais da KGB nas posições principais das empresas administradas pelo governo. As monarquias do Golfo usam também outra variante do capitalismo de estado. A modernização patrocinada pelo estado é incentivada pelos recursos da riqueza soberana, cuja função é investir reservas governamentais (geralmente originárias das exportações de petróleo e gás) em ativos financeiros, imobiliários, infraestrutura, mercadorias e empresas – normalmente em mercados estrangeiros. Na verdade, a distinção entre as duas variantes de capitalismo do estado não é exatamente clara: a China e a Rússia também operam com reservas da riqueza soberana, enquanto que o governo da Arábia Saudita é o único proprietário

da gigantesca Saudi Aramco, de petróleo, e detém a maioria das ações da maior empresa do país, Saudi Basic Industries.

Um membro ambíguo do campo capitalista de estado

Para o *The Economist*, "o Brasil é o membro mais ambíguo do campo capitalista de estado". Ian Bremmer sustenta que o Brasil começou a flertar com formas limitadas de capitalismo administrado pelo estado, tal como apoiar campeões nacionais, mas que continua a ser essencialmente um mercado de economia.[15] De acordo com Ricardo Sennes e Ricardo Camargo Mendes, da Prospectiva Consulting, corporações multinacionais brasileiras se encaixam em algum lugar entre o que eles chamam de "Modelo OECD", onde os governos atuam quase sempre indiretamente, para criar condições competitivas para empresas se desenvolverem internacionalmente, e o "Modelo de Capitalismo de Estado", onde o apoio por parte do estado tende a ser dado diretamente, sem o qual essas empresas não seriam capazes de se desenvolver (Sennes e Camargo Mendes, 2009).

O *The Economist* informa que as empresas controladas pelo estado (como a Petrobras, a Eletrobras ou o Banco do Brasil), constituem 38% do valor do mercado de ações no Brasil, em comparação com 80% na China e 62% na Rússia. Porém, a mão do estado brasileiro também atinge o setor corporativo por formas mais indiretas, primeiro através do Banco Nacional de Desenvolvimento do Brasil (BNDES) e dos fundos de pensão dos funcionários de empresas de propriedade do estado, incluindo o Banco do Brasil, Petrobras e Caixa Econômica Federal.

BNDES, uma mão visível do estado

O BNDES foi fundado em 1952 para acelerar a transição de uma base rural para uma economia brasileira industrial com o estado à frente (Tavares de Araújo, 2013). Como operadora de empresa de propriedade do estado sob a lei do direito, o BNDES continua a exercer uma função crucial como agente financeiro e sócio de investimentos para o setor corporativo do país. A sua missão declarada é "fomentar o desenvolvimento sustentável e competitivo na economia brasileira, gerando emprego, enquanto reduzindo as desigualdades sociais e regionais". Como tal, ele

se tornou um veículo chave na implementação das políticas industriais e de infraestrutura do governo federal (BNDES, 2013).

Ao final de 2012, o BNDES mantinha R$ 715 bilhões (cerca de US$350 bilhões) no total de ativos, o que o torna quase do mesmo tamanho do Banco Mundial e mais de três vezes maior do que o Banco Interamericano de Desenvolvimento.[16] Com R$ 156 bilhões gastos em 2012 e, R$ 102 bilhões já alocados para entre janeiro e julho de 2013, o BNDES é o principal provedor do Brasil em financiamento de longo prazo. O banco oferece empréstimos a negócios (tanto diretamente quanto através de bancos comerciais reconhecidos), apoia projetos de investimento e financia atividades de exportação. Focado inicialmente em infraestrutura e na indústria pesada, em princípio ele se expandiu na direção da energia e agronegócio e agora está presente em virtualmente todos os setores da economia.

Cerca de dois terços dos empréstimos do BNDES vai para grandes empresas. O apoio do BNDES é importante, visto que o custo de crédito tem sido um obstáculo recorrente para as empresas brasileiras que procuram se expandir. De 1999 a 2012, as taxas de juros do Brasil eram em média de 16,27%. Empréstimos de longo prazo feitos por parte de bancos comerciais privados continuam proibitivos, e muitas empresas brasileiras devem usar os seus próprios capitais como fonte principal de recursos. Em tal contexto, empréstimos subsidiados pelo BNDES representam uma alternativa atraente para as empresas que o banco público considera um tomador de empréstimo seguro.

O governo brasileiro também usou o BNDES como um importante instrumento de suas políticas cíclicas durante a Crise Global Financeira. Quando o Real Brasileiro passou por uma queda abrupta, diversas grandes empresas, como a Aracruz Celulose, Votorantim Celulose e Papel e a Sadia se viram à beira da falência. Na Europa e nos Estados Unidos, os governos e os bancos centrais se apressaram em injetar liquidez em seus setores financeiros, esperando que eventualmente os bancos concedessem empréstimos novamente. No Brasil, o governo pediu socorro ao BNDES e a bancos públicos como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. O crédito das instituições públicas (inclusive o BNDES) cresceu 50% entre setembro de 2008 e janeiro de 2010.[17]

O estado como um acionista minoritário

Além das suas atividades de empréstimos, o BNDES também participa diretamente do patrimônio líquido de empresas por seu braço de investimento, o BNDESPar. No final de 2012, o setor de petróleo e gás representava 30,6% do portfólio do BNDESPar, seguido pela mineração (22,8%), eletricidade (12,6%) e alimentação (7,1%). Em setembro de 2013, o BNDESPar controlava 22,99% do maior processador de alimentos do Brasil, JBS,[18] 30,38% da empresa Fibria, de polpa e papel,[19] 5,37% da Embraer[20] e 5,3% da gigante mineradora Vale,[21] dentre muitas outras.

Por meio do apoio financeiro, o BNDES tem facilitado e, na verdade, incentivado a fusão de empresas domésticas. A ideia subjacente era não criar "campeões nacionais", mas sim "campeões internacionais", que seriam capazes de competir em escala global. Isso resultou no aparecimento de novos gigantes brasileiros, como o Banco Itaú Unibanco (nascido da fusão do Banco Itaú com o Unibanco), BRF (Sadia e Perdigão) e Fibria (Aracruz Celulose e Votorantim Celulose e Papel). Também foi graças ao financiamento do BNDES que a JBS foi capaz de comprar uma parte significativa da produtora de frango dos Estados Unidos, a Pilgrim's Pride, e se tornar a maior exportadora de alimentos do mundo. Além disso, empresas com empréstimos ou patrimônios líquidos do BNDES se beneficiaram das taxas de crédito aperfeiçoadas e maior acesso aos mercados de capitais. Ao ajudar essas empresas a atingir o tamanho necessário para competir nos mercados globais, o BNDES tem assumido uma importante função, ainda que indiretamente, ao transformá-las em corporações genuinamente multinacionais.

O futuro do BNDES

Os críticos do BNDES dizem que ele tem se tornado muito caro (o Tesouro transfere bilhões de Reais a cada ano, para subsidiar os empréstimos do BNDES) e grande demais (ele é responsável por mais de 70% de créditos de longo termo no país). No entanto, o governo pensa que o cofre IPEA observa que, ao levar em conta os benefícios de investimento adicional e a geração de renda, os empréstimos do Tesouro ao BNDES, na verdade criam uma rede de lucro fiscal.[22] O argumento de que o BNDES tem di-

ficultado o desenvolvimento da indústria financeira local é mais difícil de responder. Uma Pesquisa Econômica sobre o Brasil, OEDC (2011), publicada em 2011, explica que "enquanto que o BNDES foi designado para superar a falha de atores privados a entrar no segmento de crédito de longo termo, é possível que o setor privado, no meio tempo, tenha deixado de entrar nesse mercado devido à forte presença do BNDES". Mas, o mesmo relatório da OECD conclui que "enquanto esse segmento tem, em teoria, algum apelo, a evidência empírica, ao contrário, aponta pequenos efeitos", acrescentando que "independente da função do BNDES no passado, fica claro que as necessidades de futuros investimentos do Brasil não podem ser financiadas por uma contínua expansão do orçamento do BNDES".

A questão de financiamento pode voltar para a agenda de muitas empresas brasileiras globais. Em abril de 2013, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, anunciou em uma entrevista para o *Estado de São Paulo* que "a promoção de competitividade para grandes empresas multinacionais está na ordem de negócios que têm sido concluídos" e que o BNDES "foi tão longe quanto poderia ter ido" ao oferecer apoio às indústrias petroquímicas, de polpa, matadouros, aço, suco de laranja e cimento.[23] De acordo com o Sr. Coutinho, o banco público agora focará em seus esforços de apoiar mais setores baseados em inovação, tais como os de saúde e farmacêutico, onde as empresas brasileiras continuam a sofrer com a falta de competitividade. Em setembro de 2013, o Sr. Coutinho também anunciou um grande afluxo para financiar a infraestrutura, com previsão de investimentos de US$524 milhões até 2017.

A influência indireta do estado através dos fundos de pensão

O BNDES não é o único veículo por meio do qual o estado brasileiro financia o setor corporativo. Os três maiores fundos de pensão no país, todos diretamente associados a empreendimentos de propriedade estatal, oferecem um caminho indireto para o governo apoiar o setor privado doméstico. Previ é o plano de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, de propriedade do governo. Com cerca de US$82 bilhões em ativos, ele é o maior fundo de pensão na América Latina e foi classificado como o 27º no mundo, em 2012. Petros, o plano de pensão para os funcionários da Petrobras, é o segundo maior do Brasil e detém

aproximadamente US$29 bilhões em ativos. Funcet, o plano de pensão para os funcionários da Caixa Econômica Federal, outra instituição pública de poupança e empréstimos, tem cerca de US$23 bilhões de ativos e é o terceiro maior no país.[24]

Em 2010, esses três fundos de pensão representavam 46,8% do valor total do valor de investimentos dos 275 fundos de pensão do Brasil, conforme a ABRAPP, que representa os fundos de pensão de empresas patrocinadas do Brasil. Investimentos de patrimônio líquido contabilizam uma grande quota de seus investimentos totais. Como resultado, muitas grandes empresas brasileiras têm dentre seus acionistas Previ, Petros e Funcef. Por exemplo, a Previ possuía 7,83% da fabricante de aeronaves Embraer em junho de 2013.[25] Ao final de 2012 a Petros detinha 12,22% e a Previ 12,19% da gigantesca BRF de alimentos.[26] Em janeiro de 2013, a Petrus e a Previ possuíam 50% da infraestrutura da empresa Invepar.[27] Em 2009, a Previ facilitou a compra da Oi pela Brasil Telecom, e em 2013 a sua fusão com a Portugal Telecom, tornando-a a maior empresa de telefonia do Brasil.[28]

A Previ também é uma força significativa por trás da gigantesca mineradora do Brasil, a Vale. Ela é a acionista majoritária da Valepar, um veículo de investimento que controla a empresa e detém o direito de nomear nove dos dez diretores do conselho de administração.[29] Em 2011 foi dito que Brasília teria usado a Previ para forçar uma mudança de direção na Vale, o que resultou na renúncia de Roger Agnelli, que tinha enfrentado repetidas críticas do governo por não investir o suficiente no Brasil. Para muitos observadores, isto foi um sinal claro de que, apesar de ter privatizado a empresa em 1997, o estado detinha influência significativa sobre a direção estratégica da Vale. Entretanto, de acordo com o website financeiro ADFVN Brasil, agora a Previ está procurando gradativamente, um vento favorável ao seu controle sobre a empresa, de modo a dar mais liberdade à administração.[30]

O maior plano Brasil

A mão forte do estado não evitou a erosão da base industrial do Brasil nos últimos anos. Como veremos no próximo capítulo, altos níveis de impostos - em especial impostos sobre pagamentos - inflação e tarifas nos produtos importados o que têm causado um atraso na competitividade da indústria Brasileira. Algumas

pessoas argumentam que é, precisamente, o forte envolvimento do estado que tem direcionado os custos de produção no Brasil. Apesar do *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC), lançado em 2007 e agora em sua segunda fase (veja o Capítulo 5) o governo reagiu, lançando um novo plano de política industrial chamado *Plano Brasil Maior* em agosto de 2011.

Brasil Maior é um programa que atinge toda a nação, destinado a incentivar a competitividade dos bens e serviços brasileiros, pela redução de impostos às empresas que operam no setor de trabalho intensivo, tais como vestuário, calçados, móveis e software (OECD, 2011). Ele elimina algumas cobranças sobre eletricidade e oferece benefícios específicos à indústria automotiva. Ele introduz uma política de "Comprar Brasileiro" em regras de aquisições públicas, permitindo ao governo pagar até 25% mais do que os menores preços aos fornecedores domésticos. Uma gama de medidas é destinada a incentivar as exportações brasileiras, enquanto protegendo os mercados domésticos, por exemplo, acelerando os procedimentos *antidumping* e a implementação de verificação mais rigorosa sobre as origens dos bens. O plano também inclui um grande afluxo financeiro para incentivar a pesquisa e o desenvolvimento (R&D), gasto pelas empresas brasileiras com o apoio do BNDES e da FINEP, a agência de inovação do país.

O programa atraiu uma reação mista do setor privado. Para o US-Brazil Business Council (Conselho Comercial Estados Unidos-Brasil) o *Brasil Maior* cai em uma tradição há muito estabelecida de planejamento central, políticas industriais de múltiplos anos para acelerar o desenvolvimento econômico, e oferece pouco mais do que "alívio de curto prazo da competição externa através de subsídios e proteção". Segundo o *lobby* comercial, o plano deixa de encaminhar desafios estruturais enfrentados pela indústria brasileira, "tais como as altas taxas de juros, os altos preços da energia elétrica, falta de infraestrutura adequada, um peso no sistema de impostos e uma pobre prática reguladora".[31]

O Consenso Brasília está quebrado?

A razão por trás do que chamamos de Consenso Brasília tem sido sempre desenvolver um modelo de crescimento que serviria a objetivos nacionais mais amplos de desenvolvimento econômico e inclusão social. Ele foi cumprido? Enquanto o Brasil tem

um registro incompleto quando se trata de crescimento econômico, a drástica redução da pobreza e as taxas de desemprego são causas de conforto. Frequentemente o país tem sido considerado por ter se mantido relativamente bem durante a Crise Financeira Global, e a maioria dos observadores políticos preveem uma nova vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais de 2014. Contudo, a explosão dos enormes protestos em junho de 2013 também deixou evidente um sentido crescente de frustração entre muitos brasileiros, quanto à falta de progresso em determinadas áreas críticas.

Tal onda de demonstrações começou quando os moradores de São Paulo marcharam contra um aumento no preço de uma simples passagem de ônibus, de R$ 3,00 (cerca de US$1.36) para R$ 3,20. A reação da polícia – que atirou balas de borracha e jogou gás nos protestantes pacíficos – ativou o ultraje público e logo o movimento se expandiu para outras cidades brasileiras. Pouco depois o alvo dos protestos mudou dos custos do transporte para um conjunto mais amplo de questões domésticas. O sentimento de todos os que protestavam foi que enquanto o poder de compra pode ter aumentado nos últimos anos, o estado estava falhando em apresentar resultados nas áreas pelas quais ele era responsável, tais como a organização eficaz e acessível de serviços de transporte ou o aperfeiçoamento da educação pública e os sistemas de saúde. Impostos altos, inflação e corrupção também eram grandes motivos de queixas. Por fim, o movimento se cristalizou nos US$14 bilhões de dólares gastos pelo governo para construir estádios de futebol e se preparar para receber a Copa do Mundo 2014 da FIFA – dinheiro, que os em protesto disseram que seria mais bem usado se fosse para escolas e hospitais.

O Brasil viu o seu maior dia de protesto em 20 de junho de 2014. Mais de um milhão de pessoas marchou em 100 cidades pelo país, de acordo com a polícia e noticiários da mídia. Uma pesquisa feita pelo IBOPE, em junho de 2013, mostrou que a ampla maioria de brasileiros (75%) apoiou as demonstrações. Quando perguntados sobre os motivos dos protestos, 77% mencionaram um sistema de transporte deficiente, insatisfação com os políticos e partidos políticos (47%), corrupção (32%), educação e programas de saúde pobres (31%) e inflação (18%).[32] Uma característica chocante da rebelião é que ela foi principalmente autoorganizada,[33] com a mídia social ocupando um papel impor-

tante na mobilização. Partidos políticos de oposição e sindicatos de comércio se juntaram à multidão, mas sem conseguir conduzir apoio mais amplo dos manifestantes ou da opinião pública.

Às vezes o movimento era descrito como "não político". Na verdade, os protestantes vinham da esquerda, da direita e do centro. As primeiras marchas foram iniciadas pelo grupo radical de esquerda, *Movimento Passe Livre*, o qual pedia pelo transporte público gratuito. Depois, juntou-se a eles outra onda de pessoas protestando, de origem totalmente diferente, composta principalmente por jovens bem educados da classe média alta, que viram a oportunidade de dar voz à insatisfação deles para com o governo. O movimento tornou-se nacional quando a "nova" classe média do Brasil se juntou à rebelião, incluindo moradores de favelas, que são os primeiros a sofrer com os anos de baixo investimento na educação e na saúde.

Na direção de um novo acordo social?

Para tratar das preocupações dos manifestantes, a presidente Dilma Rousseff anunciou um "pacto nacional" com governadores e prefeitos de estados. O pacto incluía um *referendum* sobre reforma política, esforços renovados contra a corrupção e aperfeiçoamentos nos serviços de transporte, de saúde e de educação. Mas a presidente insistiu sobre a necessidade de manter responsabilidade fiscal, de modo a controlar a inflação. O dilema para a líder do Brasil é que ela está enfrentando exigências contrárias para aumentar o gasto público e diminuir os impostos em uma ocasião em que a economia está esfriando.

Tal situação coloca de várias maneiras o Consenso Brasília em teste. Primeiro, encaminhar exigências de melhor infraestrutura e serviços públicos aperfeiçoados requer uma troca de apoio público, do consumo ao investimento. Em segundo lugar, controlar a inflação requer aperfeiçoar a competitividade da indústria brasileira, o que muitos argumentam seria facilitado por menos intervenção governamental, em vez de mais. As barreiras de importação e os altos impostos contribuem para elevar o custo de vida. O uso de recursos públicos para ajudar o BNDES a financiar a consolidação das indústrias domésticas – e portanto facilitar o aparecimento de imensas corporações – também está sendo cada vez mais criticado. Um exemplo recente é o apoio inicial do BNDES do Brasil a financiar a fusão do varejista Pão

de Açúcar e as operações brasileiras do Carrefour. Tal acordo, para o qual posteriormente o BNDES resolveu retirar o apoio, teria dado à empresa combinada 27% do mercado varejista nacional e 69% do estado de São Paulo.

Qual o caminho à frente

Indo adiante, é improvável que o próximo líder do Brasil eleito em 2014 faça qualquer mudança radical à estrutura híbrida de políticas que constituem o chamado Consenso Brasília. A estratégia de atrelar o crescimento econômico à inclusão social permanecerá no âmago da agenda política e continuará a exigir abordagens políticas inovadoras. Os líderes brasileiros têm demonstrado que a abordagem deles é fundamentalmente pragmática e que estão dispostos a tentar "quaisquer trabalhos". A liberação total econômica e uma retirada completa do estado é altamente improvável, pois é uma troca para um estado maior e mais controle do governo no setor privado. E, embora os programas sociais sejam importantes, eles são apenas "paliativos" por natureza, ao mesmo tempo em que soluções de longo prazo envolvem fatores econômicos mais amplos, tais como ganhos contínuos de crescimento em produtividade e estabilidade de preços. Garantir o emprego total e um salário mínimo para "viver" também será crucial.

Essencialmente, o Consenso Brasília é uma combinação de modelos. Como o Chile, ele enfatiza a estabilidade macroeconômica e a responsabilidade fiscal. Como a Venezuela, isso requer uma abordagem proativa para reduzir a pobreza e as desigualdades através de ambiciosos programas sociais. Como a China, o estado assume um papel ativo na promoção do desenvolvimento industrial e o crescimento do setor corporativo. A originalidade da maneira brasileira é que ela não prevê tais objetivos individuais como exclusivos, mas reforçando mutuamente um ao outro. Como tal, o Consenso Brasília serve como possível inspiração para outros mercados emergentes, em que todos tentarão ter uma estrutura macroeconômica estável e gerar inclusão social. Promover o Consenso Brasília agora se tornou uma necessidade. Ele não apenas ajudará no avanço do desenvolvimento econômico e social do país, mas também continuará a alimentar a força flexível do país no cenário global, reforçando a sua posição com uma política inovadora e empreendedora.

Parte II
Uma Nação de Força de Poder se Formando

3
A Força Econômica do Brasil

O que define uma força econômica mundial entre nações? E o Brasil está pronto para assumir o seu lugar como uma dessas forças mundiais? Até 2011, a resposta parecia ser "sim", na trilha de uma década de forte crescimento do Produto Interno Bruto, que atingiu uma média de 4,2% ao ano entre 2003 e 2012 e chegou ao pico de 7,5% em 2010 (veja a Figura 3.1), e uma taxa de desemprego historicamente baixa, em torno de 5,4% - em combinação com um brilhante futuro em recursos naturais e de petróleo, o crescimento na base de fabricação e a classificação do débito do Brasil como "qualidade de investimento" desde 2008, de acordo com as agencias Standard & Poor's e Moody's no ano seguinte.[1] A partir de então, a economia esfriou, com a queda do Produto Interno Bruto para 2,7% em 2011, 0,9% em 2012 e voltando a 2,3% em 2013, enquanto que as questões sociais e de infraestrutura continuaram a crescer. No entanto, ainda existe um consenso entre inúmeros depositários de que está na hora do Brasil aparecer como uma força respeitada no mundo econômico. O Brasil é o quinto maior país no mundo em território e população, o segundo maior mercado emergente, depois da China, e a sétima maior economia no mundo (OECD, 2013; IMF, 2013).[2] O seu tamanho absoluto faz do Brasil um país importante no mundo.

Muitos países se tornam líderes mundiais através da "força dura" dos seus poderes militares e econômicos. Porém, a moderna história do Brasil raramente tem enfatizado a força militar: enquanto as forças armadas do Brasil, com mais de 300.000 pessoas, representam a maior força permanente na América Latina e sua história tenha envolvido conflitos armados indo da guerra pela Independência em 1822 à guerra do Paraguai no

final do século 19, o Brasil moderno nunca procura enfatizar o seu poder militar em qualquer nível regional ou global. Por mais de 100 anos, o Brasil tem sido um país em paz com seus vizinhos.

Embora o cientista político Joseph Nye tenha descrito recentemente uma troca no foco de um país militar para uma potência econômica como estando por trás da noção de "força dura", tal conceito ainda se move em torno da ideia de pressionar outros usando ameaças, força e incentivos.[3] Por exemplo, os Estados Unidos, tem feito isso negociando acordos comerciais, investindo em outros países, oferecendo ajuda financeira e então, ameaçando retirar essa ajuda ou criar sansões econômicas se um país não apoiar os objetivos políticos estrangeiros de Washington. Através dos seus investimentos na África, China também está montando uma nova esfera de influência por si mesmo.
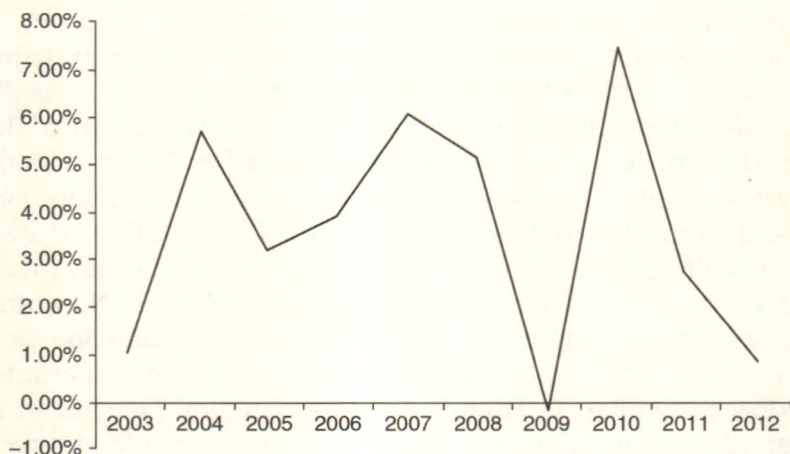
Figura 3.1 Crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil entre 2003 e 2012.

Fonte: Os autores se basearam nos dados do Banco Mundial http//databank.worldbank.org/ (Acessados em 20 de Agosto de 2013.)

Com certeza o Brasil tem agora maior força de barganha, graças à sua diversificação em exportações, tanto em termos de parceiros comerciais quanto em tipos de exportações. No entanto, isso ainda não tem força de poder substancial, conforme enfatizado por Andrew Hurrell (Hurrell, 2010b). Pelo menos,

não é um país que usa regularmente os seus recursos de poder para influenciar o comportamento de outros estados. Entretanto, o Brasil está montando rapidamente o seu poder econômico e de mercado com base em seu tamanho vertical, assim como em sua abundância de três das necessidades críticas do mundo: energia, alimento e minerais. As multinacionais brasileiras também estão crescendo em importância, como discutiremos no próximo capítulo. Tais fatores permitem que o Brasil negocie em termos mais igualitários com outras nações e dá ao país recursos importantes, que podem aumentar a sua própria força para o futuro. Portanto, a sua habilidade de usar sua influência no cenário mundial para conseguir os resultados desejados está aqui para ficar, e se projeta para crescer rapidamente no decorrer da próxima década.

Uma grande e crescente economia

Essa atividade econômica é refletida no crescimento nominal do Produto Interno Bruto no decorrer da década passada; mas, uma taxa de crescimento que tem sido sobrepujada por aquela da China (cujo GDP nominal chegou a US$8.3 trilhões em 2012) no decorrer desse período de tempo; um país que tem feito muita pressão e com uma mentalidade voltada para o mercado. Em comparação com a Rússia (US$2 trilhões), a Índia (US$1.8 trilhões) e a África do Sul (US$384 milhões) – as outras nações do BRICS, além da China – no entanto, o crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil tem sido impressionante, com o GDP nominal se expandindo em aproximadamente um fator de cinco no decorrer de dez anos, de 2002 até 2012, atingindo US$2.25 trilhões.

Ao voltar nossa atenção para o crescimento do Produto Interno Bruto per capita, os resultados também são da mesma forma impressionantes. Em dólares norte-americanos atuais, o GDP nominal do Brasil per capita atingiu US$12.789 em 2012, crescendo mais do que um fator de seis desde 1980, e acima de uma ordem de magnitude desde meados da década de 1970. Esse GDP per capita é favoravelmente comparado ao de outras nações do BRICS, na verdade, excedendo aqueles da África do Sul (cujo GDP per capita atingiu US$7.500), da China (US$6.076) e da Índia (US$1.492) e um pouco mais baixo do que um da Federação Russa (US$14.300).

Com reservas estrangeiras em US$377.5 bilhões em meados de 2013, um débito externo de US$397.5 bilhões e um débito público bruto representando cerca de 55% do seu Produto Interno Bruto (uma barganha, em comparação com países desenvolvidos, como os Estados Unidos, o Japão e alguns países Europeus), as finanças públicas do Brasil parecem estar sob controle.[4]

Nuvens no horizonte? Como evitar uma guerra de moeda estrangeira

Como todas as principais economias do mundo, as fortunas do Brasil estão interligadas àquelas dos seus investidores e parceiros comerciais. Um dos riscos dessa interdependência é o espectro de uma *guerra de moeda estrangeira*, onde países conflitantes desvalorizam sua moeda com relação àquelas de seus parceiros, tornando as exportações mais atraentes, aumentando os custos de importação e os preços domésticos. Tal guerra de moeda entre os Estados Unidos e os seus parceiros na Europa foi amplamente visto como uma contribuição para a Grande Depressão da década de 1930.

Durante a década de 1990, e devido às mudanças implantadas pelo Brasil e outros países latino-americanos, como a liberação do comércio, a privatização, a desregulamentação do comércio e os reforços fiscais, os Foreign Direct Investiments (FDI – Investimentos Estrangeiros Diretos) no Brasil cresceram de US$18 bilhões no início dos anos de 1990 para US$108 bilhões em 1999. Posteriormente, em 2002, isso caiu para US$45 bilhões, acompanhando a onda de crises financeiras, que atingiram sucessivamente a Ásia em 1997, a Rússia em 1998 e a Argentina em 2001-2002. Porém, um novo aparecimento em massa de Investimentos Estrangeiros Diretos tomou lugar, acompanhando a Crise Financeira Global de 2007-2009, com o lance de capital para estabilizar a crescente economia do Brasil.

Enquanto a economia do Brasil continuava a crescer no final da primeira década do século 21, alimentada por essa onda de investimento estrangeiro, assim como o aumento dos preços de mercadorias e outros fatores, a sua moeda, o Real Brasileiro (BRL) aumentou 60% em comparação com o desempenho das moedas, como o dólar norte-americano, entre 2009 e 2012. Isso causou o significativo efeito de destruir a

competitividade do Brasil. Por sua vez, levou o Ministro das Finanças do Brasil, Guido Mantega, a declarar em setembro de 2010 que o mundo estava em meio a uma guerra global de moeda corrente, levando o Brasil a impor novos controles de capital. Atualmente, esse cenário se inverteu dramaticamente: em agosto de 2013, o Real caiu 18% em comparação com o dólar norte-americano, desde o início do ano, a maior queda de qualquer dos países do BRICS.

O impacto resultante sobre os preços ao consumidor foi uma das causas dos enormes protestos sociais de 2013 pelo Brasil, instigados pelo aumento da tarifa dos transportes públicos e se ampliando para uma gama de questões econômicas e sociais. Análises têm apontado para questões econômicas subjacentes, na medida em que a economia brasileira tem sido flexível, incluindo uma taxa de inflação que inchou acima da taxa alvo do governo, de 4,5% para 6,5% em julho de 2013, assim como questões endêmicas com produtividade, infraestrutura e investimento de capital. Isso levou o Banco Central do Brasil a aumentar o desempenho da taxa Selic para 9% em agosto de 2013.

Na época o governo do Brasil tinha investido perto de US$60 bilhões para reforçar a sua moeda, e demonstrou fé na força subjacente de sua economia – em determinada ocasião, levando a Presidente Dilma Rousseff a censurar comentários de fontes da mídia como "informação terrorista". Enquanto o humor em Brasília poderia ser descrito atualmente como um otimismo cauteloso, os acontecimentos do início até meados de 2013 salientam a importância de uma moeda forte, estável para o futuro econômico do Brasil. As alterações súbitas da moeda tornam o ambiente econômico muito volátil e não facilitam as empresas a lidar com isso. Por exemplo, quando o valor da moeda brasileira cai, as empresas brasileiras com débitos em dólares norte-americanos e receitas, principalmente em Reais brasileiros, veem os seus débitos aumentar em Reais.

Um país autossuficiente: a riqueza e os recursos naturais do Brasil

Em determinada época na história, quando o acesso a recursos se torna crítico para muitas nações, o Brasil é (com a Rússia)

um dos dois países autossuficientes no mundo, graças à abundância de riquezas naturais, incluindo minério de ferro, manganês, bauxita, níquel, granito, calcário, barro, areia, estanho, ouro, platina, urânio, pedras preciosas, petróleo, fosfato, madeira e água. Com muito do seu potencial agrícola e de energia ainda por ser utilizado, a futura força econômica do Brasil será baseada em sua habilidade de oferecer ao mundo uma parte progressivamente maior para muitas das suas necessidades básicas.

Energia: passando a ser um jogador importante

Nivelando uma ampla gama de fontes, variando de petróleo a fontes de energia renovável, o Brasil tem atingido um nível de autossuficiência em energia. Ele é um dos líderes mundiais em biocombustível, por meio de seu programa para promover o desenvolvimento de etanol baseado em cana-de-açúcar, uma fonte de energia que agora chega a mais de 15% das necessidades domésticas de energia do Brasil. Mas um desenvolvimento importante e perturbador no futuro da energia do Brasil agora está se tornando um dos fatores chave em forçar o país para frente no cenário mundial.

A partir de 2007, a Petrobras, empresa de petróleo de propriedade estatal, anunciou a descoberta de extensos depósitos de petróleo e gás natural na costa sudeste do país. Tais recém-descobertos depósitos de recursos fósseis, avaliados como chegando a totalizar dois terços das reservas existentes no Brasil, surgem em uma época de grande tensão nos mercados mundiais de energia. Enquanto continua a desenvolver a infraestrutura necessária para usar esses recursos, o Brasil está preparado para assumir o seu lugar entre os principais países exportadores de petróleo. De acordo com a Agência Internacional de Energia, atualmente o Brasil é o 12º maior produtor de petróleo do mundo. Alguns especialistas preveem que em dois anos ele pode se tornar o maior produtor na América Latina, superando a Venezuela. Ele deve estar entre os principais cinco produtores de petróleo no mundo, por volta de 2020.

Nesse meio tempo, o Brasil usufrui uma incomum mistura de diferentes fontes de energia, como mostrado na Figura 3.2, incluindo uma ampla gama de formas de energia alternativa e renovável. Um quarto da sua energia vem de fontes de plantações, como cana-de-açúcar e outras biomassas, e perto de outros 20% vêem de hidroelétricas e de outras fontes renováveis. Conforme a Empresa de Pesquisa de Energia (ERCO[6] – Energy Research Company), 85% da eletricidade brasileira produzida vem da energia renovável, principalmente de força hidroelétrica. Claramente, o país é campeão de fontes de energia "verdes": por exemplo, a grande cidade ambientalmente consciente, Curitiba, usa biocombustíveis alternativos em uma parcela chave da sua frota de transportes, e até emprega um rebanho de carneiros para aparar a grama em seus parques.[7]
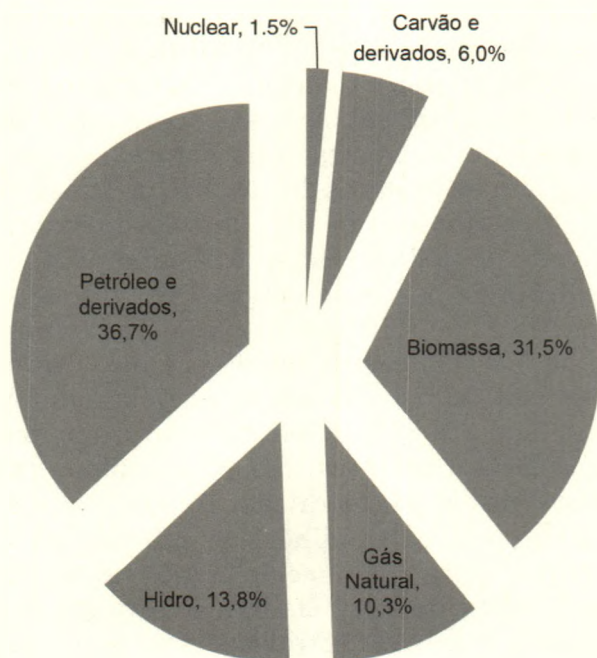
Figura 3.2 Fontes de energia no Brasil em 2012.

Fonte: Os autores se basearam no Union Times, "Brasil Courting Risk and Reward", 29 de Março de 2012, http://urbantimes.co/magazine;2012/brasil-energy-policy-ethanol-or-fossil-fuel/ (Acessado em 12 de Outubro de 2013.)

Porém, é no petróleo que muitas das perspectivas econômicas futuras do Brasil se baseiam. A Petrobras, a maior empresa de petróleo do Brasil e ex-monopólio estatal até 1997, recentemente apostou a sua experiência em extrações em águas profundas de alto mar, com a descoberta em 2007 dos campos de petróleo Tupi, 6.500 pés (cerca de 1982,50m), conhecidos como "camada de pré-sal", uma formação geológica na costa sudeste do Brasil. Mais tarde renomeada como campos de petróleo Lula (originalmente Tupi, na bacia de Santos), em homenagem ao então presidente do Brasil, permanece como a maior descoberta de petróleo no hemisfério ocidental desde a década de 1980. Depois, a descoberta em 2008 dos campos de petróleo Júpiter, igualmente grandes, em alto mar da costa do Rio de Janeiro, consolidou ainda mais a sua posição como importante fonte mundial de petróleo para o futuro.

Como resultado, em 2010 a Petrobras se tornou a quarta maior empresa no mundo pela capitalização de mercado, seguindo a sua oferta pública de ações.[8] O impacto dessas descobertas de petróleo no pré-sal no Brasil como um todo, não pode ser subestimado. Como mostrado na Figura 3.3, tais descobertas impulsionaram as reservas de petróleo do Brasil em um fator de quase dez, tornando-as uma das cinco principais reservas no mundo. Por volta de 2020, o Brasil terá uma produção projetada de 6,1 milhões de barris de petróleo por dia, dos quais, 4,2 milhões de barris de petróleo por dia virão da Petrobras, da atual produção de 1,9 milhões de barris por dia.[9] Aproveitar essa projeção potencial de petróleo exigirá investimentos caros em infraestrutura de perfuração e refino no futuro, e investimentos em exploração terão tirado recursos dos campos existentes de petróleo e seus níveis de produção. As receitas da Petrobras em 2012 atingiram US$145 bilhões. A empresa assumiu o seu lugar entre o que agora é conhecido como "Novas Sete Irmãs"[10] da indústria. A partir de 2012 ela tem se tornado a marca mais valiosa no Brasil: a marca "Petrobras" tem sido valorizada em perto de US$10 bilhões pelo WPP, um grupo de marketing.[11] Em comparação com as reservas de gás natural de mais de 350 bilhões de metros cúbicos, que atualmente fornecem mais de 10% da energia do país, o Brasil está classificado apenas como o 37º do mundo entre os de produtores de gás.[12]
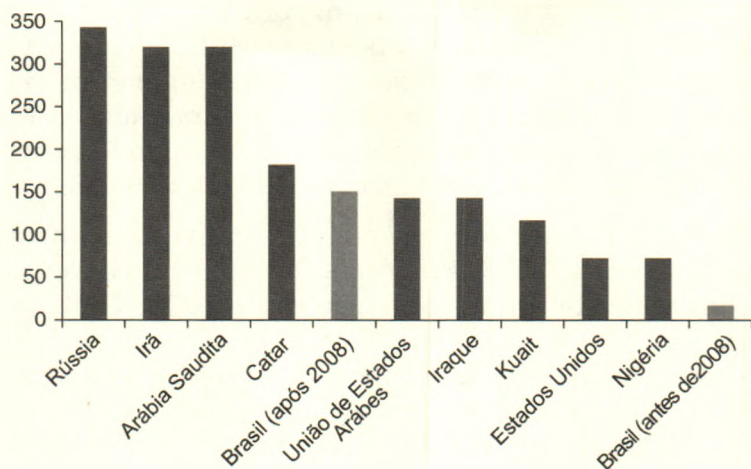
Figura 3.3 As reservas de petróleo e gás do Brasil antes e depois de 2007-2008 com a descoberta dos campos da camada do pré-sal entre os dez países principais, 2010 (bilhões de barris equivalentes de petróleo).

Fonte: Os autores se basearam no relatório do Citibank, "The Brazilian Energy Sector", Setembro de 2012.

Uma inovação doméstica em crescimento: etanol baseado em cana-de-açúcar

Outra tendência importante de energia que se torna grande como parte do crescente poder de barganha do Brasil, é a exigência global, cada vez maior, de bioenergia.[13] Os seus vastos recursos para a produção de cana-de-açúcar o tornaram o segundo maior produtor de etanol no mundo, depois dos Estados Unidos, fornecendo atualmente 30% a um mercado mundial chegando perto de 25 bilhões de litros em 2013. Como o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo,[14] ele tem uma posição privilegiada da produção de etanol, uma vez que administra a tecnologia, o seu clima é favorável e a sua disponibilidade de terras é adequada para o crescimento da cana, sem causar desmatamento ou competição com a produção de alimentos.

No Brasil, a cana-de-açúcar é usada para produzir tanto açúcar quanto álcool (etanol hidratado e anidro). A agroindústria de cana-de-açúcar envolve diversas etapas, desde o crescimento da cana à administração de contribuições, sobras e

subprodutos, para armazenar, transportar e vender o produto final. A indústria é reconhecida pela sua versatilidade, visto que a maior parte dos moinhos pode fazer tanto açúcar quanto etanol em taxas variáveis, com a mistura dependendo da lucratividade de cada produto, assim como a eletricidade gerada em conjunto a partir dos caules das canas e do lixo das folhas.

A produção de etanol se tornou significativa bem antes, com o lançamento em 1975 do Programa Pró Álcool do governo, instituído em resposta à crise de petróleo de 1973. O objetivo do programa era reduzir a dependência do Brasil ao petróleo importado para abastecer os automóveis. A produção do combustível etanol sob esse programa atingiu o pico em 1986-1987 em 12,3 bilhões de litros, e diminuiu mais tarde, na década de 1990, quando o setor do mercado chamou a sua atenção para o açúcar, uma mercadoria global com muito mais marketing e opções de financiamento, porque o preço do barril de petróleo tinha caído para US$12 em 1998. Mas na virada do milênio a conscientização ambiental aumentou, e ao subir os preços do petróleo, impulsionou um foco renovado sobre a produção de etanol. Dois motivos importantes da demanda renovada foram os comprometimentos por parte de países sob o Protocolo de Kioto e o desenvolvimento dos carros de combustível *flex*, capazes de rodar com qualquer mistura de gasolina e etanol, ou apenas com um combustível.

COSAN, o maior fornecedor de bioenergia do Brasil, prevê que atualmente o mundo está à beira de um forte aumento na demanda por biocombustíveis, na próxima década. Em primeiro lugar, os padrões de energia renovável estão crescendo – nos Estados Unidos, por exemplo, o Renewable Fuel Standard (Padrão Renovado de Combustível) exigirá 21 bilhões de galões de biocombustível para ser usado em 2022, e o próprio Brasil tem a incumbência atual de uma mistura de 25% de etanol e 75% de petróleo para os seus veículos. Em segundo lugar, depois de muita pressão por parte do Brasil, as barreiras tarifárias estão caindo nos Estados Unidos, que está eliminando uma tarifa de 54 centavos por galão, o que exclui muito do etanol brasileiro, enquanto a União Europeia está negociando um novo acordo de comércio livre com os países do Mercosul latino-americano.[15] Por fim, enormes mercados inexplorados, como a China, estão começando a se abrir para os biocombustíveis.

Outra questão importante trata-se da vantagem do julgamento nacional. Preocupações globais com o biocombustível, em especial aqueles feitos de milho, como dos Estados Unidos, têm sido o centro das atenções sobre como eles têm aumentado o preço dos alimentos e desagradado à cadeia alimentar. Atualmente há algumas, se houver, preocupações sobre a utilização da cana-de-açúcar brasileira. A Associação das Indústrias de Cana-de-Açúcar Brasileira (UNICA) avalia que menos da metade de 1% de terra no Brasil é usada para cultivar cana-de-açúcar, significando que não afetou os preços dos alimentos até o momento. Além disso, o etanol de cana brasileiro é mais barato[16] de produzir, ao contrário de outras fontes de biocombustível, como milho, trigo e beterraba. Significativamente, ele usa menos combustível fóssil para produzir e gera menos gases de estufa do que o milho. Cerca de 91% dos carros em fabricação atualmente para o mercado brasileiro, tem motores para combustível *flex* ou seja, motores que podem rodar com etanol, gasolina ou qualquer combinação de ambos. Os consumidores têm a liberdade de escolher entre as duas alternativas.

Então, onde essa mudança no mercado mundial leva o Brasil? A resposta é, a uma enorme oportunidade que também é um desafio. Atualmente, o Brasil luta para suprir suas próprias necessidades de etanol, o que é dificultado tanto pela sua atual capacidade de produção quanto pela infraestrutura fraca. De acordo com a UNICA, a indústria de cana-de-açúcar precisará não apenas dobrar a produção, mas também de um investimento de US$80-100 bilhões em aperfeiçoamentos de infraestrutura entre agora e 2020 para atingir a demanda projetada. Um mercado fragmentado é outra questão: COSAN, a indústria líder, só representa 9% do mercado, e tem se movimentado em direção a uma *joint-venture* com a Shell para competir mais eficazmente com outras empresas globais gigantes em energia.

Um recurso importante para o mundo: uma riqueza de minerais

O minério de ferro e outros minerais são vitais para alimentar a rápida industrialização dos mercados emergentes, assim como o crescimento da demanda de mercado em outros lugares. O Brasil é o lar de uma riqueza de depósitos minerais o que dá a ele um papel importante como fornecedor e exportador

de materiais como minério de ferro, bauxita, cobre, fosfatos e outras matérias-primas. Algumas das matérias-primas específicas onde o Brasil exerce um papel estratégico de exportação incluem as seguintes.[17]

Minério de ferro. O Brasil é o terceiro maior produtor de minério de ferro, um mineral crítico usado na produção de ferro e outros metais. Ainda que a sua produção em 2011, de 467 toneladas métricas, tenha sido sobrepujada pelo volume de 1.200 toneladas métricas de produção da China, a do Brasil quase se iguala àquela de outros países BRICS em conjunto, e ele é um exportador líder. A sua posição no mercado é ilustrada na Figura 3.4.

Bauxita. Esse núcleo componente de alumínio tem satisfeito prontamente a demanda crescente. Com 13% da produção mundial, atualmente o Brasil é o terceiro maior produtor de bauxita, atrás da Austrália e da China. A empresa mineradora MRN é responsável por 70% da produção brasileira, em 2010, com a Vale e a CBA representando a maior parte do restante. Conforme dados da USGS, a agencia US Interior Department (Departamento Interno dos Estados Unidos), o Brasil também tem a quinta maior reserva de bauxita no mundo, com 2,5 trilhões de toneladas métricas.
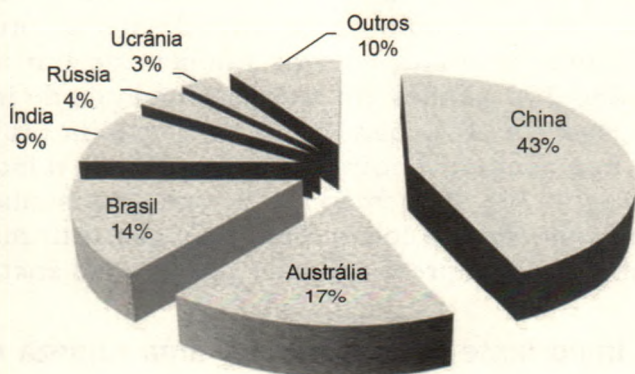
Figura 3.4 Produção de minério de ferro por país, em 2011.

Fonte: Os autores se basearam em USGS (Mineral Commodity Summaries – Resumos sobre o Mercado de Minerais) http://www.usgs/ (Acessado em 25 de Agosto de 2013.)

Cobre. Esse mineral é importante para a produção de cabos elétricos, assim como para montar materiais e outras aplicações. O total de 400.000 toneladas do Brasil em 2011 o torna o quinto maior produtor de cobre do mundo, com a Vale contabilizando 60% da produção brasileira e a empresa Yamana Gold, do Canadá, representando outros 25%. O projeto de mineração Salobo da Vale, que recebeu a aprovação do governo para operar em fins de 2012, promete acrescentar outras 100.000 toneladas por ano à capacidade do Brasil, depois de iniciar a operação em 2014.[18]

Níquel. O níquel é um material importante, usado em ligas de alumínio, especialmente aço inoxidável, o que por si só representa mais de 60% da demanda mundial. A produção do Brasil em 2011, de 70.000 toneladas métricas, o coloca entre os 10 principais produtores de níquel do mundo, principalmente devido à força da Vale, líder no mercado global, dentro de um mercado geral de 1.8 toneladas métricas, conforme os dados USGS.

A posição chave do Brasil em matéria-prima tem passado por uma discussão ambígua quanto à sua economia: esse setor lidera muito do comércio exportador do país e a FDI, significando que esses influxos financeiros não traduzem os trabalhos e a infraestrutura no mesmo nível em que se encontram em economias mais focadas em fabricação. No entanto, esse amplo recurso natural representa uma parcela importante na economia do Brasil e a sua posição relativa às crescentes demandas de recursos mundiais constitui uma porção substancial de seu potencial de força de poder no cenário mundial.

Os pulmões do mundo: a Amazônia

As florestas tropicais do Brasil, incluindo a bacia Amazônica, têm sido referidas como o seu "tesouro verde". Trata-se de uma parte importante do ambiente global. Contudo, esse tesouro tem sido atacado: até 2012, aproximadamente 12% da Amazônia original tinha sido perdida para o desmatamento nos últimos 40 anos.[19] Tal desenvolvimento tem levado a intensas preocupações globais quanto aos seus efeitos em potencial sobre os gases de estufa e a biodiversidade.

A Figura 3.5 mostra a trajetória da cobertura da floresta Amazônica no decorrer do tempo, usando estatísticas do Insti-

tuto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE, do Brasil, e da FAO, Organização de Alimentos e Agricultura das Nações Unidas. De meados do século 20, através da década de 1990, a conversão de florestas em terras de agricultura e pecuária cresceu com as bênçãos do governo brasileiro, tanto por oferecer incentivos aos donos de terra, àqueles que limpam a terra e no desenvolvimento de infraestrutura, como a Rodovia Transamazônica, na década de 1970. A exploração desses recursos tem sido um fator importante para atingir tanto o crescimento econômico quando o pagamento do enorme débito estrangeiro do Brasil na época.

Durante esse período, a terra Amazônica foi progressivamente perdida para agricultura, pecuária e exploração madeireira – em especial os dois últimos, devido aos solos pobres, muitas vezes insustentáveis, deixados para trás depois da retirada da madeira das árvores da floresta tropical. A pecuária tornou-se especialmente adequada a essa região, que oferecia pastagens para pastorear. Com frequência, os pecuaristas na Amazônia eram economicamente deslocados de outras partes do país, como resultado de interesses concorrentes da indústria de cana-de-açúcar, quando a demanda por biocombustíveis baseados em açúcar e etanol continuou a crescer.
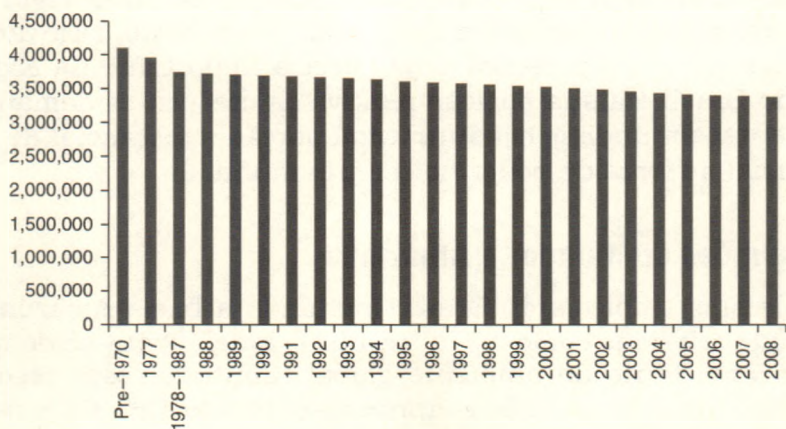
Figura 3.5 Superfície da floresta tropical Amazônica (km²) 1970-2008.

Fionte: Os autores se basearam em Butler, Rhett S., "Calculating Deforestation Figures for the Amazon", Mongabay.com, 2010. http://rainforests.mongabay.com/amazon/deforestation_calculations.html (Acessado em 5 de Outubro de 2013.)

Atualmente, a negociação diplomática e a ação ambiental têm começado a inverter a taxa de desmatamento na Amazônia. Em 1992 o Brasil participou da United Nations Framework Convention on Climate Change (Convenção das Nações Unidas sobre a Estrutura de Mudanças Climáticas, a Rio'92) – um tratado não obrigatório, propondo uma compensação em troca de limites sobre o desmatamento – e posteriormente retificou o Protocolo de Kioto de 1997, como uma nação em desenvolvimento isenta de limites de emissão de gás de estufa. O ativismo de organizações não governamentais (ONGs) como a World Wildlife Fund e o Greenpeace, todas muito ativas na Amazônia, também tem sido um fator [positivo]. Os resultados desses dois esforços tem sido a ação do governo, variando da retirada das permissões de ocupação ao estabelecimento de centenas de milhares de quilômetros quadrados de áreas protegidas.

O futuro da floresta tropical da Amazônia também tem algumas conotações políticas e culturais. Alguns brasileiros apontam para as economias ocidentais, como aquelas na Europa, que passaram por grandes desmatamentos em suas histórias anteriores com objetivos de agricultura e questionam abertamente por que é aplicado um padrão diferente ao seu país. Em 2008, por exemplo, o presidente Lula observou que é "o Brasil que está encarregado de cuidar da Amazônia".[20] Outros expressam preocupações ao perceber que algumas ONGs têm uma agenda ambiental que nem sempre levam em conta os melhores interesses do Brasil. Ao mesmo tempo, o Brasil tem se movido progressivamente na direção de aumentar a proteção da floresta tropical em sua posição ambiental e de desenvolvimento.

Independente da perspectiva de algumas pessoas sobre a Amazônia, é importante entender duas realidades com relação ao seu futuro. Primeiro, a perda da área florestal tem evoluído continuamente nos últimos anos, de atividade patrocinada pelo estado para desenvolvimento ilegal, o que por sua vez significa que o foco de sua preservação deve mudar da diplomacia e negociação para a ação legal. Em segundo lugar, enquanto a proteção da Amazônia continua a ser uma preocupação, a sua taxa de longo termo de destruição continua a diminuir, como resultado de crescente conscientização e de leis ambientais mais restritas, assim como o aperfeiçoamento de oportunidades econômicas em outros lugares.

Uma nova fronteira: uma poderosa casa global agrícola

As Nações Unidas avaliam que, entre agora e 2050, a população global crescerá de 7 bilhões para 9 bilhões de pessoas. Com a combinação de crescimento populacional e de aumento de renda – levando ao consumo crescente de alimentos de fonte animal, que também precisam ser alimentados – espera-se que a demanda global por comida dobre nesse período de tempo. Cada vez mais, as colheitas também serão usadas para a bioenergia e outros objetivos industriais. O iminente fantasma do crescimento populacional e a sua concomitante demanda por recursos de agricultura, levaram a revista *The Economist* a cunhar o termo *agropessimismo* para descrever a mentalidade da era que se aproxima.[21]

Conforme a revista semanal brasileira *Exame*, o Brasil se tornou o quarto maior produtor agrícola no mundo, depois da China, dos Estados Unidos e da Índia. Ele já é o maior exportador de suco de laranja, café, açúcar, soja e milho. Como tal, está em uma posição única para se tornar um fornecedor estratégico de produtos da agricultura para esse mundo novo, competitivo em termos de recursos. Como o quinto maior do mundo em terras, ele é o maior país do hemisfério sul e possui as terras mais capazes de serem aradas no mundo, das quais apenas 12% estão cultivadas. Atualmente, suas exportações de produtos agrícolas representam uma das áreas de crescimento mais promissoras para o futuro.

O crescimento do setor de agricultura do Brasil evoluiu gradativamente no decorrer do tempo. De acordo com a FAO, o Brasil tem sido por muito tempo um grande exportador de alimentos, e as duas décadas entre 1990 e 2010 têm visto as exportações agrícolas aumentarem mais de sete vezes os maiores níveis de exportação, US$60 bilhões em 2010, conforme mostrado na Figura 3.6. A FAO prevê que em 2020 o Brasil se tornará o exportador líder de quatorze itens de consumo chave, incluindo frango, carne de porco, suco de laranja, soja, café, milho, banana, chocolate e tabaco, e projeta um crescimento maior, com taxa de 40% na agricultura brasileira no decorrer da próxima década.[22]

Figura 3.6 As importações e exportações agrícolas do Brasil, 1990-2010 em US$.

Fonte: Os autores se basearam no banco de dados da FAOSTAT, 2013. http://faostat.fao.org/ (Acessado em 1º de Agosto de 2013.)

Exportações de alto valor específico no Brasil incluem soja, açúcar e frango, representando perto de um quarto do seu total de exportações agrícolas. Ele também é o maior exportador, em volume, de folha de tabaco, uma área potencialmente controversa que, contudo, permanece como uma importante colheita na agricultura, com alta demanda e elasticidade relativamente baixa de demanda (veja a seguir).

Brasil e tabaco: objetivos misturados

Atualmente, o Brasil é o maior exportador de tabaco do mundo e o segundo maior produtor de tabaco depois da China. Os impostos com as receitas pela venda de tabaco totalizaram mais de US$3 bilhões em 2011.23 Ao mesmo tempo, o país assumiu uma função líder em credibilidade ao encaminhar o problema do consumo de tabaco como uma questão de saúde pública em sua própria população.

O Brasil participa da estrutura da Organização Mundial de Saúde, Convenção para o Controle do Tabaco (WHO FCTC), um tratado global de saúde pública aplicando diversas medidas de controle de tabaco baseadas em evidências, como o aumento de impostos sobre os cigarros e o banimento da maioria do comércio de tabaco e em propaganda. Ele foi o primeiro país a banir descrições nos maços, como *light* (leve) e *low-tar*

(baixo tártaro), que não tem se mostrado seguro aos fumantes. O Brasil também impôs agressivas exigências em etiquetas gráficas de aviso cobrindo 100% da parte de trás e 30% da frente dos maços de cigarro. Acompanhando a decisão de São Paulo, em 2009, agora não é permitido fumar em locais públicos fechados de todo o país.

Ao mesmo tempo, o tabaco continua a ser uma exportação bem sucedida para o Brasil, especialmente devido aos declínios de exportação entre concorrentes como os Estados Unidos e a África. Enquanto o Brasil implantou programas para incentivar os fazendeiros plantadores de tabaco a trocarem para outras colheitas sustentáveis de longo prazo, o número vertical de fumantes existentes no mundo todo, que consomem algo que vicia, provavelmente garantirá de boa vontade o futuro econômico do tabaco no Brasil ainda por algum tempo.

Enquanto construir uma posição dominante como exportador de alimentos é um sinal de potência crescente no mercado, fica clara a abordagem do Brasil para a agricultura, também disfarça a sua raiz de força flexível, uma vez que agora está exportando o seu conhecimento em agricultura para Angola, Moçambique e outros países Africanos. Em um mundo onde o agrocomércio em larga escala e os subsídios governamentais têm estado lado a lado com outros importantes países exportadores de alimentos, o Brasil foca na tecnologia para a agricultura sustentável, assim como um sistema de mercado livre que incentiva o comércio, um modelo que poderia ser bem traduzido para outros países em desenvolvimento. A crescente produtividade agrícola do Brasil tem aumentado nas costas da pesquisa científica que tem otimizado o uso de sua terra arável, como criação de plantas e redução da acidez do solo, assim como uma economia crescente de escala, a partir de seus vastos recursos. Enquanto o mundo desenvolvido, os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão se basearam pesadamente em subsídios, o Brasil se tornou uma fonte de influência agrícola ao acrescentar tecnologia e, em 2011, aumentou a produtividade de grãos no setor de agricultura em 150%, com apenas 25% de aumento na terra cultivada.

Embora a imagem popular do Brasil às vezes seja associada à destruição da floresta tropical do Rio Amazonas em benefício da agricultura, na verdade a maior parte do seu crescimento em

plantações tem ocupado lugar em seus vastos planaltos, como as regiões de savana tropical, *cerrado*, nos estados de Goiás e Minas Gerais. Esse crescimento pode ser facilmente sustentado no futuro, devido à abundância de recursos do Brasil. Tal vantagem competitiva, em combinação com os dados demográficos do mundo projetados para as próximas várias décadas, promete tornar as exportações de alimento e produtos de agricultura um componente progressivamente importante para a futura potência de mercado do Brasil.

Como defender os recursos naturais do Brasil

No decorrer da história, a maior parte das principais guerras teve sua raiz em conflitos por recursos. A nação pacífica conhecida por cooperar com os seus vizinhos, o Brasil, no entanto, tem ciência sobre a necessidade de uma forte defesa para proteger os seus interesses no futuro.

O Ministro da Defesa do Brasil, Celso Amorim, apresenta esse caso com bastante simplicidade em um artigo para o Projeto Sindicato: "A abundância de energia, alimentos, água e biodiversidade do Brasil aumenta o seu interesse em um ambiente seguro, caracterizado pela crescente competição de acesso a, ou de controle de recursos naturais. Para ir ao encontro dos desafios dessa realidade complexa, a política estrangeira pacífica do Brasil deve ser apoiada por uma potente política de defesa".[25]

Portanto, ainda que historicamente o Brasil tenha vivido em paz com os seus vizinhos e há muito tempo (até agora) optado por se afastar da corrida das armas nucleares, refinar e modernizar a sua força militar tem se tornado uma prioridade para o futuro. Essa nova direção assume várias formas, incluindo:

- Cooperação de defesa bilateral com parceiros na África, também com a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCSA), uma organização que abrange os dois lados do Atlântico Sul.
- Exercícios de cooperação militar com os países companheiros do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), como Ibsamar, um exercício normal naval, trilateral, com a África do Sul e a Índia.
- Movimentos crescentes para o desenvolvimento conjunto de tecnologias de defesa com outras nações,

Em 2012, a despesa militar do Brasil representou US$33 bilhões, muito menor do que aquela dos líderes mundiais, como os Estados Unidos com US$682 bilhões (4,4% do GDP) e China com US$166 bilhões (2% do GDP). Mesmo assim, isso representa 30% de aumento desde 2001, e agora o Brasil é o 11º maior em gastos militares do mundo. O Brasil era o oitavo maior exportador de defesa na década de 1980 (graças à Embraer), mas gradualmente perdeu o lugar. Recentemente o país se envolveu em uma folia de compras sem precedentes, com o objetivo de substituir equipamentos envelhecidos e fortalecer as capacidades militares. Em especial, o Brasil busca construir ou comprar poderosos submarinos nucleares, helicópteros, assim como jatos de caça, para o que ele tem avaliado ofertas de construtores da França, da Suécia, da Rússia e dos Estados Unidos. O país também está dando passos para reforçar a sua própria indústria de defesa. O objetivo é aumentar as exportações de defesa e materiais de segurança, da mesma forma que uma quantidade de empresas brasileiras oferece bens e serviços militares. Nenhum desses desafios altera a básica "força flexível" do Brasil, do foco sobre cooperação internacional e o diálogo, nem o seu apoio a entidades diplomáticas do mundo, como as Nações Unidas. Entretanto, em um mundo onde conflitos globais têm surgido a uma velocidade alarmante, os seus efeitos refletem uma nova realidade, destinada a manter o futuro de seu desenvolvimento.

Bolsas de fabricação e serviço de excelência

Enquanto a agricultura representa 5,5% do Produto Interno Bruto (GDP) no Brasil e emprega cerca de 20% da força de trabalho, a indústria contabiliza 27,5% do GDP e aproximadamente 14% dos empregos, sendo que os serviços representam 67% do GDP e 66% da população empregada. A fabricação e os serviços atuam como criadores de empregos para a economia doméstica, são importantes no desenvolvimento da infraestrutura e são fontes de exportações e de inovações. Também servem como parte importante da visível "marca" pública de uma nação. Por exemplo, o crescimento na qualidade de fabricação do Japão na década de 1980 em áreas como a de automóveis, foi crucial na perda do país depois da Guerra Mundial, com a imagem de baixo custo do *Made in Japan* (Fabricado no Japão) e a reputação global de *Japan, Inc.*

As principais indústrias do Brasil são têxteis, de calçados, produtos químicos, cimento, madeira, minério de ferro, estanho, aço, aeronaves, veículos a motor e partes, e outras maquinarias e equipamentos. Ele tem demonstrado o potencial de competir com eficácia no mercado global, em diversas áreas. O seu potencial ainda não está totalmente realizado, devido à necessidade de melhor infraestrutura e à falta de capacitação, profissionais com educação em meio à população local. Ele também se qualifica como um lugar desafiador para iniciar um negócio, em termos de burocracia e custos. Dito isso, existem bolsas de fabricação e serviço de excelência, demonstrando que a habilidade do Brasil continua a crescer nessa área. Nós destacamos a seguir a área aeroespacial na fabricação, e os serviços de tecnologia de informação e bancários.

Aeroespacial: a Embraer é uma fabricante de aeronaves que atualmente controla muito do mercado de jatos pequenos, regionais, com baixo consumo de combustível. Ainda que longe de ser a maior empresa do Brasil, com receitas perto de US$6 bilhões em 2012, ela tem crescido rapidamente, de uma base de receita de menos de US$1,5 bilhões em 2009, e é um símbolo bastante visível tanto em qualidade global de produto quanto como exemplo da façanha do Brasil em engenharia aeroespacial. Ela compete com a Bombardier, como a terceira maior fabricante de aeronaves do mundo.

Serviços bancários: o Banco do Brasil S.A. é o maior banco na América Latina, com ativos de mais de meio trilhão em dólares norte-americanos, calculados em 2013. De propriedade pública do estado, mas comercializado na Bolsa de Valores de São Paulo, agora ele tem quase 50 locais de atendimento fora do Brasil, e a sua lucratividade é um fator importante em financiar programas sociais públicos. Outros bancos brasileiros bem sucedidos incluem o Itaú Unibanco, o Bradesco e o Santander Brasil. Tradicionalmente, os bancos do Brasil têm sido, logo de início, apoiadores da tecnologia e do acesso online, e têm implementado o setor de TI.

Tecnologia de Informação: a TI representa a única fonte maior de empregos para brasileiros com formação universitária, com mais de 15% de posições profissionais em 2013.[26] Stefanini, uma empresa de serviços de TI que se expandiu por todo o mundo e foi classificada como uma das dez principais empresas

inovadoras no Brasil pela Forbes Magazine, é um importante exemplo do crescimento e da reputação global desse setor.[27]

O crescimento do setor corporativo brasileiro é abordado mais profundamente no Capítulo 4. Porém, deve ser observado que muitas das maiores e mais bem sucedidas empresas do Brasil – como a gigante mineradora Vale e a líder em energia, Petrobras – atuam no comércio de áreas como recursos naturais ou produtos de agricultura. O desenvolvimento de um setor industrial e de serviços bem sucedidos no cenário global continua a ser um trabalho em progresso e está ajustado para ocupar uma parte importante da percepção do mundo quanto ao Brasil como uma potência econômica global.

Um jogador global na execução: olhando para 40 anos atrás[28]

A revista Brasileira *Exame* comemorou o 40º aniversário de sua classificação corporativa dos *Melhores e Maiores* ("The Best and the Biggest") em 2013, olhando para trás, para as mudanças pelas quais o Brasil passou desde 1973. De volta à época, metade dos brasileiros vivia em áreas urbanas, em comparação com os 80% de hoje em dia. A expectativa de média de vida também aumentou, de 53 para 74, a mortalidade infantil diminuiu de 115 para 1.000 e o analfabetismo caiu de 33% para 10%.

Na década de 1970, o Brasil estava sob a ditadura militar, que começou em 1964, e a mídia era censurada. Muitos ativistas de esquerda, incluindo a atual presidente Dilma Rousseff, lutaram contra o regime autoritário. Nesse meio tempo, o Brasil passou por um "milagre econômico", com uma taxa de crescimento de 14% em 1973. Desde então, o país enfrentou diversas crises, inclusive os estoques de petróleo de 1973 e 1979, e a inflação atingindo um pico de 6.821,3% em abril de 1990. De 1985 a 1999, oito planos econômicos foram implantados, seis diferentes moedas circularam e nove diferentes presidentes governaram o país durante esse período difícil. Em março de 1985, o país voltou a ser uma democracia, enquanto o mercado começou a se abrir para a concorrência estrangeira, no final da década de 1980 e na década de 1990, e uma série de empreendimentos de propriedade do estado foi privatizada, em especial a gigante em telecomunicações, Telebrás, em julho de 1998.

Os aperfeiçoamentos econômicos que se seguiram causaram impacto nas vidas da maioria dos brasileiros. Hoje, estatisticamente, há um telefone celular para cada pessoa e um automóvel em cada família brasileira. Empresas globais e locais também se beneficiaram e as receitas das maiores 500 empresas brasileiras em 1974 tiveram um aumento de dez vezes, de US$173 milhões em 1973 para US$1,3 trilhões ao final de 2012. Porém, a composição dessas 500 empresas foi dramaticamente alterada: apenas 230 das 500 relacionadas como as maiores do país em 1974 ainda estão funcionando, muitas com nomes diferentes ou com estruturas corporativas. Dentre as 230 empresas sobreviventes, apenas 87 foram classificadas entre as principais 500 empresas em 2013.

Muitas empresas brasileiras saíram do negócio nos 40 anos passados, devido à globalização, uma tendência que foi acentuada ao final da década de 1980 e no início da década de 1990 pela desordem econômica. O ex-presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) iniciou o processo de liberalização econômica, removendo as barreiras de importação de cerca de 500 produtos, como computadores e automóveis. Muitas empresas não sobreviveram à concorrência das multinacionais, que ofereciam produtos a preços mais baixos e com tecnologias mais avançadas. Os investimentos em inovação se tornaram uma solução para manter muitas empresas abertas - e em vários casos, plantaram as sementes para a maturidade econômica atual do Brasil.

Fonte: Exame Melhores | Maiores: As 1.000 Maiores Empresas do Brasil. Edição Especial 40 anos. Julho de 2013.

O capital humano do Brasil

Atualmente a quinta nação mais populosa no mundo, o Brasil é o lar de 200 milhões de habitantes, e quadruplicou seu tamanho desde 1950. Embora a sua taxa de crescimento atual tenha diminuído para 1,26%, igual à população do mundo como um todo, ele está projetado para continuar a crescer para 206 milhões de pessoas, em 2030.[29]

Ainda que a população esteja envelhecendo na Europa e no Japão, o Brasil é um país relativamente jovem, com perto de 62% de sua população com idade abaixo de 30 anos. No cenário

mundial a sua demografia, na média de idade em 2010, estava em 30,5, fazendo dele uma das maiores economias mais jovem, com uma média de idade perto de 15 anos mais jovem do que outros países estabelecidos, como o Japão.[30] O país é altamente urbanizado, com 85% da população vivendo nas cidades e perto de 10% vivendo nas principais cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Com o seu esmagador Catolicismo, e a sua população católica de 74% sendo a maior comunidade do mundo dessa fé. A ampla maioria dos brasileiros se considera religiosa.

Há muito tempo o Brasil tem sido uma das nações do mundo mais racialmente diversificada, como mencionado e discutido no Capítulo 1. O censo de 2010 mostrou que o país era o lar de 91 milhões de residentes brancos (47,7% da população), 82 milhões de pessoas que se definem como "multirraciais" (43%),15 milhões de pessoas de descendência africana (7,6%), com os restantes sendo de descendentes de asiáticos (1,1%) e de indígenas (0,4%), de acordo com as classificações raciais próprias do censo.

Então, o que isso representa no capital humano a partir de um ponto de vista econômico? Primeiro, uma imensa e jovem força de trabalho potencial, cuja maioria está trabalhando. Os níveis de desemprego no Brasil estavam com um recorde baixo, em 4,2% em janeiro de 2014, depois de ter ficado abaixo de 6% nos dois últimos anos.[31] Tal número é semelhante àqueles durante a superaquecida economia do Brasil em 2011, durante a qual o desemprego chegou a uma baixa de 4,7%, dentre a geral falta de emprego. E ela é menor que a metade das taxas de desemprego de dois dígitos do início da década de 2000, que excedeu 13% em 2003.[32] Nos últimos anos, o Brasil manteve um perfil relativamente estável de empregos, mas, faltas existem em muitas áreas de trabalho que requerem habilidade, como da ciência e da tecnologia, um problema que se deve em parte ao déficit do sistema educacional do Brasil.

Em segundo lugar, o Brasil evoluiu para se tornar uma das maiores sociedades de consumo do mundo, com um poder de gasto *per capita* mais alto, em itens pessoais, do que outras culturas, com relação ao nível de renda. Em acréscimo ao futuro dos brasileiros como trabalhadores, há um futuro brilhante para eles no cenário mundial como consumidores. A perspectiva de atingir sucesso maior na crescente explosão do mercado

do Brasil serve como uma grande barganha em negociações bilaterais e de comércio multilateral. Um foco renovado na força do capital humano em todos os níveis da sociedade tem contribuído claramente para o firme crescimento do Brasil no mundo.

Comércio com o mundo

Um dos aspectos mais críticos de potência econômica é o nível do país como um parceiro comercial, tanto como consumidor dos produtos do mundo, quanto como fornecedor de bens e serviços às outras nações.

De acordo com *Development Economics* (Economias em Desenvolvimento) as importações e exportações do Brasil têm aumentado quase cinco vezes desde a queda do século 21, para US$238 bilhões e US$256 bilhões, respectivamente, em 2012.[33] Por trás desse aumento está, em especial, o forte crescimento em agricultura e indústria, assim como o modesto porém estável crescimento no setor de serviços.

Quem são os parceiros importantes de comércio do Brasil? A resposta depende de quando você faz a pergunta. Historicamente, a América do Norte, especialmente os Estados Unidos, tem se mostrado o maior e mais importante relacionamento econômico com o Brasil. Esse relacionamento ainda é importante, embora agora a China seja um parceiro comercial mais importante do Brasil. Ele é o destino de 17% das exportações do Brasil e a origem de 15% de suas importações, seguida pelos Estados Unidos (o destino de 11% das exportações do Brasil e a origem de 14,7% de importações) e a vizinha Argentina (7,4% de importações e exportações), seguida de perto pela Alemanha (origem de 6,4% de importações) e a Holanda, para onde vão 6,2% de suas exportações. Um parceiro comercial relativamente novo é a Coréia do Sul (origem de 4,1% de importações). O Brasil também mantém um superávit comercial com a China e um déficit com os Estados Unidos, enquanto a Argentina é um parceiro mais igual. O minério de ferro representa 15% de suas exportações, seguido pelo petróleo (8,3%), soja, óleo de soja (7,8%), açúcar bruto (6,3%), carnes de aves (2,9%) e café (2,6%), resultando num comércio que em sua maioria varia de recursos brutos naturais à agricultura.

Durante a Crise Financeira Global de 2007-2009, o comércio entre o Brasil e os Estados Unidos caiu precipitadamente, em uma época que viu a China, súbita e rapidamente, surgir como o maior parceiro comercial do Brasil, como mostrado na Figura 3.7. O rolo compressor da economia e fabricação da China na última década tem sido um fator chave, pois há um ambiente comercial crescente entra a China e a América Latina em geral. O comércio do Brasil é bem igualitariamente distribuído entre a China, os Estados Unidos, a União Europeia e os seus vizinhos latino-americanos.

O influxo do FDI no Brasil o classificou entre os seis principais países receptores em 2012, como mostrado na Figura 3.8. Ele atingiu US$76 bilhões em 2012, em comparação com uma média de US$2 bilhões na década de 1980. Como já mencionado, muito desse FDI envolve os enormes recursos de agricultura e naturais do Brasil, o que não tem o mesmo efeito sobre a economia doméstica, como o comércio de produtos fabricados em termos de criação de trabalho. Porém, o Brasil tem crescido claramente em tamanho como um país que atrai capital estrangeiro.
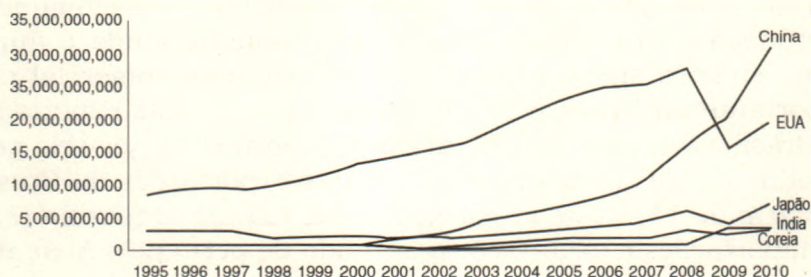
Figura 3.7 Volume total de exportações com parceiros comerciais importantes, 1995-2010.

Fonte: Os autores se basearam em dados dos Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial e da Conferência das Nações Unidas de Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).
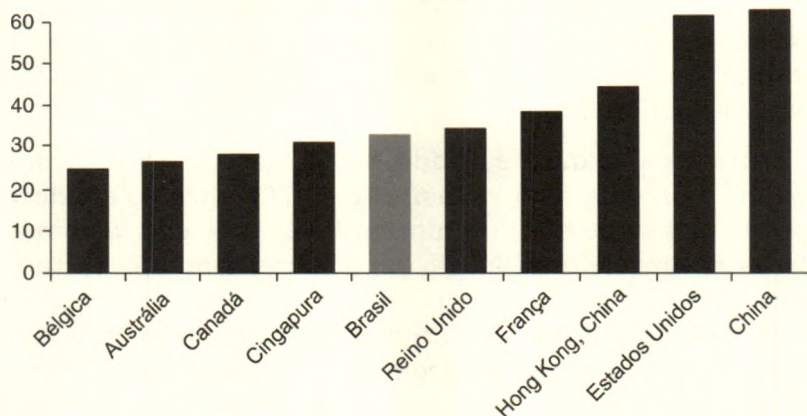
Figura 3.8 Influxos globais de investimento direto estrangeiro – Q1 / Q2, 2012, em bilhões de dólares norte-americanos.

Fonte: Os autores se basearam nos Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial http://data.worldbank.org/ e na UNCTAD. (Acessados em 21 de Setembro de 2013.)

Uma qualidade de investimento em economia

Um ponto de encerramento, talvez o reconhecimento mais importante do Brasil como uma influência econômica – e um país com influência econômica no cenário mundial - tem tido o reconhecimento de seus débitos nacionais como sendo qualidade de investimento, uma classificação conferida ao Brasil em 2008 pela agência global de classificação, Standard and Poor's, [34] e, posteriormente, pela Moody's. O crescimento do Brasil em suas reservas de moeda estrangeira também tem mostrado a sua força, ao comprar títulos do Tesouro dos Estados Unidos. Atualmente, o Brasil é o quinto maior detentor de débitos dos Estados Unidos, depois da China, do Japão e os bancos do Caribe, e está se tornando um financiador do International Monetary Fund (IMF – Fundo Monetário Internacional) enquanto, em determinado ponto no passado recente, foi um dos maiores receptores de empréstimos do IMF.

Não se pode subestimar o impacto dessa classificação sobre as perspectivas econômicas e futuras do Brasil. Historicamente, países sem investimentos classificados por uma agência globalmente reconhecida, têm sido exigidas a pagar juros muito

mais altos quando emitem títulos, o que por sua vez aumenta os custos de empréstimo e fere a postura competitiva deles. No processo, a infraestrutura econômica e a posição delas como segunda camada de poder financeiro, geralmente passam a se perpetuar com o tempo.

Contra esse pano de fundo, essa classificação reconhece quão longe a economia do Brasil chegou. Conhecido em décadas passadas pelas questões de hiperinflação e moeda, assim como a infraestrutura de uma nação em desenvolvimento, trata-se de um reconhecimento de que as coisas mudaram. O Brasil pode se gabar da inflação de um único dígito em mais do que a década passada, crescimento econômico substancial e, acima de tudo, uma forte posição como um corretor para as necessidades de recursos do mundo na próxima década.

Até agora o Brasil sobreviveu com a classificação de débito atual intacta, através de eventos econômicos além da Crise Financeira Global. Isso cresce como fator importante em seu futuro de potência econômica, como muitos dos importantes desafios que ele enfrentará no futuro – incluindo a montagem de infraestrutura, criando uma força de trabalho mais capacitada e continuando a reduzir a pobreza e a desigualdade econômica – exigirão investimento de capital e, por fim, financiamento público.

Enquanto ainda há muito para acontecer nessas áreas, como será discutido em mais detalhes em capítulos subsequentes, o Brasil parece ter virado uma esquina fundamental em sua posição no cenário mundial. Em um sentido bem realista, suas classificações de qualidade de investimento servem como um fundamento simbólico para o seu crescimento futuro, assim como o reconhecimento de quão longe ele chegou.

4
Empresas Brasileiras se Tornando Globais

Os últimos anos têm visto uma mudança fundamental na atitude do Brasil em relação aos mercados globais, e o mundo percebeu. Como exemplo bem visível, a Embraer, fabricante de aeronaves, é mencionada com regularidade como uma multinacional em evidência no mercado emergente e líder em um setor competitivo e de intensa tecnologia. Em outra área importante, produtos de alimentação, as embaladoras de carne JBS e Marfrig têm impulsionado o Brasil a se tornar uma força dominante na indústria global de carne bovina em apenas alguns anos. Marcas brasileiras têm começado a se espalhar internacionalmente, como por exemplo, as Havaianas, cujas sandálias de dedo são uma declaração de moda mundial.

Antes, a indústria brasileira era vista como se projetando principalmente nos mercados locais e regionais. Geralmente, esse conceito tem muito a ver com conveniência, devido à concorrência: entre um grande mercado doméstico e a disponibilidade imediata de recursos naturais em casa, as empresas brasileiras eram normalmente vistas como tendo pouco incentivo para ampliar globalmente as suas atividades. A explosão em investimento externo, de 2002 a 2009, demarcou uma mudança importante nessas atitudes, e atualmente o comércio brasileiro é uma força crescente no mercado mundial.

Este capítulo explora o universo das empresas multinacionais brasileiras. Quem são os jogadores brasileiros mais ativos no mercado global e quão "multinacionais" eles são? Quais seus motivos para se expandirem globalmente e quais são os desafios restantes que precisam superar para se tornarem líderes mundiais? Primeiro nós apresentamos uma visão geral da atual classificação de empresas multinacionais do Brasil, com base nas

classificações corporativas mais recentes. Depois, olhamos para as principais forças de orientação por trás de sua globalização, assim como para os diversos obstáculos que precisam enfrentar no caminho para se tornarem jogadores de classe mundial.

Por que é importante para um país ter empresas multinacionais? Enquanto empreendimentos pequenos e de tamanho médio criam muitos empregos e constituem a espinha dorsal de qualquer economia, a presença de grandes empresas que operam globalmente oferece uma valiosa fonte de pesquisa e desenvolvimento, crescimento, conhecimento e inovação para os seus países de origem.

As empresas multinacionais não trazem apenas receitas fiscais significativas, elas também ajudam os fornecedores locais a se conectarem com as cadeias globais de produção e contribuem para aperfeiçoar a "marca do país" no geral, o que afinal beneficia todos os setores da economia. Além do mais, as multinacionais de um país geralmente representam um dos aspectos mais visíveis de sua postura econômica. Como o Brasil busca assumir um papel mais influente nas questões globais políticas, as operações ativas de empresas brasileiras em uma escala mundial oferecem uma fonte de poder econômico e prestígio por meio do qual o país pode adquirir e exercer força nas relações internacionais.

Multinacionais Brasileiras: atingindo uma maioria crítica?

"Está na hora dos empresários brasileiros abandonarem seus receios de se tornarem empresários multinacionais", incitou o ex-presidente brasileiro Lula, enquanto se dirigia à Associação Industrial Portuguesa em 2003.[1] Dez anos mais tarde, olhando para as atuais empresas brasileiras de reputação na classificação anual da Fortune Global 500, é difícil dizer se a visão do presidente Lula desempenhou o seu papel ou não. Por um lado, o Brasil conseguiu um importante avanço, com um número total de oito empresas entre as 500 no topo do mundo (por rendimento) em 2013, em comparação com apenas três em 2005 (veja a Figura 4.1). Ele está bem à frente do México (três empresas), em termos iguais com a Índia e empatando lentamente com a Coréia do Sul. Mais perto de casa, o Brasil ofusca seus vizinhos latino-americanos: 13 empresas latino-americanas apareceram

no alto das 500, oito do Brasil, três do México, uma da Venezuela e uma da Colômbia.[2] (veja a Tabela 4.1).

Pelo outro lado, o desempenho do Brasil é fraco em comparação com a espetacular invasão das empresas chinesas, cujo número total na classificação da Fortune Global 500 aumentou mais de seis vezes desde 2005, para atingir 89 em 2013 (Figura 4.2). Empresas asiáticas de outros países também aparecem no alto dessa lista, incluindo quatorze da Coréia do Sul, oito da Índia e seis de Taiwan. No todo, quase uma em três das empresas (143) é de países emergentes, enquanto que oito anos atrás, em 2005, apenas 9% (47) eram representadas (Figura 4.3).

Quando comparado com outros países de peso econômico semelhante, o Brasil também fica para trás. Enquanto o Brasil era a sétima maior economia do mundo em 2012, ele só se classificou em 13º em termos de um número total de empresas classificadas por país. Em contraste, o Reino Unido, com um Produto Interno Bruto (GDP) nominal ligeiramente igual àquele do Brasil, é o lar de não menos que 26 empresas da Global 500. Com um GDP 25% menor que o do Brasil, a Índia já empata com o gigante da América do Sul (Figura 4.4).
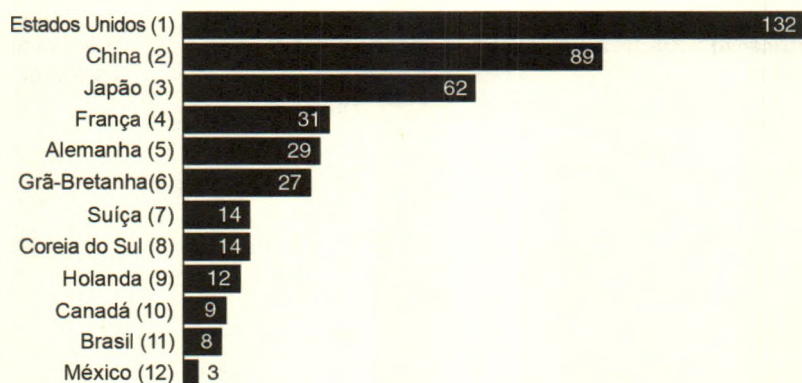
Figura 4.1 Número de empresas relacionadas na classificação da Fortune Global 500, 2013, à direita e a posição na classificação por número total de empresas à esquerda.

Fonte: Os autores se basearam em dados da Fortune Global 500 (edição de 2013).
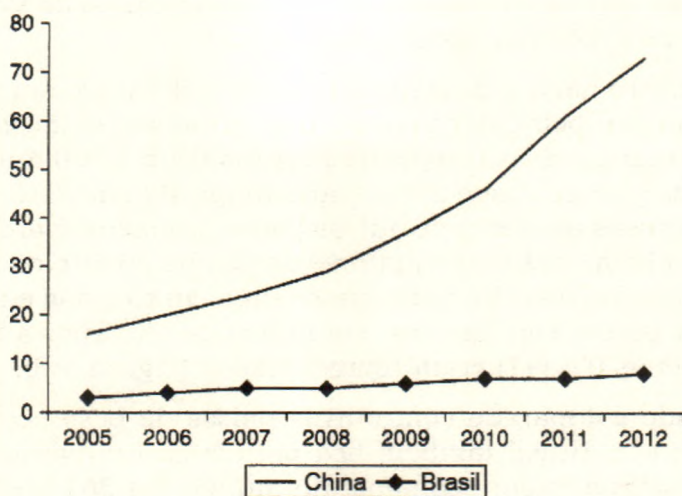
Figura 4.2 China e Brasil: Evolução ano a ano do número de empresas relacionadas na classificação anual da Fortune Global 500 (2005-2012).

Fonte: Os autores se basearam nos dados da Fortune Global 500.

Tabela 4.1 – As maiores empresas latino-americanas, de acordo com a classificação da Fortune Global 500 (edição de 2013)

Classificação em 2013	**Empresa**	**Receitas 2012 ($ bilhões)**	**País**	**Lucros 2012 ($ bilhões)**
25	Petrobras	144,1	Brasil	11,0
36	Pemex	125,2	México	0,2
368	PDVSA	124,5	Venezuela	2,7
116	Banco do Brasil	72,1	Brasil	5,8
168	Banco Bradesco	56,0	Brasil	5,8
158	América Móvil	58,9	México	7,0
210	Vale	47,7	Brasil	5,5
275	JBS-Friboi	38,7	Brasil	0,4
280	Ecopetrol	38,3	Colômbia	8,2
366	Itaúsa-Investimentos	31,1	Brasil	2,3
420	Ultrapar Holdings	27,6	Brasil	0,5
449	CBD	26,1	Brasil	0,5
491	CFE	23,6	México	1,5

Fonte: Os autores se basearam nos dados da Fortune Global 500 (edição de 2013)
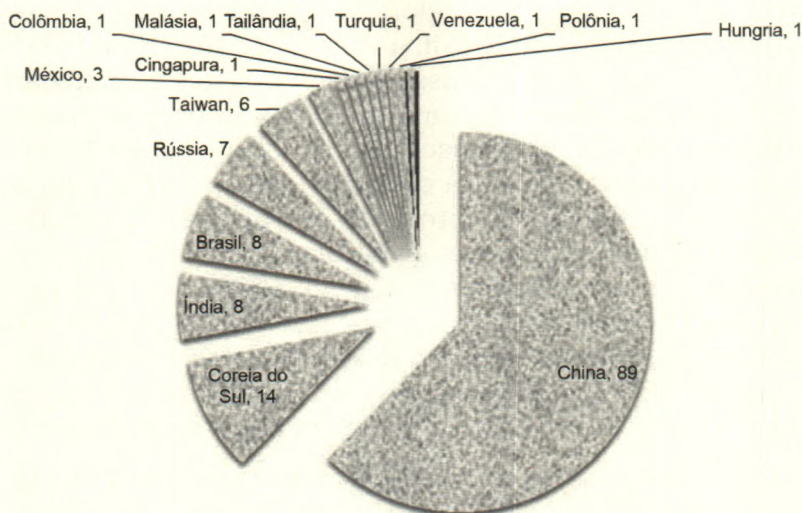
Figura 4.3 Distribuição por país de 143 multinacionais emergentes em Fortune Global 500 (edição de 2013)

Fonte: Os autores se basearam nos dados da Fortune Global 500 (edição de 2013).
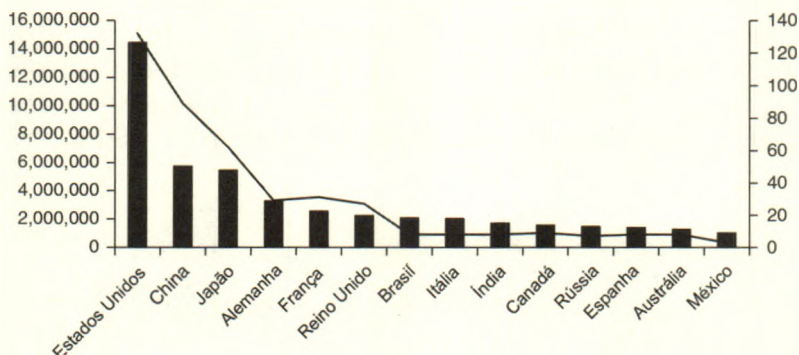
Figura 4.4 GDP Nominal (barras, lado esquerdo) e número de Fortune Global 500 por país (direita, lado da linha), edição de 2013.

Fonte: Os autores se basearam nos dados do Banco Mundial e da Fortune Global 500 (edição de 2013).

Conforme a classificação da *América Economía*, de 2012, as 500 maiores empresas da América Latina, juntas, venderam US$2,67 trilhões em produtos, o que equivale às vendas combinadas das

14 maiores empresas no mundo.[3] As três maiores empresas continentais, a Petrobras do Brasil, a Pemex do México e a PDVSA da Venezuela, compartilham a associação no setor de hidrocarbono numa região que concentra um quinto das reservas de petróleo e de mineração do mundo. A ascensão de outros campeões se relaciona ao surgimento da nova classe média na região e da posterior demanda crescente de produtos de consumo. Exemplos são a América Móvil, multinacional Mexicana de telecomunicações, a processadora de alimentos brasileira JBS/Friboi e a varejista brasileira CBD (também conhecida como Grupo Pão de Açúcar). Os bancos brasileiros, Banco do Brasil, Bradesco e Itaú-Unibanco também têm visto seu varejo e negócios financeiros ao consumidor aumentar com o crescente número de famílias de renda média.

Uma maneira de pensar sobre a relativa escassez de grandes empresas brasileiras é olhar para a concentração de riqueza dentro do setor corporativo do país. Em 2012, as dez maiores empresas brasileiras contabilizaram 40% de receitas acumuladas das cem maiores empresas do país, demonstrando o fato de que as maiores empresas brasileiras concentram muito poder com relação ao resto dos seus concorrentes. A um nível mundial, as dez maiores empresas contabilizam apenas 25% das receitas das principais cem maiores corporações (veja a Figura 4.5). Em outras palavras, a classificação de desempenho corporativo global de um punhado de empresas muito grandes, como a Petrobras e a Vale, não deveria esconder a presença, relativamente menor, de empresas brasileiras multinacionais de tamanho médio.
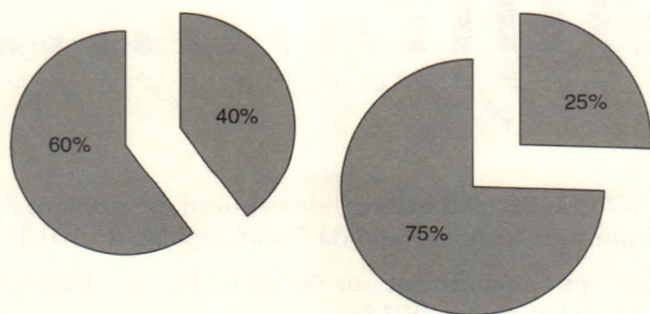
Figura 4.5 Concentração de rendimentos corporativos no Brasil e o mundo.

Fonte: Os autores se basearam em dados da Revista Exame, da América Economía e da Fortune Global 500 (edição de 2013).

Multinacionais brasileiras na liderança: uma amostra

O próximo supercomputador virá do Brasil? Provavelmente não em um futuro próximo. No entanto, mais do que quase qualquer país na América Latina, a influência global do Brasil deve, provavelmente, aparecer nos alimentos que nós comemos, na energia que usamos e progressivamente, nos produtos de consumo e os serviços que compramos, entre muitas outras áreas. A presença global da indústria do Brasil tem sido estavelmente expandida além da sua base tradicional de recursos naturais e de fabricação.

As marcas das fortes empresas que representam a indústria do Brasil no mundo, como a Petrobras, a Vale ou a Embraer, são bastante conhecidas. Entretanto, além dessas empresas, o Brasil tem feito incursões seguras e aberto caminho fundamental em áreas que variam de serviços de processamento de alimentos à tecnologia de informação (TI). Esta seção oferece os perfis de algumas das atuais empresas líderes multinacionais que continuam a crescer além das fronteiras do Brasil.

JBS-Friboi

A JBS, com sede em São Paulo e fundada em 1953, é a maior empresa multinacional de processamento de alimentos e tem cerca de 125.000 funcionários. A JBS produz carne bovina fresca, resfriada e processada, frango e carne de porco e também vende subprodutos do processamento dessas carnes. A empresa se lançou como a multinacional mais abrangente no setor de carne bovina com a compra de várias lojas e empresas de alimentos no Brasil, assim como a compra, em 2007, da empresa Swift & Company, terceira classificada dos Estados Unidos em carne bovina e carne de porco (agora conhecida como JBS USA), dando à empresa direitos globais à marca Swift. No ano seguinte, a JBS comprou o negócio de carnes da Smithfield Foods, dando a ela o nome de JBS Packerland. A estrutura de produção da JBS está envolvida no comércio dos mercados mundiais, com fábricas nas quatro principais nações produtoras de carne bovina (Brasil, Argentina, Estados Unidos e Austrália), e serve 110 países por meio da exportação.

Banco Itaú Unibanco

O Banco Itaú é um antigo banco brasileiro fundado em 1945 que uniu forças com o Unibanco em 2008, para formar o Itaú Unibanco. Depois da fusão, o banco se tornou o 10º maior no mundo pelo mercado de capitalização e agora caiu para a 16ª posição. Com sede em São Paulo, ele é negociado na Bolsa de Valores de São Paulo bem como na Bolsa de Valores dos Estados Unidos. As áreas operacionais da empresa incluem banco comercial, seguro de vida, planos de pensão e bônus de poupança, negócios financeiros, crédito ao consumidor e a subsidiária Itaú BBA com investimento bancário corporativo. O Banco Itaú oferece uma variedade de serviços financeiros, incluindo crédito, apólices de seguro, ferramentas de investimento, cartões de crédito, contas de poupança, planos de pensão, administração de moeda corrente, financiamento de comércio internacional, transações comerciais, processamento, empréstimos sob hipoteca, projetos de financiamento e gestão de ativos, entre outros. O banco está presente no Brasil e em 18 outros países, incluindo Argentina, Suíça e os Estados Unidos.

Stefanini

A Stefanini foi estabelecida em 1987 como uma empresa de treinamento de Tecnologia de Informação (TI) e se tornou a principal empresa de TI, com mais de 17.000 funcionários. A Stefanini opera com setenta e três escritórios em trinta países, englobando as Américas, a Europa, a África e a Ásia. A Stefanini oferece serviços de TI em terra, alto mar e próximo à costa, a terceirização da infraestrutura de TI inclui suporte técnico e serviços de atendimento ao cliente, sistemas de integração, pessoal de consultoria e estratégicas para 1.000 empresas Fortune em todo o mundo. Com uma base acima de quinhentos clientes ativos, inclusive mais de trezentas multinacionais, a Stefanini está presente em indústrias como as de serviços financeiros, fabricação, telecomunicações, produtos químicos, serviços, tecnologia, o setor público e de utilidades. As suas sedes corporativas globais estão localizadas em São Paulo, Brasil, com sedes europeias em Bruxelas e na metropolitana Detroit, na América do Norte.

TOTVS

A TOTVS é outra empresa brasileira de TI e a segunda maior na América Latina com, respectivamente, 53,1% e 35,6% de participação no mercado. A TOTVS desenvolve e comercializa licenças para usar sistemas computadorizados, assim como oferece implantação, consultoria relacionada, serviços de assessoria e manutenção, principalmente no Brasil, mas também globalmente. A TOTVS tem uma receita de US$690.0 milhões e um rendimento bruto de US$101.0 milhões, e é comercializada na Bolsa de Valores de São Paulo. Ela é a maior empresa de software aplicativo nos mercados emergentes e a sexta maior no mundo, com 1.890 funcionários. A empresa foi fundada em 1983 em São Paulo e atualmente tem, em 23 países, mais de 26.000 consumidores. Ela serve a diversas empresas, como agroindústrias, infraestrutura, construção e projetos, saúde, logística, transporte, educacional, legal e outras.

Natura

A Natura é uma empresa de cosméticos com uma marca convincente e um crescimento vigoroso nos mercados internacional e doméstico. A Natura é a primeira fabricante brasileira de produtos de beleza, domésticos e de cuidados pessoais, cuidados com a pele, filtros solares, cosméticos, perfumes e produtos para cabelos. Ela também vende produtos por meio de agentes na maioria dos países pelo mundo. Luiz Seabra fundou a Natura em 1969, e ela se tornou uma empresa pública relacionada na Bolsa de Valores de São Paulo em 2004. Tem receitas de US$3.2 bilhões e lucros líquidos de US$420.3 milhões, com 6.620 funcionários. A Natura utiliza um modelo de vendas diretas, usando consultores que são incentivados a construir relacionamentos de qualidade e preencher as necessidades dos clientes. Em 2012, ela tinha mais de 1,2 milhões de consultores de revenda e opera na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, França, México, Peru, Estados Unidos, Austrália e Reino Unido, entre outros. A Natura enfatiza a sua imagem como uma empresa ambientalmente amistosa e sustentável, usando produtos orgânicos e trabalhando na direção de um planeta sustentável. A empresa também se orgulha da sua atividade apaixonada de pesquisa e desenvolvimento, e os seus anúncios usam mulheres comuns em vez de supermodelos em suas promoções.

Fibria Celulose

A Fibria Celulose S.A. é uma empresa brasileira com 15.000 funcionários, envolvida na produção, venda e exportação de polpa de papel de fibra curta, incluindo a celulose branqueada de eucalipto usada na fabricação de papel higiênico, papel revestido ou não para impressão e fiação e papelão revestido para embalagem. A empresa foi criada a partir de uma fusão da Aracruz e VCP, se posicionando como uma líder global em polpa, com a produção superando seis milhões de toneladas de polpa e papel, através de sete fábricas em cinco estados brasileiros. Muito da sua produção é exportada para a Europa, América do Norte, Ásia e outros lugares. Ela tem receitas de US$3.0 bilhões e é comercializada na Bolsa de Valores de São Paulo, assim como na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

BRF

Com sede em Itajaí, a BRF (anteriormente Brasil Foods) é uma das principais empresas líderes em processamento de alimentos no mundo, formada a partir da fusão da Perdigão e da Sadia. A BRF participa na criação, produção e abate de aves, suínos e bovinos, assim como no processamento e venda de carne fresca, leite e produtos derivados de leite, macarrão, vegetais congelados e derivados de soja. Ela opera com 61 fábricas no Brasil, cinco na Argentina, duas na Europa e uma no Oriente Médio, que começará a operar em breve. A BRF tem receitas de US$13,9 bilhões e 129.510 funcionários. Ela é negociada na Bolsa de Valores de São Paulo e na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Os seus concorrentes são a JBS, a Tyson Foods e a Bunge.

AmBev – a melhor empresa em 40 anos[1]

Quando a revista de negócios brasileiros, *Exame*, perguntou aos CEOs de 1.000 das maiores empresas brasileiras qual empresa tinha sido a melhor nas últimas quatro décadas no Brasil, 23% escolheu a AmBev, a empresa destiladora Companhia de Bebidas das Américas ("Americas' Beverage Company"). Oficialmente, essa empresa se estabeleceu em 1999, quando a destiladora Brahma do Rio de Janeiro se uniu à sua rival

Antarctica, de São Paulo, criando a terceira maior empresa de destilação no mundo. Entretanto, na verdade a história começa em 1989, quando Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira compraram a Brahma, uma destiladora tradicional fundada em 1888.

Apesar de que nenhum deles era especialista no negócio de destilação, eles ajudaram a empresa a ser bem sucedida, implantando uma cultura eficaz com o apoio do consultor Vicente Falconi, que foi contratado logo depois da compra da Brahma e que ainda é consultor da empresa. Na época da compra da Brahma, uma equipe de trinta e quatro funcionários produzia 17.000 garrafas de cerveja por hora; atualmente, nove funcionários podem produzir 63.000 garrafas por hora. De fato, para cada R$1,00 de rendimento (cerca de US$0.45), a AmBev tem R$0,50 de lucro (cerca de US$0.23). Para reduzir os seus custos de produção, a AmBev também promove uma revisão anual de todas as despesas, conhecida como "orçamento baseado em zero" e liga a remuneração dos funcionários ao desempenho da empresa.

Para manter esse desempenho, a AmBev investe em inovação, criação de novos produtos e diversificação do seu *portfólio*. A empresa também produz o refrigerante Guaraná Antarctica e vende e distribui produtos PepsiCo no Brasil e em outros países latino-americanos, como Pepsi, Lipton Ice Tea e Gatorade. Mais recentemente, a AmBev tem considerado a possibilidade de entrar no mercado de sucos, competindo com a Coca-Cola Company, produtora dos sucos Del Valle.

Desde a fusão Brahma e Antarctica, em 1999, as receitas da AmBev aumentaram seis vezes, chegando a US$15.7 bilhões, com lucros de US$5.1 bilhões. Nesse mesmo período, sua capitalização de mercado cresceu 2.670% em comparação com uma média de 176% de outras ações negociadas na Bovespa. Em março de 2012, a AmBev se tornou a maior empresa no país, superando a gigante mineradora Vale. Em 26 de junho de 2013, a AmBev foi avaliada em R$1.246 bilhões na Bovespa (aproximadamente US$112 bilhões) – R$46 bilhões (cerca de US$21 bilhões) acima da Petrobras, que tradicionalmente é a empresa mais valorizada. Isso foi fruto de um ciclo ambicioso de crescimento através de compras: no decorrer da última década, a AmBev comprou seis empresas na América

Latina, incluindo a destiladora Argentina, Quilmes em 2002, a destiladora da República Dominicana, Presidente, e o Grupo Modelo (Corona) no México, em 2012. Além disso, agora a AmBev AB se tornou parte da InBev, a maior destiladora do mundo, em seguida a uma fusão com a empresa Belga Interbrew, em 2004, e a aquisição da gigante americana de cerveja, Anheuser-Busch, em 2008.

Fonte: Exame Melhores | Maiores: Como 1.000 Maiores Empresas do Brasil. Edição Especial de 40 Anos. Julho de 2013.

Escolhas de crescimento: tamanho versus busca global

As classificações corporativas surgem de várias maneiras. Algumas avaliam empresas com base em suas receitas, outras em sua capitalização de mercado. Qualquer que seja o critério escolhido, a gigante de energia semipública Petrobras é a maior empresa do Brasil (veja o Capítulo 3). O Banco do Brasil, controlado pelo estado, é o maior banco do país.

Contudo, o exame das classificações corporativas vem com um aviso importante. Nem todas as grandes empresas se qualificam como empresas *multinacionais* na mesma extensão. Algumas das empresas relacionadas na classificação da Global Fortune 500 podem ser muito grandes em termos de receitas e quantidade de funcionários, mas têm uma presença limitada em mercados além-mar. Em 2010, a assessoria técnica brasileira Sociedade Brasileira de Estudos e Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (SOBEET) e a Vale Columbia Center on Sustainable International Investment (VCC) publicaram um estudo sobre trinta multinacionais brasileiras relacionadas. Conforme o estudo, em 2009 a Vale era a empresa brasileira com os maiores ativos estrangeiros no exterior, com perto de US$35 bilhões. Sozinha, ela contabilizava cerca de 40% dos ativos estrangeiros mantidos pelas trinta principais empresas brasileiras (veja a Figura 4.3). Com quase US$14 bilhões de ativos estrangeiros, Gerdau, a empresa de aço, que nunca se qualificou na classificação da Global Fortune 500 estava atrás, bem perto, da gigante de energia Petrobras (US$16 bilhões) (Tabela 4.2).

Outra fonte de autoridade é a Transnationality Ranking of Brazilian Companies (Classificação Transnacional de Empresas

Brasileiras), publicada anualmente pela Fundação Dom Cabral (FDC) com base em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais.[5] De acordo com a edição de 2013 da classificação, a empresa mais internacionalizada do Brasil é a empresa JBS-Friboi, de processamento de alimentos, seguida pela Gerdau, a maior produtora de aço na América Latina, e pela empresa de software, Stefanini IT Solutions. Com 140 unidades de produção em todo o mundo, a JBS-Friboi é a empresa com maior quantidade de funcionários no exterior e a maior taxa de receitas estrangeiras no total de rendimentos. A Stefanini TI Solutions tem a maior taxa de ativos estrangeiros no total. A Vale, pelo seu lado, tem a mais forte base de operações internacionais, com subsidiárias em 38 países fora do Brasil.

Tabela 4.2 – Classificação de empresas brasileiras não financiadas por ativos estrangeiros, 2009

Classificação	Empresa	Setor	Ativos externos (em milhões de US$)
1	Vale	Mineração	34,934
2	Petrobras	Petróleo e gás	15,937
3	Gerdau	Aço	13,916
4	Votorantim	Conglomerado	7,809
5	JBS-Friboi	Alimentos	5,296
6	Camargo Correa	Conglomerado	2,161
7	Marfrig	Alimentos	1,529
8	Ultrapar	Petróleo e gás	1,514
9	Embraer	Fabricação	1,378
10	Weg	Fabricação	509

Fonte: Os autores se basearam em dados da SOBEET e da Vale Columbia Center.[6]

A Transnationality Ranking (Classificação de Transnacionalidade) faz algumas revelações intrigantes. A Metalfrio, uma das maiores fabricantes do mundo de equipamentos comerciais de refrigeração, agora se tornou a sexta maior empresa brasileira internacionalizada. Esse desempenho é resultado de uma série de aquisições na Turquia, Rússia e nos Estados Unidos no decorrer dos anos. No entanto, com vendas totais de menos que US$500 milhões em 2012, a Metalfrio está muito ausente das classificações corporativas com base no tamanho da empresa.

Por outro lado, a Petrobras, a maior empresa do Brasil, só se classifica na 26ª posição na Transnationality Ranking de 2012. Em outras palavras, as maiores empresas brasileiras não são, necessariamente, muito internacionalizadas, enquanto que a maioria das empresas brasileiras internacionalizadas não é necessariamente muito grande.

Investindo além de seus mercados naturais

O ano de 2006 foi um ponto de virada para a economia brasileira. Pela primeira vez, o fluxo externo total de FDI superou o afluxo total no Brasil, o que por si só atingiu níveis recordes em meados da década de 2000. De 2000 a 2003, o aparente FDI do Brasil tinha média menor do que US$1 bilhão por ano. De 2004 a 2008, a média pulou para quase US$14 bilhões. Tal façanha foi amplamente vista como uma evidência da retomada das empresas multinacionais brasileiras e sua crescente presença ativa nos mercados globais. Até 2009, o Brasil tinha o maior estoque visível FDI, começando de baixo em 2009, em resposta às consequências da Crise Financeira Global. O fluxo externo total era negativo em 2009 e 2011, devido à repatriação de capital, em especial por empréstimos entre empresas de afiliados estrangeiros de empreendimentos multinacionais brasileiros (MNEs) às suas empresas matrizes.[7]

Quais têm sido os principais destinos do fluxo externo FDI do Brasil? Vários estudos têm destacado o forte foco latino-americano das atividades das empresas internacionais brasileiras. Antes da expansão dos mercados industrializados ou de outros mercados emergentes, as empresas brasileiras, tradicionalmente, começaram a estabelecer operações em seus mercados naturais: países com vizinhança geograficamente próxima. No entanto, apenas um punhado de multinacionais brasileiras (por exemplo, Gerdau, Odebrecht, Samot) estabeleceu presença importante no México, a segunda maior economia no continente. Nesse meio tempo, diversas empresas mexicanas (por exemplo, Grupo Carso, Telmex, América Móvil, Bimbo, Homex, Cenepolis) fizeram investimentos significativos no Brasil. É interessante observar que entre 2005 e 2010, o FDI do México no Brasil representou US$4.7 bilhões, enquanto que no mesmo período o Brasil só investiu US$684 milhões no México (ECLAC, 2012).

É interessante observar também que os principais destinos do FDI brasileiro, no período entre 2001 e 2010, foram as jurisdições no Caribe normalmente conhecidas como paraísos fiscais, como as Ilhas Cayman, as Ilhas Virgens Britânicas e as Bahamas. Alguns países europeus, como a Áustria, a Holanda e Luxemburgo também têm sido utilizados pelas empresas brasileiras para fixar subsidiárias ou entidades com objetivo especial, através das quais elas canalizam seus investimentos externos. Tal prática tem sido amplamente construída como forma das empresas brasileiras reduzirem suas cobranças de impostos e superar as legislações domésticas. Como resultado, a distribuição geográfica exata dos investimentos dificulta os ativos, uma vez que geralmente as empresas brasileiras usam veículos intermediários localizados em jurisdições sem regras para fazer seus investimentos em terceiros países.[8]

Deixando de lado os paraísos fiscais e o caso específico de países europeus usados com o objetivo de acomodar veículos específicos, os Estados Unidos foram o primeiro destino de investimento aparente de ações do Brasil em 2010, seguido pela Dinamarca e pela Espanha (veja a Figura 4.6). Na América Latina, a Argentina e o Uruguai foram os dois principais receptores do FDI Brasileiro. Ásia e África contabilizaram uma parcela bem baixa do total oriundo do FDI Brasileiro. No entanto, a parte deles pode aumentar, na medida em que as empresas brasileiras das indústrias extrativistas, de agronegócios e do setor de construção, procuram cada vez mais investir em países dessas duas regiões.

Esse cenário total é corroborado pelas Transnationality Ranking of Brazilian Companies (Empresas Brasileiras Classificadas Transnacionalmente) em 2012, do FDI, que destaca o forte foco regional da maioria das empresas multinacionais brasileiras, enquanto também revela a proporção das empresas brasileira na classificação, com subsidiárias (normalmente de menor importância) na América do Norte (57%), na União Europeia (46%), na Ásia (44,4%) e na África (27%).

Aumentando o poder de mercado: os ímpetos de internacionalização

Por que as empresas brasileiras expandiram suas operações fora do seu país de origem e quais são as forças e fraquezas

que elas têm demonstrado ao fazê-lo? Na próxima parte desse capítulo, olhamos para os trajetos dos antigos "campeões nacionais" brasileiros e das empresas familiares, e examinamos os principais ímpetos e especificidades de sua internacionalização.
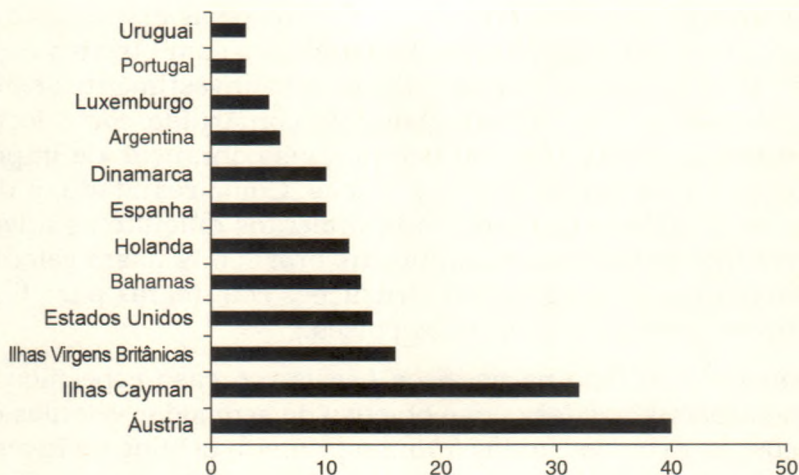
Figura 4.6 Destino visível geográfico de destino do Investimento Direto Estrangeiro Brasileiro em 2010 (em US$ bilhões).

Fonte: Os autores se basearam em SOBEET e na Vale Center (2012), *Outward Foreign Direct Investment from Brasil and its Policy Context*, 2012, http://www.vcc.columbia.edu/files/vale/documents/Profile_Brazil_OForeignDirect Investment_10_May_2012)FINAL.pdf (Acessado em 25 de abril de 2013.)

De "campeões nacionais" a jogadores globais

Para captar as especificidades de grandes empresas multinacionais brasileiras, é importante entender o contexto continental a partir do qual essas empresas surgiram. Como destacado por Sinha (2005), Ramamurti (2012) e Santiso (2013), tarifas altas, mercados de capital subdesenvolvidos, níveis inadequados de pesquisa e desenvolvimento, domínio de mercado por conglomerados de propriedade familiar com aversão ao risco, e um clima turbulento político e econômico, historicamente têm frustrado o aparecimento de empresas latino-americanas globalmente orientadas. Tais fatores, em combinação com a proteção do estado, têm incentivado o crescimento de empresas em larga escala de propriedade familiar, fortalecendo a expansão

em seus mercados domésticos, geralmente pela diversificação do setor. Quando não controladas por famílias, empresas do continente são em geral de propriedade estatal e se baseiam em recursos primários como petróleo, gás e metais.

Essa situação de negócios tem sido muito aplicada ao Brasil, juntamente com uma tendência política para promover os "campeões nacionais", que prevaleceu até a época da liberalização econômica, na década de 1990. Os campeões nacionais podem ser definidos como empresas de forma direta ou indireta apoiadas pelo estado, protegidas da concorrência, que se beneficiam dos subsídios governamentais de exportação e são veículos designados para objetivos nacionais de políticas industriais, como emprego, crescimento econômico e prestígio internacional (Casanova 2009b). A política do Brasil em alimentar os campeões nacionais foi e até certo ponto ainda é profundamente entrelaçada com sua política econômica mais ampla de industrialização por substituição de importações, que atingiu um pico nas décadas de 1960 e 1970.

Quarenta anos mais tarde, muitos dos campeões nacionais de ontem aparecem entre as empresas globais mais proeminentes do Brasil. Durante os longos anos como empreendimento de propriedade do estado (1969-1994), Embraer, a fabricante de aeronaves, foi muito protegida da concorrência e desenvolveu um nicho de mercado no suprimento de pequenos aviões a jato para os mercados civil e militar no Brasil e na região. Devido a uma conjunção de fatores adversos internos e externos, a Embraer enfrentou grandes perdas e foi privatizada em 1994, com a propriedade estrangeira limitada a 40%. As operações da empresa foram racionalizadas e as vendas para o exterior incrementaram seu crescimento. Atualmente, a Embraer é a terceira maior fabricante de aeronaves comerciais do mundo e estabeleceu unidades operacionais nos Estados Unidos, Portugal, França, Cingapura e China. Agora a empresa procura ampliar a sua presença no crescente setor de aviação da África.

A Vale é outro exemplo de uma antiga gigante de propriedade estatal, que cresceu em isolamento de 1942 a 1995, antes de decolar como empresa de capital aberto. A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) como era conhecida antes de 2007, desenvolveu-se primeiro como um conglomerado industrial com amplos interesses em transporte, estradas de ferro e sil-

vicultura, assim como em mineração. A sua privatização ocorreu em várias fases durante o período de 1995 a 2002. Agora, a Vale faz parte publicamente dos mercados de ações de São Paulo, Nova Iorque, Hong Kong e Madri. Após uma série de *joint ventures* e aquisições, a empresa reforçou sua posição no mercado doméstico e reforço das capacidades a nível global, para atender à crescente demanda por *commodities* dos países emergentes em rápido crescimento. O movimento mais audacioso de todos ocorreu em 2006, quando a Vale fez a compra da Inco, produtora de níquel canadense por US$17.8 bilhões em espécie. Com operações em 28 países, a gigante mineradora brasileira agora está presente em todos os continentes e é a maior produtora de minério de ferro e paletas de minério de ferro, e a segunda maior produtora de níquel.[9] Com receitas de quase US$48 bilhões em 2012, a Vale é uma das três maiores empresas de metal e mineração no mundo, junto com a BHP Billiton Australiana e a Rio Tinto anglo-australiana. Ainda que agora a empresa seja publicamente comercializada, o governo brasileiro ainda tem uma parte dourada e uma participação indireta de 5,3% por meio do BNDES, o Banco Nacional de Desenvolvimento.

Outro campeão nacional brasileiro clássico é a Petrobras, que foi fundada em 1953 e se beneficiou de um monopólio estatal sobre o petróleo até 1997. Diferente da Embraer e da Vale, a Petrobras é a única parcialmente privatizada e permanece sob controle governamental. Em setembro de 2010, ela se tornou a empresa brasileira com a maior capitalização de mercado e a quarta no mundo em 2010, depois de um recorde mundial inicial de ações públicas (IPO) de US$72.8 bilhões em São Paulo, para patrocinar os planos de desenvolvimento em alto mar.[10] A empresa ainda mantém vantagens significativas com o apoio do estado, que se mostram especialmente úteis ao negociar com governos estrangeiros pelos direitos de exploração. Desde novembro de 2013 ela teve operações em 24 países fora do Brasil, incluindo Angola, Argentina, Benin, Bolívia, Gabão, Namíbia, Nigéria e Estados Unidos. Com mais de 80.000 funcionários, receitas de US$144.1 bilhões e lucros de US$11.0 bilhões em 2012, a Petrobras tem ações nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque, Madri e Buenos Aires.

Direcionamento de forças por trás da internacionalização

Enquanto apenas nos últimos anos as empresas brasileiras começaram a atrair a atenção dos mercados internacionais, a expansão global delas não é um fenômeno novo. Da mesma forma que as empresas de outros países da América Latina, o processo de internacionalização das empresas brasileiras aconteceu em quatro fases sucessivas (Casanova, 2009a). A primeira fase – nas décadas de 1970 e de 1980 – testemunhou os sinais modestos de internacionalização com algumas empresas começando a exportar para e a estabelecer operações no que foi chamado de "mercados naturais" em países com afinidade cultural. Os mercados alvo incluíam países da América Latina, mas também a Espanha e Portugal, bem como os países africanos de idioma português.

Foi durante esse período que muitas empresas de propriedade familiar como a empresa Odebrecht de serviços de engenharia e construção, os conglomerados de propriedade familiar Votorantim, Camargo Correia e Andrade Gutierrez, a empresa de construção Tigre e a produtora de dispositivos elétricos WEG, iniciaram seus primeiros negócios de operações no exterior. Acompanhando esse "milagre econômico" de vida curta na década de 1960 e no início dos anos 1970, o Brasil sofreu por um longo período, disparado pela estagnação econômica, devido à crise de débito na década de 1980. Muito pressionadas pela queda em vendas domésticas, a internacionalização foi a única opção viável para essas empresas continuarem a crescer. Grandes empresas de construção enfrentaram quedas em investimento público, buscando progressivamente os mercados estrangeiros para conseguir permanecer sobre a superfície. Por exemplo, a Odebrecht iniciou suas operações internacionais em 1979 com projetos de infraestrutura no Chile e no Peru. Em 1984, a empresa fincou o pé primeiro na África, com a construção de uma usina de energia hidroelétrica em Angola.

A segunda fase corresponde amplamente aos anos do "Washington Consensus"(1990-2002), durante os quais os governos da América Latina incentivados (e até certo ponto, obrigados) pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e pelo Banco Mundial, abandonaram suas políticas de substituição de importação e adotaram estratégias em favor do mercado, incluindo a privatização de empreendimentos de propriedade do estado, em

telecomunicações, mineração, energia, transporte e infraestrutura. No Brasil, o impacto desse "choque competitivo" foi duplo (Cyrino e Tanure, 2009). Primeiro, forçou as empresas brasileiras mais bem posicionadas a reestruturarem suas operações para sobreviverem, diante da concorrência aumentada das subsidiárias locais de multinacionais estrangeiras. Empresas procuraram consolidar domesticamente suas posições, buscando eficiência, vantagens corporativas e financiamento estrangeiro e, inevitavelmente, acelerando sua expansão internacional. Em segundo lugar, ofereceu as empresas mais frágeis à compra por empresas estrangeiras e por fim, significou que empresas mais fracas enfrentaram a extinção.

Uma terceira fase pode ser identificada, começando em 2002, com preços de mercadoria cada vez mais altos e altas taxas de crescimento facilitando uma expansão global mais agressiva por parte das empresas brasileiras, em especial pela compra de empresas estrangeiras e de ativos (Casanova, 2009b). Particularmente, essa fase beneficiou empresas baseadas em recursos, cuja forte posição de fundos permitiu aquisições em larga escala, em mercados adiantados e emergentes. Foi durante a década de 2000 que a Vale, a Petrobras e diversas outras empresas passaram pelas suas fases mais intensas de internacionalização.

A queda da Lehman Brothers em setembro de 2008 e a Crise Econômica Global que se seguiu, marcaram o início de uma quarta fase, com investimentos globais se movendo do "Norte" (ou seja, Europa e Estados Unidos) para o "Sul" (isto é, mercados emergentes). O risco de investimento tinha mudado para o mundo desenvolvido, enquanto graças aos direcionadores a serem encontrados nos mercados emergentes, eles se tornaram o "El Dorado". Em 2011, o afluxo do FDI na América Latina e no Caribe chegou a US$154 bilhões, 28% mais do que em 2010. A América foi a região que registrou o maior aumento de porcentagem nos afluxos do FDI, o que elevou sua parcela de entrada FDI global para 10% (ECLAD, 2012). Para as empresas brasileiras, isso significa que novas fontes de crescimentos estão alocadas em outros mercados emergentes ou simplesmente em casa e, como resultado, elas se livraram de ativos internacionais.

Além desses amplos fatores macroeconômicos, uma quantidade de objetivos específicos às empresas tem estimulado a expansão internacional de empresas brasileiras. No caso da

Petrobras e da Vale, investimentos estrangeiros têm sido motivados principalmente pelo desejo de um acesso mais seguro a outros recursos naturais em mercados estrangeiros. Outras empresas, como a Embraer e a fabricante de ônibus Marcopolo, têm "acompanhado o cliente", se focando na abertura de escritórios comerciais e em subsidiárias no exterior, para melhor servir aos mercados locais e ficarem mais atentas às necessidades dos consumidores. Burlar ou não as barreiras tarifárias tem sido outro motivo importante para investir no estrangeiro. Operando em unidades de produção em mercados chave em vez de se limitarem às exportações, a Gerdau, em sua indústria de aço e a produtora de suco de laranja Cutrale, foram capazes de superar as barreiras comerciais e entrar nos mercados protegidos de países desenvolvidos. Por fim, várias empresas usaram o processo de internacionalização como uma maneira de aprender e de adquirir novas habilidades, competindo nos mercados sofisticados com consumidores exigentes (Casanova, 2009b, Cyrino e Tanure, 2009). Em 2005, a empresa Natura de produtos de beleza abriu uma loja varejista em Paris, pela qual foi capaz de se conectar com as últimas tendências de consumo, enquanto disseminava a marca no mercado de perfume e cosméticos mais famoso do mundo.

A melhor e a maior em 2012: um ano a ser esquecido

As 500 maiores empresas brasileiras em conjunto tiveram lucros de US$34.4 bilhões em 2012, cerca de metade dos lucros do ano anterior. Esse resultado ruim foi inesperado, em especial levando em consideração que as empresas brasileiras foram incentivadas pelo Ministro das Finanças, Guido Mantega, a investir e se preparar para o crescimento do Produto Interno Bruto de 4%. No entanto, e a despeito do fato de que o crescimento chegou a 0,9% em 2012, as 500 maiores empresas ainda quebraram recordes de receita, crescendo de 1,8% para US$1.047 trilhões em 2012, depois de romper a barreira de US$1 trilhão no ano anterior. Enquanto esse foi um pequeno aumento, em especial em empresas com 7,3% de crescimento no ano anterior, tal crescimento mostra que os empresários brasileiros aprenderam como atacar o persistente *voo da galinha* (ou seja, "chicken flights" ou a economia acelerada de curta duração) na economia, enquanto administram a manutenção do crescimento.

Um bom exemplo dessa habilidade de adaptação é a BRF, a empresa de alimentos brasileira, já apresentada neste capítulo. A BRF foi tomada de surpresa quando a seca substancial do Meio Oeste norte-americano aumentou os preços das colheitas de milho e soja, responsáveis por 70% dos custos de produção de aves domésticas. Em consequência, o lucro da empresa caiu subitamente de US$199 milhões em 2011 para US$10 milhões em 2012, representando uma queda de 95%. Apesar dos desafios, os rendimentos da BRF aumentaram em 2013, chegando a US$13 bilhões.

Outras empresas brasileiras também sofreram impacto com a queda da economia. As receitas da Vale, empresa brasileira de mineração e metal, por exemplo, caíram 18% em 2012, principalmente devido à queda de preços de minerais e aço. Os lucros da empresa caíram ainda mais, de US$15 bilhões para menos de US$2 bilhões, uma redução de 87%. Em empresas que têm os seus custos indexados em dólar, 2012 também não foi um ano muito bom. As receitas da empresa de aviação Gol caíram 6% e o seu déficit foi de US$624 milhões, enquanto a concorrente da Gol, TAM, teve um déficit de US$600 milhões, influenciada pela volatilidade do Real brasileiro e dos preços mais altos de combustível e antes de ser comprada pela chilena LAN.

Os fatores por trás desses resultados incluem (1) a persistência da crise europeia, assim como o encolhimento da economia chinesa, e (2) o fato de que muitas empresas dependem principalmente do mercado externo. Fatores domésticos também causaram impacto nos resultados de 2012: por exemplo, as concessionárias brasileiras, Eletrobras e Chesf perderam US$8.8 bilhões entre elas, representando 41% do déficit total das 500 maiores empresas que terminaram 2012 no vermelho.

A taxa de investimento terminou o ano em 18,1%, abaixo mais de um ponto percentual da taxa de 201,1 e a taxa de inadimplência aumentou de 6,8% para 8,1%. A produção industrial caiu 2,6% em 2012, indicando que os programas do governo para incentivar compras por parte dos consumidores não estava mais tendo efeito positivo.

Fonte: Exame Melhores | Maiores: As 1.000 Maiores Empresas do Brasil. Edição Especial de 40 Anos. Julho de 2013.

A habilidade de navegar em águas turbulentas

Outro aspecto distinto das empresas multinacionais emergentes brasileiras é a capacidade de resistência forjada em anos fazendo negócios num mercado volátil. Durante décadas, essas empresas lutaram em um ambiente doméstico marcado por instáveis condições econômicas, assim como com estruturas reguladoras complexas, desafios de infraestrutura e um ambiente comercial muito diversificado. Embora esses fatores possam ter impedido seu crescimento e desenvolvimento de longo prazo, a habilidade de lidar com a infraestrutura limitada e com a instabilidade financeira foi uma das principais vantagens competitivas das empresas brasileiras, especialmente quando negociando em outras áreas geográficas com restrições parecidas. É importante reconhecer que os gestores brasileiros, assim como os gerentes de outros países emergentes, aprenderam a administrar em águas turbulentas (Cuervo-Cazurra, 2012), o que serve como outra vantagem competitiva no controle do processo de internacionalização.

Por exemplo, a BRF foi capaz de desenvolver experiência logística única, montando uma rede de distribuição de classe mundial para seus produtos congelados e refrigerados. Com sua marca Sadia, a BRF usufrui uma forte presença no Oriente Médio. Os seus embarques de navio para a região contabilizaram 32% das exportações totais em 2011, com produtos vendidos nos Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Egito, Kuwait, Quatar, Bahrain, Irã, Iraque, Jordânia e Líbano. Outro exemplo é a Vale, que criou uma ampla rede de transporte integrando minas, estradas de ferro, portos e navios para transportar e exportar seus recursos minerais. Atualmente a empresa opera em aproximadamente 10.000 quilômetros de rede ferroviária e reivindica ter os maiores navios para minerais no mundo.

Uma longa estrada para se tornarem jogadores de classe mundial

As empresas brasileiras continuam a enfrentar desafios dantescos em sua globalização. Muitos deles não são específicos para atividades internacionais, mas se referem ao ambiente geral de comércio, que predomina em seu mercado doméstico. É comum os empresários brasileiros reclamarem do *"custo Brasil"*, uma expressão usada para descrever as complicações operacionais e

os custos adicionais associados às negociações no Brasil. Esses incluem extensa burocracia, um sistema de impostos bizantino, altos custos de mão de obra, o subdesenvolvimento de infraestrutura e a corrupção. Conforme a pesquisa com investidores externos realizada pela SORBEET e pela Columbia Vale Center em 2010, a barreira *interna* com classificação superior à internacionalização de empresas brasileiras era a questão dos impostos (19% dos entrevistados), seguida pelas flutuações cambiais (17%), a concorrência com projetos no Brasil (14%), altos custos de crédito (11%) e a falta de recursos humanos qualificados (8%).

Além desses fatores territoriais, as empresas brasileiras também enfrentam uma série de desafios que se originam da predominante concorrência global. Entre as principais barreiras *externas* à internacionalização, segundo as respostas à pesquisa da SORBEET e da Columbia Vale Center, forma citadas concorrência acirrada em mercados maduros (31%), o ambiente regulador (14%), dificuldades na gestão de operações internacionais (10%), barreiras impostas pela indústria local (9%) e as dificuldades em levantar fundos em mercados além-mar em termos competitivos (9%). A falta de tratados de tributação dupla também foi mencionada.

Até pouco tempo atrás, a aparente promoção de investimento nunca foi vista como alta prioridade pelos políticos brasileiros. Esse processo de internacionalização das multinacionais brasileiras (Fleury e Fleury, 2011) tem sido muito orientada pelas próprias empresas, diferente da Espanha, onde o setor bancário tem assumido uma função chave, ou da China, onde o governo é uma força diretriz importante para a expansão global de empresas chinesas. Além do apoio financeiro do BNDES e de alguns programas individuais para apoiar a internacionalização de empresas brasileiras, não existe uma abordagem holística para reforçar a posição delas nos mercados globais. Isso contrasta com a postura mais agressiva adotada por vários países asiáticos (especialmente Coréia do Sul e China) para aumentar a competitividade global de indústrias "estratégicas" (Cyrino e Tanure, 2009).

Além disso, o Brasil só assinou 14 tratados bilaterais de investimento com outros países, um número muito baixo em comparação com os 90 assinados pela China e 61 assinados pela Índia.[11] Da mesma forma, o Brasil corre o risco de continuar como espectador na dramática reconfiguração do sistema

comercial global, que podem se desdobrar como resultado da nova geração de acordos de megacomercialização atualmente em discussão, como a Trans-Pacific Partnership, que agrupa economias da Costa do Pacífico (Pacific Rim) e a Trans-Atlantic Trade and Investment Partnership entre a União Europeia e os Estados Unidos. Como membro do bloco de comércio Mercosul, o Brasil não pode assinar sozinho acordos comerciais com outros países. O risco iminente de longo prazo desse isolamento econômico do Brasil é que as empresas brasileiras fiquem progressivamente de lado das cadeias globais de valor e das redes transnacionais de produção.

Olhando para frente

Por muitos anos as empresas brasileiras têm sido tímidas quanto a se tornarem globais. O setor corporativo do Brasil ainda está atrás daquelas economias equivalentes, especialmente em comparação com o dinamismo das empresas chinesas e indianas. Ainda que os últimos poucos anos tenham testemunhado um processo importante de "alcançar" e diversas corporações brasileiras são agora reconhecidas como líderes globais em seus respectivos setores, muito mais as qualifica como empresas globais "em desenvolvimento". De fato, algumas das empresas brasileiras mais institucionalizadas ainda são firmas relativamente pequenas e sua expansão pode tomar o mundo de surpresa, como aconteceu com o estelar crescimento das empresas de empacotamento de carne JBS, Marfrig e BRF, que assumiram posições de liderança em apenas alguns anos.

A expansão das empresas multinacionais brasileiras começou a princípio nos países vizinhos latino-americanos e depois, se estendeu ao resto do mundo. O tamanho e a riqueza do Brasil em recursos naturais têm alimentado alguns dos conglomerados domésticos que mais tarde se tornaram globais. Além disso, a função do governo tem sido fundamental, com políticas para proteger e promover o desenvolvimento de "campeões nacionais", junto com a utilização de empréstimos para o desenvolvimento por parte do banco público BNDES, para incrementar o desenvolvimento competitivo de empresas brasileiras em setores estratégicos e apoiar a expansão internacional delas.

A literatura sobre empresas multinacionais emergentes (Casanova 2009b Khanna e Palepu, 2010, Guillén e García-Canal,

2013, Santiso, 2013) oferece amplos *insights* sobre suas estratégias de internacionalização, formas de entrada, fatores de sucesso e obstáculos remanescentes à sua expansão global. Classificações corporativas internacionais e nacionais estabelecidas pela imprensa financeira e por institutos de pesquisa, também dão uma visão clara da hierarquia das empresas brasileiras, seja em termos de tamanho, receitas ou presença no exterior. O que fica menos claro é como a globalização das empresas brasileiras continuará a seguir em frente. Há espaço para expansão contínua? Quantas delas estão consistentemente ganhando participações no mercado global e entraram para o grupo das dez principais em suas respectivas indústrias? Como o desempenho delas se compara com os dos concorrentes chineses, indianos, mexicanos e sul-africanos?

Por fim, fica uma pergunta sobre o comprometimento de empresas brasileiras – e do governo Brasileiro – para a internacionalização. Em 2011, a substituição de Roger Agnelli por Murilo Ferreira como presidente da Vale foi amplamente interpretada como um sinal da intenção do governo de favorecer os investimentos domésticos sobre a expansão das atividades globais da empresa. Com as enormes necessidades de infraestrutura do país para se preparar para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos no Rio em 2016, não é surpresa que muitas empresas brasileiras estejam começando a olhar novamente para dentro. Por exemplo, a Petrobras está se livrando dos Estados Unidos e da Argentina como parte de um plano mundial de venda de ativos para patrocinar o desenvolvimento de suas descobertas de petróleo em águas profundas na costa do Brasil.

Ainda que seja cedo demais para dizer se a "renacionalização" de empresas globalmente ativas se tornará uma tendência generalizada, é claro que a promoção de empresas território multinacional ainda não está entre as maiores prioridades do governo, o anúncio feito pelo BNDES, do fim da política de apoio à expansão internacional de empresas domésticas em setores considerados estratégicos, como as de processamento de alimentos ou petroquímicas, também sinaliza o início de uma nova era para as multinacionais brasileiras. Olhando para frente, os campões brasileiros de amanhã precisarão, cada vez mais, se basearem em suas próprias forças para atingir seu potencial global, e investir mais em inovação de longo prazo.

Parte III
O Que Impulsionará o Brasil a Seguir em Frente?

5
Como Reforçar a Competitividade do Brasil

O Brasil é um país cujo crescimento do Produto Interno Bruto (GDP) e da estabilidade política recente foi alcançado com o pano de fundo de diversas questões endêmicas sociais e econômicas. Um capítulo posterior explora muitas questões sociais de importância vital para o desenvolvimento do país, variando da pobreza ao crime e corrupção, assim como o potencial do seu capital humano. Aqui, nós examinamos os desafios econômicos que atrasam o crescimento do Brasil com relação a outras economias, com um foco em déficits na competitividade, nas capacidades de inovação e na infraestrutura.

A história tem mostrado que uma enorme mudança social, cultural e econômica pode se colocar dentro do espaço de uma geração. Às vezes, essas mudanças vêm de forças externas, como o Plano Marshall para a recuperação da Europa ao final da 2ª Guerra Mundial. Em outras ocasiões, elas surgem de decisões conscientes de liderança, como parcerias público-privadas incentivadas pelo surgimento do Japão como uma potência em exportação, na década de 1980, ou como um foco renovado sobre incentivo à economia aumentando a continuação do crescimento da China desde a década de 1990.

Nós acreditamos que tal mudança é possível no Brasil, conforme evidenciado por ganhos recentes em ambos os domínios, social e econômico, assim como uma disposição renovada por parte do seu governo de investir mais em áreas variando da saúde à infraestrutura. O perfil bastante público que ele usufruirá ao hospedar a Copa do Mundo de 2014, bem como os Jogos Olímpicos de Verão de 2016, pode se tornar simbólico para

o crescimento de um novo Brasil, desde que fortes escolhas e prioridades sejam feitas nos próximos anos.

Movendo-se para frente em competitividade e inovação

De alguma maneira, o recente crescimento econômico do Brasil é uma anomalia em comparação com o de muitas outras economias emergentes, no sentido de que ele tem sido guiado por fatores relacionados aos seus recursos naturais (por exemplo, o desenvolvimento da agricultura e da mineração), *versus* a competitividade industrial e tecnológica. Um estudo expressou isso em termos da chamada "maldição de recursos naturais", onde a demanda de pouco alcance por recursos primários pode desestimular o investimento em outros setores econômicos, incluindo indústria, fabricação e serviços baseados em conhecimento. Os líderes comerciais brasileiros têm expressado uma preocupação com o risco de "queda de industrialização" diante da concorrência global, que também é dirigida por fatores de capital humano, tais como os déficits no sistema educacional do Brasil e uma concomitante falta de profissionais habilitados.

Apesar de um dos marcos dessa questão, as classificações mundiais do Brasil quanto à competitividade e a inovação são desproporcionalmente baixas em relação ao seu tamanho e crescimento geral. Por exemplo, o Brasil se classificou em 116º no Doing Business Report (Relatório sobre como fazer Negócios) do Banco Mundial em 2014, em 56º no Global Competitive Report (Relatório de Competição Global) do Fórum Econômico em 2013 e em 64ºno Global Innovation Index (Índice Global de Inovação), publicado pela World Intellectual Property Organization (WIPO), da Cornell University e do INSEAD (www.globalinnovationindex.org.

A China, na 35ª posição, está mais bem classificada do que o Brasil (64º) no Índice Global de Inovação. Em especial, a gigante asiática está mais bem posicionada em muitos indicadores, como na avaliação em leitura, matemática e ciências (30 pontos para o Brasil contra 100 para a China), Research and Development (R&D - Pesquisa e Desenvolvimento) (27,2 para o Brasil e 41,5 para a China), facilidade de pagar os impostos (39,1 para o Brasil e 60,5 para a China), classificações universitárias (46,5 pontos para o Brasil contra 74,9 para a China),

ISO 14001 de certificados ambientais (11,6 pontos para o Brasil contra 55,3 pontos para a China) e empresas que oferecem treinamento formal (60,2 pontos para o Brasil e 100 para a China). Com relação ao Brasil, a pontuação da China é duas vezes maior em patentes apresentadas em pelo menos três escritórios e três vezes maior no total de software de computador. A China também multiplicou por oito as suas exportações de alta tecnologia, incluindo exportações criativas, onde a China supera em dobro o Brasil.

Em termos globais, os investimentos feitos por políticas de inovação no Brasil desde 2004 não têm sido tão produtivos quanto o esperado. Especialistas concordam que as áreas onde o Brasil deve se aperfeiçoar muito mais incluem a aquisição pelo governo de produtos avançados de tecnologia e a colaboração da indústria universitária em R&D. As duas áreas estão incluídas nos programas atuais do governo e os aperfeiçoamentos dependem exclusivamente de suas ações e disposição para mudar. A disponibilidade de cientistas e engenheiros e patentes per capita são dois fatores onde o Brasil está posicionado muito atrás da China e de outros países do BRICS. Além dos déficits educacionais e de habilidades (o que é discutido mais profundamente no próximo capítulo), a falta de uma cultura de patentes eficaz em academia, onde está concentrada a maioria dos cientistas, desestimula a inovação.

A cultura do Brasil não é hostil ao esforço individual e o país é bem conhecido por determinados grupos de conhecimento e tecnologia. A Embraer, fabricante de aeronaves, por exemplo, que foi bem apresentada no Capítulo 3, redefiniu o mercado global para transporte regional a jato e está ganhando terreno no mercado mais amplo para aeronaves. O Brasil é um dos fabricantes mundiais e centros de projetos para automóveis de multinacionais como Volkswagen, General Motors e Fiat, sendo que a última vende mais carros no Brasil do que na Itália. O país também é conhecido pelas realizações tecnológicas em áreas que incluem a bioengenharia, o e-governo, o sistema bancário e a tecnologia. O termo "Fabricado no Brasil" não carrega conotações negativas no cenário global.

A disparidade tecnológica do Brasil: mais que uma questão competitiva

No Brasil, a necessidade de aperfeiçoar a infraestrutura de tecnologia inclui outros aspectos além da venda de produtos de tecnologia. Ao final do século 20, grandes multinacionais que tinham se estabelecido e que permaneceram no país, dos setores automotivo, bancário e de telecomunicações, eram consumidores importantes de tecnologia de informação, software, comunicações e serviços de *internet*, assim como consumidores de inovações tecnológicas. Como tal, elas contribuíram significativamente para o crescimento do mercado interno nessas áreas.

No entanto, as exigências desses setores não podiam ser totalmente apoiadas pela indústria local de tecnologia, uma vez que o Brasil não tinha uma estrutura organizada de ciências, tecnologia e inovação, e esse setor tinha passado por uma séria crise econômica e administrativa durante as décadas de 1980 e de 1990. A crise mundial só começou a ser resolvida ao final da década de 1990, com a criação do Sectorial Funds for Science and Technology (Fundos Setoriais para Ciência e Tecnologia), criado pelo Ministério de Ciências e Tecnologia (FNDCT) do Brasil. Afinal, essa mudança ajudou o Brasil a criar dezenas de milhares de novos pesquisadores universitários e possibilitou o desenvolvimento de uma crescente indústria brasileira de software e serviços maduros o bastante para a implantação subsequente de uma Política de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (Research, Development and Innovation Policy). O setor bancário local, Banco do Brasil, Banco Itaú-Unibanco ou Bradesco, também adotou cedo a tecnologia para sobreviver durante os anos de hiperinflação (1980-1994). Seria possível argumentar que, diferente de outros países na América Latina, o setor bancário brasileiro sobreviveu ao volátil ambiente econômico usando a tecnologia. Inicialmente, o software foi desenvolvido internamente, porém mais tarde, empresas como a Politec, passaram a ser os fornecedores escolhidos.

Então, o que está entre o Brasil e uma posição mais forte de concorrência global e inovadora? Primeiro e acima de tudo, mudar para um crescimento global competitivo, indo na dire-

ção da agricultura e de recursos naturais exige o desenvolvimento de seu capital humano, como abordaremos no próximo capítulo. Isso inclui aperfeiçoar o sistema educacional do país, incentivando com sucesso as famílias a se comprometer com a obrigação de frequentar a escola por meio de programas como a *Bolsa Família*, aperfeiçoando conexões globais para as suas faculdades e universidades, e apoiando o crescimento de profissionais habilitados.

Ao nível econômico, uma parte importante da equação competitiva está nas parcerias mais fortes entre governo, academia e setor privado, em conformidade com o que tem sido mostrado ser bem sucedido em outros países como China e Cingapura. Em especial, várias iniciativas governamentais têm crescido para atender as necessidades de agricultura (EMBRAPA), tecnologia (FINEP) e financiamento comercial (BNDES). Nós tratamos delas em mais detalhes nas seções a seguir.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária foi fundada em 1973 como uma organização do Ministério de Agricultura do Brasil. Sua missão declarada é fornecer "soluções viáveis para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro, por meio do conhecimento e da geração e transferência de tecnologia". Como um centro de pesquisas, ela examina áreas que são críticas para o futuro do agronegócio no Brasil, variando de produção animal à tecnologia de informação. Alguns dos seus sucessos importantes incluem o aperfeiçoamento da geração de culturas e técnicas de plantio, sistemas integrados lavoura-pecuária, e a introdução bem sucedida de novas culturas como a soja, levando o escritor de agricultura Mike Wilson, dos Estados Unidos, a descrever a EMBRAPA como "a máquina por trás do milagre econômico do Brasil".[1] Graças aos seus esforços, o Brasil tem sido capaz de aumentar a produtividade em 150% nos últimos 30 anos – enquanto aumentando 20% apenas das terras dedicadas à agricultura e o setor promovendo crescimento econômico.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

O BNDES, uma empresa do governo federal, agora é o principal instrumento de financiamento de longo prazo para investimentos em todos os segmentos da economia, incluindo a nível regional e para projetos sociais e ambientais. Desde que foi fundado, em 1952, o BNDES tem apoiado os setores de agricultura, infraestrutura, comércio e serviços, fornecendo termos especiais de empréstimo para empresas micro e de tamanho médio, assim como para multinacionais. O banco também fornece crédito de investimento social para educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e transporte urbano público. O BNDES apoia projetos de infraestrutura, compra de equipamentos e exportações de bens e serviços. Também ajuda a fortalecer estruturas de empresas de capital privado e oferece financiamento não reembolsável a projetos que contribuem para o aperfeiçoamento social, cultural e tecnológico. O Corporate Planning (Planejamento Corporativo) do BNDES, entre os anos 2009-2014, colocou ênfase especial em inovação, desenvolvimento local e regional, assim como em desenvolvimento social e ambiental.

Como exemplo no setor de tecnologia, o BNDES lançou o Prosoft – ou o Programa Setorial Integrado para Exportação de Software e Serviços Correlatos (Integrated Sectorial Program for Software Exports and Correlated Services) – um programa destinado a ajudar no crescimento de exportações na indústria de software, bem como para fortalecer as operações brasileiras de software multinacional e empresas de TI. Diversas iniciativas foram ajustadas sob esse programa, incluindo a *Prosoft Empresa* (Prosoft Company), que oferece apoio direto ou indireto na forma de financiamento ou de participação como acionista a empresas, a Prosoft Comercialização (Prosoft Commercialization), que financia a compra no mercado doméstico de software e serviços correlatos. E a Prosoft Exportação (Prosoft Exports), que financia exportações de software e serviços desenvolvidos no Brasil, junto com o Cartão BNDES (BNDES Card), um instrumento do tipo cartão de crédito para financiar as compras de novos ativos e contribuições das micro e médias empresas.

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

A FINEP é uma organização governamental ligada ao Ministério das Ciências e Tecnologia (MIC), que financia projetos científicos, tecnológicos e de inovação, com a missão de "promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil, pelo apoio do governo à ciência, tecnologia e inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições governamentais ou privadas".

A FINEP foi criada em 1967 para institucionalizar o Fundo Financeiro de Estudos de Projetos e Programas (Financing Fund of Studies of Projects and Programs), o qual foi criado em 1865. Em seguida, a FINRP ampliou o trabalho do BNDES, e o seu Fundo de Desenvolvimento Técnico-Econômico – FUNTEC – Technical and Scientific que foi criado em 1964 para financiar a implantação de programas de pós-graduação nas universidades brasileiras. Na década de 1970 a FINEP financiou a implantação de novos grupos de pesquisa, a criação de programas temáticos, a expansão da infraestrutura de ciência e tecnologia e a consolidação institucional de pesquisa e estudo de pós-graduação. Ela estimulou a colaboração entre universidades, centros de pesquisa, consultoria comercial e contratados.

Alguns dos sucessos econômicos atribuídos ao financiamento da FINEP incluem o desenvolvimento, no início da década de 1980, do BEM-312, o avião Tucano da Embraer, fabricante brasileira de aeronaves, o que abriu o caminho para seus aviões se tornarem uma parte importante das exportações do Brasil, a pesquisa e os projetos de capital humano da Petrobras, em parceria com universidades, que contribuíram para sua *expertise* em tecnologia de exploração em águas profundas, que agora está levando o país à autossuficiência de energia, e diversos projetos liderados pela EMBRAPA (veja acima) que, por sua vez, levaram ao desenvolvimento tecnológico do sistema agroindustrial brasileiro a se tornar uma dos mais competitivos no mundo.

APEX – Agencia Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos

Essa agência atua estrategicamente orientando mais empresas para o mercado internacional, para que diversifiquem e agreguem valor em transações de exportação, para que aumentem os volumes de comercialização, consolidem a presença do país em mercados tradicionais e para que abram novas fronteiras de mercado para os produtos e serviços brasileiros. Para atingir seus objetivos, ela oferece soluções nas áreas de informações, qualificação de exportação, promoção comercial, marketing e internacionalização. A agência deseja promover e facilitar a internacionalização das empresas brasileiras. Com sede em Brasília, a APEX tem escritórios espalhados pelo Brasil e também em Angola, Bélgica, China, Cuba, Rússia, Emirados Árabes Unidos e nos Estados Unidos.

ABDI – Agencia Brasileira de Desenvolvimento Industrial

Essa é a agência mais recente do governo e ligada ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Internacional (MDIC), criada em 2004 com a missão de promover a execução da Política Industrial em conjunto com as Políticas de Comércio Exterior, Ciência e Tecnologia (Foreign Trade and Science and Technology Policies). Seu objetivo mais importante é ajudar o governo a implantar as novas políticas industriais do Brasil, especialmente o *Plano Brasil Maior* (veja o Capítulo 2).

O desafio de produtividade do Brasil

Apesar do recente crescimento do Brasil, especialistas com frequência indicam o frustrante histórico em produtividade: de acordo com o Boston Consulting Group (Grupo de Consultoria de Boston), quase um quarto do seu crescimento no Produto Interno Bruto na última década se deveu aos aperfeiçoamentos em produtividade, com o restante vindo do crescimento em empregos – números que estão em desacordo com outras economias crescentes.[2]

Um artigo da *Economist* em 2013 põe muito da culpa na falta de reforma básicas do governo, comparando os seus caros tributos e obrigações inchadas de previdência privada com a historicamente pobre infraestrutura do país. A média de aposentadoria é de 70% paga às pessoas com 54 anos de idade e os impostos sobre os salários estão perto de 60% dos salários, enquanto o gasto em infraestrutura é descrito como "mais restrito do que um cordão", mal chegando a 1,5% do Produto Interno Bruto.[3]

Em sua Pesquisa Econômica do Brasil (Economic Survey of Brasil) de 2013, a OEDC insiste na necessidade do país incentivar o crescimento da produtividade, que a organização intergovernamental com sede em Paris, diz que "precisa cuidar das deficiências em infraestrutura, altos custos de mão-de-obra e baixos níveis de capacidade profissional, uma alta carga tributária e um caro sistema de impostos, excesso de cargas administrativas, créditos baixos de marketing e barreiras ao comércio internacional" (OEDC, 2013).

Enquanto a infraestrutura e a tecnologia continuam fatores críticos para aperfeiçoar a produtividade do Brasil, opiniões como essas também destacam a importância da política fiscal e de comércio: conforme a *The Economist*, os negócios enfrentam uma das maiores taxas de impostos do mundo em desenvolvimento (36%), caras regulamentações de importações e alfandegárias e níveis arraigados de burocracia governamental. Muitas dessas são questões enraizadas, cujas soluções exigirão vontade política, assim como o crescimento econômico no futuro. Com eleições gerais iminentes em 2014, tanto para a Presidência do Brasil quanto para o Congresso Nacional, as preocupações com a trajetória futura da produtividade do Brasil serão, pelo menos, uma questão para decisão do eleitorado do país.

Cada uma dessas agências, algumas datadas de décadas passadas, fazem parte de um foco renovado sobre os esforços do governo em trabalhar com o setor privado, aperfeiçoando a competitividade e a inovação do Brasil, especialmente nos setores industriais e de tecnologia. Em um verdadeiro sentido, ele está seguindo um projeto que tem funcionado em outros países, que têm transformado suas economias com sucesso.

O apoio e o envolvimento governamental estão claramente longe de ser os únicos fatores em sua competitividade – as pessoas ainda falam do “custo Brasil” (mencionado no capítulo anterior)[4] de corrupção e burocracia ao fazer negócios.

O fluxo de bens e pessoas: o persistente déficit de infraestrutura

Os motoristas de caminhões e os capitães de navios brasileiros geralmente esperam por dias para carregar ou descarregar sua carga no lotado porto de Santos, o maior da América Latina. Sistemas de trânsito em massa nas principais cidades, como Rio de Janeiro ou São Paulo, são mal equipados para lidar com as multidões da hora do rush ou com o crescimento. Mais da metade dos principais aeroportos do Brasil opera em ou além de sua capacidade. E as estradas são tão ruins que a principal organização nacional de logística do Brasil declarou em 2013 que elas aumentam o custo de transporte por caminhão, o sistema vital de agricultura, em mais de 60%.[5]

O Brasil tem um problema de déficit em infraestrutura há muito tempo, resultado de anos de sub investimento por parte do governo, que data das crises econômicas das décadas de 1980 e 1990. Com algumas exceções, estradas, portos, aeroportos, bem como todo o transporte do país e os serviços em geral, não estão de acordo com o padrão esperado da sétima maior economia do mundo. De acordo com um estudo de McKinsey, mencionado pelo *Financial Times*,[6] o estoque de infraestrutura do Brasil totaliza apenas 10% do Produto Interno Bruto, contra um normal de 70% para a maioria dos países.

Mesmo atualmente, durante um período de relativa estabilidade econômica desde 2003, os níveis de investimento em infraestrutura têm sido muito baixos: atualmente, o Brasil mal gasta 1,5% de seu Produto Interno Bruto em infraestrutura, em comparação com uma média mundial de 3,8%, contra 13% da China, e menos da metade do que recomendado por instituições multilaterais para manter uma taxa de 4% de crescimento econômico. Combinado com décadas de negligência, isso cria um sério déficit de infraestrutura funcional, que atrasa o crescimento do país, especialmente quando mais pessoas de todos os níveis entram no mercado de trabalho.

Desde 2007, o Programa Acelerado de Crescimento (PAC – Accelerated Growth Program) do Brasil, investiu centenas de milhões de Reais brasileiros em aperfeiçoamentos de infraestrutura. Na primeira fase, até 2010, o programa alocou US$349 bilhões, dos quais 63% foram investidos. O segundo PAC foi lançado em 2010, anunciando investimentos adicionais para novos projetos de US$526 bilhões até 2014 e para a conclusão daqueles iniciados durante a primeira fase do programa. O programa investe em logística, energia e desenvolvimento social em seis iniciativas importantes: Melhores Cidades (US$31.3 bilhões em qualidade de vida nas cidades), Trazer os Cidadãos para a Comunidade (US$12.6 bilhões, inclusão social), Minha Casa, Minha Vida (US$152.5 bilhões em habitação, veja o Capítulo 6), Água e Luz para Todos (US$16.6 bilhões em saneamento e eletricidade, veja o Capítulo 6), Energia (US$255.3 bilhões e, para depois de 2014, previsão de investir US$343.9 bilhões em energia renovável, petróleo e gás), e para Transporte (US$57.3 bilhões em rodovias, estradas de ferro e aeroportos). Em 2013, nos diferentes programas, o Brasil planeja aumentar seu nível de investimento em infraestrutura, gastando perto de um trilhão de Reais (US$407 bilhões) no decorrer dos próximos anos. Ele começou a embarcar em um programa ambicioso de parcerias público-privadas (PPPs), descrito em mais detalhes a seguir, onde os ativos públicos de infraestrutura variam de pedágio em rodovias a aeroportos que estão sendo colocados nas mãos de operadores privados como subsidiados ou empreendimentos para lucro, com taxas atraentes de retorno. Alguns planos específicos, incluindo portos, estradas, transporte de massa, aeroportos e vias navegáveis, são descritos a seguir.

Portos. Atualmente, os portos públicos brasileiros estão criticamente sobrecarregados, causando gargalos de carga tanto em terra quanto no mar. Para 2013 o governo federal está comprometendo mais de US$20 bilhões para reformas em três frentes: o desenvolvimento de novos portos públicos, acesso adequado aos portos por meio de aperfeiçoamentos como dragagem, e a abertura de diversos portos públicos para investimento privado – incluindo o maior porto da América Latina, em Santos, no estado de São Paulo. Espera-se que tal influxo de investimento privado melhore tanto a capacidade quanto a eficiência dos portos afetados.[7]

Estradas. Apenas 13,5% de estradas estavam pavimentadas no Brasil em 2012, de acordo com dados do Banco Mundial, contra 100% das estradas de países ocidentais. O Brasil responde a essas preocupações com movimentos crescentes em direção à privatização; além de uma política de longa duração, de ter empresas privadas operando nas maiores estradas e cobrando pedágios, uma série de contratos de dez anos têm sido emitida a operadores privados. Em 2013, a presidente Dilma Rousseff anunciou o Programa de Investimento em Logística (PIL) para oferecer US$22 bilhões em financiamento de longo prazo para aperfeiçoamentos de infraestrutura.

Transporte de massa: Nas principais áreas metropolitanas, como o Rio de Janeiro e São Paulo, os passageiros enfrentam pesadelos dobrados de capacidade insuficiente de transporte público e estradas bloqueadas, em um país onde ainda há uma incrível dependência excessiva de automóveis.[8] A insatisfação com o estado do transporte público levou diretamente aos protestos civis de 2013 por todo o Brasil, disparados pelas tarifas de transporte que depois foram revertidas.

Olhando para o futuro, uma das melhorias mais visíveis a curto prazo para o transporte de massa do Brasil será a construção de novas linhas de metrô, linhas de ônibus e um sistema leve de ferrovias no Rio, antes dos Jogos Olímpicos de 2016, contabilizando cerca de US$1 bilhão dos US$4 bilhões orçados para ampliar o transporte de massa no Brasil em 2013. As parcerias público-privadas foram forjadas recentemente para ampliar o sistema de metrô de São Paulo, como discutido mais detalhadamente a seguir, e em outras cidades pela país estão programados investimentos em transporte de massa. Os monotrilhos, uma alternativa barata aos metrôs, também estão surgindo em São Paulo, como alternativa a outras formas de viajar rapidamente de casa para o trabalho.

Aeroportos. Atualmente, a maioria dos principais aeroportos do Brasil opera em ou além de sua capacidade total, resultado do constante crescimento de viagens aéreas desde a década passada, sem um aumento concomitante em aperfeiçoamentos de infraestrutura nos aeroportos. A privatização tem sido uma estratégia chave para lidar com esse aumento: pela primeira vez, em 2011, parcerias público-privadas foram criadas para remodelar e ampliar os aeroportos internacionais de Guarulhos e

Viracopos em Campinas, São Paulo, assim como o aeroporto da capital de Brasília. No primeiro caso, a capacidade de voo está agendada para aumentar em cerca de 25%, junto com o estacionamento ampliado e um novo terminal internacional. Em fins de 2012, o aeroporto Antônio Carlos Jobim (Galeão) do Rio de Janeiro e o aeroporto Confins em Belo Horizonte também foram abertos para sociedades privadas, que por sua vez, pretendiam chegar a quase US$5 bilhões em investimento.[9]

Vias navegáveis. Hidrovias são um elos vitais de transporte, especialmente em regiões remotas como a Amazônia. Em outras partes no país geralmente elas são subutilizadas em comparação com outros canais de transporte, como o rodoviário. Diversos desafios permanecem quanto a uma melhor utilização das hidrovias do Brasil, variando de integração com estradas e regulamentações de ferrovias, que exigem o uso de navios brasileiros para a cabotagem. Para 2025, o governo prevê quase dobrar o uso de suas vias navegáveis, chegando a 29% do transporte, investindo no processo mais de US$6 bilhões.[12]

Os monotrilhos podem facilitar o engarrafamento de trânsito do Brasil?

O que transporta milhares de passageiros nos limites da hora do rush – sem necessidade de motorista?

Na América do Norte, os monotrilhos são formas raras de transporte, exceto para viagens de longa distância, em aeroportos e parques de diversão como a Walt Disney World (cujo sistema de monotrilho transporta mais de 150.000 pessoas por dia). Entretanto, em qualquer outro lugar no mundo – especialmente na Ásia, onde os monotrilhos têm sido há muito tempo um produto de primeira necessidade em países como o Japão – eles ganharam tração como forma de transportar um grande número de pessoas em áreas urbanas.

Em São Paulo, onde o volume de passageiros é um ponto de crise, os monotrilhos surgiram como uma solução viável para expandir rapidamente a infraestrutura de transporte da cidade. A nova linha Expresso Tiradentes atualmente em construção, ampliará a Linha Dois atual do Metrô de São Paulo. Quando estiver completado em 2015, ela será capaz de transportar quase 50.000 pessoas por hora em cada direção.

A empresa Bombardier canadense, principal contratada desse projeto, também está criando empregos brasileiros no processo de planejar a construção de mais carros de monotrilho em sua fábrica em Hortolândia.[10]

Por que monotrilhos? De acordo com o colunista Robert Wright do *Financial Times*, projetos de monotrilho como esses exigem apenas metade do custo e metade do tempo de construção dos sistemas tradicionais de metrô. Ele descreve caminhões carregando pilares de concreto e trilhos durante a noite para construir rapidamente nas rodovias existentes. E quando construídos, esses sistemas automaticamente controlados, sem motorista, podem transportar uma quantidade de pessoas semelhante aos sistemas de metrô existentes. Eles também têm um forte registro de segurança, com o monotrilho do mundo usado mais pesadamente – no Walt Disney World – registrando apenas uma fatalidade em mais de quatro décadas de operação.

Em São Paulo, a nova linha Expresso Tiradentes será a primeira de duas rotas importantes do monotrilho planejadas para a cidade, sendo que a outra será a Gold Line ou Linha 17, entre a estação planejada São Paulo-Morumbi e São Judas. De acordo com Luís Ramos, o diretor de comunicações da Bombardier para a América do Sul, "Os monotrilhos podem ser a contribuição do Brasil para a tecnologia de transporte do mundo".

Muitos desses casos, uma mistura de investimento governamental e parcerias privadas, descrita em mais detalhes a seguir, são vistos como aperfeiçoamento a longo prazo em infraestrutura. No primeiro caso, o Brasil está aproveitando seu sucesso econômico para fazer aprimoramentos permanentes em sua capacidade econômica; no último caso, ele está tentando mudar uma cultura e reduzir o custo de fazer negócios, aproveitando a energia e a eficiência do setor privado. Se bem sucedidos, esses esforços podem se tornar, potencialmente, um modelo para os esforços do governo em muitas outras áreas.

As parcerias público-privadas poderiam ser a solução?

Uma das principais ferramentas do Brasil para aperfeiçoar sua infraestrutura e fazer os investimentos de capital são PPSPs.[13] Sob tais parcerias as empresas privadas são contratadas para

fornecer serviços públicos, pelo governo federal, estadual e municipal. Isso permite às entidades governamentais descentralizarem seus investimentos em infraestrutura para essas empresas privadas, enquanto aproveitam as economias e o incentivo de lucros do setor privado para executar isso com mais eficiência.

As parcerias assumem uma de três formas: as chamadas *concessões regulares*, onde o sócio privado é compensado pelos seus serviços pelas taxas dos usuários, *concessões patrocinadas*, onde o governo complementa o sócio privado concedendo, por meio de fundos do orçamento público, um acordo de risco compartilhado, para casos em que as taxas dos usuários não sejam suficientes para superar os investimentos feitos pelo sócio privado, e *concessões administrativas*, onde não é possível ou conveniente cobrar taxas dos usuários, e o sócio privado é compensado exclusivamente por meio de fundos públicos. Observe que mesmo em uma concessão regular, o governo pode oferecer fundos ao sócio privado de modo a manter o equilíbrio econômico do contrato, tanto quanto possível negociando garantias ou taxas de receita em retorno,. A lei que apoia as PPPs regulares data de 1995, enquanto as concessões patrocinadas e administrativas foram incorporadas na legislação vigente em 2004. Alguns exemplos disso incluem:

PPP Federal: o Projeto Pontal de Irrigação. Esse projeto está localizado na cidade de Petrolina, em uma região semiárida do estado de Pernambuco, no nordeste do Brasil (Vale do rio São Francisco).[14] O governo brasileiro transferiu a operação de 33.526 hectares de terra, por 25 anos, para o setor privado. O contrato do PPP foi assinado como concessão patrocinada sob a qual, além das taxas cobradas dos usuários, os rendimentos do sócio privado também são complementados com a contribuição do governo, pagos pela autoridade pública. As responsabilidades do sócio privado são construir, operar e alocar as terras a usuários de agronegócio, os quais terão liberdade de selecionar suas colheitas. O fundo do PPP garante 100% de compensação ao sócio privado, caso o Ministério Nacional de Integração rompa o acordo.

PPP estadual: Minas Gerais.[15] Seguindo a legislação federal, os estados também promulgaram ou corrigiram a lei PPP destinada a atrair investimentos privados, aumentando as garantias que foram oferecidas no passado. Minas Gerais foi o primeiro estado que passou uma lei PPP em 2003, mesmo antes

do Estatuto Federal PPP ser passado. O estado de Minas Gerais tem quatro contratos de PPPs em execução, incluindo (1) uma rodovia MG-050 PPP assinada em 2007, (2) uma PPP assinada em 2009 para construir um complexo prisional com capacidade para 3.000 pessoas, (3) uma PPP assinada em 2010 para construir centros de serviço integrados em seis municipalidades e (4) a PPP para a renovação do Estádio do Mineirão para a Copa do Mundo, assinado em 2010.

PPP estadual/municipal: São Paulo.[16] O estado de São Paulo tem três contratos de PPPs em execução, beneficiando sua principal municipalidade. A quarta linha do Metrô de São Paulo é o primeiro exemplo de implantação da PPP. O contrato foi assinado em novembro de 2006 com um consórcio liderado pela CCR - Companhia de Concessões Rodoviárias - uma empresa de rodovias no Brasil e do maior grupo de concessões privadas de rodovias na América Latina. O projeto envolve a concessão por 30 anos para operar uma distância de 12,8 quilômetros de metrô em São Paulo, a maior cidade do Brasil. Da mesma forma, a Companhia Metropolitana de Trens de São Paulo (CPTM – São Paulo Metropolitan Train Company) assinou uma concessão administrativa PPP em 2010 para a Linha Oito – Diamond, envolvendo um investimento de R$993 milhões (cerca de US$447 milhões). O sócio privado é responsável por entregar 36 novos trens e fornecer manutenção da frota por 20 anos.

Em 2009, a PPP “Alto Tietê” foi assinada entre a SABESP, a empresa de tratamento de águas de propriedade estatal de São Paulo, e a Galvão Engenharia S/A. O projeto destina-se a ampliar a fábrica de tratamento de água de Taiaçupeba, construindo 17,7 quilômetros de tubulação nova e quatro reservatórios, com capacidade para armazenar 70 milhões de litros de água. Essa PPP envolve um investimento de R$300 milhões (US$132 milhões).

Hospedar as Olimpíadas de 2016 irá ajudar ou atrapalhar a economia do Brasil?

Observando a competição que acontece a cada quatro anos para ser a cidade sede dos Jogos Olímpicos de Inverno ou de Verão, é possível imaginar que se trata de um prêmio que deve vir com os principais benefícios econômicos para o vencedor eventual. Mas, isso é certo?[17]

Não há uma resposta clara para essa pergunta, por não haver uma medida óbvia para isso. Ela envolve o equilíbrio dos próprios Jogos Olímpicos? Ou um claro benefício financeiro à infraestrutura da maciça quantidade de público gastando o que acompanha os Jogos? Ou o dividendo das relações públicas mais intangíveis que aparece ao ter seu país hospedando mais de um milhão de novos visitantes e sendo assistidos por bilhões de espectadores de uma televisão global?

Nos últimos anos, algumas análises têm indicado o resultado econômico de gastar pesadamente em instalações para especialidades esportivas para evento único – por exemplo, a cidade de Atenas enfrenta agora uma conta de manutenção anual de mais de US$750 milhões de suas rendas por conta das Olimpíadas de 2004, com muitas das suas instalações agora fechadas com tábuas, e o seu brilho pós-Olimpíadas não evitando o país de cair na ruína econômica três anos depois. Outros têm mencionado o deslocamento regular do turismo e do comércio que a organização desses principais eventos pode ocasionar. Outros ainda alertam que a reputação persistente de crimes no Rio de Janeiro será mostrada em 2016, ao longo de suas 34 brilhantes instalações Olímpicas, quase um terço delas sendo novas.

Não obstante, o estado de espírito de muitos observadores poderia ser caracterizada como positiva, ou pelo menos cautelosamente otimista. A cidade de Londres,[18] cujos 26 milhões de visitantes anuais superaram rapidamente a taxa de crescimento do Rio, de dois milhões por ano, experimentou um aumento líquido de 7% em turismo durante os seus Jogos Olímpicos de Verão em 2012. Barcelona também se tornou um importante destino turístico depois das suas Olimpíadas de 1992, indicando uma possível explosão importante de turismo para o Rio e para o Brasil. Um estudo do Escritório Nacional de Pesquisa Econômica (National Bureau of Economic Research), uma organização dos Estados Unidos, mostrou que países que hospedaram as Olimpíadas, ou mesmo que se candidataram a eles, experimentaram um crescimento de 30% em exportações que pode se relacionar com a organização de grandes eventos como esses, com uma abertura maior para com o comércio global. E uma equipe recente de especialistas hospedados pelo *New York Times* foi em grande parte positiva sobre o possível impacto das Olimpíadas do Rio em 2016, indicando os ganhos, que variam de aperfeiçoamentos de infraestrutura para uma melhora na autoimagem aperfeiçoada cidades olímpicas passadas.[19]

Uma receita para a competitividade e a inovação

Os problemas do Brasil com os componentes básicos de competitividade e inovação – incluindo infraestrutura básica, capacidade de transporte e tecnologia – são questões endêmicas, cujas raízes remontam a uma economia que estava constantemente em crise, ao longo de várias décadas passadas. Elas representam a mentalidade antiga de tender para o que é urgente para a sobrevivência, em oposição à construção de fundações para crescimento de longo prazo. E ironicamente, esses problemas se tornaram severamente exacerbados com o recente sucesso econômico do Brasil. Agora o país usufrui níveis mais altos de emprego em cidades onde as pessoas enfrentam longos deslocamentos e superlotação, níveis crescentes de exportações pelos portos que ficam em marcha-ré por dias, e oportunidades econômicas que geralmente têm falta de tecnologia para apoia-las.

As sementes para mudar essa realidade começaram a ser semeadas, não apenas por uma mudança na situação econômica do Brasil, mas por mudanças na filosofia. Seguindo o exemplo de outras economias de crescimento bem sucedidos na história recente, a liderança política atual do Brasil tem acompanhado um caminho que entende tanto a função do investimento governamental em crescimento econômico quanto o valor das parcerias criativas público-privadas. Ao negociar capital de investimento por futuras oportunidades para o setor privado, por sua vez, impulsionado pelo crescimento, ele está aplicando a influência, assim como os recursos, na direção do futuro.

Também existe um aspecto muito simbólico nessas mudanças. Os eventos duplos das finais da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de Verão de 2016, por sua própria natureza, estão abastecendo aperfeiçoamentos substanciais em infraestrutura – tanto para lidar com o influxo esperado de visitantes estrangeiros a esses eventos quanto para estabelecer o Brasil como um local de espetáculo aos olhos do mundo. Porém, além de novas estradas ou de iniciativas de financiamento à tecnologia, a segunda década do século 21 representa uma oportunidade de o Brasil investir em sua postura competitiva, com esses eventos servindo como oportunidade para destacar seus sucessos. Ainda há muitos obstáculos a superar, variando da reforma governamental à política fiscal, mas atualmente há mais esperança de que o Brasil continue a emergir como uma economia globalmente competitiva e uma fonte de inovação política e industrial.

6
Inovação Social Sustentável

Abstratamente, o governo existe em virtude do bem público. No rastro de duas administrações presidenciais de centro-esquerda[1] e uma crescente economia, o Brasil tem tomado as decisões mais fortes e os progressos mais visivelmente públicos do mundo na direção desse ideal, em áreas como educação e erradicação da pobreza, crime e corrupção.

Porém muitas dessas iniciativas estão tendo lugar sobre o pano de fundo de sérios problemas sociais, o que por sua vez serve como o maior desafio à emergência do Brasil como potência mundial. Os níveis de pobreza, desigualdade, corrupção e crime continuam em um nível mais alto entre as principais economias, déficits críticos em infraestrutura continuam a existir e seus cidadãos estão entre os mais pobremente educados para uma economia crescente.

Esse capítulo explora a posição atual de questões sociais do Brasil para o ano de 2013, com foco tanto em seu impacto no crescimento do Brasil como potência mundial tanto quanto as perspectivas atual e futura para essas questões no decorrer do tempo. Ele focalizará as necessidades humanas de infraestrutura do Brasil para pintar uma imagem de um país que tem obtido ganhos substanciais na solução de seus piores problemas, embora reconhecendo que muito ainda precisa ser feito.

A trajetória futura de questões sociais do Brasil num sentido real irá definir suas perspectivas como potência global e sua "marca" como uma nação. A sua administração política presente parece estar focada em aproveitar o atual crescimento econômico do Brasil como uma força para se envolver mais profundamente e em mudanças permanentes na frente social: por exem-

plo, depois dos protestos de junho de 2013, a presidente Dilma Rousseff lutou para direcionar os lucrativos direitos de petróleo e gás ao financiamento da educação.[2] O destino do Brasil, tanto na economia quanto na sua ordem social, muito provavelmente permanecerá entrelaçada por algum tempo à frente.

Celebrando a forte sociedade civil do Brasil

A onda de demonstração que atingiu o Brasil em 2013, foi um sinal claro de crescente insatisfação com o lento progresso do país em muitas áreas críticas, incluindo a educação, a saúde pública e o transporte. A um nível mais profundo, tais protestos também são um bom e saudável sinal da participação de uma forte sociedade civil. Atualmente, os brasileiros são socialmente engajados e se sentem capazes de instigar mudanças a nível das bases, e suas políticas e empreendimentos sociais servem como modelos para o mundo. Em anos recentes, isso tem se combinado com uma capacidade crescente de diversos setores da sociedade brasileira resolverem muitas questões de cunho social, na esteira de uma economia crescente. Alguns dos sinais tangíveis desses tipos de mudanças incluem a implantação crescente de responsabilidade social corporativa (CSR) por parte de empresas, PPPs crescente para o bem social, ONGs sociais focadas nos direitos humanos e o World Social Forum (Fórum Social Mundial); e esses são descritos a seguir.

Aumento da Responsabilidade Social Corporativa (CSR). Progressivamente, os negócios no Brasil estão sentindo a obrigação – e a oportunidade econômica – de darem retorno às comunidades às quais servem. Por exemplo, as fontes de produtos naturais de cosméticos da Natura, a floresta tropical Amazônica das comunidades indígenas, e seu modelo de negócio, têm aperfeiçoado a vida das mulheres que vendem seus produtos. A empresa Renascer de serviços, provê cuidado hospitalar para crianças de comunidades de baixa renda, para reduzir a incidência de hospitalização repetida.[3] Organizações como o Instituto Ethos (Ethos Institute) ou as Empresas Pelo Clima (Business for Climate Platform) também têm ajudado a mobilizar a comunidade empresarial brasileira em apoio aos objetivos sociais e ambientais.

PPPs crescentes para o bem social. Como discutido no capítulo anterior, as PPPs promovem o desenvolvimento de infraestrutura social ou pública, influenciando o setor privado. Já men-

cionamos o Projeto de Irrigação do Pontal (Pontal Irrigation Project), que transferiu mais de 33.000 hectares de terra nas regiões semiáridas do estado de Pernambuco para o setor privado, por um período de 25 anos, e por sua vez, garante seus rendimentos de taxas de utilização. Outros programas servem mais diretamente o público: o "Luz para Todos", um programa do governo federal, se associa a concessionárias de eletricidade de utilidade pública como a Eletrobrás, para fornecer acesso universal à eletricidade, para mais de dez milhões de pessoas na área rural. A iniciativa de moradia social "Minha Casa, Minha Vida", fazendo par entre a Caixa Econômica Federal, um banco de propriedade do estado, com investidores privados, para oferecer financiamento de baixo custo a 100% de lares, a moradias de pessoas de baixa ou média renda, que normalmente não seriam capazes de possuir uma casa.[4] O programa iniciou em 2009 e ofereceu 1,32 milhões de lcasas para 4,6 milhões de brasileiros.

ONGs focadas nos direitos humanos e sociais. Uma ampla gama de ONGs tem aparecido no Brasil para tratar das causas sociais e de direitos humanos. Operam principalmente em um nível básico – por exemplo, apenas em 20% têm orçamentos de mais de US$1 milhão – porém a influência delas está crescendo firmemente (Letelier, 2012).

O Fórum Social Mundial. O World Social Forum é uma reunião global que acontece anualmente no Brasil e em outras cidades do mundo, para tratar de problemas econômicos globais e políticos, a partir do ponto de vista da sociedade civil e de movimentos sociais, como um contraponto à reunião anual do World Economic Forum (WEF – Fórum Econômico Mundial) que acontece em Davos, Suiça. Com frequência, seus palestrantes incluem intelectuais, ativistas e outros líderes pensadores. Em janeiro de 2003, o presidente Lula fez questão de assistir tanto o Fórum Social Mundial em Porto Alegre quanto a reunião do WEF em Davos.

Em outro nível, o atual governo do Brasil está ajudando o mundo a ter um olhar novo para a ideia de *democracia participativa*, uma forma de baixo para cima de governo, que dá às pessoas mais contribuições diretas contra uma democracia representativa tradicional. O termo tem uma história de altos e baixos: dos movimentos sociais, como o movimento Occupy (Ocupar) de 2011 às culturas corporativas baseadas no consenso de tomada

de decisões, ele é visto, em última análise, como levando à paralisia. Em 1989, quando o Partido dos Trabalhadores venceu as eleições da cidade de Porto Alegre, uma cidade de 1,5 milhões de pessoas, ele substituiu um sistema burocrático que foi cheio de falhas por um processo de democracia participante único, onde cidadãos se reúnem em assembleias – aberto a todos e com uma forte participação dos residentes mais pobres – recomendando prioridades de orçamento para aprovação pelo conselho e pelo prefeito municipal da cidade. Esse sistema levou a aperfeiçoamentos substanciais em infraestrutura, como acesso a estradas e a sistemas de esgoto, especialmente em bairros pobres, e continuou mesmo depois do Partido dos Trabalhadores perder o poder municipal em 2004.[5,6]

Enquanto o Brasil continua a enfrentar sérios problemas sociais, há um sentido renovado de que a mudança está no ar. Talvez um exemplo popular disso seja a novela *Avenida Brasil*, que se tornou tão veementemente popular que até mesmo a presidente Dilma Rousseff mudou sua agenda para ser capaz de assisti-la. *Avenida Brasil* é uma das primeiras novelas brasileiras a focar a nova classe média do país (em vez da super-rica) e a pobre, mostrando as realidades de viver nas "favelas" brasileiras. Como tal, ela reflete o crescimento da classe média do Brasil, que foi incentivada pela mudança social recente e pela recuperação econômica. Isso serve como uma das muitas metáforas para um novo senso de mudança que tem varrido o país.

Os empresários sociais do Brasil

O empresariado social, conforme definido pelo Professor Felipe Santos do INSEAD, refere-se àqueles empresários que estão procurando lucros e, ao mesmo tempo, o bem social. Rodrigo Baggio é um ex-executivo da Intel. Atualmente, ele encabeça o Centro de Inclusão Digital (CDI – Center of Digital Inclusion), um negócio bem sucedido cuja função é fazer uma ponte sobre o fosso digital para pessoas no Brasil. Cada um dos seus centros é uma operação que se sustenta por si só, que ensina às pessoas habilidades básicas de alfabetização e de computador. O conceito se espalhou para mais de 750 escolas no Brasil e para mais de 100 no estrangeiro. Os alunos aprendem a usar computadores no contexto de criação de um "projeto social de defesa", enquanto os professores aprendem a aperfeiçoar suas

habilidades em computador para usar na sala de aula. Tal cadeia tem se tornado muito bem sucedida e o próprio Baggio foi chamado pela revista *Time*, de um dos 50 Líderes da América Latina do novo Milênio.[7]

Esse é um exemplo do tipo de *empresariado social* que está começando a crescer no Brasil. Seus objetivos são o bem estar social do país, envolvidos no pragmatismo de oportunidades lucrativas, que normalmente cresce em apoio aos esforços de responsabilidade social de empresas maiores, ou oferecendo os serviços necessários em apoio aos objetivos sociais. Esses incluem negócios "verdes", empresas de educação e uma série de outros empreendimentos comerciais destinados a aperfeiçoar as vidas dos brasileiros.

Às vezes os brasileiros descrevem a si mesmos usando a palavra *jeitinho*, que pode ser traduzida como "encontrar uma maneira" para resolver as coisas: ela significa ter a malandragem, conexões familiares, criatividade ou força de vontade para fazer as coisas acontecerem. Seria possível compará-la com o conceito chinês de *guanxi* (favores dados e recebidos pelos bem informados), ou o *viveza criolla* (astuto, engenhoso) dos vizinhos latino-americanos do Brasil. Historicamente, em geral se refere à habilidade de sobreviver no mundo desafiador de um país em desenvolvimento. Hoje, seria possível ver o Brasil moderno pelas lentes de um sentido renovado de *jeitinho* – aquele que fala da vontade das pessoas pensarem além de suas questões sociais do passadao, e forjarem uma nova e mais promissora sociedade para todos.

Superando a pobreza e a desigualdade de renda

O Brasil tem a distinção infeliz de ter uma das maiores disparidades em renda entre ricos e pobres, no mundo. Aproximadamente 10% da população do Brasil controla mais de 50% da riqueza do país. O país é o lar de algumas das pessoas mais ricas do mundo, ao passo que em 2011, 21% dos brasileiros viviam abaixo da linha de pobreza nacional, significando 40 milhões de pessoas.[8] Isso é comparável às taxas de pobreza de outras nações latino-americanas, e representa, naturalmente, uma importante questão social. Junto com taxas relativamente baixas

de desemprego, isso também se traduz para um nível relativamente alto de trabalhadores pobres.[9]

A desigualdade de renda em um país pode ser quantificada pelo que é conhecido como o coeficiente Gini, um número entre zero e um, que descreve padrões de riqueza como uma distribuição de frequência: países com um coeficiente igual a zero teriam igualdade de renda absoluta, enquanto que 1,0 representaria desigualdade máxima. Com o coeficiente Gini de aproximadamente 0,53 referente a 2011, o Brasil tem feito aperfeiçoamentos substanciais em comparação com a sua pontuação de cerca de 0,64 em 2002. Mas isso ainda classifica o Brasil como tendo um dos piores níveis de desigualdade de renda na América Latina e no mundo.[10]

O pobre ficando mais rico

Agora, números econômicos recentes estão começando a validar os resultados das iniciativas contra a pobreza do Brasil: financeiramente, os pobres estão atualmente ganhando terreno mais depressa do que qualquer outro segmento da sociedade.

De acordo com dados da revista *Fortune*, em 2012, a força de trabalho de 10% dos mais pobres viu aumentar seus salários em quase um terço, contra um crescimento de 8,3% em salários para os brasileiros como um todo – e perto dos aumentos estagnados em salários reais nos Estados Unidos.[11]

Programas contra a pobreza patrocinados pelo governo, como programas de transferência condicional de dinheiro (CCT) (*Bolsa Família*), descrita a seguir, claramente têm causado uma diminuição nesse problema, enquanto um crescimento na economia alimentada pela explosão de exportação de mercadorias. Enquanto que a desigualdade permanece alta entre as taxas de pobreza e a economia, em especial com relação a outros países desenvolvidos, a taxa de mudança da década passada serve como um sinal promissor da emergência do Brasil como potência econômica.

Como um vasto país com baixa densidade populacional (21 habitantes por quilômetro quadrado), em geral a riqueza do Brasil assume uma forma diferente da de outras sociedades mais urbanas. Terra se equipara a poder, e muitos brasileiros ricos possuem grandes extensões de terra, várias residências e uma

estrutura total de serviços domésticos para ajudar a manter essas propriedades. Como em muitos países, a riqueza tende a ser concentrada nos principais estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e as condições econômicas são melhores no sul próspero e urbano do país, em comparação com o norte mais rural. Inversamente, geralmente a pobreza no Brasil assume a forma urbana de locais densamente populosos conhecidos como *favelas*, descritos em algum lugar nesse capítulo, ou focos de pobreza rural. Enquanto apenas 19% da população do Brasil vive em áreas rurais, mais da metade dela vive na pobreza, o que geralmente é um produto de desigualdades estruturais na distribuição de terra.[12]

No decorrer de boa parte da história do Brasil, sua abordagem à pobreza tem sido marginalizar os pobres da sociedade, mediante a segregação social, bem como negligência e falta de infraestrutura. Atualmente começou a haver uma mudança fundamental focada nos pobres, que se destina a dar-lhes voz e a ampliar sua função na sociedade. Além do respeito humano, tal postura é vista como a criação de benefícios econômicos para o Brasil, por meio de programas que variam da pacificação das *favelas* à reforma agrária para agricultura familiar.

Uma das intervenções sociais mais eficientes em relação à pobreza nos últimos anos tem sido o sucesso dos programas de transferência condicional de dinheiro, que alavanca o apoio financeiro às famílias pobres contra os resultados sociais desejáveis. Um exemplo é o programa bem sucedido do Brasil, *Bolsa Família*, criado pelo presidente Lula em 2003 como sucessor dos programas existentes de transferência de dinheiro. Como parte do programa maior do governo, *Fome Zero*,[13] pagamentos são relacionados à frequência escolar e à vacinação das crianças. Para as 14 milhões de famílias que recebem US$70 ou menos por mês, a *Bolsa Família* oferece cerca de US$44 por mês a quase todas aquelas moradias, com um orçamento de aproximadamente US$11 bilhões em 2012 e uma despesa total de US$50 bilhões, desde o seu início dez anos atrás.[14]

Um dos aspectos desse programa sutil, mas socialmente importante, é que em geral os pagamentos são feitos para a mulher que chefia a casa, dando às mães mais voz. Inicialmente, um dos principais argumentos contra o programa foi o medo de que a compensação direta em dinheiro para os homens da casa

poderia ser desviada para coisas, como bebida e jogo. Devido à quantidade de mães solteiras na pobreza, essa abordagem foi designada para garantir que o dinheiro de ajuda fosse para o apoio das famílias, e parece estar dando certo.

Os níveis de pobreza, como mostrado na Figura 6.1, caíram aproximadamente 40% entre 2003 e 2009, enquanto os níveis de extrema pobreza foram cortados à metade – e falando relativamente, com extrema pobreza definida como US$1.25 por dia, a erradicação da extrema pobreza agora é visível. Também tem acontecido uma intervenção efetiva de custo: esses pagamentos em dinheiro não apenas representam um aumento substancial na renda dos seus beneficiários, mas seus resultados sociais e benefícios econômicos também são grandes, com relação aos custos do programa. De acordo com a ministra de Desenvolvimento Social, Tereza Campello, ao falar sobre o décimo aniversário do programa, "Nós administramos para mostrar que cada Real que investimos no *Bolsa Família*, R$1,44 é devolvido à sociedade. Então, quem ganha? Os vencedores são os beneficiários e seus filhos. Porém, a comunidade também aparece como vencedora".[15] Ainda que inicialmente tenha havido algum debate quanto a oferecer dinheiro às famílias pobres dessa maneira, atualmente há um amplo consenso de que esse programa funciona bem. Algumas pessoas argumentam que determinados aperfeiçoamentos deveriam ser feitos à forma pela qual são implantados, mas muito poucas vozes (se alguma) pedem pela sua total remoção (veja o Capítulo 8).

Outra história de sucesso recente é a crescente integração das *favelas* do Brasil na sociedade como um todo. Historicamente produto de migração das áreas rurais por pessoas em busca de oportunidades nas áreas urbanas, essas *favelas* cresceram em cidades maiores, como Rio de Janeiro e São Paulo, em geral com a montagem tosca, onde faltam serviços públicos ou serviços básicos. Normalmente, a polícia evita patrulhar essas áreas e a taxa de drogas cresceu como uma realidade econômica nessas comunidades, muitas sendo controladas pelas gangues de drogas e assim permanecendo.
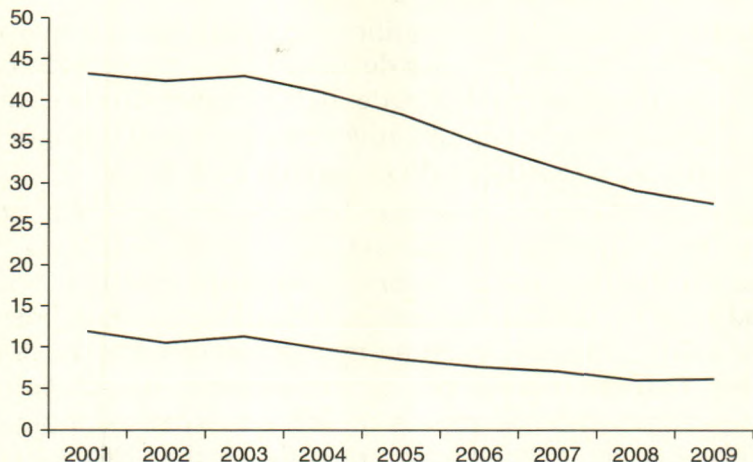
Figura 6.1 Tendência em pobreza (R$4,00 por dia, linha superior) e extrema pobreza (R$1,25 por dia, linha inferior) no Brasil, 2001-2009.

Fonte: Os autores se basearam no World Bank Poverty and Inequality Database [Bando de dados do Banco Mundial sobre a Pobreza e Desigualdade] (Acessado em 21 de agosto de 2013.)

Esforços para erradicar as *favelas*, incluindo um esforço em larga escala na década de 1970 sob a ditadura militar do Brasil, se mostrou uma falha, de uma maneira geral, condenada por fatores que variam da falta de financiamento público para alternativas de moradia a um crescimento estável na migração urbana. Hoje em dia, o foco está mais em integrar os moradores das *favelas* à sociedade como um todo. Por exemplo, o Programa de Pacificação de Favelas (FPP – Favela Pacification Program) do Rio de Janeiro, foca em embutir a presença da polícia comunitária dentro das *favelas*, lutando pelo controle dos chefes das drogas e pavimentando o caminho para que serviços necessários sejam oferecidos. A um nível mais profundo, o policiamento local também monta relacionamentos com a comunidade, o que reduz os motivos de brutalidade policial contra os moradores. Até o presente, esse programa tem excedido as expectativas, e muitas *favelas* maiores do Rio se tornaram pacificadas.

Favelas: o distrito de aluguéis caros?

Ser pobre no Brasil não significa necessariamente que o seu aluguel é barato. As *favelas* do Brasil, lar de perto de 6% da população do país, em dados de 2011, passaram recentemente por um aumento significativo nos preços de aluguel, em conjunto com a expansão da economia do Brasil.

De acordo com o *Financial Times*, o aluguel para um pequeno apartamento desmantelado no meio da *favela* Santa Marta do Rio de Janeiro, agora varia entre R$400,00-500,00 (US$207-259), com preços ainda mais altos perto da base dessa montanha vizinha, onde há melhor acesso a serviços e utilidades. Fatores que variam do crescimento da classe média à forte valorização nos preços de imóveis – por exemplo, crescendo acima de 20% ao ano, antes de abril de 2012 – contribuíram para esse aumento. Para os habitantes de favela, que geralmente passam a morar nessas vizinhanças por necessidade, esses aumentos causam um estresse adicional econômico a um estilo de vida já empobrecido.[17]

Ironicamente, o turismo na *favela*, que atrai milhares de visitantes para ver algumas delas em primeira mão e interagir com as pessoas da comunidade, também está crescendo como fonte de financiamento à comunidade.[16] Esses programas, criados em parceria com os líderes comunitários, também fazem parte de um maior contexto social para montar uma ponte com a vizinhança da *favela*. Por exemplo, não é incomum que jovens residentes da *favela*, atualmente frequentem a escola, voltando para casa à noite. No geral, a segurança tem continuado a crescer para os moradores como um todo.

As diferenças regionais na pobreza dentro do país também continuam a ser um problema. Entretanto, o Brasil continua a explorar novas opções: por exemplo, recentes movimentos abordados em algum lugar desse capítulo, para fomentar a educação e a saúde com as futuras receitas de petróleo, podem ajudar a redirecionar as desigualdades entre regiões, e dentro de regiões. Enquanto muito trabalho ainda precisa ser feito, agora o país está numa trajetória promissora com relação à pobreza.

O modelo de educação e o desafio das habilidades do Brasil

Em educação, como em pobreza, o Brasil tem feito avanços enormes, mas os desafios ainda são muitos. A qualidade do sistema educacional do Brasil e, especialmente, a falta de profissionais habilitados e treinados, continua como um dos únicos maiores impedimentos ao seu crescimento. Além do mais, a melhor educação para as crianças brasileiras é vista como uma influência transformadora importante para muitos de seus outros problemas sociais, como o crime, a pobreza e a falta de oportunidade econômica.

Infelizmente, a qualidade da educação básica no Brasil permanece extremamente pobre. Ainda que os resultados sejam melhores do que há dez anos atrás, dos 65 países que participaram do teste da OECD de 2012 na International Student Assessment (PISA[18] – Avaliação Internacional de Estudantes), o Brasil se classificou entre a última dúzia de países em matemática, leitura e ciências. Por um lado, os níveis de conformidade com a educação pública compulsória são altos e tendem a melhorar: matrículas no ensino obrigatório para aqueles com idades entre sete e quatorze agora tem um excesso de 95%, e têm crescido substancialmente para mais de 80% entre aqueles com idades entre 15-17 anos. Por outro lado, acima de um terço dos jovens de 16 anos de idade nunca terminaram a escola primária, e quase que a metade daqueles com 19 anos de idade deixaram de completar o ensino secundário.

A situação é ainda mais terrível quando se trata de administrar habilidades: 70% dos alunos brasileiros no ensino secundário não têm conhecimentos básicos em matemática, metade dos brasileiros na faixa dos quinze anos de idade se classificam como pertencendo ao nível funcional mais baixo dos padrões globais da PISA, e quase três quartos dos seus adultos não consegue entender uma frase de texto simples.[19] A infraestrutura educacional é pobre em muitas áreas, e os professores sofrem com a falta de treinamento e os baixos pagamentos: a média dos salários é de cerca de 60% do que outras pessoas educadas recebem, considerando o ano de 2012, e alguns estados até mesmo lutam para pagar aos professores o salário mínimo de R$1.451,00, ou cerca de US$820.20. Enquanto o Brasil incrementa a taxa de alfabetização de 90%, em 2012, a falta de habilidades básicas entre os seus cidadãos serve como um déficit

crítico, especialmente em um mundo que requer, cada vez mais, capacidades ao nível secundário para muitos empregos.

Muitos desses problemas têm suas raízes no financiamento público à educação, o que por sua vez está se tornando um foco renovado para o governo brasileiro. Conforme dados do Banco Mundial, o Brasil mal gasta um terço em educação como países de renda alta, como os Estados Unidos e a Coréia do Sul: ele gasta aproximadamente 5% do Produto Interno Bruto, contra cerca de 15% dessas outras nações.[21] A lei do Plano Nacional de Educação do Brasil , de 2012, ajusta um objetivo ambicioso, de duplicar esse nível de gasto para 10% do Produto Interno Bruto até 2022, juntamente com aperfeiçoamentos em outras áreas, como treinamento e pagamento de professores, esforços aperfeiçoados para reduzir o analfabetismo e o aumento de inscrição para portadores de deficiência.[22]

Outras propostas variam de financiamento em educação de crianças pequenas, avaliando as desigualdades econômicas regionais. Intervenções ainda mais agressivas foram propostas mais recentemente, em parte alimentadas pelo protesto público, como um movimento recente feito pela presidente Dilma Rousseff de tentar e ter todas as receitas líquidas de petróleo e gás direcionadas para a educação. Em resposta, o Congresso do Brasil concordou, no verão de 2013, em alocar 75% dos rendimentos de petróleo extraído para a educação e 25% para a saúde.[23]

Educação primária e secundária

O Brasil moderno é um país com educação compulsória para todas as crianças em toda a nação. A educação pública é dividida em nove anos da chamada "educação fundamental", que é gratuita e obrigatória para crianças com idades de 6 a 14. Os cursos exigidos nesse nível incluem o idioma português e literatura, matemática, ciências, história, geografia, filosofia, sociologia e um idioma estrangeiro.

O acesso a essa educação pública gratuita tem ganho uma base substancial: em 2009, por exemplo, duas vezes mais brasileiros com idades entre 25 e 34 anos completaram o ensino secundário (53%) contra aqueles com idades entre 55 e 64 anos (25%). No entanto, geralmente a qualidade dessa educação car-

rega a carga de décadas de negligência e, com frequência, a falta de necessidades básicas de infraestruturas escolares. Em especial, quando alguém se afasta das principais cidades para regiões remotas ou rurais do Brasil, a qualidade da educação pública normalmente é um problema ainda maior do que a sua disponibilidade.

Os ganhos do Brasil, em parte, se baseiam no sucesso de programas de transferência condicionais de fundos, descrito na seção anterior, onde o apoio financeiro às famílias pobres é predicado em conformidade com a frequência compulsória à escola para suas crianças. Em outro nível, a introdução de normas e altos padrões de responsabilidade têm ajudado, como a introdução feita pelo ex-presidente Lula, do Índice de Desenvolvimento Básico na Educação (IDEB), uma métrica para calcular o desempenho escolar e disparar a intervenção em áreas pobres de desempenho.[27] Por fim, um foco renovado no financiamento para a educação contém a promessa de encaminhar as questões de qualidade endêmica educacional do país por um tempo maior, notadamente na área crítica de educação infantil.

O elefante no quarto: a lacuna da educação tecnológica do Brasil

Como uma nação historicamente agrária que atingiu a independência no século 19, tradicionalmente o Brasil tem caminhado atrás dos seus concorrentes de profissionais de educação de tecnologia – uma lacuna que existe ainda hoje em dia, e que pode ameaçar seu crescimento como uma economia global tecnologicamente crescente.

Antes da primeira universidade do Brasil, de propriedade estatal, a Universidade de São Paulo, aberta em São Paulo em 1934, a educação após o secundário era amplamente reservada à elite e se concentrava em áreas como medicina e direito.[24] O Brasil tem orgulho das mais de 2.500 instituições de ensino superior, ainda que só algumas universidades brasileiras tenham classificações globais no alto; apenas seis se classificam entre as 500 principais do mundo na Classificação Acadêmica de Universidades do Mundo (Academic Ranking of World Universities) e há uma escassez crítica em áreas como ciências, tecnologia e engenharia.[25]

As implicações práticas disso podem causar impacto no crescimento de áreas como tecnologia e fabricação: por exemplo, Ronaldo Lemos, professor brasileiro de Direito, observou que quando a chinesa Forconn, fabricante de eletrônicos, anunciou uma instalação de fábrica no Brasil, eles projetaram contratar mais de 20.000 engenheiros, um número que Lemos indica como simplesmente inatingível, devido à atual força de trabalho local.[26] Uma questão iminente ainda mais ampla é o crescente nível de tecnologia exigido pela força de trabalho atual em quase todas as áreas profissionais de emprego.

Os esforços atuais do governo de encaminhar essa questão, incluem programas para financiar os alunos de ciências e engenharia a estudarem no estrangeiro (Science Without Borders ou *Ciências sem Fronteiras*, descrito em mais detalhes a seguir), assim como programas existentes de acesso ao aperfeiçoamento universitário no Brasil para mais pessoas e para incentivar o estudo técnico, como os programas ProUni e Pronatec, descritos em seguida. Enquanto isso, especialistas como Lemos observam a importância de abrir mais universidades do Brasil ao mundo exterior: por exemplo, menos de 3% de estudantes universitários no Brasil são de fora do país, e geralmente, contratar professores estrangeiros requer um processo lento e complexo de aprovação de suas credenciais acadêmicas. Partindo daqui, a política educacional promete ser um fator importante na futura força de trabalho em tecnologia do Brasil.

Educação universitária

O ministro de Educação do Brasil atualmente reconhece mais de 2.500 instituições de ensino superior em 2013. Esse número é favoravelmente comparado a outras nações desenvolvidas; no entanto, as taxas de matrícula e a qualidade institucional representam uma questão recorrente no Brasil. Em 2011, menos de 15% de pessoas com idades entre 18 e 24 anos estavam matriculadas em escolas superiores, em comparação com mais de 40% nos Estados Unidos – e aproximadamente a mesma porcentagem de 30 anos atrás. [28] Em regiões mais pobres do Brasil, o índice pode cair para menos de 10%.

Um fator de preocupação mais profundo dentre esses números é a falta de pessoas escolhendo estudar as habilidades críticas de que o país precisa, como ciências, tecnologia e engenharia. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional (INEP, http://www.inep.gov.br), a agência responsável pelos testes de admissão ao ensino secundário, apenas 11% dos estudantes escolhem especializações em engenharia, fabricação ou construção, enquanto o índice para ciências, matemática e ciência da computação é ainda menor, ficando em 6,3%. Isso compara aos números em nações como os Estados Unidos, no entanto, devido ao número relativamente pequeno de inscrição no Brasil, isso representa uma lacuna substancial de habilidades para o futuro.

Isso não quer dizer que o governo do Brasil não tem tentado solucionar o problema de frequência escolar, na verdade, uma parceria agressiva entre governo e universidades privadas permite que muitos indivíduos academicamente qualificados frequentem o curso secundário por algum tempo ou sem custos. O *Programa Universidade para Todos* oferece bolsas de estudo para estudantes em perspectiva, que se formam na escola secundária e/ou mantêm uma bolsa de ensino secundário, e que vêm de famílias que não ganham mais que uma vez e meia do salário mínimo, atualmente um total de cerca de R$1.000,00 (aproximadamente US$420 por mês). Bolsas parciais também estão disponíveis a inscritos cujas famílias recebem três vezes o salário mínimo.

A qualidade da educação superior varia muito. As melhores universidades públicas do Brasil, como a Universidade de São Paulo, são extremamente competitivas quanto a entrar nelas: a taxa de inscritos para admissão em escolas de alto nível pode passar de 30 a 40 alunos para que um seja aceito. Entretanto, escolas privadas tendem a não ser muito bem consideradas ou classificadas, até mesmo no exemplo acima citado, onde o governo subsidia todos os custos de bolsas para estudantes de baixa renda nas escolas particulares, ainda existe uma percepção cultural de que, de alguma forma, essas escolas são "menores" em comparação com as melhores instituições públicas.[29]

Ciências sem fronteiras: como dar aos brasileiros uma educação global de tecnologia

O programa *Ciências sem Fronteiras* do Brasil é uma parceria público-privada única que busca fomentar a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação para menos de 15% dos brasileiros que estão matriculados na escola – apenas 11% dos quais estudam ciências e engenharia. Esse programa oferece bolsas de estudo para estudantes de graduação e de pós-graduação que tenham interesse em estudar e/ou fazer pesquisa nas universidades mais prestigiadas do mundo no campo da tecnologia. Além disso, o programa se destina a atrair pesquisadores internacionais que poderiam gostar de se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com pesquisadores brasileiros em áreas estratégicas para o país.

Esse programa, estabelecido em 2011, tem por objetivo fornecer 101.000 bolsas até 2015, para promover programas de intercâmbio, de modo que estudantes de graduação e de pós-graduação possam estudar no exterior e fazer contato com sistemas educacionais competitivos em tecnologia e ciências.[30,31] Aproximadamente um quarto desses serão patrocinados pelo setor privado, com o restante financiado pelo governo federal. As empresas privadas participam do programa financiando parte das bolsas, recebendo alunos de pós-doutorado e visitas especiais de pesquisadores para trabalhar com eles, e também enviando seus funcionários para participarem de estágios e cursos no exterior.[32] Até agora, 37.000 bolsas foram concedidas, das quais mais de 30.000 foram enviadas para alunos brasileiros não formados, para estudar no estrangeiro.

Ainda há muito trabalho a fazer, não apenas para incentivar os brasileiros mais jovens a entrar na escola, em especial para estudar áreas que são críticas para o futuro do país. Em sua direção, uma dessas iniciativas é o *Pronatec* (Programa Nacional de Acesso a Escolas Técnicas), lançado em 2011 pela presidente Dilma Rousseff, que oferece apoio à educação técnica ao nível tanto universitário quanto de escola vocacional, bem como um Plano Nacional de Banda Larga para aperfeiçoar o acesso à Internet das escolas. Existe também o interesse do Brasil em escolas de graduação mais abertas a alunos estrangeiros e que se

tornam mais globalmente competitivas em produzir formandos, especialmente em áreas críticas como ciências e tecnologia.

Crime e violência urbana

Entre 2014 e 2016, os holofotes da mídia mundial estarão sobre o Brasil, pois ele hospeda a Copa do Mundo, campeonato de futebol, e as Olimpíadas de Verão. Infelizmente, alguns desses holofotes, provavelmente cairão sobre os problemas endêmicos de crime do país. Há muito tempo o Brasil tem sido notório pelos seus crescentes níveis de atividade criminosa.

Com uma taxa anual geral de homicídios de 21 assassinatos por 100.000 pessoas em 2011, o Brasil é classificado como um dos países mais perigosos, de acordo com o United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC - Departamento das Nações Unidos sobre Drogas e Crime). Embora bem abaixo de alguns países menores, como 45,1 por 100.000 da Venezuela ou 91,6 por 100.000 de Honduras, ele ainda excede de longe a taxa de aproximadamente uma pessoa por 100.000 em países como a Alemanha e o Reino Unido e 4,8 por 100.000 nos Estados Unidos, em 2011. Contudo, uma tendência importante é a redução progressiva de homicídios no Brasil. Em cidades principais como Rio de Janeiro e São Paulo, as taxas de assassinatos têm caído substancialmente para números de cerca de dois e três, respectivamente, entre 1997 e 2007, como mostrado na Figura 6.2. Os fatores desse declínio incluem leis aperfeiçoadas de controle de armas, um aumento no policiamento preventivo e fatores demográficos, como um envelhecimento geral da população.[33]

Além dos homicídios, os crimes de rua em geral continuam a ser um sério problema social no Brasil. Esses crimes incluem latrocínio, assalto, estupro e roubo. Enquanto a maior parte de vítimas desses crimes é de moradores da área urbana pobre, assim como muitos os perpetradores, o crime ainda afeta todos os níveis da sociedade. Isso se deve ao fato de que nas principais cidades brasileiras não se deve exibir sinais de riqueza, deixar valores sem vigilância ou andar sozinho à noite, inclusive nas principais áreas turísticas. A exposição a tais crimes, normalmente começa na tenra idade, com um estudo de 2008 em Porto Alegre mostrando que mais de um quarto de jovens da oitava série tem sido assaltado (Zdun, 2008).
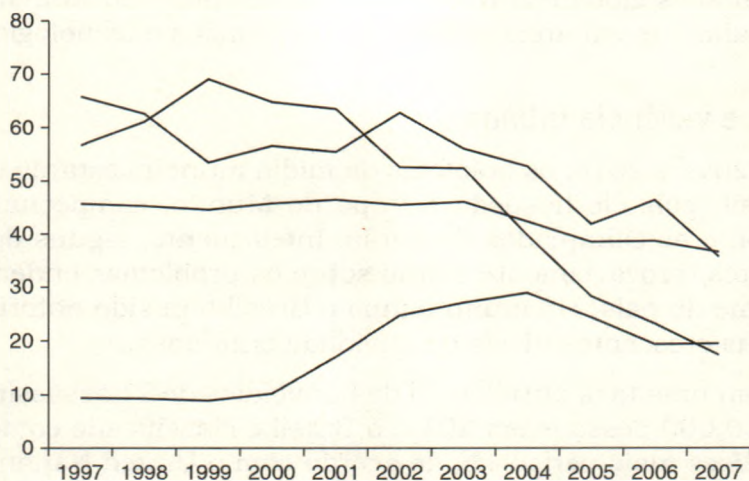
Figura 6.2 Homicídios por 100.000 pessoas de 1997 a 2007 no Rio de Janeiro (linha superior), Brasil (segunda linha), São Paulo (terceira linha) e Florianópolis (última linha), e em todas as capitais de estado.

Fonte: Os autores se basearam em Waiselfisz, JJ, Mapa da Violência 2010: Anatomia dos Homicídios no Brasil, Instituto Sangari, 2011, http://mapadaviolencia.org.br/pdf2010/MapaViolencia2010.pdf (Acessado em 22 de Agosto de 2013.)

Outro subproduto da alta taxa de crimes do Brasil é a brutalidade e corrupção policiais, geralmente abastecidas pela frustração em relação aos níveis incansáveis de crimes, e um senso de vigilância que, por sua vez, é apoiado por muitos segmentos públicos. Por exemplo, em São Paulo, cuja taxa anual de homicídios caiu em quase dois terços, as taxas de homicídios reivindicados como justificados pelos oficiais da polícia permanecem altas, na ordem de 400 a 700 por ano.[34]

O epicentro do crime no Brasil está nas áreas urbanas, e com frequência é alimentado pelas pressões duplas, de extrema pobreza e violência, associadas ao comércio de drogas. Isso significa que, conforme discutido na seção anterior, sobre pobreza, uma das soluções chave para os problemas de crime do Brasil está na criação de melhores oportunidades econômicas, assim como em iniciativas básicas específicas, como o policiamento comunitário. Na medida em que os esforços continuem a render frutos, melhores práticas continuam a surgir. Porém, a prevenção contra crimes e as políticas sociais estão fortemente interli-

gadas, e os resultados finais nessa área podem demorar algum tempo para se materializarem.

Corrupção

A corrupção é um fato da vida no Brasil, como também é na América Latina – contudo, muitos brasileiros estão ficando cansados disso e fazem com que suas vozes sejam ouvidas. Uma das principais exigências dos maciços protestos de 2013 no Brasil, juntamente com o protesto contra os pobres serviços públicos e o alto custo de vida, foi o fim da corrupção que assola o país.[35] Tais protestos levaram a mudanças, que variam de penalidades mais fortes para a corrupção à prisão de um parlamentar brasileiro; no entanto, a mudança social fundamental na cultura que leva à corrupção ainda vai demorar.

A corrupção é um problema comum, conforme o Índice de Percepções de Corrupção de 2012, publicado pela Transparência Internacional. Na verdade, o Brasil se classifica à frente de outras nações BRICS – mas a sua pontuação de 43º (em uma escala de 9 como o pior e 100 como o melhor) o coloca na mesma categoria de outros países do Leste Europeu, do Oriente Médio e em qualquer lugar na América Latina.[36] Infelizmente, escândalos recentes têm descoberto alguns parlamentares que têm tratado de si mesmos com jantares suntuosos e eventos às custas de quem paga impostos. De acordo com fontes privadas, os projetos de obras públicas em geral exigem que "taxas" misteriosas sejam pagas às partes interessadas antes de dar continuidade a eles, e acima de 7% dos cidadãos do Rio relata ter tido que pagar propinas para a polícia local.[37]

Em termos práticos, as questões de corrupção do Brasil estão enraizadas em normais sociais há muito existentes que assolam alguns países nas Américas. Acadêmicos e especialistas em Brasil, Timothy Power e Matthew Taylor, emolduram essas normas como uma combinação de instituições fracas com um senso de impunidade que se torna enraizada com o passar do tempo.[38] Ao mesmo tempo, as duas coisas servem como uma taxa não regulamentada sobre a vida diária e ferem a imagem do Brasil no exterior como lugar para fazer negócios. Bem recentemente, mais medidas têm sido tomadas pelo governo brasileiro para cuidar dessa questão, incluindo novas leis de punição ao suborno doméstico ou internacional, e a condenação

em 2012, de diversas assessores do ex-presidente Lula, no que foi o maior julgamento de corrupção na história do Brasil. Um desenvolvimento promissor é que tal questão se tornou recentemente um assunto do enorme protesto social, e que os políticos se sentiram compelidos a ouvir e agir em resposta.

Essas iniciativas socialmente inovadoras serão suficientes?

Por muitos anos, uma piada comum entre os brasileiros dizia que ele era "o país do futuro e que sempre será". A verdade em tom de brincadeira por trás dessa declaração prossegue com as questões sociais do Brasil. Questões sobre crime, pobreza e educação não são apenas problemas diários reais para a população do Brasil, mas formam percepções globais de seu lugar na ordem mundial econômica.

A lição econômica mais ampla do século 21 é que a política social, quando acoplada ao crescimento econômico sustentável, pode realizar mudanças dramáticas e fundamentais no padrão de vida de um país. O decorrer da vida de muitos adultos tem visto a China se transformar de um país que enfrentou mais de uma vez fome em massa e burocracia inepta em uma das mais poderosas líderes econômicas do mundo – principalmente na força de intervenções políticas, variando da reforma agrária aos incentivos ao mercado livre. Atualmente, a China é a segunda maior economia do mundo, bem como é a nação credora líder, e está prestes a superar os Estados Unidos no Produto Interno Bruto por volta do ano 2020.

Hoje o Brasil está na encruzilhada de uma mudança semelhante fundamental em sua economia, e a sua ascendência como uma principal potência mundial – e, no processo, como um ícone para a América Latina do futuro. Suas recentes administrações políticas têm demonstrado que a mudança é possível, executando aperfeiçoamentos substanciais em áreas como os níveis de pobreza, taxas de crimes e acesso a ensino superior.

Ao mesmo tempo, os líderes do Brasil percebem que esses ganhos recentes não são suficientes, e que é necessária uma transformação social e cultural mais profunda. Talvez pela primeira vez na história moderna tal mudança pareça possível. A chave para isso é o investimento em educação, novas aborda-

gens do policiamento e soluções reais para dezenas de milhares de brasileiros de baixa renda.

Apesar de reconhecer o atual sucesso econômico do Brasil moderno, sob ponto de vista dos fatos e números, a sua verdadeira transformação começará a aparecer a partir das percepções de seu próprio povo. Por exemplo, o crescimento da China foi em parte abastecido pelo crescimento de uma forte classe média, cuja população agora conta com mais de 100 milhões. Muitos chineses jovens atualmente não reconhecem mais a China de seus pais, e acreditam que eles vivem em um país que produz bens de alta qualidade e oferece oportunidade econômica. Muito da mesma forma, os brasileiros devem acabar vendo o país que eles amam como um modelo para o resto do mundo, e isso exigirá mudança social, assim como econômica. Os programas de inovação social brasileira estão se multiplicando por todo o mundo, e são um exemplo a ser seguido. Está na hora de comemorar.

O tempo está amadurecendo para um novo Brasil, onde além da economia se basear em um Sonho Brasileiro – que foi abordado na introdução do livro, e que será explorado em mais detalhes em sua conclusão – que capta a aspiração dos brasileiros de uma sociedade justa e ecológica, que apoia a riqueza dos objetivos sociais, assim como os financeiros.

7

Em Busca de uma Função no Cenário Global

Um dos maiores símbolos da nova importância global do Brasil veio da revelação de que a nação sul-americana era um dos países mais alvejados pelo programa de espionagem eletrônica dos Estados Unidos que causou escândalo por todo o mundo em 2013. A presidente do Brasil, Dilma Rousseff, cujo próprio e-mail de comunicações foi repetidamente monitorado, cancelou uma visita de estado que deveria fazer a Washington, no final do ano. Sem medo de se manter firme, a presidente Rousseff tornou-se uma das principais líderes mais atuantes ao expressar indignação aos Estados Unidos.

Como também aconteceu na Europa e com outros aliados de Washington, a espionagem dos Estados Unidos no Brasil não se motivou por ameaças imediatas à segurança. O objetivo era ficar de olho em uma das maiores potências com o maior crescimento estratégico do mundo, cujos movimentos e decisões poderiam afetar o desenvolvimento em áreas como comércio, energia e governo global. O Brasil é um jogador ativo no G20 e um membro fundador do grupo BRICS de potências emergentes. Ele tem se mostrado presente perante os Estados Unidos, o IMF (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. A sua vitória mais recente veio em Maio de 2013, com a nomeação de Roberto Carvalho de Azevedo como diretor geral da World Trade Organization (WTO – Organização Mundial de Comércio), dois anos depois de outro brasileiro, José Graziano da Silva, ter conseguido o cargo mais alto da FAO – Organização de Alimentos e Agricultura das Nações Unidas.

A longa estrada a caminho de se tornar uma grande potência

"O Brasil está preparado para se tornar uma das grandes potências do século 21", disse o presidente Lula à Agência France-Press, a caminho do final de seu segundo mandato presidencial. Muitos poucos países no mundo, se houverem, podem reivindicar ter passado por uma experiência de crescimento tão espetacular na importância global em um período de tempo tão curto. Duas décadas atrás, o país ainda estava batalhando com a Argentina pela liderança regional e permanecia, em grande escala, na periferia dos assuntos mundiais. A explosão econômica do Brasil durante a década de 2000 explica muito do interesse renovado do mundo na maior nação da América do Sul. Mesmo assim, a "promoção" política global do país veio primeiro, e acima de tudo, como resultado de uma agenda diplomática extremamente proativa, liderada por seus sucessivos presidentes, começando com Fernando Henrique Cardoso, e com base na longa experiência do seu respeitado Ministério de Assuntos Estrangeiros, conhecido como Itamaraty, com relação ao lugar onde ele se instalou (Cason e Power, 2009).

Enquanto a influência internacional e indiscutível do Brasil crescia, sua diplomacia também passava por uma série de contratempos importantes nos anos recentes. Os esforços do país para conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, ainda careciam de receber o endosso crucial dos Estados Unidos e da China. Diplomatas brasileiros têm até mesmo lutado para receber apoio dos seus vizinhos latino-americanos, com a Argentina e o México demonstrando resistência à ideia. O movimento dos Estados Unidos ao endossar a tentativa da Índia em 2012, e ignorar a do Brasil, foi uma explosão significativa para Brasília. No entanto, a experiência mais desapontadora do Brasil foi a tentativa que falhou, indubitavelmente, em agir como mediador em 2010 (junto com a Turquia) para resolver a disputa entre o Teerã e a comunidade internacional sobre o problema nuclear do Irã. O episódio lançou dúvidas sobre as capacidades diplomáticas eficientes de Brasília. Em outras palavras, o Brasil ainda não é a "grande potência" que pretende se tornar e o resultado de sua capacidade de influência global continua limitado.

Uma potência média emergente

Por ora, o Brasil pode ser classificado, com segurança, como uma "potência média", um termo cuja definição é assunto de debate entre estudiosos. Eduard Jordaan define potências médias como "estados que nem são grandes nem pequenos, em termos de força, capacidade e influência internacional, e demonstram propensão a promoter coalizão e estabilidade no sistema mundial" (Jordaan, 2003). Mais precisamente, o Brasil deixa de entrar na categoria do que Jordaan chama de "potências médias emergentes".[1] Isso se refere a "estados semiperiféricos, desigualdade material e recentemente democratizados. Que demonstram muita influência regional e auto-associação". De acordo com Jordaan, tipicamente as potências médias emergentes optam por uma mudança global reformista e não radical, demonstram uma forte orientação regional, mas também procuram se distanciar dos estados mais fracos em sua região.

Embora ainda não seja uma "grande potência", nitidamente o Brasil é um jogador de crescente relevância global. Uma democracia vibrante em busca de projetar valores positivos no mundo exterior e que tenta, já há muito tempo, se opor ao uso de força nas relações internacionais e tem consistentemente promovido diálogo e cooperação como uma forma de solucionar questões globais e conflitos locais. Como um defensor do multilateralismo, ele tem deixado claro que o sistema global de governo deveria ser reformado para refletir melhor a troca do peso econômico em direção de nações emergentes. Na presente reconfiguração de poder ao nível global, o Brasil e outros países emergentes são vistos como possíveis provedores de soluções e liderança.

A estratégia de equilíbrio flexível do Brasil

Historicamente, as potências médias colocam o multilateralismo no alto de sua agenda diplomática, e o Brasil é o principal exemplo a esse respeito (Lopes, Casarões e Gama, 2013). Para acelerar a troca na direção de um mundo multipolar, as potências médias tendem a "adotar medidas de 'equilíbrio flexível' que não desafiam diretamente a preponderância militar dos Estados Unidos, mas usam instituições internacionais e os acordos diplomáticos para atrasar, frustrar e minar as políticas dos EUA" (Pape, 2005).

Com esse espírito, o Brasil tem distribuído uma estratégia multifacetada, através da qual ele tem sido capaz de aumentar

sua influência e adquirir maior autonomia no cenário global. Como descrevemos neste capítulo, ele tem (i) formado coalizões com outras nações emergentes para incentivar seus interesses em fóruns multilaterais; (ii) reunido agrupamentos diplomáticos de alto nível no núcleo do sistema de governo global; (iii) liderado iniciativas de integração regional; (iv) usado entidades inter-regionais para ampliar seu alcance global; e (v) se posicionou como defensor da cooperação sul a sul.

A Figura 7.1 resume a presença atual do Brasil em instituições multilaterais, agrupamentos diplomáticos de alto nível,[2] entidades de grupos regionais e inter-regionais, todas descritas mais adiante nesse capítulo. Como podemos ver, o passado recente foi marcado por um foco crescente no envolvimento em coalizões com outros países emergentes, cujo rápido desenvolvimento só teria sido impensável dez anos atrás.

O avanço multilateral do Brasil

A princípio, o crescimento diplomático do Brasil ficou evidente na esfera de instituições multilaterais, em especial na Organização de Comércio Mundial (WTO – World Trade Organization). Como uma das superpotências do mundo em agricultura, o país tem se mantido como um dos maiores apoiadores vocais da Agenda de Desenvolvimento de Doha, na última rodada de negociações sobre o comércio multilateral lançada pela WTO em Doha (Catar) em Novembro de 2001. Para promover os interesses ofensivos do Brasil na liberalização do comércio agrícola,[3] Celso Amorim, em sua antiga função como Ministro das Relações Exteriores do presidente Lula, envolveu-se em uma arrojada estratégia de negociação, a qual transformou a maneira das conversações sobre comércio global serem conduzidas dentro da WTO (Da Motta Veiga, 2004). Em 2003, o Brasil criou e assumiu a liderança (com a Índia) de uma coalizão de 23 países em desenvolvimento na G20[4] para negociar em conjunto um acordo ambicioso em agricultura, como alternativa à estrutura proposta pelos Estados Unidos e pela União Europeia. A criação dessa nova coalizão "Global Sul" mudou, fundamentalmente, o equilíbrio de poder entre países desenvolvidos e em desenvolvimento na WTO. Notadamente, incentivou o espetacular avanço da quinta Conferência Ministerial da WTO em Cancun (México), em setembro de 2003.
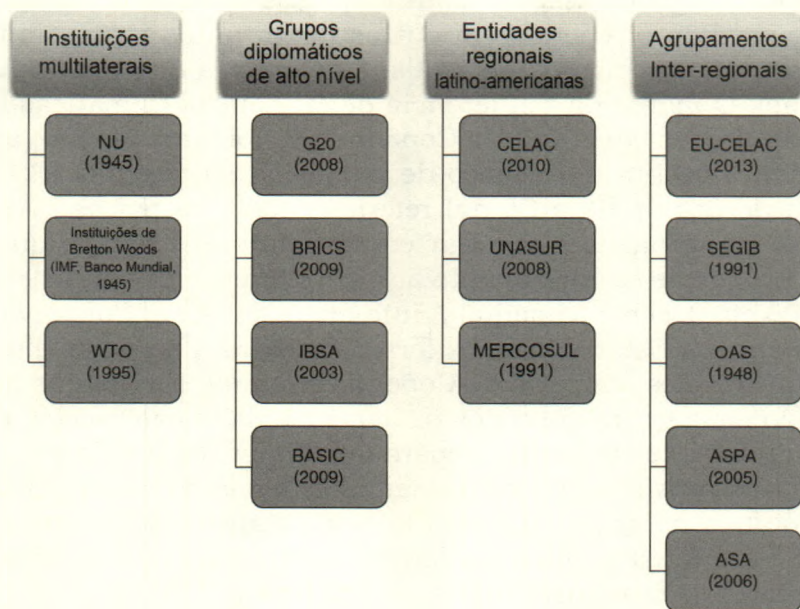
Figura 7.1 Principais instituições multilaterais, agrupamentos diplomáticos e entidades regionais latino-americanas em que o Brasil participa.

Nota: Instituições que só incluem países emergentes e em desenvolvimento estão indicadas em negrito. Os dados de criação ou de estabelecimento são indicados entre parênteses.

Embora a experiência no G20 não tenha tido sucesso em obter concessão significativa das economias adiantadas, ela impulsionou o Brasil nas classificações de principais jogadores na WTO. Junto com a Índia, o Brasil é o único país emergente a ser incluído em cada novo grupo de estados centrais de negociação (como o "Grupo dos 4", as "Cinco Partes Interessadas" e o "Grupo dos 6"), os quais estabeleceram superar o "antigo esquadrão" (Canadá, União Europeia, Japão e os Estados Unidos) que costumava dominar as negociações, por trás das cenas. O Brasil também é um dos maiores usuários do sistema de ajuste de disputa da WTO. No decorrer da última década, ele venceu disputas marcantes contra os Estados Unidos e a União Europeia com relação aos seus regimes de subsidiarem pesadamente e distorcerem o comércio de algodão e açúcar.

A estratégia de se aliar a outros países emergentes tem sido bem sucedida e repetida em outros importantes fóruns multilaterais, as negociações de mudança climática das UN (Nações Unidas). O marco da Conferência de Mudanças Climáticas das Nações Unidas em 2009, em Copenhagen, foi marcado pelo aparecimento de um novo bloco de potências emergentes (Brasil, África do Sul, Índia e China) referidas como os países BASIC, que se comprometeram a agir em conjunto e resistir a quaisquer propostas em detrimento aos seus interesses e àqueles do mundo em desenvolvimento. A influência deles em Copenhagen foi tal que os Estados Unidos foram forçados a negociar diretamente com eles o Acordo de Copenhagen final. Embora os quatro não concordem em todos os aspectos das negociações, eles continuam a se encontrar, separadamente, e a dar vida às suas vozes nas conversações de mudança de clima. Pela sua participação ativa no grupo, o Brasil tem se estabelecido firmemente como uma força a ser considerada na definição de futuras as iniciativas de mudanças climáticas globais (Qi, 2011).

IBSA: o clube das democracias em ascensão

A ideia de criar coalizões de estados emergentes para influenciar negociações multilaterais tem sua raiz em um processo mais amplo, mais institucionalizado, iniciado em 2003 pelo Brasil e outras duas potências crescentes, que atendem pelo nome de IBSA, ou o "Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul". Formalmente estabelecido pela Declaração Brasília em junho de 2003, o IBSA (http://www.ibsa-trilateral.org/) se descreve como um "mecanismo de coordenação dentre três países emergentes, três democracias multiétnicas e multiculturais, que estão determinadas a contribuir com a construção de uma nova arquitetura internacional, para levar suas vozes juntas às questões globais e para aprofundar seus laços em diversas áreas".

Em seus dez anos de existência, o IBSA realizou cinco reuniões de líderes e liderou trocas técnicas nas áreas de agricultura, energia, ciências, tecnologia e comércio, enquanto tentava coordenar posições políticas quanto às questões globais. Em declarações sucessivas, o IBSA enfatizou seu objetivo de pressionar por uma reforma abrangente das Nações Unidas – especialmente o Conselho de Segurança – de modo a dar mais voz aos países em desenvolvimento sobre as questões globais

políticas e de segurança. Como tal, a participação do Brasil na coalizão tripartite representa um trampolim importante em sua estratégia de obter um assento permanente no Conselho de Segurança da UN.

Diante da crescente concorrência de outras iniciativas diplomáticas semelhantes, a experiência do IBSA tem lutado para receber a atenção adequada, tanto dentro quanto fora do grupo. O cancelamento do décimo aniversário da reunião do IBSA – inicialmente planejado para acontecer em Nova Delhi, em junho de 2013, mas adiada devido a "questões de programação" – não é um bom agouro para o futuro da coalizão, e ainda que sua única função seja facilitar ligações pessoa a pessoa entre as três maiores "democracias em crescimento" do mundo, faça valer a pena manter.[5]

BRICS: forçando para um mundo multipolar

Usando o IBSA como um trampolim, o avanço impressionante do Brasil em termos de posição e influência global vem de seu papel descoberto em outro grupo com melhor conhecimento diplomático: o grupo do BRICS de potências emergentes. Inicialmente chamado de BRIC (um acrônimo significando Brasil, Rússia, Índia e China), e que mais tarde foi renomeado como BRICS, com a inclusão da África do Sul em 2011, a função dessa coalizão cada vez mais formal é incentivar a cooperação política e econômica entre seus países membros e falar com uma voz coletiva nos cenários globais e multilaterais. Embora o conceito BRICS tenha surgido inicialmente de uma comunidade de investimentos (Jim O'Neill da Goldman Sachs), os ministros estrangeiros do Brasil e da Rússia, Celso Amorim e Sergey Lavrov, exerceram um papel fundamental em transformar o grupo numa realidade política e o estabeleceu como uma plataforma diplomática permanente. Os líderes dos cinco países se encontraram na Rússia (2009), no Brasil (2010), na China (2011), na Índia (2012) e na África do Sul (2013) e devem se encontrar de novo no Brasil em 2014. A coalizão se tornou uma das inovações mais comentadas no cenário político global.

A lógica da participação do Brasil na coalizão BRICS é amplamente semelhante àquela do seu envolvimento na IBSA (Soulé-Kohndou, 2011). Mesmo que a China e a Rússia não tenham apoiado explicitamente a exigência do Brasil em um

assento permanente no Conselho de Segurança, Brasília espera ganhar credibilidade mundial aprofundando suas relações políticas com essas duas potências estabelecidas. Como muitos comentaristas observaram, as divergências entre os interesses nacionais dos cinco países dificultarão ao BRICS articular uma visão comum nas questões globais (Valladão, 2012). Contudo, eles estão começando a demonstrar um nível crescente de cooperação. Em sua quinta reunião, em março de 2013 em Durban, os cinco líderes anunciaram o estabelecimento de um banco de desenvolvimento liderado pelo BRICS (veja o quadro a seguir) e decidiram criar um "Acordo Contingente de Reservas" de US$100 bilhões para auxiliar possíveis faltas de liquidez enfrentadas pelas economias emergentes. Durante a reunião anterior deles em Nova Delhi, os líderes BRICS concordaram em fornecer crédito entre eles em moeda local (em vez de usar os dólares norte-americanos) para o comércio, financiamento de projetos e projetos de infraestrutura. Por esses passos tímidos, lentamente os países BRICS estão se tornando mais positivos e começando a mudar a hegemonia de potências ocidentais nos campos político e econômico.

Um banco de desenvolvimento BRICS

A possibilidade de criar um "Novo Banco de Desenvolvimento" foi discutida inicialmente na quarta reunião do BRICS em Nova Delhi, em 2012. Formalmente, os líderes BRICS adotaram a ideia no ano seguinte à sua quinta reunião em Durban. De acordo com a Declaração eTekywini, o Novo Banco de Desenvolvimento teria o objetivo de "mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no BRICS e outras economias emergentes e países em desenvolvimento".

Projetado como alternativa aos grandes credores globais, como o IMF e o Banco Mundial, esse banco – onde o Brasil exercerá uma função importante em capitalizar – se focará em infraestrutura, uma área onde o ministro das finanças da África do Sul previu que mais de 2 trilhões de Rands (US$200 bilhões de dólares) de financiamento serão necessários no decorrer dos próximos 20 anos. Negociações formais estão a caminho para estabelecer esse banco ao final de 2013, com análises prevendo uma capitalização inicial de aproximadamente US$50 bilhões.[6]

Um sócio vocal no G20

Em 2008, no auge da Crise Global Financeira, a elevação do G20 como o "principal fórum" para cooperação econômica internacional, deu ao Brasil - e as outras potências em crescimento - uma oportunidade única de pesar nos debates políticos globais e participar diretamente no processo internacional de tomada de decisões. Poucos dias antes da segunda reunião do grupo em Londres, em abril de 2009, o presidente Lula deu o tom ao comentar para a imprensa que a crise "tinha sido causada e incentivada pelo comportamento irracional de pessoas brancas com olhos azuis."[7] Conforme esperado, o Brasil usou o G20 como plataforma para adiantar os interesses de nações emergentes e em desenvolvimento. Em 2009, ele lutou para garantir acesso maior ao crédito para países pobres, cujas capacidades financeiras eram fortemente afetadas pela "crise de crédito". Em 2010, ele exerceu uma função influente na decisão do G20 acelerar as reformas de governo e quota do IMF e do Banco Mundial em favor de mercados dinâmicos emergentes e países em desenvolvimento. A reforma do IMF, cuja implantação tinha sido arrastada, tornará o Brasil um dos dez principais acionistas.

Ao final de 2010, Guido Mantega, ministro das Finanças do Brasil, ganhou a atenção do mundo todo ao denunciar uma iminente "guerra de moedas", alimentada por políticas monetárias frouxas nos Estados Unidos e a alegada manipulação de moeda da China, como discutido mais detalhadamente no Capítulo 3. No decorrer do debate sobre a melhor maneira de atacar a crise de débito da zona do Euro, Mantega foi um crítico franco das medidas de austeridade da Europa e dos seus efeitos na economia global mais ampla. Outro campo de batalha brasileiro no G20 foi a defesa de controles de capital (como impostos e restrições sobre o investimento estrangeiro), como uma medida política aceitável para administrar as entradas e saídas do "dinheiro quente" em mercados emergentes. Em 2009, o Brasil começou a introduzir controles de capital, para evitar que o Real brasileiro passasse a ser muito valorizado, antes que uma política inversa, em junho de 2013, interrompesse a dura depreciação da moeda.

Brasil e o seu "quintal": atraindo o equilíbrio certo

Como o maior país latino-americano, tanto em termos de população quando em tamanho econômico, o Brasil tem assumido uma função fundamental na criação e no avanço dos principais processos de integração da região. Esses incluem o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), um projeto de integração econômica e política entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, fundada em 1991 pelo Tratado de Assunção,[8] a União das Nações da América do Sul (UNASUR), uma união política e econômica de 12 países sul-americanos, cujo tratado constitutivo foi assinado em 2008, em Brasília, e a Comunidade de Estados Latino Latino-Americanos e do Caribe (CELAC), um bloco regional mais amplo de 33 estados, criado no México em 2010. Todos esses empreendimentos regionais aproveitam o forte apoio brasileiro. Em diversas ocasiões, a presidente Dilma Rousseff deixou claro que a integração que a América do Sul (e em menor grau, latino-americana) constituiria uma prioridade de sua política externa. O foco de atenção regional do Brasil tem sido a promoção do UNASUR, o qual exclui o México, seu principal rival na América Latina. Como sinal de seu comprometimento em incrementar a integração política, o Brasil tem incentivado a UNASUR a estabelecer um conselho de defesa, para reforçar a cooperação regional quanto às questões de segurança.

A liderança regional do Brasil está longe de ser absoluta, no entanto sua influência é cada vez mais reduzida pelo surgimento de iniciativas sub-regionais com forte viés ideológico. À sua esquerda, a Aliança Bolivariana para as Pessoas da Nossa América (ALBA), liderada pela Venezuela, traz consigo oito nações em torno de uma plataforma de integração anti-imperialista e anticapitalista.[9] À sua direita, a Aliança do Pacífico reúne quatro países da costa do Pacífico (Chile, Colômbia, México e Peru) que assumiram a integração cordial ao mercado. Lançada formalmente em junho de 2012, a Aliança do Pacífico, que representa cerca de 36% do Produto Interno Bruto da América Latina, já superou o Mercosul como bloco de comércio regional mais promissor, embora Antonio Patriota, o ministro de Assuntos Estrangeiros do Brasil entre 2011 e 2013, a tenha descrito como um simples "sucesso de marketing", com pouco potencial de integração física.[10] Outro símbolo da ascensão dos países latino-americanos do Pacífico – de onde o Brasil está excluído – é

a energia política crescente gasta pelo Chile, México e Peru para avançar com sucesso as negociações no âmbito da Parceria do Transpacífico, um acordo de comércio proposto entre importantes economias asiáticas e americanas da costa do Pacífico, incluindo os Estados Unidos e o Japão, mas até agora excluindo a China.

A estratégia regional de Brasília exige um ato de equilíbrio cuidadoso. Por um lado, ele deve ser visto cuidadosamente não pelo seu papel como líder regional, de modo a não irritar outros de seus vizinhos do *"barrio"*, como Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela, que estão cada vez mais pouco à vontade com a dominação política, econômica do Brasil – e crescentemente militar – da região. Por outro lado, as ambições globais do Brasil e a sua participação em grupos diplomáticos extrarregionais (por exemplo, IBSA, BRICS, G20) podem gerar ressentimento entre os seus vizinhos, se realçar sua posição não se traduzir em benefícios para a região – ou se ele resolver reduzir seu envolvimento regional para ir atrás das ambições globais. Além desse dilema, o Brasil tem o peso pesado regional, de quem, cada vez mais, se espera intervir quando a democracia está em aposta nos seus países vizinhos. Brasília recebeu pesadas críticas pelo seu relativo silêncio durante a agitação social que resultou em diversas mortes na Venezuela, em fevereiro de 2014.

Criando conexões inter-regionais

Um aspecto interessante da política regional do Brasil tem sido o uso extenso de iniciativas diplomáticas de região para região, como parte do seu papel global. O país tem sido um participante ativo na Reunião Ibero-Americana de Chefes de Estado e Governos (Ibero-American Summit of Heads of State and Governments) desde a sua primeira reunião, em 1991. Promovida ativamente pela Espanha, que hospeda o secretariado com sede em Madrid (Secretaria Geral Ibero-americana ou SEGIB), esse acordo inter-regional reúne 22 países de idiomas espanhol e português da Europa e da América Latina (com a Guiné Equatorial e as Filipinas como membros associados) e age como uma "Comunidade Latina". Em paralelo a essas reuniões, o Brasil hospedou a primeira Reunião da União Europeia-Latino Americana e Caribe (European Union-Latin America and the Caribbean Summit) no Rio de Janeiro, em 1999. Com a criação do

CELAC, esse processo foi elevado a um diálogo de grupo para grupo e a primeira reunião EU-CELAC aconteceu em Santiago (Chile) em 2013. Enquanto as duas regiões estão dispostas a comemorar o entendimento cultural mútuo e demonstrar disposição para trabalhar juntas, um certo cansaço pode ser observado nessas diferentes reuniões, que têm produzido poucos resultados tangíveis.

No Hemisfério Ocidental, o Brasil também é um membro fundador da Organização dos Estados Americanos (OAS – Organization of American States), com sede em Washington, que reúne 35 nações das Américas.[11] A organização regional mais antiga do mundo foi fundada em 1948, com o propósito de promover a democracia, os direitos humanos, a segurança e o desenvolvimento. A assembleia geral tem se reunido a cada ano desde 1971 e é a maior entidade de tomada de decisões. Embora normalmente o Brasil mantenha relações positivas com os Estados Unidos, os dois países assumiram posições opostas no contexto da OAS sobre acontecimentos recentes envolvendo Cuba e Honduras. A criação do CELAC foi interpretada amplamente como uma maneira das nações latino-americanas ganharem autonomia dos Estados Unidos, que financia o maior orçamento da OAS e tradicionalmente tem usado a organização para avançar em seus próprios objetivos econômicos, políticos e de segurança na América Latina e no Caribe (Meyer, 2013).

Outras três iniciativas de região para região merecem ser destacadas, em especial desde que o Brasil tem assumido uma posição fundamental em suas fundações. A primeira é a Reunião de Países Sul-Americanos e Árabes (ASPA, South American-Arab Countries Summit), que reúne 22 chefes de estado e de governos das duas regiões, que se reuniram em Brasília (2005), Doha (2009) e Lima (2012). O mesmo modelo foi repetido com a África, e em 2006 a Nigéria hospedou a primeira Reunião África-América do Sul (ASA – Africa-South America Summit). Uma segunda reunião foi hospedada pela Venezuela em 2009 e uma terceira na Guiné Equatorial, em 2013. Um aspecto interessante dos dois acordos inter-regionais é que a participação Latina limita-se ao subcontinente da América do Sul e é formalmente canalizado através da UNASUR, dando à Brasília, portanto, um forte direcionamento quanto às suas programações e deliberações.

A agenda de sul para sul do Brasil

Ao promover uma maior ligação com duas das regiões emergentes mais dinâmicas do mundo, por meio dos processos da ASPA e da ASA, o Brasil acredita em outro dogma fundamental da sua diplomacia: a promoção de diálogo e cooperação sul para sul. Desde o início da década de 2000, o país tem procurado projetar maior influência no mundo em desenvolvimento. Em especial, ele tem forçado relacionamentos mais próximos com países africanos, a começar pelas antigas colônias portuguessas Angola, Moçambique e Cabo Verde. Durante os seus dois períodos como presidente, Lula visitou 29 nações africanas e mais que dobrou a quantidade de embaixadas brasileiras no continente africano.

Embora o Brasil mantenha investimentos significativos em diversos países africanos e quase todas as grandes empresas brasileiras que operam no continente estejam envolvidas no setor de recursos, sua presença na região não é direcionada apenas pelos interesses econômicos (Stolte, 2012). Claramente, o governo do Brasil tem se destacado como um importante doador. Mais da metade dos recursos de cooperação técnica da Agencia Brasileira de Cooperação são dirigidos ao continente. Devido ao efeito prático desse discurso sobre a solidariedade sulista, o Brasil tem dado aos países africanos a sua experiência em uma ampla gama de questões de desenvolvimento, incluindo programas de agricultura, saúde e de combate à pobreza. Em Moçambique, o governo brasileiro fundou uma fábrica de produtos farmacêuticos para produzir medicamentos antirretrovirais, contra HIV/AIDS. Em 2012, ele estabeleceu uma parceria ampla estratégica com Angola e agora está ajudando o país a treinar seu exército e a desenvolver sua indústria de defesa. No Quênia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Brasileiro (BNDES) concedeu US$230 milhões de empréstimo para a mecanização da agricultura e para a construção de estradas, para descongestionar a capital, cidade de Nairóbi.

Um segundo ponto importante da diplomacia sul para sul do Brasil é o Oriente Médio (Baeza, 2011, Brun, 2011). As expectativas de crescimento em comércio e investimento se ligam às nações árabes que, com certeza, formam uma importante motivação em sua reaproximação com a região. Além de considerações econômicas, o Brasil vê o Oriente Médio como um terreno estratégico de teste para suas ambições políticas globais.[12]

Em dezembro de 2010, o Brasil, que tradicionalmente tem mantido boas relações com Israel, iniciou, pelos países latino-americanos, uma onda de reconhecimento do estado Palestino, como forma de refazer o equilíbrio em seus relacionamentos com ambos os lados. Embora o movimento tenha fornecido um exemplo claro da liderança regional e até mesmo global do Brasil – a Palestina foi reconhecida como estado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em novembro de 2012 – também enfureceu Israel e Estados Unidos.

Essa não foi a primeira vez que o Brasil fez um movimento audacioso com relação ao Oriente Médio. Em maio de 2010, num esforço para encontrar soluções diplomáticas ao impasse há muito existente entre o Irã e as potências ocidentais quanto ao seu programa nucelar, o Brasil e a Turquia negociaram um acordo em separado com o Irã. A manobra diplomática, que inicialmente foi incentivada por Washington, por fim foi descartada pelos Estados Unidos e pela União Europeia, apesar do amplo apoio de outros estados membros das Nações Unidas.

Como vários observadores perceberam, Dilma Rousseff tem feito uma abordagem mais contida que a do seu antecessor Lula, à política estrangeira, desde que assumiu a presidência em 2011. Em vez de forçar completamente uma presença brasileira mais abrangente, ela tem se focado em países e regiões onde o Brasil tem interesses imediatos. Apesar da primeira impressão ter sido de uma recentralização na direção dos Estados Unidos, da Europa e da América Latina, o programa de viagens de Dilma Rousseff para 2013 mostrou uma atenção renovada para a África. Nos três primeiros meses do ano ela visitou Guiné Equatorial, Nigéria, África do Sul e Etiópia. As relações do Brasil com o mundo árabe podem se mostrar mais difíceis de manter com o tempo, devido ao contexto de instabilidade que tem marcado a região desde as rebeliões em 2011. O afastamento do ex-presidente egípcio Mohamed Morsi, em julho de 2013, dois meses depois de ter visitado Dilma Rousseff em Brasília no palácio presidencial do Planalto, para iniciar uma nova era de relações entre Brasil e Egito, demonstra a complexidade de planejamento estratégico de longo prazo nesse campo. Ainda que mais discretos e menos abertamente políticos que durante os anos de Lula, os relacionamentos de rede bilateral de sul

para sul do Brasil devem crescer e se intensificar, consolidando, assim a posição do país como uma potência líder do sul global.

Decifrando a mensagem do Brasil ao mundo

A estratégia de equilíbrio flexível do Brasil tem se mostrado muito bem sucedida em aumentar o perfil do país e a sua força de barganha no cenário internacional. Conforme declarado por Andrew Hurrell, "Um tema evidente dos anos Lula tem sido a busca pelo reconhecimento, para garantir a 'presença soberana' do Brasil por meio de uma política estrangeira assertiva e ativa, não através de confrontação direta no estilo de Chávez, mas ao invés, por meio de envolvimento e negociação dentro dos circuitos em mutação da tomada global de decisões" (Hurrell, 2010b).

O Brasil tem pressionado por, e em seguida se beneficiado do surgimento de grupos formais e informais diplomáticos, tanto no âmbito de instituições multilaterais quanto no contexto mais amplo do sistema de governo global. Desafiando abertamente o *status quo*, mas sem questionar radicalmente a ordem global, o país tem administrado a manutenção de relacionamentos positivos com os Estados Unidos e a Europa, enquanto ao mesmo tempo ganha o respeito de seus pares pelo mundo em desenvolvimento.

Entretanto, uma dificuldade importante é determinar o que o Brasil e os seus líderes querem fazer com o recém-encontrado prestígio e influência globais. Apesar do gigante sul-americano ter uma voz maior do que jamais teve, sua mensagem para o mundo permanece confusa. A observação também é válida para outras potências em crescimento. Para Alfredo Valladão, isso é explicado pelo simples fato de que "os países BRICS querem 'voz', não 'mudança'. Eles não estão lutando por outra 'ordem', mas apenas para conseguir as ferramentas políticas para defender melhor seus próprios interesses nacionais dentro da atual estrutura o que, à propósito, eles não estão prontos para se responsabilizar" (Valladão, 2012).

Essa proposta é especialmente perturbadora no caso do Brasil. Por um lado, ele se caracteriza por uma diplomacia ambiciosa e progressiva, que usa prontamente para defender os interesses do sul global e para incentivar uma reforma em favor do desenvolvimento de instituições globais de governo. Por ou-

tro lado, o Brasil mostra a imagem de uma nação que olha para dentro, em geral relutando em interferir nos assuntos internos de outros países ou em permitir que outros interfiram no seu próprio.

Até determinado ponto, as duas posições não são incompatíveis. Países em desenvolvimento têm, tradicionalmente, enfatizado a importância de proteger sua soberania nacional para evitar um ressurgimento de padrões coloniais nas interações com seus antigos poderes dominantes ou os Estados Unidos. Ainda assim, potências globais emergentes não podem ignorar a contradição inerente que vem com pedir por maior influência no mundo dos negócios, enquanto apelam constantemente aos princípios de soberania e não-interferência para justificar a inatividade ou para defender seus próprios interesses quando questões globais estão em pauta.

No caso do Brasil, tal contradição tem ficado clara, tanto nas áreas de economia quanto política, onde estratégias políticas oscilam entre motivos autocentrados, às vezes às custas dos seus objetivos progressistas, e um desejo de assumir liderança em questões globais. Isso demonstra a tensão inerente entre o Brasil global, que assume totalmente a posição global e a contribuição para a criação comum de bens e soluções públicas, e o Brasil mais autocentrado que tende a fugir de executar quaisquer movimentos que não sirvam diretamente aos seus interesses domésticos.

A próxima seção olha para duas áreas onde cada vez mais será esperado que o país esclareça sua posição e assuma uma contribuição mais decisiva em direção à mudança de soluções globais. Uma delas é o comércio mundial, em especial a reforma da estrutura de políticas e regras que orientam o comércio e os fluxos de investimento. A outra é a proteção dos direitos humanos, em especial abordando os complexos dilemas que a comunidade internacional tem enfrentado ao decidir se devem ou não intervir – para interromper as atrocidades que ocorrem em outras partes do mundo.

Protecionismo ou comércio livre?

A nomeação de Roberto Azevedo como novo chefe da WTO é sintomático quanto à duplicidade do Brasil em questões comer-

ciais. A vitória de Azevedo sobre o candidato proposto pelo México teve um significado especial, marcando a ascendência do Brasil sobre o seu principal oponente latino-americano, em influência regional e global. A rivalidade entre Brasil e México não é apenas econômica, eles também rivalizam entre duas orientações políticas. Enquanto o governo mexicano apoia abertamente os mercados e as relações fechadas com os Estados Unidos, Brasília favorece uma abordagem mais a favor do desenvolvimento e procura acelerar o movimento na direção de um mundo multipolar.

Para muitos observadores, a escolha de um diplomata brasileiro foi uma surpresa, devido à reputação do país como campeão em protecionismo comercial. De acordo com a Global Trade Alert (Comércio Global Atento), o país implementou 56 medidas restritivas ao comércio desde novembro de 2008, muitos dos quais afetaram diretamente as exportações de outras nações em desenvolvimento. Apenas outros oito países apelaram para medidas protecionistas com mais frequência. A sétima economia do mundo, classificada em 67º lugar (de 75) na edição de 2013 do Índice de Mercado Aberto (Open Market Index) pelo Câmara Internacional de Comércio, fazem dele o país mais protecionista entre o G20 e os membros BRICS.

No entanto, como demonstrado, o Brasil é um defensor histórico da Agenda de Desenvolvimento de Doha. Em janeiro de 2011, o ministro do Comércio do Brasil se juntou aos seu parceiros da Índia e da África do Sul para pedir a conclusão de conversações sobre comércio multilateral o mais cedo possível. Durante a reunião do G20 em Los Cabos, em junho de 2012, a presidente Rousseff propôs reabrir a rodada de Doha em 2013, mas a ideia teve pouco interesse entre os outros líderes do G20. Junto com Gita Wirjawan, o ex-ministro do Comércio da Indonésia, Azevedo teve uma função fundamental em fechar o primeiro acordo comercial global do WTO em seus dezoito anos de existência, durante a sua nona Conferência Ministerial em Bali, em dezembro de 2013. O acordo, conhecido como o "Pacote Bali", envolve diversos subconjuntos da Agenda de Desenvolvimento de Doha.

Ao contrário do que se pode imaginar, a divisão Norte-Sul não foi a principal força por trás da nomeação de Azevedo como chefe da WTO. Claramente, ele aproveitou o apoio das nações

BRICS, países de idioma português e uma ampla gama de nações em desenvolvimento. Mas de acordo com Matias Spektor, um professor associado da Fundação Getúlio Vargas, Azevedo também foi o candidato preferido da Comissão Europeia e de muitos países europeus. Em Washington, sua nomeação foi bem recebida, apesar do apoio oficial dado ao candidato mexicano pela administração dos Estados Unidos, que foi motivado principalmente pelas políticas domésticas.[13] Além das qualidades pessoais do diplomata brasileiro, o amplo apoio (ou pelo menos, falta de oposição formal) dado a Azevedo é em parte explicado pelo desejo tácito dos Estados Unidos e da União Europeia em ter o Brasil confrontando as suas contradições com relação a questões políticas de comércio. Nesse sentido, a eleição de Azevedo pode ser uma vitória de Pirro para o Brasil. Como diretor geral da WTO, ele não representará mais os interesses do governo brasileiro, mas será esperado, nitidamente, que ajude a montar laços entre as posições do Brasil e aquelas de seus parceiros comerciais.

As disputas internas do Mercosul oferecem outra imagem da posição ambígua do Brasil em questões de comércio. Duas décadas depois do seu lançamento, muitos observadores sentem que o Mercosul foi vagamente bem sucedido na criação de um mercado comum entre os seus membros pelo estabelecimento progressivo de uma zona livre de impostos, uma união alfandegária e uma coordenação maior de suas políticas macroeconômicas. O comércio entre membros do Mercosul tem aumentado, mas ainda representa uma fração baixa de seu comércio total. As várias exceções às regras de comércio da associação e suas frequentes violações, têm levado alguns profissionais a descrever o Mercosul como uma união de fronteira "incompleta" – ou às vezes, até pior, como "irrelevante". Apesar de sua posição natural de liderança, o Brasil foi incapaz de solucionar várias dessas disputas internas ou mesmo tomar, por si próprio, medidas de proteção, levando o *Financial Times* a perguntar: "Se o Brasil não pode impulsionar o comércio regional, como ele pode impulsionar globalmente o comércio?"[14] Em um mundo onde blocos comerciais competem pelas preferências por meio de acordos bilaterais, regionais e inter-regionais de comércio, o Mercosul (incluindo o Brasil) continua isolado. Fora da América Latina, é compreensível que os únicos acordos comerciais livres

do Mercosul tenham sido assinado com terceiros, como Egito, Israel e a Palestina.

Enquanto o Brasil está pronto para erguer barreiras comerciais para proteger seu setor industrial, ele se torna um defensor imperturbável do livre comércio quando se trata da agricultura. Por anos, defendeu o fim dos subsídios de comércio e distorção de preços de economias avançadas, uma batalha que o Brasil foi capaz de colocar suavemente na retórica sulista. Ainda assim, a posição de Brasília nem sempre é tão pró-desenvolvimento como parece ser. O país, que contabiliza 19% da terra arável do mundo, é um dos exportadores dominantes de bens alimentícios para mercados internacionais. Como tal, é *de fato* um dos principais regulares da oferta global de alimentos. Contudo, a resposta do Brasil ao desafio de insegurança global de alimentos, que se refere diretamente a 1 bilhão de pessoas pelo mundo e ameaça afetar outro bilhão, tem sido bastante inaudível. No G20 ele ficou isolado quando os Estados Unidos e a China diluíram a proposta comum da França sobre agricultura, que incluiu propostas para reduzir o uso de biocombustíveis e controles de exportação.[15] Junto com os Estados Unidos, ele foi fortemente contrário a acrescentar mecanismos de controle de preço em mercados agrícolas. Embora o Brasil tenha avançado enormemente na redução da insegurança de alimentos em casa, não está claro se os seus interesses comerciais agrícolas são sempre compatíveis com os interesses de uma rede de países importadores de alimentos pelo mundo.

Proteger direitos humanos ou soberania?

Da mesma forma, a posição do Brasil em relação a intervenção humanitária tem sido difícil de prever nos últimos anos.

Os diplomatas brasileiros consideram o respeito à soberania, a não intervenção e a resolução pacífica de conflitos como seus sacrossantos princípios de orientação, uma posição há muito existente que explica em parte a abstenção do Brasil em votar a resolução das Nações Unidas, em março de 2011, que aprovou o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia, assim como "todas as medidas necessárias" (excluindo ocupação estrangeira) para proteger os civis líbios sob o ataque de Muammar el-Qaddah. A percepção seguinte, de que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, North Atlan-

tic Treaty Organization) foi além do seu mandado pelo excessivo uso de força, em seguida reforçou a convicção do Brasil de que intervenção humanitária é na verdade uma cobertura para as potências ocidentais reforçarem políticas imperialistas de troca de regime. Tal desconfiança é uma das principais razões da oposição do Brasil a qualquer tipo de intervenção militar para solucionar a crise síria. Em 2011, Brasília até mesmo votou contra a imposição de sanções das Nações Unidas contra o regime sírio, no Conselho de Segurança da ONU. De acordo com as contrapartes BRICS, desde então o Brasil tem clamado por um amplo diálogo nacional entre o presidente sírio, Bashar al-Assad, a oposição e todos os setores da sociedade síria.

Mas, o Brasil não é o defensor incondicional da não interferência e da soberania nacional que alguns observadores gostam de descrever.[16] Há tempos o país assumiu uma função de liderança na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), uma missão pacificadora envolvida diretamente com o estabelecimento de um governo de transição, depois do golpe de estado do Haiti, de 2004. As forças armadas têm liderado a composição militar da missão e a força está sob o comando brasileiro. Brasília estava disposta a infringir o princípio de não interferir, vendo esse envolvimento como uma oportunidade de estabelecer a sua liderança regional como potência militar, posição essa criticada como um novo "imperialismo brasileiro" por algumas organizações de sociedade civil. Desde 2011, o Brasil também tem liderado a Força de Trabalho Marítima da Força Interina das Nações Unidas (UNIFIL) no Líbano.

Para muitos observadores, o posicionamento de certo modo inconsistente de Brasília sobre questões referentes a questões de direitos humanos e soberania, deveria ser prontamente repensado em seu respeito de longa data ao princípio da não intervenção, e se tornar um defensor mais enérgico da democracia e dos direitos humanos. Conectas, a organização de direitos humanos brasileira que monitora ativamente a política estrangeira do Brasil, tem denunciado com regularidade a passividade de Brasília com relação às violações em massa dos direitos humanos na Síria, desde 2011. Aqui, a ideia não é que o Brasil deveria se transformar em uma potência agressiva ou acompanhar cegamente os Estados Unidos e as nações europeias nas campanhas de intervenção militar contra governos inimigos. A cha-

mada é para Brasília "apresentar alternativas concretas e dar um exemplo, por meio de suas próprias ações".[17] Camila Asano, da Conectas, argumenta que o Brasil "é crítico do funcionamento seletivo e de certa forma não democrático das entidades internacionais e regionais, mas raramente ele se envolveu com uma postura mais propositiva ou construtiva".

Para demonstrar que a sua relutância com intervenção estrangeira é mais o resultado de uma preocupação genuína sobre as consequências negativas do uso da força em vez de uma maneira secreta de defender sua própria soberania contra possíveis interferências futuras, a diplomacia do Brasil tem liderado uma ideia inovadora que poderia ter fortes repercussões seguindo em frente. Durante seu discurso de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2011, a presidente Rousseff argumentou que o destacamentos militares com objetivos humanitários deveriam ser responsabilizados pelo dano indesejado que provocam, e que os melhores mecanismos seriam necessários para manter tal dano a um mínimo - um conceito que ela chamou de "responsabilidade ao proteger" (RwP). Apresentada como complemento à "responsabilidade de proteger" (R2P), doutrina adotada pelas Nações Unidas em 2005, a RwP destaca a necessidade de que aqueles que realizam a intervenção humanitária em primeiro lugar devem considerar medidas alternativas, tomar cuidado extra ao usar a intervenção militar para proteger civis e informar continuamente ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O conceito brasileiro de RwP representa uma contribuição muito bem vinda numa ocasião em que a intervenção militar é cada vez mais criticada como solução insatisfatória, que traz mais dano do que bem, se deixada sem controle. No entanto, ela ainda é um trabalho em progresso. A ideia tem sido julgada pelas potências ocidentais como restritiva demais, bloqueando potencialmente qualquer possibilidade de intervenção no futuro. Além do mais, o conceito ainda está para receber o apoio de outras potências emergentes. De fato, a crise síria tem exacerbado a divergência entre elas. Diante da oposição da Rússia e da China, o Brasil foi incapaz de incluir qualquer referência à RwP nas declarações ao BRICS. Conforme observadores perceberam, atualmente o Brasil parece menos disposto a perseguir o desenvolvimento da RwP, ou pelo menos não persegui-la

tão vigorosamente quanto antes. Para Oliver Stuenkel, da Fundação Getúlio Vargas, a "retirada enigmática" do Brasil (como diplomatas em Nova Iorque descrevem, em privacidade), pode frustrar suas futuras tentativas de agir como um vigilante, devido a uma incerteza geral quanto à disposição do Brasil em acompanhar e resistir à crítica inicial que a sua contribuição original suscitou.[18]

Como definir a programação global futura do Brasil

A nova função do Brasil em questões mundiais oferece um paradoxo intrigante. O país tanto é elogiado pela sua função como um campeão de multilateralismo e como voz líder do sul global, assim como criticado por ser superprotecionista e um defensor ferrenho de seus interesses domésticos como um estado soberano. Embora o mesmo possa ser dito sobre muitas potências crescentes de hoje, o contraste é especialmente claro no caso do Brasil.

Na medida em que ele adquire influência em questões mundiais, graças ao ativismo de sua diplomacia ou simplesmente como resultado do seu peso econômico sempre crescente, o Brasil ergue, inevitavelmente, novas expectativas. Como diz o ditado, "com poder vem a responsabilidade". Para sustentar sua mudança de posição para potência global, o país e os seus líderes serão cada vez mais cobrados a contribuir com o projeto do bem comum. Nesse contexto, o desafio do Brasil será identificar e formular alternativas "de terceiro caminho", que se afastam da estrutura intelectual dominada pelo ocidente, enquanto superando a apertada defesa de soberania e o interesse nacional que caracteriza a maioria das potências emergentes atuais.

Olhando para frente, a busca do Brasil por um papel no cenário global não deveria ser apenas sobre ganhar assentos, buscar posições e definir forças estabelecidas, mas sim para ganhar seu respeito. Em vez disso, os líderes brasileiros deveriam se focar em criar impacto e apresentar meios alternativos para garantir a paz e espalhar prosperidade que difiram daquelas capitaneadas pelo ocidente, que evidentemente atingiram os seus limites.

São muitas as áreas em que ele poderia dar uma contribuição decisiva. O Brasil encontrará uma maneira de negociar um acordo entre economias avançadas e em desenvolvimento para reformar as regras de comércio global e por fim, levar a rodada de WTO Doha a uma conclusão bem sucedida? Ele usará a sua nova posição como potência em agricultura para ajudar a solucionar o problema de segurança alimentar global? Ele encontrará uma função para atuar como parte da comunidade internacional, para encaminhar as atuais questões de segurança mais prementes, seja ao nível regional ou global? Ele irá elaborar mais e promover sua iniciativa de conceito "Responsabilidade para Proteger" para ajudar a comunidade internacional a ter uma abordagem melhor em fortes crises e evitar violações em massa aos direitos humanos pelo mundo?

Em todos esses campos, o maior recurso do Brasil é a sua própria riqueza de experiência como economia em desenvolvimento – que passou por bons tempos e tempos ruins – uma sociedade multicultural e uma democracia vibrante. Uma área em que o Brasil começou a assumir a liderança é o direito de privacidade na Internet e nas comunicações eletrônicas. Depois do escândalo de espionagem de 2013, o Brasil e a Alemanha em conjunto, apresentaram um rascunho de resolução para a Assembleia Geral das Nações Unidas, pedindo os direitos de privacidade internacionalmente reconhecidos e a necessidade de um fim à espionagem eletrônica global. Os líderes brasileiros anunciaram a hospedagem de uma reunião internacional governamental sobre a Internet, em 2014, com a participação do governo, da indústria, da sociedade civil e dos estudiosos. A reunião poderia se mostrar como um importante teste às futuras capacidades do Brasil se tornar global e capaz de fazer regras.

8
À Procura de Respostas

Os capítulos anteriores deste livro mostraram um pouco do enorme progresso que o Brasil conseguiu nas frentes políticas, econômicas e sociais. Mas recentemente a noção de um "Brasil vencedor" tem se tornado difícil de vender aos seus cidadãos. Em junho de 2013, pela primeira vez em décadas, centenas de milhares de brasileiros tomaram as ruas para expressar sua frustração com o desencontro entre os crescentes custos de vida, os impostos altos e a decadências dos serviços públicos. Preocupada que o país poderia emperrar em uma armadilha de renda média, a publicação semanal do Brasil, *Exame*, teve a coragem de perguntar em sua capa em agosto de 2013: "Algum dia nós seremos ricos?". Como autores, ficamos francamente surpresos com essa onda intempestiva de protestos e pessimismo, assim como muitos observadores externos.

Para ter uma visão melhor dos grandes desafios que o Brasil enfrentará nos próximos anos, sentimos que seria importante ter opiniões de especialistas, tomadores de decisão e profissionais comuns de negócios, academia, sociedade governamental e civil, nas recentes realizações do país e suas futuras perspectivas. Em uma era de informações instantâneas, fazia sentido colocar as dificuldades cíclicas do Brasil em perspectiva. Os números nunca contam a história inteira, e nós queríamos incorporar as visões de opinião de líderes, para conseguir um entendimento maior de como o Brasil se vê, onde o Brasil deseja chegar e qual modelo econômico o Brasil assumirá diante do mundo.

Metodologia

Com o apoio do Banco de Desenvolvimento Inter-Americano,[1] realizamos uma série de entrevistas, entre julho e outubro de 2013, por meio das quais convidamos principalmente brasileiros e acionistas estrangeiros de diferentes gêneros, idades e origens, para compartilharem suas opiniões sobre as forças e desafios do Brasil.

Trinta e quatro entrevistas foram realizadas por meio de um questionário enviado por e-mail, de meados de julho a meados de setembro de 2013.[2] As outras onze entrevistas restantes foram conduzidas pelos autores, de modo a obter uma reação mais intuitiva dos entrevistados.

O questionário incluiu quatro perguntas sobre as realizações do Brasil, seu modelo econômico e a política externa.

1. Em seu ponto de vista, quais foram as principais realizações do Brasil na última década?
2. O que o Brasil deveria procurar realizar/ aperfeiçoar no decorrer da próxima década, em geral e em seu próprio campo?
3. Onde o Brasil deveria focar seus investimentos e política externa no mundo: América do Sul, América Latina, BRICS, Ásia, Europa ou Estados Unidos? Mencione três e classifique-as de acordo com a sua prioridade.
4. Qual deveria ser o modelo econômico do Brasil: comércio mais aberto ou fechado, mais estabelecido na economia ou mais no mercado livre, mais parcerias público-privadas ou não, mais políticas sociais ou não?

Esse questionário foi enviado para cerca de cem indivíduos. A taxa geral de respostas ao questionário e às entrevistas conduzidas em pessoa foi alta, com um total de 45 respostas recebidas.

Classificamos nossas entrevistas de acordo com sete amplas categorias: (i) negócios: executivos seniores e gerentes médios de corporações e bancos brasileiros; (ii) governo: servidores civis brasileiros trabalhando aos níveis municipal, estadual e federal, ou indivíduos que trabalham para organizações não governamentais; (iii) academia: docentes e pesquisadores das principais universidades, no Brasil e no exterior; (iv) sociedade civil bra-

sileira e do exterior: indivíduos que trabalham em assessoria técnica, organizações comerciais e outras organizações não governamentais e sem lucro (ONGs); (v) mídia brasileira; (vi) trabalhadores brasileiros de baixa renda; (vii) estudantes brasileiros. Vários dos nossos entrevistados caem em diversas categorias. Por exemplo, alguns entrevistados da sociedade comercial ou civil tiveram experiência prévia no setor público em altos níveis de governo. Em tais casos, a categorização foi feita de acordo com a posição deles na época da entrevista.

Cerca de metade dos nossos entrevistados (25) são do setor empresarial, variando de gerentes de nível médio (quatro deles eram jovens profissionais que tinham entrado para o MBA, Mestrado em Administração de Empresas da Universidade de Cornell) para assentar membros do conselho. Sete são acadêmicos que tinham morado no Brasil, mas agora moram na Europa ou nos Estados Unidos. Seis são membros da sociedade civil e trabalham com assessoria técnica ou em ONGs, inclusive em organizações comerciais. Apenas quatro são funcionários do governo. É válido observar que a eleição do ano de 2014 no Brasil, pode explicar o número de representantes do setor público.

Nossos entrevistados incluem 34 homens e 11 mulheres. Deveria ser observado que a maioria dos entrevistados selecionados pertence à elite política e econômica do Brasil ou à classe média alta do país. Para conseguir uma visão equilibrada, fizemos um esforço especial para chegar até as pessoas embaixo na pirâmide, por meio de entrevistas com dois trabalhadores brasileiros de baixa renda. Também entrevistamos dois alunos ainda não formados inscritos na Universidade de Cornell por meio do programa *Ciências sem fronteiras* do governo brasileiro, que fornece bolsas de estudo a alunos brasileiros, predominantemente nos campos das ciências, tecnologia, engenharia e matemática.

Todos os nossos entrevistados são brasileiros natos, mas onze deles, como já mencionado, moraram no Brasil por períodos que variam de alguns meses a um par de anos. Foi importante para os autores conseguir as visões de "dentro" do Brasil e que todas as pessoas entrevistadas ou moraram no Brasil ou estavam muito familiarizadas com o país.

O resultado da pesquisa não é quantitativo, mas sim um conjunto de respostas qualitativas, as quais analisamos e classificamos de acordo com os tópicos que eram às vezes citados

espontaneamente pelos entrevistados em suas respostas. A amostra das pessoas entrevistadas não é grande e representativo o suficiente para dar um valor científico às descobertas. Em especial, a sobre-representação de entrevistados do setor empresarial inevitavelmente influenciou o tom geral das respostas que recebemos. Entretanto, acreditamos que no total os resultados fornecem pistas interessantes que levam à necessidade de verificação em pesquisas futuras.

A seguir, resumimos as respostas, identificando os principais acordos, assim como áreas que irão gerar debate. Para manter o sigilo de alguns entrevistados, destacamos algumas citações e identificamos a pessoa com a categoria a que pertencem.[3]

Uma base para consenso: realizações do Brasil

Diversos pontos de acordo surgem entre os entrevistados, tanto em relação a realizações do Brasil quanto aos aperfeiçoamentos necessários. Além da divisão política entre aqueles que apoiam a administração atual e aqueles que assumem uma posição mais crítica, há muito consenso em diversas áreas, como a redução da pobreza, o crescimento da classe média, o sucesso do Brasil em manter estabilidade macroeconômica e, em menor grau, a consolidação da democracia e o crescimento do Brasil no cenário global. Olhando para o futuro, normalmente os entrevistados concordaram que o Brasil deveria buscar o equilíbrio no crescimento econômico com a inclusão social. Para conseguir isso, o sentimento geral é de que o Brasil precisa melhorar a produtividade do setor privado, aperfeiçoando o seu sistema educacional, reduzindo o "custo Brasil" e ampliando a sua infraestrutura.

Realizações importantes de redução da pobreza na década passada, estabilidade macroeconômica, democracia e posição global

Dois terços dos que responderam ao nosso questionário por escrito, mencionaram a **redução da pobreza** e os seus corolários – o crescimento da classe média e a queda das desigualdades – como uma das maiores realizações do país nos últimos dez anos. Vários números foram citados para provar essa tendên-

cia. Um entrevistado observou que o Índice de Desenvolvimento Humano das municipalidades brasileiras foram de 0,493 em 1991 a 0,727 em 2010, que o emprego formal cresceu de 42% em 2001 para 55% em 2011 e que a educação foi universalizada para crianças com idades entre 7 e 14 anos. Alguns entrevistados destacaram os efeitos econômicos positivos, que resultaram na chegada de novos consumidores. Para um líder corporativo, uma realização chave foi ter "Trinta (na verdade, foram 35) milhões de pessoas que viviam na pobreza entrando no mercado consumidor e se tornando parte da classe média do país". Uma entrevistada da sociedade civil enfatizou a dimensão humana do que pode ser descrito como um "débito social" do Brasil. Mas ela também observou que a nova classe média "ainda era vulnerável" e que "inclui pessoas que vivem em moradias pobres, sem saneamento e, normalmente, em áreas perigosas, como as montanhas, onde as favelas são construídas", antes de concluir que "[a redução da pobreza] é uma grande realização, considerando que antes a situação era muito mais crítica".

Aproximadamente um terço dos entrevistados destacou o papel chave das políticas sociais direcionadas - como a *Bolsa Família* e *Minha Casa, Minha Vida* - a combater a pobreza no Brasil, país com uma das taxas mais altas de desigualdade no mundo. Como indicou um membro da sociedade civil, "não importa quão alto é o nosso Produto Interno Bruto, os 10% de brasileiros mais pobres tem apenas 1,2% da renda total do país e isso simplesmente não está certo. Com isso em mente, o Brasil precisa de políticas sociais: muitas delas e em diferentes áreas". Um funcionário público observou que "o sucesso de alguns programas sociais, como a internacionalmente elogiada *Bolsa Família*, bem como o aumento no número de crianças e adolescentes com acesso à educação básica, tem garantido o avanço na luta contra a pobreza absoluta e a fome. Na verdade, a *Bolsa Família* e o acesso à educação básica são eventos interligados, uma vez que a frequência escolar é uma condição do sistema de transferência de dinheiro".

A **estabilidade macroeconômica** foi a segunda realização mais citada, com mais da metade dos entrevistados fazendo referências explícitas ao progresso atingido nessa área. Muitos deles se referiram ao sustentável crescimento do Produto Interno Bruto, ao controle da inflação, ao aumento do consumo

privado e a uma taxa historicamente baixa de desemprego "com várias regiões chegando ao emprego total". Um entrevistado, de uma organização comercial brasileira, deu ênfase aos indicadores externos: "Nós administramos para montar um nível forte de reservas de moeda estrangeira, e a nossa vulnerabilidade foi reduzida, [levando] aos mercados financeiros internacionais a nos emprestar dinheiro com taxas de juros mais baixas. O nosso comércio exterior tem crescido consideravelmente, novas parcerias comerciais foram forjadas e nós somos capazes de obter respeitabilidade internacional como resultado da nossa nova posição econômica". Um entrevistado da sociedade civil acrescentou que a "indústria brasileira adquiriu um alto nível de eficiência, diversificação e inovação tecnológica". Um jovem entrevistado também declarou que o "Brasil tem um sistema bancário muito sólido e bem estruturado". O fato de que o país provou ser capaz, durante os anos de pico da recessão mundial, foi considerado como um extraordinário desempenho econômico e social. Essa apreciação foi especialmente forte entre a geração mais velha, ainda assombrada pela experiência da hiperinflação na década de 1980 e que portanto prioriza a estabilidade macroeconômica. Houve ainda um relativamente forte consenso sobre a necessidade de políticas de comércio aberto e de mercado livre, porém, como discutiremos a seguir, algumas das visões eram mais insinuadas nessa área, com alguns entrevistados nos dizendo que o estado deveria manter um papel na regulação a economia.

Outra realização importante, citada por um terço dos entrevistados, foi **a consolidação da democracia**. Vários entrevistados destacaram quão "suave" foi "a transição entre o lado direito do governo do [presidente] Fernando Henrique Cardoso e o governo do lado esquerdo do [presidente] Lula". Depois de 21 anos de ditadura (até 1985), foi a terceira vez que o país passou por uma mudança política desse tipo. Como observado por um entrevistado, o Brasil não testemunhou qualquer evidência de fraude em eleições recentes, o que significa que "a ferramenta mais importante para a (eleição) democrática está no lugar e funcionando bem". Um especialista destacou a habilidade do presidente Lula e da presidente Dilma de governar de uma "forma justa", inclusive na forma de se relacionar com outros atores políticos. Um consultor de uma entidade intergovernamental argumentou que "ter o Partido dos Trabalhadores liderando

o Governo Federal por tanto tempo é, de fato, uma realização democrática por si só". As demonstrações de junho de 2013 também foram consideradas por sete entrevistados como um passo maior no fortalecimento da democracia brasileira. Para um líder empresarial, "protestar é parte da função de uma sociedade civil democrática e, ajudará a moldar a agenda do Brasil para o futuro". Um jovem profissional declarou que "o governo [foi punido] pelo[s] protesto[s] a escutar a opinião pública e isso é uma grande realização para o Brasil".

Ainda que esperássemos mais, surpreendentemente apenas um punhado de nossos entrevistados escolheu mencionar **o crescimento do Brasil no cenário internacional** como uma das impressionantes realizações da última década. Apenas um entrevistado – um ex-funcionário governamental – se referiu à importante função realizada pelo Brasil no G20, no IMF e nas Nações Unidas, e destacou a recente nomeação de um diplomata Brasileiro, Roberto Azevedo, como o novo chefe da Organização Mundial de Comércio.

Os desafios mais imperiosos do Brasil para o futuro: aperfeiçoar a educação, A infraestrutura e reduzir os custos Brasil

Também há várias áreas de acordo com relação ao que o Brasil poderia fazer em termos de se preparar para o futuro.

Um líder corporativo ofereceu um programa para o projeto nacional do país, que ressoou bem com muitas das respostas que tivemos: "O Brasil deve **equilibrar o crescimento econômico e o desenvolvimento social**, nivelando seu mercado interno, recursos naturais e presença industrial (que têm perdido o significado no decorrer das últimas duas décadas, mas que ainda são relevantes), para aumentar a riqueza de geração e distribuição".

Dois terços dos nossos entrevistados insistiu no fato de que a educação é o desafio mais importante que o Brasil enfrentará nos próximos anos, e um dos fatores chave para ampliar a produtividade no setor privado. Todos exigiram um aperfeiçoamento tangível da qualidade e eficiência do sistema educacional, com utilização melhor de recursos, foco na educação primária e secundária, professores mais bem treinados e infraestrutura escolar aperfeiçoada em geral. A necessidade de melhorar o sis-

tema universitário também foi enfatizada. O *Ciência sem fronteiras* (que descrevemos em detalhes no Capítulo 6) é reconhecido por vários entrevistados como uma iniciativa positiva. Dois entrevistados declararam a necessidade de o estado trabalhar em parceria com empresas e instituições acadêmicas para preparar a força de trabalho do futuro. À luz da escassez de mão-de-obra habilitada que as empresas brasileiras enfrentam, um executivo sênior argumentou que a nova geração de profissionais brasileiros se beneficiaria de mais trocas universitárias em outros países, assim como com mais cursos de idiomas a partir do ensino primário. Como enfatizou um membro da sociedade civil, a questão de educação também tem implicações de longo alcance para o futuro do país: "Eu creio que a educação é a base de uma sociedade que questiona padrões, luta pelos [seus] direitos e escolhe bem os [seus] líderes".

Outro desafio importante mencionado por 21 dos nossos entrevistados se referia à necessidade urgente de o Brasil **melhorar sua infraestrutura** pelo aperfeiçoamento de portos, aeroportos, estradas, ferrovias, transporte público e saneamento. Para emoldurar a discussão, um entrevistado da sociedade civil observou que para garantir 5% do crescimento anual, o Brasil precisa de cerca de R$300 bilhões (aproximadamente US$128 bilhões) de investimento por ano. Dezesseis entrevistados consideraram que as parcerias público-privadas (PPPs) poderiam ser uma maneira eficaz de atingir essas necessidades, ainda que alguns tenham observado que a implantação de tais parcerias pode levar a problemas práticos, como iremos explorar na próxima parte desse capítulo.

Como terceira área prioritária, dezesseis entrevistados enfatizaram que o país precisa fazer esforços enormes para melhorar o ambiente empresarial e **reduzir o "custo Brasil"** (veja o Capítulo 4), que um entrevistado descreveu como uma "enorme barreira" para o setor privado "produzir e suprir bens com preços competitivos". Além das lacunas na educação e na infraestrutura, as quais também explicam em parte o "custo Brasil", diversos entrevistados observaram que o Brasil precisa reduzir a corrupção (citado treze vezes) e lançar uma ampla reforma do estado (citado dez vezes). Além das reformas nas áreas de cobrança de taxas (citado quatorze vezes), o sistema eleitoral (citado sete vezes), as leis trabalhistas (citado seis vezes), o sistema

de aposentadoria (citado três vezes) foram mencionadas como prioridades chave. Alguns entrevistados também enfatizaram a necessidade de promover a regra da lei, garantindo a previsibilidade de políticas e regulamentações (citado três vezes) e aperfeiçoar a administração de instituições públicas e governamentais, bem como aumentar sua transparência e responsabilidade (citado três vezes).

Por fim, dois outros desafios mencionados por entrevistados incluíram o aperfeiçoamento do sistema de saúde do país (citado dez vezes) e a garantia da segurança pública (citado seis vezes).

Questões chave para debates: a função do estado na economia e o foco internacional do Brasil

Embora tenha habito um consenso relativamente forte sobre as recentes realizações do Brasil e desafios mais prementes, nossa pesquisa também revelou uma série de pontos de vista sobre questões específicas que são importantes para o debate democrático do Brasil. Primeiro, uma importante discussão se refere à função do estado na economia, e se o Brasil deveria se envolver totalmente em políticas de mercado livre e procurar proteger um papel governamental proativo na economia. Uma segunda área que orienta o debate, gira em torno das PPPs: embora elas sejam amplamente consideradas como uma solução atraente para atender as necessidades de infraestrutura do país, várias vozes também avisam contra os perigos existentes em sua implantação prática. Dois outros tópicos foram se os esforços em investimento diplomático e exterior do Brasil devem se focar em países desenvolvidos ou no "Sul Global", e se o presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) ou o presidente Lula (2003-2010) deveriam ter mais crédito com relação às recentes realizações econômicas e sociais do Brasil. E finalmente, uma questão controversa relacionada às políticas sociais do país (descritas em detalhes no Capítulo 6). Enquanto muitos comemoram suas realizações, alguns acreditam que ainda existem muitas falhas e que deveriam ser substancialmente aperfeiçoadas ou totalmente afastadas.

A próxima seção examina cada uma dessas cinco áreas e destaca alguns dos argumentos levantados pelos entrevistados em suas respostas.

Qual seria a função do estado na economia?

Como descobrir o equilíbrio certo entre a intervenção do estado e os mercados livres é uma pergunta que cada país tem enfrentado, e que nós exploramos mais no Capítulo 2 e em outras partes do livro. Nossos entrevistados compartilharam uma série de pontos de vista sobre qual exatamente deveria ser a função do estado brasileiro na economia do país.

Um economista pediu cautela:

> O Brasil não está pronto para a abertura econômica de curto prazo. A grande maioria das empresas brasileiras não tem tino comercial necessário na gestão de negócios para concorrer com empresas multinacionais. Portanto, o Brasil deve buscar um equilíbrio entre a proteção da indústria nacional e suficiente competição externa para estimular o progresso. Alternativamente, as parcerias público-privadas, bem como a política atual de apoiar a criação de grandes empresas (...) poderiam ser alternativas àqueles poucos mercados em que o Brasil está em posição melhor para competir.

Muitos entrevistados discordaram dessa visão. Vinte acreditaram que o Brasil precisa se envolver com o mercado aberto, com dezesseis deles acrescentando que o potencial econômico do Brasil só pode ser desencadeado por de uma diminuição das reformas do Estado e do mercado livre. Como um entrevistado da sociedade civil declarou: “O modelo do estado subsidiar o crescimento de empresas em vez de deixá-las confiar nas forças de mercado precisa ser seriamente revisto”. Essa opinião foi especialmente prevalecente entre os jovens gerentes que entrevistamos. Um deles argumentou que as tarifas dos bens manufaturados importados deveriam ser reduzidos lentamente, de modo a forçar as empresas domésticas a se tornarem mais competitivas e inovadoras. Outra crítica frequente, relacionada aos altos níveis de taxação do Brasil (mencionada quatorze vezes), parecidas com aquelas de países OECD, ainda que a qualidade dos serviços públicos tenha continuado muito atrás.

Na mesma linha, um executivo sênior declarou: "[O Brasil deveria ter] uma economia direcionada ao mercado, onde o estado focalize [em] garantir a legislação para seus cidadãos e corporações, aperfeiçoando sua eficiência e estabelecendo as condições necessárias para investimento sustentável e desenvolvimento econômico". Essa posição foi compartilhada por outro entrevistado de uma organização empresarial de destaque, que "apoia o conceito de estado com um mercado livre, atuando com transparência e em parceria com o setor privado", destacando a importância de controle do gasto público e a diminuição de impostos.

Em contraste, onze entrevistados acreditam que o Brasil de encontrar o equilíbrio certo entre os mercados livres e a intervenção estatal, mas ainda com maior ênfase no primeiro. Eles geralmente insistem na função crucial do estado e das instituições públicas na criação do ambiente certo para incentivar a atividade da economia por meio de investimento em educação, infraestrutura e saúde. A função do governo de sustentar a demanda também foi mencionada. Para um funcionário governamental sênior, "a função do setor privado deveria ser ampliada, com o governo se focando mais na criação de estímulo". Outro funcionário público destacou a necessidade de "um estado forte, não enorme", observando ainda que "o Brasil tem feito progresso significativo em incentivar instituições fortes, mas a corrupção ainda é uma questão e as regras deveriam ser mais previsíveis". De acordo com esse entrevistado, dois objetivos importantes do estado seriam "garantir a competitividade, por meio de uma agência antitruste confiável e forte, como o CADE [Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Brasil] e simplificar procedimentos para patentes e reforçar o INPI [Instituto de Propriedade Industrial Nacional do Brasil], a agência responsável pela propriedade intelectual".

Em uma observação em separado, destacando a importância das políticas públicas para reforçar o setor privado do país, outro entrevistado clamou por "uma política mais clara, mais aberta e proativa de imigração para atrair talentos, em especial trabalhadores qualificados em setores chave, onde temos poucos".

As PPPs são a solução para as necessidades de infraestrutura do país?

Como declarado no Capítulo 5, o Brasil precisará dedicar enormes esforços para aumentar o investimento público em educação, saúde, transporte urbano e infraestrutura no todo, de modo a superar o gargalo que continua a evitar o seu maior crescimento como potência econômica mundial. Em muitos casos, tais investimentos também exigirão capital de fontes privadas, e as PPPs são geralmente apresentadas como meio de combinar as habilidades e os recursos de ambos os setores, público e privado.

Conforme já mencionado, dezesseis de nossos entrevistados, o governo e os negócios incluídos, viram as PPPs como uma forma de superar as lacunas do país em infraestrutura. Contudo, alguns mencionaram preocupações importantes sobre a forma que elas têm sido implantadas no Brasil. Como observou um professor brasileiro, "as PPPs são um modelo interessante, mas a execução delas tem sido muito lenta no Brasil. Diversas propostas ainda estão em discussão e desenvolvimento".

Um entrevistado da sociedade civil considerou que "o uso das PPPs para desenvolver infraestrutura é uma solução que deveria ser explorada, porém exige que o governo garanta transparência e, além da viabilidade econômica, todos os direitos àqueles envolvidos no contrato".

Outra preocupação se referia aos riscos de corrupção associados às PPPs, especialmente durante os leilões públicos e os processos de recompensa subsequentes. Um entrevistado, de uma organização empresarial líder, insistiu fortemente na importância de "transparência", "regras claras e bem definidas" e "bom governo público" para implantar tais parcerias.

Além da essência de cada acordo, também o escopo das PPPs está em aposta. Para um antigo funcionário governamental, agora no setor comercial,

> um novo passo deveria ser dado, aplicando modelos bem sucedidos [ou parcerias público-privadas] – como no caso de aeroportos – para [mais áreas, como] cuidados com idosos ou portadores de deficiências, prisões, saúde, defesa, infraestrutura de transporte integrado, meio ambiente ou outros setores com deficiências estruturais, produzindo sozinho as enormes mudanças que precisam ser lançadas e implantadas.

Um líder corporativo teve a visão de que "o investimento pode e deveria ser privado, mas as condições gerais para capacitá-las devem ser colocadas no lugar pelo estado, incluindo regras claras e estáveis e retorno de capital adequado". Embora acredite que "a parceria público-privada pode ser a maneira de prosseguir", ele também enfatizou que o processo de desenvolvimento do Brasil deveria, primeiro e acima de tudo, construir o "investimento privado e mercados de capital".

Isso significa que o Brasil deveria se envolver numa nova onda de privatizações? A partir das respostas que recebemos, parece que não. Apenas quatro entrevistados disseram que as privatizações deveriam ser favorecidas, acima das PPPs. Um entrevistado argumentou que "o estado tem a função de atuar na economia como regulador, não como fornecedor de serviço". A ideia subjacente foi que "os serviços oferecidos pelas empresas privadas são de qualidade maior do que das públicas".

Além disso, um membro da sociedade civil observou que a lacuna de desigualdade no Brasil deve-se principalmente ao "acesso desigual à saúde e educação". Nesse sentido, ele temia que sistemas privatizados, de entrega baseada no mercado para serviços sociais e infraestrutura urbana, poderiam aumentar a desigualdade de renda, oferecendo menos e piores serviços aos pobres.

Projeção global do Brasil: ele deveria liderar norte ou sul?

No capítulo 7, descrevemos o crescimento do Brasil no cenário global e a habilidade de Brasília em estabelecer relações permanentes com países e líderes de todas as regiões do mundo. Quando questionados sobre quais países ou regiões deveriam ser o foco do futuro diplomático do Brasil e dos esforços em investimento econômico, os especialistas que analisamos vieram com um conjunto especialmente diferente de respostas.

Um total de vinte e três entrevistados disse que os Estados Unidos deveriam fazer parte das três principais prioridades do Brasil, o que representou a maior taxa da pesquisa. No entanto, é interessante observar que apenas sete entrevistados colocaram isso como a maior prioridade. Para um executivo corporativo sênior, "o negócio mais natural e o parceiro geopolítico para o Brasil são os Estados Unidos. Infelizmente para os dois países,

essa parceria nunca foi realizada em todo o seu potencial. Ela deveria ser a prioridade". Essa opinião foi compartilhada por outros entrevistados, que também veem uma conexão entre a estratégia do Brasil em incentivar a integração sul-americana e o seu relativo desinteresse pelos Estados Unidos e Europa. Como observou um líder do comércio, "a geografia latino-americana torna natural e necessário ao Brasil se focar na região, mas não em detrimento das relações com os Estados Unidos e a Europa. Alguns viram isso como mutuamente exclusivo, mas poderia não ser o caso".

Não muito longe, a Ásia recebeu um total de dezenove menções, incluindo oito vezes como prioridade número um para o Brasil. Além disso, dez dos entrevistados optaram pelos países BRICS em geral, e três mencionaram a China, em especial. O Japão foi citado duas vezes. No entanto, um entrevistado observou que "as deficiências de idioma e cultura parecem ser uma barreira para [esses] relacionamentos crescerem mais depressa".

No geral, a América Latina e a América do Sul foram mencionadas ligeiramente com menor frequência do que os Estados Unidos e a Ásia, com um total de treze e dez menções, respectivamente. Entretanto, aqueles que citaram a vizinhança do Brasil geralmente o colocaram como sua prioridade máxima.

O Mercosul também foi ignorado ou criticado. Cerca de um quinto dos entrevistados tendia a ver a participação do Brasil no bloco econômico como obstáculo a uma inserção internacional efetiva. Um jovem profissional julgou a ligação do Brasil ao Mercosul como "muito danoso", pois ele "priva o país [de buscar] outros acordos, assim como os países como Chile, Peru, Colômbia e México [fizeram com sucesso]". Essa visão ecoou a opinião de outro entrevistado: "Acima de tudo, o Brasil deveria deixar o Mercosul, que é uma barreira ideológica para o desenvolvimento de comércio do país". De acordo com outro entrevistado da sociedade civil, "o atual bloco econômico (Mercosul) não está mais servindo aos interesses do país".

Um ex-funcionário do governo foi mais cauteloso, declarando que o Brasil precisa "avaliar as condições do Mercosul, de modo a facilitar alguns acordos de livre comércio com outros parceiros". Essa também foi a posição compartilhada por um antigo funcionário do governo, que acreditava que o Brasil de-

veria buscar acordos comerciais bilaterais fora da estrutura do Mercosul.

A América do Sul como um todo parece ser preferida a apenas o Mercosul. Para um professor especializado em estratégia e inovação, "o Brasil é o país mais industrializado da América do Sul, que também é um mercado importante para a indústria de fabricação. Portanto, o país deve usar sua força flexível e investimento [capacidades] para buscar maior integração econômica na região". Outro entrevistado brasileiro, de grupo de estudos, apoiou essa visão: "nós com certeza deveríamos focar na América do Sul e fazer isso promovendo as complementações produtivas, uma condição básica para convencer os agentes econômicos dos países vizinhos que é importante fortalecer o processo de negociação de preferências comerciais".

Em oposição, um ex-funcionário do governo considerou que a América do Sul deveria ser a prioridade do Brasil, mas também acredita que o principal foco deveria ser no Mercosul:

> A política externa brasileira é pesadamente influenciada por sua participação no Mercosul, cuja consolidação tem sido um dos principais objetivos do Brasil nos últimos 20 anos. O bloco representa um destino significativo para as exportações e investimentos brasileiros, com a integração de cadeias de produção, como na indústria automotiva.

É interessante que quinze dos especialistas que pesquisamos disseram que a África deveria fazer parte das três maiores prioridades do Brasil. Um ex-funcionário governamental observou que "durante a administração Lula, o Brasil aperfeiçoou significativamente a sua imagem no continente africano". De acordo com o funcionário público,

> é importante investir na África [por motivos econômicos, mas} também por razões geopolíticas, para aumentar a importância brasileira num continente que compartilha um passado colonial com nosso país e que está lutando para encontrar parceiros não relacionados aos colonizadores, ou não identificados com os Estados Unidos. É interessante agir como um contrapeso à China, em sua busca agressiva por influência e recursos de energia na África.

Finalmente, onze entrevistados mencionaram a Europa dentre as três principais áreas de foco do Brasil, às vezes em combinação com os Estados Unidos, mas quase nunca como número um em prioridade.

Quem deve assumir o crédito pelas recentes realizações do Brasil: presidente Fernando Henrique Cardoso ou presidente Lula?

No Capítulo 2 analisamos as principais bases do que tem sido chamado de "Consenso Brasília". Como argumentamos, dois pilares importantes do "Consenso Brasília" – estabilização macroeconômica e programas sociais – remontam às políticas do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), mas foram mais consolidadas pelo presidente Lula (2003-2010) e pela presidente Dilma Rousseff, desde sua ascensão ao poder em 2011.

No entanto, uma pequena mas vocal minoria de acionistas que entrevistamos chegou a ponto de enfatizar a função da administração de Cardoso nas mudanças sociais e econômicas bem sucedidas do Brasil. Um jovem entrevistado, declarou de maneira direta: "Como rápida declaração introdutória, sou um crítico duro do Partido dos Trabalhadores (PT); acredito piamente que o principal desenvolvimento do Brasil na década passada foi resultado de ações e políticas implantadas antes do governo PT".

Nem todos os comentários foram tão mordazes, mas um punhado de entrevistados considerou injusto que reformas importantes realizadas durante a década de 1990 às vezes foram minimizadas pela administração atual e relatórios da mídia.

Vendo a estabilização macroeconômica, um executivo sênior destacou o fato de "que um pouco da base para esses aperfeiçoamentos foi estabelecida não uma, mas duas décadas atrás, quando a inflação foi finalmente, contida, um programa amplo e bem sucedido de privatização foi implantado e a disciplina fiscal foi adotada pelo governo federal". Outro entrevistado, da sociedade civil, insistiu na "onda de reformas microeconômicas [que foram implantadas] entre 1994 e 2002", tais como o maior acesso ao crédito consumidor e novas regulamentações de falência. Além de um professor de escola de comércio ter declarado que "o mecanismo de transferência de renda foi iniciado durante a

década de 1990, mas foi consolidado e ampliado na década passada". Como resumiu um entrevistado, "a base para a 'inclusão social e econômica' foi pavimentada pelo governo anterior".

Um punhado de entrevistados controlou e até mesmo negou o desempenho do governo do presidente Lula: "Um erro comum que alguns analistas cometem com frequência é associar aperfeiçoamentos [recentes] ao partido atual (PT). O Brasil pode crescer na década passada por uma combinação de fatores externos, não por qualquer mérito do governo". Um professor ofereceu sua declaração, argumentando que 'o crescimento foi uma consequência da explosão de mercadorias ao nível global. O estado brasileiro foi beneficiário, não agente de mudança".

Políticas sociais: para onde vamos a partir daqui?

Nos Capítulos 2 e 6, mostramos que as políticas sociais exerceram uma importante função na drástica redução da pobreza e nas desigualdades que o Brasil foi capaz de superar na década passada. Como mencionamos na primeira parte deste capítulo, cerca de um terço dos entrevistados reconheceu explicitamente os benefícios dessas políticas sociais. Contudo, sete deles também enfatizaram que essas políticas aparecem com distorções importantes, que precisarão ser encaminhadas pelos formuladores de política brasileiros. Da mesma forma, enquanto cinco entrevistados buscaram por uma extensão dessas políticas sociais, seis deles declararam exatamente o oposto e argumentaram que agora é a hora de retirá-las gradativamente.

Um aspecto importante desse debate se refere às modalidades dessas políticas sociais (como os receptores de benefícios sociais são de fato selecionados) e seus resultados com o passar do tempo (há uma saída estratégica para os receptores?). As questões subjacentes poderiam ser resumidas da seguinte maneira: o governo deveria se focar em melhorar os programas já existentes, para tratar suas deficiências, como sugeriram vários entrevistados, ou ampliá-los, estendendo seu alcance para mais pessoas?

Um entrevistado da academia observou que "as políticas sociais são importantes e deveriam ser mantidas, mas o governo deve ser mais cauteloso na concessão de benefícios (há muitos casos de pessoas de renda média que estão no programa)". Al-

guns foram mais adiante e levantaram a questão de que o processo alvo incentivou " o clientelismo e a corrupção".

Quatro entrevistados enfatizaram que a questão da "saída estratégica" permaneceu sem solução, e que atualmente representa o maior e mais importante desafio dos programas alvo. Um entrevistado de uma organização empresarial considerou que "[essa necessidade para dar] oferece condições de entrar e também de sair dos programas sociais do governo" Outro entrevistado acrescentou: "Eu concordo que as políticas sociais tiveram uma função importante no aumento da renda familiar e que mudou uma grande porcentagem da população para a classe média. Entretanto, eu creio que eles se tornarão um problema a longo termo, visto que a população se tornará altamente dependente dele".

Um jovem entrevistado levantou o ponto que os programas sociais desencorajam as pessoas de procurarem por melhores empregos e não promoveram a educação. No entanto, pelo lado positivo, parece que alguns esforços verdadeiros têm sido feitos para evitar tal risco. Como um dos trabalhadores de baixa renda que entrevistamos observou, "O governo ofereceu muitos cursos gratuitos, e por meio desses cursos muitas pessoas já encontraram emprego".

Alguns entrevistados também observaram que as transferências de dinheiro não foram suficientes para solucionar a questão da pobreza. Como um entrevistado do setor público colocou: "Não há possibilidade de reduzir a desigualdade e promover a inclusão de desenvolvimento sem um forte comprometimento do estado, diante das causas de desigualdade enraizadas". Um funcionário público sênior insistiu que "a tendência para a próxima década deveria ser a consolidação das realizações no campo social e seus aperfeiçoamentos progressivos, em especial nos campos de serviços públicos nas áreas de saúde e educação". Outro ex-funcionário público disse a mesma coisa: "Quando as pessoas são resgatadas da miséria, o foco [das políticas sociais] deveria ficar na educação e no emprego, e adaptá-lo gradativamente às novas exigências da população, como o transporte público".

Hora de refletir: aonde o Brasil deve ir?

Nossa pesquisa é uma primeira tentativa de entender como as recentes realizações e as perspectivas futuras do Brasil são notadas por alguns dos *que movem e sacodem* a economia brasileira. Como já observamos, a maioria dos nossos entrevistados pertence à classe alta e à classe média alta do país, que têm a vantagem de oferecer uma visão única sobre o pensamento de líderes de opinião atuais e futuros nos debates políticos do Brasil.

Como seria de se esperar em um ano eleitoral, a maioria dos entrevistados, vindos do setor empresarial, favoreceu claramente um movimento mais marcante na direção dos desafios econômicos do país. Um entrevistado até declarou que "nós precisamos de uma Margareth Thatcher no Brasil". É claro que entrevistados do setor público estavam mais inclinados a demonstrar orgulho do que foi conseguido nos dez últimos anos, embora reconhecendo os importantes desafios que continuam à frente.

Uma questão que disparou a mais ampla gama de respostas conflitantes foi o foco geográfico que o país deveria dar aos seus futuros esforços diplomáticos e investimento externo. Enquanto muitos acreditam que o Brasil deveria reativar suas parcerias tradicionais com a Europa e os Estados Unidos, outros argumentam que o país deveria mudar gradualmente sua atenção na direção daquelas regiões que oferecem novas oportunidades, como a África, os países BRICS e a própria América Latina. Tamanha variedade de pontos de vista pode ser o sinal de que a liderança brasileira ainda não foi bem sucedida em planejar um mapa convincente e coerente para a integração global do país.

Voltando à questão do modelo econômico do Brasil, a análise das respostas da pesquisa nos levou a acreditar que esforços serão exigidos de ambos os lados, de modo a atingir o Brasil do Sonho. Por um lado, o governo precisará prestar atenção à demanda do setor privado para mais reformas, de modo a aperfeiçoar o ambiente comercial. Por outro lado, a comunidade empresarial deveria reconhecer com mais rapidez, que o governo tem sido e deve continuar a ser um parceiro fundamental e facilitador, para reativar o crescimento econômico e pavimentar o caminho para o sucesso futuro do Brasil.

Conclusão: Construindo o Brasil do Sonho

Este livro evolui em torno de uma pergunta: o Brasil está pronto para assumir seu lugar entre as potências líderes do mundo?

Na Introdução, emolduramos o Brasil no contexto de um país que passou por ciclos de promessa e desapontamento. Ele foi – e sempre será – o país que construiu sua capital em Brasília a partir do nada, em menos de quatro anos e foi uma vez declarado um milagre econômico, na década de 1970. Ainda assim, nos períodos de vida da maioria dos adultos no Brasil de hoje, o país tem sido assolado pela hiperinflação e a instabilidade econômica. A década de ouro dos anos 2000, durante a qual o país passou por um contínuo crescimento econômico e uma queda dramática em taxas de pobreza, agora tem dado lugar a um novo período de incerteza. As dificuldades econômicas e sociais de hoje em dia são sinais de uma inversão profunda das fortunas do Brasil, ou o último obstáculo importante na longa estrada em direção da posição de líder global?

Nós acreditamos que é o último. As bases da força econômica e política do Brasil são mais sólidas do que foram antes. Como discutido nos capítulos de abertura desse livro, a maior força do Brasil encontra-se em seu poder flexível. Por meio de capacidades diplomáticas e do sucesso do seu modelo econômico-social, o Brasil tem acumulado uma grande quantidade de boa vontade, se não de admiração indiscutível pelo mundo. No entanto, atualmente, pela primeira vez o poder flexível do Brasil é complementado pela força dura de sua economia. Em um ponto chave na história, com as crescentes necessidades em todo o mundo por alimentos, energia e recursos, a abundância

do Brasil agora dá a ele um assento na mesa global de poder e influência. O mundo sempre gostou do Brasil – mas atualmente, e de agora em diante, o mundo precisa dele.

O aparecimento do Brasil como potência global pode ser entendido por meio da estrutura de potência flexível e dura de Joseph Nye. No entanto, este livro também enfatizou que tais aspectos precisam ser aumentados por uma terceira dimensão: a necessidade de inclusão social. Acreditamos que potências emergentes globais precisam de políticas inclusivas para envolver todos os seus cidadãos (veja a Figura C.1). A Figura C.2 resume os pontos fortes e fracos do Brasil com relação às três dimensões de poder flexível, poder duro e inclusão social, abordadas nesse livro.
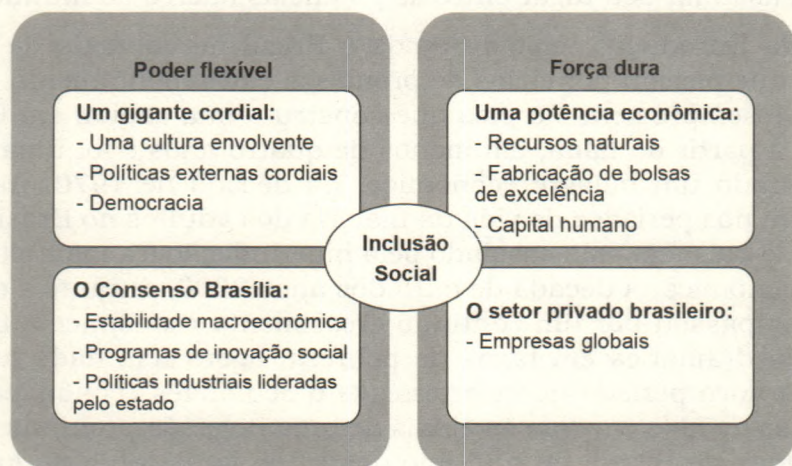
Figura C.1 O aparecimento de uma potência global: poder flexível, força dura e inclusão social.

A pesquisa que fizemos para este livro, entre participantes variando de líderes empresariais a membros da sociedade civil, corrobora com a visão de um país que pode se orgulhar de suas recentes realizações. A estabilização da economia, a emergência de uma nova classe média, a consolidação da democracia e a posição mais alta do Brasil no mundo, estão entre as maiores vitórias do Brasil moderno – e um motivo verdadeiro para comemorar.

As respostas que recebemos também deram uma visão clara dos amplos desafios à frente, desde o aperfeiçoamento de serviços públicos e a simplificação dos sistemas de impostos, ao fortalecimento financeiro público e o aumento da sua infraestrutura. Sem surpresa, para uma democracia tão vibrante como o Brasil, a pesquisa também revelou um amplo espectro de visões sobre como o país deveria moldar suas políticas em três áreas importantes. Enquanto alguns pedem uma maior confiança nas forças de mercado, outros enfatizam a importância de criar sinergias entre o estado e o setor privado. Alguns supõem que o Brasil deveria procurar reforçar suas ligações históricas com os Estados Unidos e a Europa, outros acreditam que o país deveria apostar cada vez mais no Sul Global, começando com seus vizinhos latino-americanos.
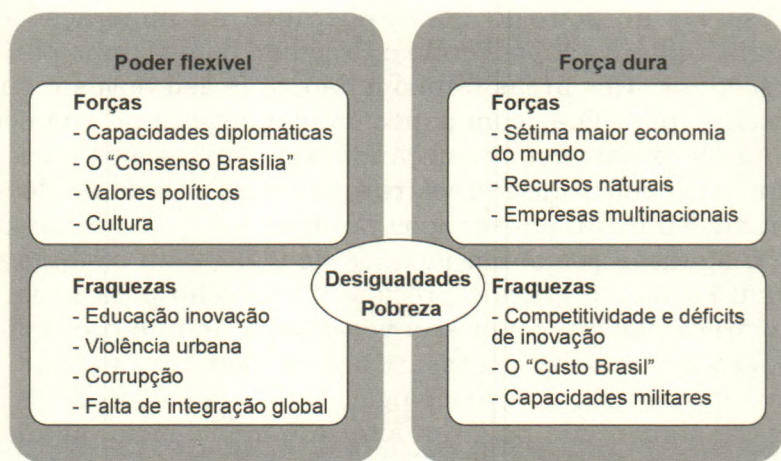
Figura C.2 A força dura/ o poder flexível/ a matriz de inclusão social do Brasil: forças e fraquezas.

Construindo o Brasil do Sonho

Ao longo deste livro, moldamos os componentes de um "Brasil do Sonho", que forma a impressão digital para o seu futuro como potência mundial: um final para o determinismo social, uma classe média crescente, uma rede social segura e, acima de tudo, uma forte economia, independente e diversificada.

Mesmo que haja trabalho a ser feito atualmente, o Brasil do século 21 chegou longe, na direção da institucionalização os três primeiros desses componentes. A pobreza não é mais um direito inato para muitos dos seus cidadãos. Intervenções políticas amplamente aceitas, como o programa *Bolsa Família*, agora entrando em sua segunda década, chegaram perto de erradicar a extrema pobreza. Algumas *favelas* estão ficando pacificadas e a educação primária tem chegado perto da universal, e a riqueza pessoal crescente tem criado uma sociedade consumidora vibrante. A trajetória da lendária desigualdade econômica do Brasil está melhorando, e uma profunda divisão econômica não é mais aceita como *status quo*.

Na questão mais ampla da economia, o momento de definição do Brasil está diante de nós. A combinação de ganhos substanciais na produtividade agrícola, a descoberta de maciças reservas de petróleo e sua liderança na mineração e em minerais, todas estão movendo o Brasil de bom vizinho para um forte corretor. Tais áreas também dão ao Brasil novos recursos financeiros para lidar com aspectos mais fracos de sua economia. Agora, o país está começando a dar os passos para ajeitar um sério déficit de infraestrutura e o resultado de décadas de subinvestimento em serviços públicos, que em grande parte levou à agitação social em meados de 2013. Seu sistema educacional público e privado precisa de trabalho para se igualar aos padrões globais, e por sua vez criar o tipo de profissionais qualificados que serão necessários para montar uma base competitiva de fabricação e tecnologia. E o "custo Brasil" de fazer negócios, alimentado pela burocracia e ineficiência, ainda precisa ser dramaticamente reduzido. Enquanto o mundo hoje usa Havaianas brasileiras e viaja em aviões brasileiros, o seu crescimento como potência industrial é um trabalho em progresso, que no decorrer do tempo causará um impacto importante em sua prosperidade.

Voltando aos assuntos do mundo, o Brasil já caminhou a passos largos, erguendo sua posição global e ganhando o respeito tanto das potências estabelecidas quanto dos seus pares do mundo emergente. O próximo passo do Brasil do Sonho será para o país se transformar com sucesso, de um seguidor de regras a um fazedor de regras. Isso exigirá um esforço profundo e contínuo para desenvolver e defender abordagens alternati-

vas, que se baseiam na experiência do Brasil como um país em desenvolvimento e sua ligação com a cooperação pacífica e a promoção de multilateralismo. As áreas em que o Brasil poderia oferecer uma contribuição decisiva, de comércio global e segurança alimentar à privacidade na Internet e a resolução de conflitos, são muitas. Agora, as expectativas estão crescendo e o gigante da América do Sul enfrenta um dos seus maiores testes.

Envolvendo as pessoas

Implantar o Brasil do Sonho exigirá a energia e o envolvimento de sua população e, ironicamente, um dos melhores exemplos disso está ligado aos protestos sociais de meados de 2013. Em primeiro lugar, tais protestos representaram o pluralismo de uma democracia saudável. Segundo, em um sentido bem real, eles estavam argumentando para aperfeiçoar questões importantes, constantes no caminho do Brasil do Sonho, tal como serviços forçados, impostos altos e um sistema educacional que precisava ser modernizado, diante do alto gasto público para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Os manifestantes não estavam argumentando contra a repressão ou pressionando por uma mudança de regime – elas queriam tarifas de ônibus mais baixas, melhor infraestrutura e menos corrupção.

Acima de tudo, esses manifestantes foram ouvidos pelos mais altos níveis do governo, culminando com vitórias legislativas que vão do preço de transporte público ao projeto do ponto de referência de 2013 cedendo receitas futuras do petróleo e gás para a educação e a saúde. Visto em sua totalidade, essa entidade legislativa – que também incluiu projetos de criminalização de corrupção e peculato, terminando com votações secretas no Congresso para destituição do cargo, e implantando novas medidas de controle da inflação –ajudou ainda a codificar muitos dos valores sociais que regulam o Brasil do Sonho.

De acordo com uma colocação da revista *Euromoney*, tais protestos foram realmente vistos por muitos na comunidade empresarial como uma coisa boa. “[Se] esses protestos acordaram o gigante sonolento, as *manifestações* poderiam se tornar a maior explosão para o Brasil por anos”.[1] A um nível mais profundo, elas são um exemplo de como os valores sociais e econômicos do Brasil estão agora sendo direcionados pelo en-

volvimento de sua população. Para um país que foi regulado por uma ditadura militar por 20 anos até 1985, a sua resposta à voz do público – um processo que começou com a transferência pacífica de poder entre partidos de oposição em janeiro de 2013 – são sinais de uma democracia estável e progressista, que dirige a sua posição atual global.

Em busca de um novo modelo: o setor público e o privado trabalhando juntos

Um denominador comum entre as potências mundiais é a competitividade econômica. Isso significa que o Brasil do Sonho é montado em relacionamentos não apenas com as suas pessoas, mas também com sua comunidade comercial. Uma das lições da história recente é que as economias emergentes em crescimento mais bem sucedidas têm sido alimentadas pelas parcerias eficazes entre o setor público e o privado.

A emergência das economias asiáticas nas últimas poucas décadas também serve como exemplo de como o Brasil e outros países BRICS podem crescer, pelo nível certo de envolvimento governamental. Por exemplo, o Ministério da Economia, Comércio e Indústria (METI) do Japão desempenhou um papel fundamental no planejamento da explosão do "Japan, Inc." da década de 1980 e além. O alto nível de investimento de Cingapura em ciência e tecnologia, construindo uma cidade-estado altamente bem sucedida no século 21, e a China se movendo de uma economia comunista, centralmente planejada, para uma parceria governamental baseada em mercado, criaram uma potência econômica.

O Brasil está desenvolvendo seu próprio sentido original do modelo econômico, em parte através das sementes da administração orientada por negócios de Cardoso no final da década de 1990, e atualmente a marca de um governo do Partido dos Trabalhadores que aprendeu a governar a partir do centro e a trabalhar em colaboração com o setor privado. Ele nivela recursos institucionais como o seu banco de desenvolvimento (BNDES), sua organização de pesquisa de agricultura do estado (EMBRAPA) ou o empreendimento de inovação (FINEP), como instrumentos de política, incentivando áreas críticas que variam do enorme crescimento do Brasil como produtor de alimentos, aos

incrementos necessários para a tecnologia, energia, infraestrutura e inovação.

Uma visão para o futuro

Em nosso ponto de vista, é hora do Brasil liderar. Os seus ricos recursos expansivos e naturais têm dado a ele uma oportunidade única de se mover das economias cíclicas e da desigualdade econômica do passado, e a sua cultura e visão global estão lhe dando um lugar cada vez mais importante nos assuntos globais.

Os olhos do mundo estarão sobre o Brasil em 2014 e 2016 por dois importantes eventos esportivos. Mais importante, os olhos de todos estarão no Brasil nos próximos anos como um importante fornecedor de alimentos, energia, recursos naturais e crescente liderança global. Nós compartilhamos a visão de muitos dentro e de fora do governo do Brasil e do setor privado que este um ponto bem visível em sua história é como um ponto de virada para a sua função no cenário mundial.

Estamos em um mundo onde nenhum modelo único se ajusta completamente. Embora ainda tenha muitas questões para superar no futuro próximo, o Brasil de hoje está rapidamente virando a esquina como um gigante econômico e político, tornando-se uma inspiração econômica e societária para o futuro da América Latina e no processo, o maior emergente do mundo. É hora de comemorar as realizações e ir em frente. Estamos assistindo o uma nova ordem mundial se desdobrar à nossa frente, e o Brasil está destinado a desempenhar uma parte importante nela.

Notas

Introdução

1. A ditadura militar do Brasil aconteceu de 1964 a 1985.
2. O Sonho Americano foi citado pela primeira vez por James Truslow Adams em 1931 (Adams, 2001) e revisado por diversos autores, entre eles Cullen (2004).
3. Jeremy Rifkin (2004) descreve as diferenças entre os valores europeus e americanos e os contrastes da força flexível da Europa com a força dura americana. Apesar da crise atual, a União Europeia ainda representa um modelo diferente que alguns países podem seguir.
4. O *Sonho Chinês* foi o título de um livro publicado por Helen H. Wang (2010). A autora define o Sonho Chinês em torno do desenvolvimento sustentável, a renovação nacional, os sonhos individuais e a reforma econômica e política, e o liga ao Sonho Americano. Mais recentemente, Milton Friedman também mencionou em um artigo de 2012, vastamente citado, no *New York Times* (http://www.nytimes.com/2012/10/03/opinion/friedman-china-needs-its-own-dream.html) sobre a necessidade da China ter seu próprio sonho. Em maio de 2013, Xi Jinping, Presidente da República Popular da China, mencionou a necessidade de ter um "Sonho Chinês".

1 Um Gigante Cordial

1. http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/8580560.stm (Acessado em 16 de setembro de 2013).

2. http://www.ft.com/intl/cms/s/2/37685a5c-7bbd-11e-2-95b9-00144feabdc0.html#axzz2e3HklmDB (Acessado em 16 de setembro de 2013).
3. http://www.largeur.com/?p=3976 (Acessado em 16 de setembro de 2013).
4. Em 2001, Jim O'Neill, na época chefe de Pesquisas Econômicas Globais dos investimentos do banco Goldman Sachs, cunhou o termo BRIC, um acrônimo significando Brasil, Rússia, Índia e China – os quatro maiores países em desenvolvimento e de rápido crescimento, que se tornaram símbolo da mudança no poder econômico global.
5. http://www.theguardian.com/indise-brazil/young-and-vibrant (Acessado em 16 de setembro de 2013).
6. http://www.csmonitor.com/World/Americas/Latin-America/Monitor/2012/0406/Brazil-neglecting-culture-in-quest-for-power (Acessado em 16 de setembro de 2013).
7. http://www.braziliality.org/ (Acessado em 16 de setembro de 2013).
8. http://www.futurebrand.com/images/uploads/studies/cbi/CBI_2012-Final.pdf (Acessado em 16 de setembro de 2013).
9. http://www.futurebrans.com/foresight/cbi/country-brand-index-latin-america (Acessado em 16 de setembro de 2013).
10. http://www.project-syndicate.org/commentary/a-more--robust-defense-policy-for-brazil-by-celso-amorim (Acessado em 16 de setembro de 2013).
11. http://www.midiaindependente.org/pt/red/2010/03/467090.shtml (Acessado em 16 de setembro de 2013).
12. Negócios com níveis normais são baseados nas projeções de emissões futuras, se nenhuma atitude for tomada.
13. http://www.wfp.org/stories/brazils-president-lula-honoured-wfp-champion-against-hunger (Acessado em 16 de setembro de 2013).

14. http://www.globaltimes.cn/NEWS/tabid/99/ID/683010/Brazil-is-world-leader-in-the-battle-against-hunger-WFP.aspx (Acessado em 16 de setembro de 2013).
15. mercury.ethz.ch/serviceengine/Files/ISN/137671/...3tbb/.../n021.pdf (Acessado em 20 de outubro de 2013).
16. http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_eng/Print/WCM_GLOBAL_CONTEXT=/wps/wcm/connect/elcano/Elcano_in/Zonas_in/AR162-2010 (Acessado em 16 de setembro de 2013).
17. http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Rapid_growth_markets_soft_power_index:_Srping_2012/$FILE/softpowerindex.pdf (Acessado em 16 de setembro de 2013).
18. http://monocle.com/film/affairs/soft-power-survey-2012/ (Acessado em 16 de setembro de 2013).
19. http://www.ft.com/intl/cms/s/0/0bd55672-1482-11e-2-a62e-00144feabdc0.html#axzz2dlyDDJL.5
20. http://www.nybooks.com/blogs/nyblog/2010/aug/17/talking-about-brazil/ (Acessado em 16 de setembro de 2013).
21. http://mtv.com.br/memo/brasil-tem-mais-de-16-milhoes-de-pessoas-vivendo-em-condicoes-de-extrema-pobreza (Acessado em 16 de setembro de 2013).
22. http://www.economist.com/node/21543494 (Acessado em 16 de setembro de 2013).
23. http://www.huffingtonpost.com/2013/03/17/race-in--brazil-offers-lesson-to-us_n_2895325.html (Acessado em 16 de setembro de 2013).
24. http://www.economist.com/blogs/americasview/2013/04/affirmative-action-brazil (Acessado em 16 de setembro de 2013).
25. http://www.csmonitor.com/World/Americas/2013/0820/Chasing-the-Brazilian-dream-migrants-strain-the-country-s--immigration-laws (Acessado em 16 de setembro de 2013).
26. "Rising Brazil Tackles Immigration Question", *CNN*, 31 de janeiro de 2012, http://edition.cnn.com/2012/01/28/world/americas/brazil-immigration/index.html (Acessado em 16 de setembro de 2013).

27. "Influx of Haitians into the Amazon Prompts Immigration Debate in Brazil", *New York Times*, 7 de fevereiro de 2012, http://www.nytimes.com/2012/02/08/world/americas/brazil-limits-haitian-immigration.html (Acessado em 16 de setembro de 2013).
28. http://www.reuters.com/article/2012/08/24/brazil-immigration-idUSL2E8JNAK920120824 (Acessado em 16 de setembro de 2013).
29. http://www.theguardian.com/world/2013/aug/28/brazil-doctors-jeer-cubans (Acessado em 16 de setembro de 2013).
30. http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/jul/08/brazil-football-violence-symptom-collapsed-justice-system (Acessado em 16 de setembro de 2013).
31. http://www.bbc.co.uk/blogs/worldtonight/2010/03/brazil_hard_cop_or_soft_cop.html (Acessado em 16 de setembro de 2013).
32. http://www.reuters.com/article/2012/04/13/us-brazil-borders-idUSBRE83C0KB20120413 (Acessado em 16 de setembro de 2013).
33. http://www.ft.com/intl/cms/s/0/f07fcaf0-e0fd-11da-90ad-0000779e2340.html#axzz2eR2DQm00 (Acessado em 16 de setembro de 2013).
34. http://www.project-syndicate.org/commentary/a-more-robust-defense-policy-for-brazil-by-celso-amorim (Acessado em 16 de setembro de 2013).

2 Consenso Brasília: Ainda é um Modelo Válido?

1. http://mag.newsweek.com/2013/09/27/the-comeback-queen-brazil-president-dilma-rousseff-reverses-her-declining-popularity.html, 29 September 2013 (Acessado em 1º de outubro de 2013).
2. *Veja também:* Casanova, L., 2010. *Del "consenso de Washington" al "consenso brasileño": El nuevo poder empresarial brasileño* http://www.globallatinas;org/docs/economia-2010final.pdf América Economía, Santiago do Chile, abril de 2010.

3. Enquanto os Estados Unidos e a Europa lutam para se erguer da crise, mercados emergentes estão olhando mais de perto o modelo econômico da China controlado pelo estado, que tem conseguido crescimento econômico, redução da pobreza e ajudado a tornar o país a segunda maior economia no mundo.
4. Usando as taxas de câmbio em 2013. O mesmo estudo considera aqueles que vivem com R$291,00 *per capita* como "classe baixa", o que significa que eles estão em uma situação precária e que podem voltar para a pobreza.
5. http://hdstats.undp.org/images/explanation/BRA.pdf (Acessado em 30 de setembro de 2013).
6. O programa condicional de transferência de dinheiro se baseia num "contrato social" com os beneficiados. Em troca de transferência direta de renda, os indivíduos ou famílias pobres se comprometem a tomar determinadas atitudes, como enviar as crianças para escolas ou enviá-las a centros de saúde e atendimento.
7. Pinhoni, Marina, "Brasil is the 12th Country in Spending to Fight Poverty", Exame.com, 23 de setembro de 2013, http://exame.abril.com.br/english/brazil-now/brazil-is-the-12th-country-in-spending-to-fight-opoverty.shtml (Acessado em 5 de outubro de 2013).
8. Deveria ser observado que muitos trabalhadores brasileiros ainda recebem mensalmente salários que estão muito abaixo do salário mínimo.
9. http://data.worldbank.org/indicator/TG.VAL.TOTL.GD.ZS (Acessado em 30 de setembro de 2013).
10. http://www.brazilchamber.no/?p=1035 (Acessado em 30 de setembro de 2013).
11. Tais tipos de políticas parecem ter conseguido apoio da maioria dos brasileiros, que continuam a votar a favor do Partido dos Trabalhadores.
12. http://www.economist.com/debate/days/view/802 (Acessado em 30 de setembro de 2013).
13. http://www.mckinsey.com/insights/public_sector/state_capitalism_and_the_crisis (Acessado em 30 de setembro de 2013).

14. http://www.economist.com/node/21542924 (Acessado em 30 de setembro de 2013).
15. http://blogs.reuters.com/iam-bremmer/2012/07/03/are--state-led-economies-better/ (Acessado em 30 de setembro de 2013).
16. O Banco de Desenvolvimento da China, com cerca de US$ 1 trilhão em ativos, continua a ser o maior do seu tipo.
17. http://www.economist.com/node/16748990 (Acessado em 30 de setembro de 2013).
18. http://www.jbs.com.br/ri/ (Acessado em 30 de setembro de 2013).
19. http://fibria.infoinvest.com.br/static/enu/estrutura-acionaria.asp?idioma=enu (Acessado em 30 de setembro de 2013).
20. http://ri.embraer.com.br/show.aspx?idCanal=ltPIKaoP-DWiQ1uj7aoUw6Q (Acessado em 30 de setembro de 2013).
21. http://www.vale.com/EN/investors/comopany/shareholding-structure/Pages/default.aspx (Acessado em 28 de abril de 2013). A participação do BNDES na Vale é de fato maior, se estivermos levando em conta sua participação direta na Valepar, entidade controladora da Vale.
22. http://www.economonitor.com/blog/2-1-/1-/brazil-creative-accounting-and-fiscal-risk/ (Acessado em 30 de setembro de 2013).
23. http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-global.bndes-decide-abandonar-a-poçoootoca-de-criacao-decampeas-nacionais,151356,0.htm (Acessado em 28 de abril de 2013).
24. http://www.slideshare.net/carmencampollo/how-latin-america-pension-unds-invest-their-assets-april-2013 (Acessado em 30 de setembro de 2013).
25. http://ri.embraer.com.br/show.aspx?idCanal=ltPIKaoP-DWQ7aoUw6Q= (Acessado em 30 de setembro de 2013).
26. http://www.brasilfoods.ocom/ri/siteri/web/conteudo_en_asp?idioma=1&conta=44&tipo=32223 (Acessado em 30 de setembro de 2013).

27. http://ri.invepar.com.br/invepar/web/conteudo_en_asp?idioma=1&conta=44&tipo=45015 (Acessado em 30 de setembro de 2013).

28. *Veja também:* Casanova, L., 2010. *Del "consenso de Washington" al "consenso brasileño": El nuevo poder empresarial brasileño* http://www.globallatinas.org/docs/aeconomia-2010final.pdf América Economía, Santiago do Chile, abril de 2010.

29 ibd.morningstar.com/ERR/500/VALE.pdf (Acessado em 30 de setembro de 2013).

30 http://br.advfn.com/noticias/ADVNEWS/2013/artigo/58479291 (Acessado em 30 de setembro de 2013).

31 US-Brazil Business Council, *A Greater Brazil? Industrial Policy, Competitiveness, and Growth* (relatório); http://www.brazilcouncil.org/sites/default/files/17875_BrazilReport_Final.pdf (Acessado em 10 de outubro de 2013).

32 http://en.mercopress.com/2013/06/24/three-out-four-brasilians-fed-up-with-poor-public-services-support-street-protests (Acessado em 30 de setembro de 2013).

33 Isso dispersou a liderança, dificultando inicialmente o estabelecimento de negociações entre o governo e as pessoas que protestavam.

3 A Força Econômica do Brasil

1. A terceira maior agência classificadora e a única não americana, Fitch, a agência de classificação no Reino Unido, aumentou a posição soberana do Brasil para uma posição de investimento, em abril de 2011.

2. Em 2011, o Brasil foi a sexta maior economia do mundo (maior que o Reino Unido). A variação no Produto Interno Bruto se deve em parte às mudanças no valor da moeda corrente do Brasil em relação ao dólar dos Estados Unidos.

3. Nye, JS, "Has Economic Power Replaced Military Might?" Project Syndicate, 6 de junho de 2011. http://www.project-syndicate.org/commentary/has-economic-power-replaced-military-might (Acessado em 26 de agosto de 2013).

4. De acordo com um relatório especial de *The Economist* sobre o futuro do Brasil: "O Brasil explodiu?" (38 de setembro de 2013), os impostos no Brasil contabilizam 36% do Produto Interno Bruto, representando (com a Argentina) os mais altos no mercado emergente do mundo. Os gastos públicos, conforme a mesma fonte, estão em 38,5% do Produto Interno Bruto. http://www.economist.com/news/leaders/21586833-stagnant-economy-bloated-state-and-mass-protests-mean-dilma-rousseff-must-change-course-has (Acessado em 28 de setembro de 2013).
5. Leahy, Joe, "Brazilian President Dilma Rousseff Defends Record on Economy", *Financial Times*, 16 de junho de 2013, http://www.ft.com/intl/cms/s/0/aff5a652-d6a-1-11e2-8214-00144feab6de.html?siteedition=intl#axzz2WUAZ.8wwD (Acessado em 26 de agosto de 2013).
6. http://www.er-co.com (Acessado em 23 de agosto de 2013).
7. Green City Times, "Curitiba", http://www.greencitytimes.com/sustainable-c/curitiba.html (Acessado em agosto de 2013).
8. Logo após sua abertura de capital, a Petrobras perdeu sua posição como a quarta maior empresa no mundo em capitalização de mercado. A Petrobras mudou de US$60 bilhões em 2007 e seu pico, em 2010, de US$314 bilhões, para seu valor atual de US$103 bilhões em setembro de 2013. De acordo com analistas financeiros, a volatilidade se deve ao contexto econômico do Brasil, alterações na moeda corrente e recentes dúvidas quanto à capacidade da Petrobras extrair petróleo dos campos do "pré-sal".
9. Relatório do Citibank, "The Brazilian Energy Sector", setembro de 2012.
10. No ano de 2013, as sete maiores empresas nacionais de petróleo são: Gazprom (Rússia), National Iranian Oil Company (Irã), China National Petroleum Corporation (China), Petrobras (Brasil), PDVSA (Venezuela), Petronas (Malásia) e Saudi Aramco (Arábia Saudita).
11. WPP, 2012, Brandz, As 50 Marcas Mais Valiosas da América Latina. http://www.millwardbrown.com/brandz/2011/LATAM/Documents/2012_BrandZ_LATAM_Top50_Report.pdf (Acessado em 30 de agosto de 2013).

12. The World Factbook. https://www.cia.gov/library/publication/the-world-factbook/ (Acessado em 15 de agosto de 2013).
13. O terremoto e a subsequente tsunami no Japão em 11 de março de 2011, que causou o terrível acidente na estação nuclear de Fukushima Dallichi, chamou a atenção de volta para os benefícios das fontes de energia alternativas, como a energia solar, vento e biocombustíveis.
14. A produção de cana-de-açúcar do Brasil em 2011 foi de 734.000 toneladas, mais que o dobro do segundo maior produtor, Índia, com 342.000 toneladas.
15. Os membros do Mercosur (Mercosul em Português, Mercado Comum Sulista) incluem Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, com mais sete países associados e dois observadores.
16. Conforme algumas estimativas, a produção de açúcar do Brasil, baseada no etanol, começa a ser rentável quando o preço do barril de petróleo vai além de US$30.
17. USGS Mineral Commodity Summaries. http://www.usgs.gov/ (Acessado em 25 de agosto de 2013).
18. Vale, "Vale Obtém Licença para Operar em Salobo", 14 de novembro de 2012, http://www.vale.com/aboutvale/news/pages/vale-obtains-operation-kicense-for-salogo.aspx (Acessado em 25 de agosto de2013).
19. Butler, Thett A., "Calculating Deforestation Figures for the Amazon", Mongaby.com, 2010, http://rainforests.mongaby.com/amazon/deforestation_calculations.html (Acessado em 5 de outubro de 2013).
20. "Brazil will Forge its Own Path for Developing the Amazon". Notícias sobre conservação e notícias sobre ciência ambiental, 26 de janeiro de 2009.
21. *The Economist*, "Brazil's Agricultural Miracle: How to Feed the World?" (O Milagre Agrícola do Brasil: Como Alimentar o Mundo?), 26 de agosto de 2010, http://economist.com/node/16889019 (Acessado em 12 de outubro de 2013).
22. Pellissier, Hank, "Brazil: Future Farm of the Planet?" (Brasil: A Futura Fazenda do Planeta?) Institute for Ethics &

Emerging Technologies, 22 de setembro de 2010, http://iex_php;IEET/more/pellissier2010922 (Acessado em 12 de outubro de 2013).

23. Ortiz, F., "Billions of Brazilian Health Dollars Going Up in Smoke", InterPress Service, 7 de junho de 2012, http://www.ipsnews.net/2012/06/billions-of-brasilian-health-dollar-going-up-in-smoke/ (Acessado em 1º de agosto de 2013).

24. WHO, "Brazil and Tobacco Use: A Tough Not to Crack", *Boletim da Organização Mundial de Saúde (WHO)*, 87(11), novembro de 2009, http://www.who.int/bulletin/volumes/87/11/09-031109, Tobacco Control Laws, "Country Details for Brasil", janeiro de 2013, http://www.tobaccocontrollaws.org/legislation/country/brazil/summary (Acessado em 1º de agosto de 2013); UnfairTobacco.org. "Country Profile: Brazil". Dezembro de 2012, http://www.unfairtobacco.org/en/atlas/brasilien/ (Acessado em 20 de julho de 2012).

25. Amorim, Celso, "Hardening Brazil's Soft Power", Project Syndicate, 16 de julho de 2013, http://www.project-syndicate.org/commentary/a-more-robust-defense-policy-for--brazil-by-celso-amorim (Acessado em 2 de agosto de 2013).

26. Mari, A, "IT Sector Creates Majority of Jobs in Brazil", ZDNet.com, 13 de julho de 2013, http://www.zdnet.com/it-sector-creates-majority-of-jobs-in-brazil-7000017662/ (Acessado em 2 de agosto de 2013).

27. Geromel, R., "Brazil's Top 10 Most Innovative Companies", Forbes, 21 de fevereiro de 2012, http://www.forbes.com/sites/ricardogeromel/2012/02/21/brazil-top-10-most-innovative-companies/2/

28. A ajuda de Barbara Marchiori de Assis, assistente de pesquisa e aluna da CIPA na Universidade Cornell, nesta seção, é reconhecidamente agradecida.

29. World Population Review, População do Brasil 2013, http://worldpopulationreview.com/population-of-brazil/

30. Dados de 2009, The World Factbook (Estados Unidos) Agencia Central de Inteligência.

31. Trading Economics, http://www.tradingeconomics.com/brazil/unemployment-rate (Acessado em 27 de fevereiro de 2014).

32. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

33. Development Economics, Brazil at a Glance, 17 de março de 2013.

34. Em junho de 2013, a Standard & Poor's deu uma perspectiva negativa ao débito brasileiro e anunciou que ele poderia ter sua posição de crédito cortada e perder sua taxa de investimentos no início de 2014. Durante o verão de 2013, investidores se afastaram dos mercados emergentes e voltaram para os Estados Unidos, acompanhando as declarações do Federal Reserve, dizendo que a facilidade quantitativa estava chegando ao fim e que, como consequência, os lucros iam se tornar mais atraentes nos Estados Unidos.

4 Empresas Brasileiras se Tornando Globais

1. http://unctad.org/en/docs/webitelia201416_en.pdf (Acessado em 10 de abril de 2013).

2. Essas são Petrobras, Banco do Brasil, Banco Bradesco, Vale, JBS, Itaúsa-Investimentos Itaú, Ultrapar Holdings, Brazilian Distribution (CRD) (Brasil), Pemex, América Móvil, CFE (México), PDVSA (Venezuela) e Ecopetrol (Colômbia).

3. *Fonte:* www.latinbusinesschronicle.com (Acessado em 12 de junho de 2013).

4. Reconhecidamente, agradecemos a ajuda nesta seção, de Barbara Marchiori de Assis, assistente de pesquisas e aluna da CIPA, na Universidade Cornell.

5. A Transnationality Ranking of Brazilian Companies avalia o nível de internacionalização de empresas brasileiras com base em três indicadores: porcentagens de receitas de subsidiárias estrangeiras com relação aos rendimentos totais, porcentagem de ativos estrangeiros com relação aos ativos totais e a porcentagem de empregados estrangeiros em relação ao número total de empregados. Para estabelecer sua classificação, a FDA se focaliza nas corporações com

"presença física no exterior", usando o seguinte critério: escritórios comerciais, centros de distribuição, unidades de produção e montagem, pesquisa e desenvolvimento com pessoal constante no exterior e agências bancárias.

6. http://www.vcc.columbia.edu/files/vale/documents/EMGP-Brazil-Report-2010-Final.pdf (Acessado em 10 de abril de 2013).
7. SOBEET e Columbia Vale Center (2012), *Outward Foreign Direct Investment from Brazil and its Policy Context,* 2012, http://www.vcc.columbia.edu/files/vale/documents/Profile_Brazil_OForeign Direct Investment_10_May_2012_-_FINAL;pdf (Acessado em 25 de abril de 2013).
8. SOBEET e Columbia Vale Center (2012), *Outward Foreign Direct Investment from Brazil and its Policy Context*, 2012, http://www.vcc.columbia.edu/files/vale/documents/Profile_Brazil_OForeign Direct Investment_10_May_2012_-_FINAL.pdf (Acessado em 25 de abril de 2013).
9. http://assets.vale.com/docs/Documents/en/Investors/Company/Fact-sheet/factsheeti.pdf (Acessado em 28 de abril de 2013).
10. Petrobras perdeu muito de valor de mercado desde então, como discutido no Capítulo 3.
11. https://icsid.worldbank.org/ICSID/FrontServlet?requestType=ICSID PublicationRH&actionVal=ViewBilateral&reqFrom=Main# (Acessado em 28 de abril de 2013).

5 Reforçando a Competitividade do Brasil

1. Wilson, Mike, "Embrapa: O motor por trás do milagre do Brasil", Farm Futures, 3 de maio de 2011, http://farmfutures.com/blogs-embrapa-the-engine-behind-brazils-miracle-2264 (Acessado em 15 de setembro de 2013).
2. Ukon, M. et al, "Brasil: Enfrentando o Desafio da Produtividade", Boston Consulting Group, 20 de janeiro de 2013, https://www.bcgpersoectives.com/content/articles/growth_value_creation_strategy_brazil_confronting_the_productivity_challenge/

3. *The Economist*, "Teria o Brasil explodido?" 28 de setembro de 2013, http://www.economist.com/news/leaders/21586833-stagnant-economy-bloated-state-and-mass-protests-dilma-rousseff-must-change-course-has

4. *Custo Brasil* refere-se ao custo operacional maior de fazer negócios no Brasil, devido aos déficits com problemas de infraestrutura (estradas, aeroportos etc.) e sociais (falta de trabalhadores capacitados, corrupção etc.) em relação a outros países.

5. MercoPress (Uruguai), "A Manutenção das Rodovias do Brasil ao Setor Privado nos Dez Anos de Contratos", MercoPress (Acessado em 5 de setembro de 2013).

6. Rathbone, John Paul, "Coming of Age", *Financial Times*, relatório especial: The New Brazil, 29 de junho de 2010, http://www.ft.com/intl/cms/s/0/73e73bbs-7d12-11df-8845-00144feadc0.html (Acessado em 20 de agosto de 2013).

7. Pearson, Samantha, "Rousseff Reform Aims to Consign Clogged Ports to History", FT Special Report: Brazil Infrastructure, *Financial time*, 10 de setembro de 2013 (Acessado em 15 de setembro de 2013).

8. Wright, Robert, "Leaders Seek to End Nation's Love Affair with the Automobile", FT Special Report: Brazil Infrastructure, *Financial Times*, 10 de setembro de 2013 (Acessado em 15 de setembro de 2013).

9. Pearson, Samantha, "Airport Upgrades Suffer a Slow Takeoff", FT Special Report: Brazil Infrastructure, *Financial Times*, 10 de setembro de 2013 (Acessado em 15 de setembro de 2013).

10. Bombardier Inc., "BOMBARDIER INNOVIA Monorail – São Paulo, Brasil", http://www.bombardier.com/en/transportation/projects/project.innovia-sao-paulo-brazil.html

11. Goldsmith, Daniel, "Walt Disney World Monorail Crash Kills Conductor, No Passengers were Hurt", *New York Daily News*, 5 de julho de 2009, http://www.nydailynews.com/news/world/walt-disney-world-monorail-crash-kills-conductor-passengers-hurt-article-1.426373

12. Carrico, Thalita, "Waterways are a Decongestant for Transport", FT Special Report: Brazil Infrastructure, *Financial Times*, 10 de setembro de 2013 (Acessado em 15 de setembro de 2013).
13. PPP Brazil (website), disponível em http://www.pppbrasil.com.br/portal/ (Acessado em 30 de abril de 2013).
14. Estado de Pernambuco, Brasil, "Projeto de Irrigação Pontal", disponível em: http://www.pontal.org/projeto.html (Acessado em 30 de abril de 2013).
15. Governo do Estado de Minas Gerais, "Projetos de PPPs Concluídos". Disponível em: http://www.ppp.mg.gov.br/projetos-celebrados (Acessado em 15 de setembro de 2013).
16. Governo do Estado de São Paulo, "Parceria Público-Privada: um excelente negócio para você, uma ótima opção para São Paulo". Disponível em http://www.investe.sp.gov.br/usr/share/documents/Folder_PPPs_port.pdf (Acessado em 30 de abril de 2013).
17. *New York Times*, "Do Olympic Host Cities Ever Win?" 2 de outubro de 2009, http://roomfordebate.blogs.nytimes.com/2009/10/02/do-olympic-host-cities-ever-win/ (Acessado em 2 de setembro de 2013).
18. Ainsworth-Wells, Martine, "London 2012 Olympics: What is London's Tourism Legacy?" *The Telegraph*, 15 de novembro de 2012, http://www.telegraph.co.uk/travel/ultratravel/9680322/London-2012-Olympics-what-is-Londons-tourism-legacy.html (Acessado em 2 de setembro de 2013).
19. Ainsworth-Wells, Martine, "2016 Olympic Games: Rio de Janeiro's Reputation is at Risk", *The Telegraph*, 28 de janeiro de 2013, http://www.telegraph.co.uk/travel/ultratravel/9831577/2016-Olympic-Games-Rio-de-Janeiro-reputation-is-at-risk.html (Acessado em 10 de setembro de 2013).

6 Inovação Social Sustentável

1. O Partido dos Trabalhadores tem estado no poder desde que o ex-presidente Luiz Inácio da Silva (Lula) assumiu em 2002, e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi o pioneiro de muitas dessas políticas.

2. Peearson, Samantha, "Dilma Wants Oil Royalties in Education", *Financial Times (Reino Unido)*, 20 de novembro de 2012, http://blogs.ft.coom/beyond-brics/2012/11/20/dilma-wants-oil-royalties-in-education/

3. Casanova e Dumas (2010), "Corporate social responsibility and Latin American multinationals: Is poverty a business issue".

4. Barbara Marchiori de Assim, "Public-Private Partnerships in Brazil" e "Social Public-Private Partnerships in Brazil", documentos de trabalho não publicados, Universidade Cornell, 2013. A contribuição de Bárbara neste capítulo é muito apreciada.

5. Kingsley, Patrick, "Participatory Democracy in Porto Alegre", *The Guardian (Reino Unido)*, 10 de setembro de 2012, http://www.theguardian.com/world/2012/sep/10/participatory-democracy-in-porto-alegre

6. Pateman, Carole, "Participatory Democracy Revisited (APSA Presidential Address)", *Perspectives on Politics*, 10(1), março de 2012, http://www.cf.ac.uk/europ/resources/presidential%20address.pdf (Acessado em 29 de agosto de 2013).

7. Centro de Inovação Digital, www.oil.org.br (Acessado em 27 de agosto de 2013).

8. Development Economics, *Brasil de Relance*, 2012.

9. Trading Economics, *Taxa de Desemprego no Brasil*, http://www.tradingeconomics.com/brazil/unemployment-rate, 2013 (Acessado em 28 de agosto de 2013).

10. ECLAC, *Panorama Social da América Latina*, 2012.

11. Rapoza, Kenneth, "In Brazil: The Poor Get Richer Faster", *Forbes Magazine*, 25 de setembro de 2012, http://www.forbes.com/sites/kenrapoza/2012/09/25/in-brazil=the-poor-get-richer-faster/ (Acessado em 21 de agosto de 2013).

12. United National IFAD (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agricultural), "Rural Poverty in Brazil", http://www.ruralpoverty.org/country/home/tags/brazil (Acessado em 28 de agosto de 2013).

13. www.fomezero.gov.br (Acessado em 21 de agosto de 2013).

14. Bárbara Marchiori de Assis, “Conditional Cash Transfer Programs: ‘Bolsa Família’ e ‘Oportunidades’”, documento de trabalho não publicado, Universidade Cornell; Brasil. Dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. “Relatório de Informações Sociais”. http://www.mds.gov.br/bolsafamilia (Acessado em 16 de abril de 2013).
15. Instituto Lula, “Cada Real investido no Bolsa Família volta como R$1,44 para a Economia, diz o Ministro”, http://www.institutolula,org/eng/?p=501#.Uk7FdYaTiSoo (Acessado em 4 de outubro de 2013).
16. Baena (2011).
17. Pearson, Samantha, “Bens Imobiliários Passam a Ser Alvo de Investidores”, *Financial Times (Reino Unido)*, 17 de maio de 2012) Acessado em 21 de agosto de 2013).
18. “PISA é um estudo internacional lançado pela OECD em 1997. Seu objetivo é avaliar sistemas educacionais em todo o mundo a cada três anos, avaliando a capacidade de alunos de 15 anos de idade nas principais matérias: leitura, matemática e ciências. Até hoje, mais de 70 países e economias têm participado do PISA”. http://www.ooecd.org/pisa/ (Acessado em 23 de agosto de 2013).
19. A Transformação da Qualidade da Educação Básica Pública no Brasil (Converting the Quality of Basic Education Public in Brazil).
20. Kuehne, Tina, “No Brasil, os Professores Lutam por um Salário Justo”, *United Press International*, 5 de abril de 2012, http://www.upi.com/Top_News/World-News/2012/04/05/In-Brazil-teachers-struggle-for-fair--pay/UPIU-7201331691154/ (Acessado em 23 de agosto de 2013).
21. Economist Intelligente Unit, Scoring Brazil: Innovation and Competitiveness in an International Context, 2012.
22. Reis, Guilherme, “O que o Brasil Precisa Fazer para Atingir Excelência nas Escolas?” *Brazilian Post*, 23 de julho de 2012. http://brazilianpost.co.uk/23/07/2012/public-educastion-in-debate/ (Acessado em 25 de agosto de 2013).

23. Real News Network, "In Response to Protests, Brazil's Congress Votes to Invest 100% of Oil Revenue into Education and Healthcare (transcrito)," http://therealnews.com/12/index.php?Itemid=74&id=31&jumival=10386&option=com_content&task=view (Acessado em 25 de agosto de 2013).

24. Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), Brasil, 2010.

25. Classificação Acadêmica de Universidades Mundiais, 2001,http://www.shanghairanking.com/World-University-Rankings-2013/Brazil.html (Acessado em 24 de agosto de 2013).

26. Lemos, Ronaldo, "Universities in Brazil are too Closed to the World, and that's Bad for Innovation", blog Liberdade para Pensar (Universidade Princeton), 15 de junho de 2011, https://freedom-to-tinker,com/blog/rlemos/universities-brazil-are-too-closed-world-and-thats-bad-innovation/ (Acessado em 20 de agosto de 2013).

27. Funeka Yazini April, "AS should tale Educational Leaf from Brazil", Polity.org.za, 28 de agosto de 2013, http://www.polity.org.za/article/as-should-take-educational-leaf-from-brazil-2013-08-28 (Acessado em 20 de agosto de 2013).

28. Adaptado da INEP, "Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2011", http://www.inep.gov.br/ (Acessado em 28 de agosto de 2013) e Bárbara Marchiori de Assis; National Center for Educational Statistics, http://necs.ed.gov/fastfacts/display.asp?id=98 (Acessado em 26 de agosto de 2013).

29. Bárbara Marchiori de Assis, "University for All" Program (ProUni – Programa Universidade para Todos), documento de trabalho não publicado, Universidade Cornell.

30. Disponível em: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa (Acessado em 22 de setembro de 2013). Os campos de interesse são, principalmente: Engenharia, Ciências Físicas, Ciências Clínicas e de Saúde, Computação e Tecnologia de Informação, Tecnologia Aeroespacial, Farmacêutica, Produção Sustentável de Agricultura, Petróleo, Gás e Carvão, Energia Renovável, Tecnologia de Minerais, Biotecnologia e Novos Materiais, Tecnologias para Prevenir e Atenuar Desastres Naturais, Bioprospecção

e Biodiversidade. Ciências Marinhas, Indústria Criativa, Novas Tecnologias de Engenharia de Construção, Tecnologistas Práticos. Disponível em: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/areas-contempladas (Acessado em 22 de setembro de 2013).

31. Deveria ser observado que "Ciência sem Fronteiras" também aceita estudantes de outras áreas, como Ciências Sociais, devido à resolução das cortes distritais, baseadas na igualdade. Por exemplo, a corte distrital do estado do Ceará determinou, em 18 de dezembro de 2012, a inclusão de 20 áreas, a maioria delas de humanas, no processo de seleção do "Ciência sem Fronteiras". Mas, a corte federal desautorizou essa decisão em janeiro de 2013, declarando que a expansão das bolsas para outras áreas não apenas prejudicaria o financiamento do programa, mas também distorceria seus objetivos. Disponível em http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/trf-tira-novamente-humanas-do-ciencias-sem-fronteiras (Acessado em 23 de setembro de 2013).

32. Entre as empresas privadas que participam do programa "Ciência sem Fronteiras", estão: (1) BG Group; (2) Boeing; (3) Eletrobrás; (4) Funttel; (5) Hyundai; (6) Natura; (7) Petrobras; (8) Posco; (9) Vale. Disponível em: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/empresas (Acessado em 22 de setembro de 2013).

33. *The Economist*, "Brazil: Not as Violent as You Thought", 21 de agosto de 2008, http://www.economist.com/node/11975437 (Acessado em 22 de agosto de 2013).

34. Lyons, John, "As Crime Rattles Brazil, Killings by Police Turn Routine", *The Economist*, 12 de julho de 2013, http://online.wsj.com/article/SB1000142412788732383650457855364343519434.html (Acessado em 24 de agosto de 2013).

35. Boadle, Anthony, "After Post-Protest Flurry, Brazil's Politicians Resist Reform", *Reuters*, http://www.reuters.coom/article/2013/07/22/us-brazil-politics-corruption-idUSBRE96L0M520130722 (Acessado em 29 de agosto de 2013).

36. Transparency International "2012 Corruption Protection Index", http://www.transparency.org/cpi2012/results (Acessado em 29 de agosto de 2013).

37. Cawley, Marguerite, "Rio Police Most Corrupt in Brazil: Govt Survey", *Inside Crime*, 9 de abril de 2013, http://www.insightcrime.org/news-briefs/rio-police-most-corrupt-in-brazil-govt-survey (Acessado em 29 de agosto de 2013).
38. Power, Timothy e Matthew Taylor, "Political Accountability in Brazil", *Focal* (Canadá), 31 de abril de 2011, http://www.focal.ca/en/publications/focalpoint/431-april-2011-power-and-taylor (Acessado em 3 de outubro de 2013).

7 Em Busca de uma Função no Cenário Global

1. Argentina, Malásia, África do Sul e Turquia são outros exemplos de potências médias emergentes, de acordo com Jordaan. Os estados excluídos da categoria de potência média são as potências não ocidentais nucleares (por exemplo, China, Índia e Paquistão) e, supostamente, "apoiadores do terrorismo" (o Irã, por exemplo).
2. O alto nível dos grupos diplomáticos, descritos na Figura 7.1, podem ter um alto grau de institucionalização porém, diferente de instituições multilaterais ou entidades regionais, elas não dirigem suas atividades a partir de um tratado internacional entre os seus estados participantes.
3. O Brasil continua a fazer lobby para um fim dos subsídios em agricultura na Europa, Estados Unidos e Japão, e para abrir o setor de livre comércio. A agricultura é um setor chave para países em desenvolvimento, que querem ser capazes de exportar seus produtos para a Europa, os Estados Unidos e o Japão.
4. O grupo G20 de países em desenvolvimento inclui atualmente 20 países membros (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Equador, Egito, Guatemala, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Peru, Filipinas, África do Sul, Tanzânia, Tailândia, Uruguai, Venezuela e Zimbabue). O grupo só existe no contexto do WTO e é separado do fórum de governo, nomeado de maneira semelhante, o Grupo dos 20 (G20), que foi lançado para ativar a economia global e a crise financeira de 2007-2009.
5. http://www.postwesternworld.com/2013/07/04/iis-ibsa-dead/ (Acessado em 16 de setembro de 2013).

6. Powell, Anita, "BRICS Leaders Optimistic About New Development Bank", Voice of América, 27 de março de 2013, http://voanews.com/content/brics-summit/leaders/optimistic-about-new-development-bank/1629583.html (Acessado em 11 de outubro de 2013).
7. http://news.bbc.co.uk/2/hi/7967546.stm (Acessado em 16 de setembro de 2013).
8. A Venezuela se uniu ao Mercosul em 2012, enquanto o Paraguai foi suspenso no mesmo ano.
9. A quantidade de estados da ALBA são Antigua e Barbuda, Bolívia, Cuba, Dominica, Equador, Nicarágua, São Vicente e Granadinas, e Venezuela.
10. http://en.mercopress.com/2013/06/22/pacific-alliance-in-a-marketing-success-and-no-concern-for-mercosur-says-brazil (Acessado em 16 de setembro de 2013).
11. O governo de Cuba foi excluído da participação na OAS em 1962. A Assembleia Geral da OAS revogou a suspensão de Cuba em 2009, mas o país não voltou a se unir à organização.
12. http://www2.anba.com.br/noticia_diplomacia.kmf7cod=9661945&indice=320 (Acessado em 16 de setembro de 2013).
13. http://www1.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2013/05/1278742-os-porques-de-azevedo.shtml (Acessado em 16 de setembro de 2013).
14. http://www.ft.com/intl/cms/s/0/c7a8b5b2-b7ef-bd62-00144feabdc9.htm (Acessado em 16 de setembro de 2013).
15. http://www.ft.com/intl/cms/0/aca4d56a=9da8-11e-0-b30c-00144feabdc0.html#axzz2d2iVMBDu (Acessado em 16 de setembro de 2013).
16. Brun, E., (2013) "Le Brèsil n'est pas souverainiste!" Le Monde, 18 de fevereiro de 2013, recuperado de http://www.lemonde.fr/idees/article/2013/02/18/le-bresil-n-est-pas-souverainiste_1834526_3232.html (Acessado em 16 de setembro de 2013).

17. http://www.opendemocracy.net/openglobalrights/camila--asano/can-brazil-promote-change-without-changing-itself (Acessado em 16 de setembro de 2013).
18. http://www.postwesternworld.com/2013/08/01/brazil-s-enigmatic-retreat-the-case-of-the-responsibility-while--protecting-rwp/ (Acessado em 16 de setembro de 2013).

8 À Procura de Respostas

1. O cordial agradecimento ao Banco Inter-Americano de Desenvolvimento pelo apoio na condução da pesquisa.
2. Os questionários foram enviados por e-mail aos acionistas por Barbara Marchiori de Assis, assistente de pesquisa, Universidade Cornell, em nome de Lourdes Casanova, para quem foram enviadas cópias dos e-mails. Para aqueles que não tiveram respostas, um lembrete foi enviado depois de duas semanas. A ajuda e os comentários de Barbara neste capítulo são reconhecidos com gratidão. Todas as entrevistas orais foram realizadas por Lourdes Casanova.
3. Os entrevistados tinham liberdade de responder o questionário em inglês ou português, e muitos escolheram o português. As citações correspondentes são baseadas em tradução livre.

Conclusão: Construindo o Brasil do Sonho

1. *Economy magazine,* http://www.euromoney.com/Article/3229910/Brazil-The-positives-of-protests.html (Acessado em 16 de outubro de 2013).

Bibliografia

Adams, James Truslow (2001). (publicado inicialmente em janeiro de 1932). *The Epic of America.* New York City: Simon Publication.

Agtmael, A.V. (2007) *The Emerging Markets Century: How a New Breed of World-Class Companies is Overtaking the World,* New York, NY: Free Press.

Ambos, T.C., & Ambos, B. (2009). The impact of distance on knowledge transfer effectiveness in multinational corporations. *Journal of International Management,* 15(1), 1-14.

Amighini, A., & Rabellotti, R. (2010). Outward FDI from developing country MNes as a channel for technological catch-up. *Seoul Journal of Economics,* 23(2), 239-261.

Ang, S.H. & Michailova, S. (2008). Institutional explanations of cross-border alliance modes: The case of emerging economies firms. *Management International Review.* 48(5), 551-576.

Araujo Jr., J.T. (2013). *The BNDES as an instrument of Long Run Economic Policy in Brazil* [O BNDES como Instrumento de Política Econômica a Longo Prazo no Brasil.]. Recuperado a partir de http://www.ecostrat.net/files/bndes-as-an-instrument-of-long-run-economic-policy.pdf.

Armijo, L. (2003). The public bank trilemma: Brazil's new developmentalism and BNDES. Rascunho de 24 de julho de 2013. Preparado para ser incluído em P. Kingstone & T. Power (editores). *Democratic Ascendant* (proximamente).

Armijo, L.E., & Borges, S.W. (2010). Brazil, the entrepreneurial and democratic BRIC'. *Polity,* 42(10, 14-37.

Aulakh, P.S. (2007). Special issue on emerging multinationals from developing economies: Motivations, paths, and performance. *Journal of International Management,* 13, 235-402.

Baena, V. (2011). Favelas in the spotlight: Transforming the Slums of Rio de Janeiro. *Harvard International Review.* 33(1), 34-37.

Baer, W. (2008). *The Brazilian Economy: Growth and Development,* 6ª edição. Boulder, CO: Lynne Rienner.

Baeza, C. (2011). O reconhecimento do estado palestino: Origem e perspectivas, *Boletim Meridiano,* 47, 12 (126), 34-42.

Barbosa Filho, N.H. (2008). Inflation targeting in Brazil: 1999-2006. *International Review of Applied Economics,* 22(2), 187-200.

Barney, J. (1991). Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of Management,* 17, 99-120.

Barral, W., & Haas, A. (2007). Public-Private Partnerships (PPP) in Brazil. *The International Lawyer,* 41(3), 957-974.

Bartlett, C.H., & Ghoshal, S. (2000). Going global: Lesson from late movers. *Harvard Business Review,* 78, 75-82.

Berg, J. (2009). *Brazil, the Minimum Wage as a Response to the Crisis.* International Labour Office. Recuperado a partir de http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-americas/-oto-lima/documents/article/wcms_1im3_11_en_pdf.

Blank, F.F., Baidya, T.K.N., & Dias, M.A.G. (2009). *Real Options in Public Private Partnership – Case of a Toll Road Concession.* Recuperado a partir de http://www.realoptions.org/paper2009/37.pdf.

Bodman, S.W., Wolfensohn, J. D. (Chairs), & Sweig, J. (Projeto Diretor) (2001). *Global Brazil and U.S.-Brazil Relations.* Conselho de Relações Exteriores. Relatório nº 66 de Força-Tarefa Independente.

Borenstein, S. (1991). The dominant-firm advantage in multiproduct industries: Evidence from the U.S. airlines. *The Quarterly Journal of Economics,* 106 (4), 1237-1266.

Boston Consulting Club – BCG (2011). *Companies on the More: Rising Stars from Rapidly Developing Economies are Reshaping*

Global Industries. Recuperado a partir de http://www.bcg.com/documents/file70055.pdf.

Bourne, R. (2008). *Lula of Brazil: The story so Far.* Berkeley e Los Angeles, CA: Imprensa da Universidade da Califórnia.

Brainard, L., & Martínez Días, I. (editores) (2009). *Brazil as an Economic Superpower: Understanding Brazil's Changing Role in the Global Economy.* Washington, DC: Imprensa da Universidade Brookings.

Banco Brasileiro de Desenvolvimento - BNDES (2013). *Institutional Presentation BNDES* (em Inglês) [Slides PowerPoint]. Recuperado a partir de http://www.slideshare.net/bndes/institutional-presentation-bndes-english-24592414.

Brun, E. (2011). Brazil into the mediterranean strategic outbreak on socio-historical background. *Conjuntura Austral,* 1(5), 26-44.

Campello, D. (2013). *What is the Left of the Brazilian Left?* Recuperado a partir de http://papers.ssrn.com/so13/papers-cfm?abstract_id=2243118. Em revisão.

Campos Mello, P. (2012). O Consenso Brasília. *The Brazilian Economy,* Fundação Getúlio Vargas, *4* (1).

Casanova, L. (2004). *Multinational Strategies in Latin America: comparing East Asian, European and North American Multinationals.* INSEAD - Série de documentos de trabalho universitário e de pesquisa. Recuperado a partir de http://www.insead.edu/facultyresearch/research/doc.cfm?did=47937.

Casanova, L. (2009a). *From Multinationals to Global Latinas: The New Latin American Multinationals* (Compilação de documentos de estudo.) Washington, DC: *Inter-American Development Bank.*

Casanova, L., (2009b). *Global Latinas: Latin America's Emerging Multinationals.* New York, NY: Palgrave Macmillan.

Casanova, L., (2011). El ascenso de las multilatinas en la economia mundial. *Informacion Comercial Espanola Monthly Edition,* 859, 21-43.

Casanova, L., Castellani, F., Dayton-Johnson, J., Dutta, S., Fonstad, N. & Paunov, C. (2011). *InnovaLatino: Fostering Innovation in Latin America.* Madri: INSEADOECD/ Fundación Telefonica.

Casanova, L., & Dumas, A. (2010). Corporate and responsibility and Latin American multinationais: Is poverty a business issue? *Universia Business Review*. Recuperado a partir de http://ubr.universia.net/pdfs_web/25010-07.pdf.

Casanova, L., & Kassum, J. (2013a). *From Soft to Hard Power: In Search of Brazil's Winning Blend*. INSEAD – Série de documentos de trabalho universitário e de pesquisa. Recuperado a partir de http://www.insead.edu/facultyresearch/research/doc.cfm?did=52407.

Casanova, L., & Kassum, J. (2013b). *Brazilian Emerging Multinationals: In Search of a Second Wind*. INSEAD – Série de documentos de trabalho universitário e de pesquisa. Recuperado a partir de http://www.insead.edu/facultyresearch/reseearc/doc.cfm?did=52564.

Casanova, L., & Kassum, J. (2013c). *Brazil: In Search of a Role on the Global Stage*. INSEAD – Série de documentos de trabalho universitário e de pesquisa. Recuperado a partir de http://www..insead.edu/facultyresearch/research;doc.cfm?did=53793.

Casanova, L., & Kassum, J. (2013d). *Brazil: In Search of a Social Innovation Model*. INSEAD – Documentos de trabalho universitário e de pesquisa.

Cason, J.W., & Power, T.J. (2009). Presidentialization, pluralization, and the rollback of Itamaraty: Explaining change in Brazilian foreign policy making in the Cardoso-Lula era. *International Political Science Review*, 30(2), 117-140.

Caves, R.E. (1971). International corporations: The industrial economics of foreign investment. *Economics*, *38* (140), 1-27.

Confederação Nacional da Indústria – CNI (2010). *A Indústria e o Brasil: Uma agenda para crescer mais e melhor*. Brasília: CNI.

Confederação Nacional da Indústria – CNI (2010). *Competitividade Brasil 2010: Comparação com Países Selecionados. Uma chamada para a ação*. Brasília: CNI.

Cuervo-Cazurra, A. (2012). Extending theory by analyzing developing country multinational companies: Solving the goldilocks debate. *Global Strategy Journal*, *2* (3), 153-167.

Cuervo-Cazurra, A., Maloney, M.M. & Manrakhan, S. (2007). Cause of the difficulties in internationalization. *Journal of International Business Studies*, *38* (5), 709-725.

Cuervo-Cazurra, A., & Ramos, M. (2005). Explaining the process of internationalization by building bridges among existing models. Em S. Floyd, J. Roos, C. Jacobs & F. Kellermanns (Editores). *Innovating Strategy Processes* (págs. 111-122). Malden, MA: Blackwell Publishing.

Cullen, James (2004). *The American Dream: A Short Story of an idea that Shaped a Nation.* Oxford: Imprensa da Universidade Oxford.

Cyrino, A.B., & Tanure, B. (2009). Trajectories of Brazilian multinationals: Coping with obstacles, challenges and opportunities in the internationalization process. Em J. Ramsey & A. Almeida (Editores). *The Rise of Brazilian Multinationals: Making the Leap from Regional Heavyweights to True Multinationals* (págs. 13-14). Rio de Janeiro, RJ: Elsevier-Campus.

Da Motta Veiga, P. (2004). *Brazil and the G-20 Group of Developing Countries.* World Trade Organization. Recuperado a partir de http://www.wto.org/english/res_e/booksp_e_casestudies_s/case7_e_htm#bibliography.

Davidson, J.D. (2012). *Brazil and the New America: How Brazil Offers Upward Mobility in a Collapsing World.* Nova Jersey: John Willey & Sons Inc.

De Onis, J. (2008). Brazil's big moment-a South American giant wakes up. *Foreign Affairs, 87*, 110-122.

Economic commission for Latin America and the Caribbean – ECLAC (2012). *Social Panorama of Latin America* [Documento em PDF]. Recuperado a partir de http://www.eclac.org/publicaciones/xml/4/48454/SocialPanorama2012Docl.pdf.

Economic Commission for Latin America and the Caribbean – ECLAC (2013). *Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean* [Documento em PDF]. Recuperado a partir de http://www.eclac.org/noiticias/paginas/1/33941/2013-371_PPT_FDI-2013.pdf.

Fleury, A., & Fleury, M.T. (2011). *Brazilian Multinationals: Competences for Internationalization.* New York, NY: Imprensa da Universidade de Cambridge.

Flores-Macias, G.A. (2012). *After Neoliberalism? The Left and the Economic Reforms in Latin America.* New York, NY: Imprensa da Universidade Oxford.

Fundação Getúlio Vargas – FGV (2010). *The New Middle Class: The Bright Side of the Poor* (A nova classe média: O lado brilhante do pobre.) Coordenação: Marcelo Neri. Recuperado a partir de http://www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010_eng/NMC_Research_FGV_CPS_Neri_FORMAT_ENG_FIM_apres_SITE.pdf.

Gordon, L. (2001). *Brazil's Second Chance: En Route Toward the First World.* Brookings Institute Press.

Gras, G.I., (2001). *The New New World: The Re-emerging Markets of South America.* New Jersey, NJ: Pearson Education.

Grosse, R. & Mesquita, L.F. (2007). *Can Latin America Firms Compete?* New York, NY: Imprensa da Universidade Oxford.

Guillén, M.F. & García-Canal, E. (2009). The American model of the multinational firms and the "new" multinationais from emerging economies. *The Academy of Management Perspectives, 23* (2), 23-35.

Guillén, M. & García-Canal, E. (2010). *The New Multinationals: Spanish Firms in a Global Context.* New York, NY: Imprensa da Universidade de Cambridge.

Guillén, M. & García-Canal, E. (2013). *Emerging Markets Rule: Growth Strategies of the New Global Giant.* New York, NY: McGraw-Hill.

Hakim, P. (2010). *Rising Brazil: The Choices of a New Global Power.* Inter-American Dialogue. Recuperado a partir de http://thedialogue.org/page.cfm?pageID-32&pubID=2273.

Hall, A. (2006). From Fome Zero to Bolsa Família: Social policies and poverty alleviation under Lula. *Journal of Latin American Studies, 38* (4), 689-709.

Hannan, M.T. & Carroll, G. (1992). *Dynamics of Organizational Populations: Density, Legitimation, and Competition.* New York, NY: Imprensa da Universidade Oxford.

Hart, S.L. (2010). *Capitalism at the Crossroads: Next Generation Business Strategies for a Post-Crisis World.* New Jersey, NJ: Pearson Education.

Hitt, M.A., Bierman, L., Uhlenbruck, K., & Shimizu, K. (2006). The importance of resources in the internationalization of professional service firms: The good, the bad, and the ugly. *Academy of Management Journal, 49* (6), 1137-1157.

Hitt, M., Hosskisson, R.E., Ireland, R.D. & Harrison, J. (1991). Effects of acquisitions on R&D inputs and outputs. *Academy of Management Journal, 34* (3), 693-706.

Hitt, M., Hosskissoin, R.E. & Kim, H. (1997). International diversification: Effects on innovation and firm performance in product-diversified firms. *Academy of Management Journal, 40* (4), 767-798.

Hurrell, A. (2010a). Brazil and the new global order. *Current History, 109* (724), 60-68.

Hurrell, A. (2010b). Brazil: What kind of rising rate in what kind of institutional order? Em A.S. Alexandroff, & A.F. Cooper (Editores), *Rising States, Rising Institutions: Challenges for Global Governance* (págs. 128-150). Baltimore, MD: The Brookings Institutions.

Hymer, S. (1976). *The International Operations of National Firms: A Study of Direct Foreign Investment.* Cambridge, MA: Imprensa de MIT.

Inter-American Development Bank – IDB [Banco Inter-Americano de Desenvolvimento – BID] (2010). *Ten Years After the Take-off: Taking Stock of China-Latin America and the Caribbean Economic Relations.* Recuperado a partir de http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum-35410652.

International Monetary Fund – IMF [Fundo Monetário Internacional – FMI] (2012). *Brazil: Consumer Credit Growth and Household Financial Stress.* Nota Técnica. Financial Sector Assessment Program. Recuperado de http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2013/cr13149.pdf.

International Monetary Fund – IMF (2013). *Brazil: Staff Report for the 2013Article IV Consultation.* Nota Técnica. IMF Country Report Nº 13/312.

Jaruzelski, B., & Dehoff, K. (2010). *The Global Innovation 1000: How the Top Innovators Keep Winning.* Recuperado a partir de http://www.booz.com/media/file/sb61_10408-R.pdf.

Johanson, J., & Vahlne, J.E. (1977). The internationalization process of the firm: A model of knowledge development and increasing foreign market commitments. *Journal of International Business Studies, 8*, 23-32.

Jordaan, E. (2003). The concept of a middle power in international relations: Distinguishing between emerging and traditional middle powers. *Politikon, 30* (1), 165-181.

Khanna, T., & Palepu, K. (1999). Policy shocks, market intermediates, and corporate strategy: The evolution of business groups in Chile and India. *Journal of Economics & Management Strategy, 8* (2), 271-310.

Khanna, T., & Palepu, K. (2010.). *Winning in Emerging Markets: A Round Map for Strategy and Execution.* Boston, MA: Harvard Business Review Press.

Kingstone, F., & Power, T.J. (Editores) (2008). *Democratic Brazil Revisited.* Pitt Latin American Series. Pittsburg: Imprensa da Universidade de Pittsburg.

Kholi, H. Loser, C, Sood, A. et al. (2010). *Latin America 2040. Breaking Away from Complacency: An Agenda for Resurgence.* 2ªedição. CAF. SAGE Publications Inc.

Kuczynski, P.P., & Williamson, P. (2003). *After the Washington Consensus: Restarting Growth in Latin America.* Washington, DC: Institute of International Economics [Instituto Internacional de Economia].

Letelier, L. (2012). Journey into Brazil's Social Sector. *Stanford Social Innovation Review.* Recuperado a partir de http://www.ssireview.org/articles/journey_into_brazils_social_sector.

Lindert, K (2006). Brazil: Bolsa Família Program Scaling-up Cash Transfers for the Poor. Em *Emerging Good Practice in Managing for Development Results – Source Book* (págs. 67-74). OECD/World Bank. Recuperado a partiorg/Sourcebook/1stEdition/MIDRSourcebook-Feb-16-2006.pdf.

Lopes, D.B., Casarões, G., & Gama, C.F. (2013). *Tragedy of Middle Power Publics: Traps and Contraditions in Brazil's Quest for Institutional Revisionism.* International Studies Association Annual Meeting [Reunião Annual da Associação Internacional de Estudos]. Recuperado a partir de http://files.isanet.org/ConferenceArchive/333aa12f007e4707890062d2999ec733.pdf.

Low, J.L. & Brito Low, C. (2013). *They Don't Speak Spanish in Brazil. A Guide to Live, Management, and Taxes for Doing Business in Brazil.* Jh13 Publications. Kindle Edition.

Madhok, A., & Keyhanim, M. (2012). Acquisitions as entrepreneurship: Asymmetries, opportunities, and the internationalization of multinationals from emerging economies. *Global Strategy Journal, 2* (1), 26-40.

Makino, S., Lau, C.M., & Yeh, R.S. (2002). Asset-exploitation versus asset-seeking: Implication for location choice of foreign direct investment from newly industrialized economies. *Journal of International Business Studies, 33*, 403-421.

Marcovitch, J. (2009). *Pioneirismo Empresarial.* São Paulo, SP. Edusp.

Mathews, J.A. (2006). Dragon multinationals: New players in 21st century globalization. *Asia Pacific Journal of Management, 23* (1), 5-27.

Mauro, David (2012). *Brazil as a Global Power: Rising or Risen?* Recuperado a partir de http://www.academia.edu/1582049/Brazil_as_a_Global_Power_Rising_or_Risen_Draft_.

Meyer, P (2013). *Organization of American States: Background and Issues for Congress.* Washington, DC: Congressional Research Service.

Nayar, D. (2008). The internationalization of firms from India: Investment, mergers and acquisition. *Oxford Development Studies,* 36(1), 111-131.

Negroponte, D.V. (2013). *The End of Nostalgia: Mexico Confronts the Challenges of Global Competition.* Washington, DC: The Brookings Institution.

New Generation Consulting – NGC (2013). *Making Sense of Brazilian Protests* [Documento em PDF]. Recuperado a partir de http://www.new-gen-consulting.com/resources/Brazilian-Protests-NGC-Special-Report.pdf.

Nye, Jr, J.S. (2004). The benefits of soft power. *Havard Business School Working Knowledge, 2.*

Nye, Jr, J.S. (2009). Get smart: Combining hard and soft power. *Foreign Affairs,* 160-163.

Nye, J.S. & Alterman, E. (1990). *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power.* Cambridge, MA: Basic Books.

Oliveira Júnior, M.M. (2010). Multinacionais Brasileiras: Internacionalização, Inovação e Estratégia Global. Porto Alegre, RS: Bookman.

O'Neill, J. (2011). *The Growth Map: Economic Opportunity in the BRICS and Beyond.* Penguin Group.

Onis, J. de (2008). Brazil's Big Moment: *Foreign Affairs 87,* nº 6. Conselho de Relações Exteriores em novembro-dezembro.

Organization for Economic Cooperation and Development – OECD [Organização de Cooperação de Economia e Desenvolvimento] (2010). Brazil: Encouraging Lessons from a Large Federal System. In *Strong Performers and Successful Reformers in Education: Lessons from PISA for the United States* (págs. 177-196). Paris: OECD.

Organization for Economic Cooperation and Development – OECD (2011). *OECD Economic Surveys: Brazil 2011.*

Organization for Economic Cooperation and Development – OECD (2013). *OECD Economic Surveys Brazil: Overview.* Recuperado a partir de: http://www.oecd.org/eco/outlook/48930900.pdf. Paris: Organization for Economic Cooperation and Development.

Pape, R.A. (2005). Soft balancing against the United States. *International Security, 30* (1), 7-45. MIT Press Journals.

Pellissier, H. (2010, 22 de setembro). *Brazil: future Farm of the Planet?* Institute for Ethics & Emerging Technologies. Recuperado a partir de http://ieet.org/index.php/IEET/more/pellissier20100922.

Penrose, E. (2009). *The Theory of the Growth of the Firm.* New York, NY: Oxford University Press.

Perryman, M. (2012). *Why the Olympics Aren't Good for US and How They Can Be.* New York, NY: OR Books.

Peteraf, M.A., & Bergen, M.E. (2003). Scanning dynamic competitive landscapes: A market-based and resource-based framework. *Strategy Management Journal, 24* (10), 1027-1041.

Porter, M.E. (1990). The competitive advantage of nations. *Harvard Business Review,* Edição de março: 73-93.

Prusa, A. (2011). *The "Soft Power" Power? Brazil's Soft Power Strategy in World Politics during the Lula Presidency*, uma tese submetida à avaliação universitária da Elliott School of International Affairs of The George Washington University.

Qi, X. (2011). O crescimento de BASIC nas negociações de mudança climática das Nações Unidas. *South African Journal of International Affairs,* 18(3), 295-318.

Ramamurti, R. (2012). O que há de realmente importante no mercado das multinacionais emergentes? *Global Strategy Journal,* 2(1), 41-47.

Ramsey, J., & Almeida, A. (Editores) (2009). *The Rise of Brazilian Multinationals: Making Leap from Regional Heavyweights to True Multinationals.* Rio de Janeiro, RJ: Elsevier-Campus.

Ravallion, M. (2009). Uma perspectiva comparativa sobre a redução da pobreza no Brasil, China e Índia. *World Bank Policy Research Paper Series Nº 5080.*

Reid, M. (2007). *Forgotten continent: The Battle for Latin America's Soul.* Suffolk, Reino Unido: St. Edmundsbury Press Ltd.

Reis, J.B.M. (2012). Cooperação internacional para o desenvolvimento. Brasil um país doador: panorama e interesses. *Relaciones Internacionales, 21* (42), 99-117.

Rezende, S.M. (2010). Brazil: Challenges and achievements. *Issues in Science and Technology.* Recuperado a partir de http://www.issues.org/26.3/rezende.html.

Rifkin, J. (2004). *The European Dream: How Europe's Vision of the future is Quietly Eclipsing the American Dream.* New York: Tarcher/Penguin.

Roett, R. (2010). *The New Brazil.* Washington, DC: Brookings Institution.

Rohter, L. (2011). *Brazil on the Rise.* The Story of a Country Transformed. New York: Palgrave Macmillan.

Salama, P. (2010). Brésil, bilan économique, succés et limites. *Problèmes d'Amérique Latine* (Brasil, em busca econômica, de sucesso e limites. Problemas da América Latina), (4), 47-61.

Sampaio, D.F.C. (2011). Estratégias e efeitos da política da boa vizinhança no Brasil. [Documento em PDF]. Recuperado a par-

tir de http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2408/1/2011_DanielFerreiraCoelhoSampaio.pdf.

Santiso, J. (2013). *The Decade of the Multilatinas*. New York, NY: Cambridge University Press.

Sauvant, K.P. (2008). *The Rise of Transnational Corporations from Emerging Markets: Threats or Opportunity?* Northampton, MA: Edward Elgar Publishing.

Scheman, R.L. (2003). *Greater America: A New Partnership for the Americas in the Twenty-First Century*. New York, NY: New York University.

Schwab, K. (2010). *The Global Competitiveness Report 2010-2011*. Centre for Global Competitiveness and Performance. World Economic Forum. Recuperado a partir de http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalCompetitivenessReport_2010-11.pdf.

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2012. *Vozes da Classe Média: É ouvindo a população que se constroem políticas públicas adequadas*. Brasília, Governo Federal, 20 de setembro de 2012.

Sennes, R., & Camargo Mendes, R. (2009). Public Policies and Brazilian Multinationals. Em J. Ramsey & A. Almeida (Editores). *The Rise of Brazilian Multinationals: Making the Leap from Regional Heavyweights to the Multinationals* (págs. 157-174). Rio de Janeiro, RJ: Elsevier-Campus.

Sinha, J. (2005). Global champions from emerging markets. *McKinsey Quarterly, 2*, 29-37.

Skidmore, T.E. (1999). *Brazil: Five Centuries of Change*. Oxford: Oxford University Press.

Soares, S.S.D. (2012). *Bolsa Família: Um Resumo dos seus Impactos* (Nº 137). International Policy Center for Inclusive Growth. Recuperado a partir de http://www.ipc-undp.org/pub/IPCOnePager137.pdf.

Soulé-Kohndou, F. (2011, 24 de maio). IBSA, BRICS: l'intégration des pays émergents par les clubs? (Integração dos países emergentes ao clube?) *Le Monde*. Recuperado a partir de http://www.lemonde.fr/idees/article/2011/05/24/ibsa-brics-l-integration-des-pays-emergents-par-les-clubs_1526561_3232.html.

Sotero, P. (2012). Uma reflexão sobre a frustrada iniciativa Brasil-Turquia para superar o impasse nuclear entre o Irã e a comunidade internacional. *Política Externa, 20* (3), 75-79.

Sotero, P., & Armijo, L.E. (2007). Brazil: To be or not to be a BRIC? (Brasil: ser ou não ser um BRIC?). *Asian Perspective, 31* (4), 43-70.

Srivastava, R.K., Faley, L., & Christensen, K. (2001). The resource-based view and marketing: The role of market-based assets in gaining competitive advantage. *Journal of Management, 27* (6), 777-802.

Stillman, A. (2013, 9 de setembro). Rio's Olympic deadline forces transport upgrades. *Financial Times.* Recuperado a partir de http://www.ft.com/cms/s/0/b6ad8048-efb8-11e2-a237-0014feabdc0.html#axzz2j1qc9PkX.

Stolte, C. (2012). Brazil in Africa: Just another BRICS country seeking resources? (Brasil na África: Apenas outro país BRICS procurando por recursos?) *Chatham House Briefing Paper.*

Suppo, H.R., & Lessa, M.L. (2007). O estudo da dimensão cultural nas relações internacionais: Contribuições teóricas e metodológicas. Em M.L. Lessa e W.S. Gonçalves (Editores). *História das Relações Internacionais. Teorias e Processos* (págs. 223-250). Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ.

Tallman, S. (1991). Strategic management models and resource-based strategies among MNEs in a host market. *Strategic Management Journal, 12* (51), 69-82.

Tsai, H.T., & Elsingerich, A.B. (2010). Internationalization strategies of emerging markets firms. *California Management Review, 53* (1), 114-135.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) (2006). *FDI from Developing and Transition Economies: Implications for Development.* Recuperado a partir de http://unctad.org/en/Docs/wir2006_en.pdf.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) (2012). *World Investment Report.* Genebra. Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

Valladão, A. (2012). *BRICS: Path Openers or Reluctant Followers?* Madariaga College of Europe Foundation. Recuperado a partir de http://www.madariaga.org/publications/other;728-brics--path-openers-or-reluctant-followers.

Vernon, R. (1966). International investment and international trade in the product cycle. *The Quarterly Journal of Economics, 80* (2), 190-207.

Wang, Helen H. (2010). *The Chinese Dream: The Rise of the World's Largest Middle Class and What it Means to You.* Brande, Dinamarca: Bestseller Press.

Williamson, P. (1990). *The Progress of Policy Reform in Latin America.* Washington, DC: Institute for International Economics.

Wernerfelt, B. (1984). A resource-based view of the firm. *Strategic Management Journal, 5* (2), 171-180.

World Bank (2013). *Doing Business 2013: Smarter Regulations for Small and Medium-Size Enterprises.* Recuperado a partir de http://www.doingbusiness.org/~/media/GIAWB/Doing%20Business/Documents/Annual-Reports/English/DB13-full-report.pdf.

World Bank Institute (2012, janeiro). *Best Practices in Public-Private Partnerships Financing in Latin America: The Role of Guarantees* [Documento em PDF]. Recuperado a partir de http://einstitute.worldbank.org/ei/sites/default/files/Upload_Files/BestPracticesPPFinancingLatinAmericaguarantees.pdf.

World Trade Organizastion – WTO [Organização Mundial de Comércio] (2013, 17 de maio). *Trade Policy Review: Report by the Secretariat – Brazil.* Recuperado a partir de http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/s283_e.pdf.

Yeoh, P. (2011). Location choice and the internationalization sequence: Insights from Indian pharmaceutical companies. *International Marketing Review, 28* (3), 291-312.

Yiu, D.W., Lau, C., & Bruton, G.D. (2007). International venturing by emerging economy firms: The effects of firm, home country networks, and corporate entrepreneurship. *Journal of International Business Studies, 38* (4), 519-540.

Zdun, S. (2008). Violence in street culture: Cross-cultural comparison of youth groups and criminal gangs. *New Direction for Youth Development, 2008* (119), 39-54.